



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

RAQUEL DO NASCIMENTO SABINO

**O PROFESSOR AFONSO PEREIRA DA SILVA E A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO
NA PARAÍBA (1954-1974)**

**JOÃO PESSOA - PB
2021**

RAQUEL DO NASCIMENTO SABINO

**O PROFESSOR AFONSO PEREIRA DA SILVA E A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO
NA PARAÍBA (1954-1974)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, no âmbito da linha História da Educação, como requisito para a obtenção do grau de Doutora em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Charliton José dos Santos Machado

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S116p Sabino, Raquel do Nascimento.

O professor Afonso Pereira da Silva e a expansão da educação na Paraíba (1954-1974) / Raquel do Nascimento Sabino. - João Pessoa, 2021.

234 f. : il.

Orientação: Charliton José dos Santos Machado.
Tese (Doutorado) - UFPB/CE.

1. Educação. 2. Intelectual. 3. Silva, Afonso Pereira da - Professor. 4. História da educação. I. Machado, Charliton José dos Santos. II. Título.

UFPB/BC

CDU 37(043)

RAQUEL DO NASCIMENTO SABINO

**O PROFESSOR AFONSO PEREIRA DA SILVA E A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO
NA PARAÍBA (1954- 1974)**

TESE DEFENDIDA EM: 30/09/2021.

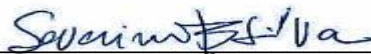
BANCA EXAMINADORA:



Presidente: Prof. Dr. Charliton José dos Santos Machado
Orientador - UFPB



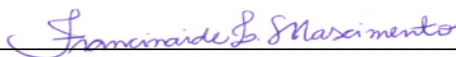
Examinador: Dr. Jean Carlo de Carvalho Costa
Membro Avaliador Interno - UFPB



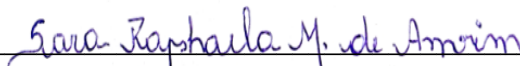
Examinador: Dr. Severino Bezerra da Silva
Membro Avaliador Interno - UFPB



Examinadora: Drª Maria Lúcia da Silva Nunes
Membro Avaliadora Externa - UFPB



Examinadora: Drª Francinaide de Lima Silva Nascimento
Membro Avaliadora Externa - IFRN



Examinadora: Drª Sara Raphaella Machado de Amorim
Membro Avaliadora Externa – UERN

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e por ser a fonte de forças durante a caminhada.

Ao meu orientador, Dr. Charliton Machado, por ser meu grande incentivador e por conduzir com exímia competência a orientação deste trabalho.

A Clemilde Torres Pereira da Silva (*in memoriam*), por sua generosidade em compartilhar suas histórias e memórias.

Aos meus pais, João e Alice Sabino, por terem sido meus primeiros mestres na vida.

Ao meu segundo pai, Antônio Idalino, fonte de sabedoria e simplicidade.

À minha avó Severina Pereira, vovó Cabôca, por ter me ensinado a gostar de ouvir histórias de vida.

Aos meus irmãos Vanusa, Abraão, Lázaro, Estevão, Isaque, Marta, Joana por serem os companheiros na jornada da vida.

Às minhas filhas Paula Raquel e Maria Luiza, minhas poesias e amores.

Aos funcionários do Arquivo Afonso Pereira, Gabriel e Aparecida Almeida, pela prontidão em nos atender e pela colaboração durante toda a pesquisa.

Aos queridos mestres e colegas do Doutorado que contribuíram para a construção desta formação tão necessária.

A Daniel pela paciência de escutar tantas vezes meus diálogos com as fontes na caminha investigativa.

A Daniella Pereira Barbosa, neta de Afonso Pereira e diretora do Arquivo, pelo acesso aquele espaço guardião do legado de um intelectual e da história da Paraíba.

À amiga e historiadora Dra. Lays Regina, pela paciência na leitura e diálogo sobre meu trabalho.

Aos/as professoras/es da banca de qualificação, Dra. Lúcia Nunes, Dr. Jean Carlo, Dr. Severino Bezerra, Dra. Francinaide e Dra. Sara Raphaella, por aceitarem o desafio de produzir comigo uma Tese à altura da história de Afonso Pereira da Silva e da linha de pesquisa em História da Educação do PPGE/UFPB.

A todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

RESUMO

Este estudo tem por objetivo compreender a atuação do professor Afonso Pereira da Silva na educação paraibana nos anos de 1954 a 1974, período que compreende o ano da criação da Fundação Padre Ibiapina pelo educador e o ano que deixou a direção dessa instituição. Inscrita no campo da abordagem teórico-metodológica da Nova História Cultural, a pesquisa busca estudar o educador a partir dos papéis que desempenhou, da atuação como professor e sua ligação com a esfera cultural, das suas práticas sociais, dos meios e lugares de difusão do conhecimento pelos quais ele circulou. Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental à luz de autores que se debruçam sobre a Nova História Cultural: Chartier (1994; 2002), Le Goff (2011; 2013), Pesavento (2003) e Burke (1992; 2005); e sobre o estudo dos intelectuais: Sirinelli (1994; 1998; 2003). Apoiamo-nos na concepção da nova história cultural voltada para a divulgação e recepção dos produtos culturais, dialogando com as categorias: itinerários, redes de sociabilidade e circulação de ideias. Trouxemos um debate acerca do intelectual como objeto/sujeito da pesquisa em História da Educação, situando o professor Afonso Pereira da Silva como um intelectual criador e mediador pela natureza de sua atuação nos espaços de circularidade. Apresentamos um recorte biográfico da vida do professor Afonso Pereira da Silva, sua trajetória profissional e o engajamento do educador na expansão da educação na Paraíba através da criação da Fundação Padre Ibiapina e a instalação de escolas. As principais fontes utilizadas nesse estudo foram os relatórios elaborados por Afonso Pereira das atividades da Fundação Padre Ibiapina, seus documentos pessoais, suas produções escritas, atas da Fundação e correspondências, localizadas no acervo do Arquivo Afonso Pereira, na cidade de João Pessoa; outras fontes acresceram a investigação, como os jornais que circularam na Paraíba e nos estados vizinhos, a legislação educacional e representações pictóricas, as fotografias. O estudo revelou que, através de suas práticas, Afonso Pereira contribuiu com o cenário cultural e educacional da Paraíba, atuando especialmente como um agente na expansão da educação através da instalação de escolas num contexto de acentuada carência da oferta de educação no interior do Estado.

Palavras-chave: Intelectual. Educação. Professor Afonso Pereira da Silva. História da Educação.

ABSTRACT

This study aims to understand the role of Professor Afonso Pereira da Silva in Paraíba's education from 1954 to 1974, a period that includes the year of the creation of the Padre Ibiapina Foundation by the educator and the year he left the direction of that institution. Inscribed in the field of the theoretical-methodological approach of New Cultural History, it seeks to study the educator from the roles he played, his performance as a teacher and his connection with the cultural sphere, his social practices, the means, and places for the dissemination of knowledge by which he circled. From a methodological point of view, this is a bibliographical and documentary research in the collection of authors who focus on the New Cultural History: Chartier (1994;2002), Le Goff (2011;2013), Pesavento (2003), and Burke (1992; 2005); and on the study of Sirinelli intellectuals (1994; 1998; 2003). We support the conception of the new cultural history aimed at the dissemination and reception of cultural products, dialoguing with the categories: itineraries, sociability networks and circulation of ideas. We brought a debate about the scholar as an object/subject of research in History of Education, placing Professor Afonso Pereira da Silva as a creative and mediating intellectual due to the nature of his performance in spaces of circularity. We present a biographical clipping of the life of Professor Afonso Pereira da Silva, his professional trajectory, and his engagement in the expansion of education in Paraíba through the creation of the Padre Ibiapina Foundation and launch of schools. The main sources used in this study were the reports made by Afonso Pereira about the activities of the Padre Ibiapina Foundation, his personal documents, his written productions, the Foundation's minutes, and its correspondence, located in the archives of the Afonso Pereira Archive in the city of João Pessoa; other sources added to the study such as newspapers that circulated in Paraíba and neighboring states, educational legislation and pictorial representations, photographs. The study revealed that through his practices, Afonso Pereira contributed to the cultural and educational scenario of Paraíba, acting especially as an agent in the expansion of education in Paraíba through the establishing of schools in a context of marked lack of education provision in the interior of the state.

Keywords: Intellectual. Education. Professor Afonso Pereira da Silva. History of Education.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo comprender el papel del profesor Afonso Pereira da Silva en la educación en Paraíba en los años 1954 a 1974, período que incluye el año de la creación de la Fundación Padre Ibiapina por parte del educador y el año en que dejó la dirección de esa Institución. Inscrita en el campo del enfoque teórico-metodológico de la Nueva Historia Cultural, busca estudiar al educador desde los papeles que desempeñó, su actuación como docente y su conexión con el ámbito cultural, sus prácticas sociales, los medios y lugares para la difusión del conocimiento por el que dio vueltas. Desde el punto de vista metodológico, se trata de una investigación bibliográfica y documental a la luz de autores que se centran en la Nueva Historia Cultural: Chartier (1994; 2002), Le Goff (2011;2013), Pesavento (2003) y Burke (1992; 2005); y sobre el estudio de los intelectuales de Sirinelli (1994; 1998; 2003). Apoyamos la concepción de la nueva historia cultural orientada a la difusión y recepción de productos culturales, dialogando con las categorías: itinerarios, redes de sociabilidad y circulación de ideas. Trajimos un debate sobre el intelectual como objeto / sujeto de investigación en Historia de la Educación, situando al profesor Afonso Pereira da Silva como intelectual creativo y mediador por la naturaleza de su actuación en espacios de circularidad. En él presentamos un recorte biográfico de la vida del profesor Afonso Pereira da Silva, sus itinerarios profesionales y el compromiso del educador en la expansión de la educación en Paraíba a través de la creación de la Fundación Padre Ibiapina y la instalación de escuelas. Las principales fuentes utilizadas en este estudio fueron los informes elaborados por Afonso Pereira sobre las actividades de la Fundación Padre Ibiapina, sus documentos personales, sus producciones escritas, las actas y correspondencia de la Fundación, que se encuentran en los archivos del Archivo Afonso Pereira de la ciudad de João Pessoa; otras fuentes se sumaron al estudio como periódicos que circularon en Paraíba y estados vecinos, legislación educativa y representaciones pictóricas, fotografías. El estudio reveló que a través de sus prácticas, Afonso Pereira contribuyó al escenario cultural y educativo de Paraíba, actuando especialmente como agente en la expansión de la educación en Paraíba a través de la instalación de escuelas en un contexto de marcada falta de oferta educativa en Paraíba. Interior del estado.

Palabras clave: intelectual. Educación. Profesor Afonso Pereira da Silva. Historia de la educación

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 - Os pais de Afonso Pereira, Querubina Pereira da Silva e José Pereira da Silva (1913).....	56
Imagem 02 - Afonso Pereira com a mãe (s/d).....	56
Imagem 03 - Querubina com os filhos Antônio, Alfeu e Renato (s/d).....	57
Imagem 04 - Boletim do primeiro ciclo do curso secundário no Collegio Seráfico de Santo Antônio (1933).....	60
Imagem 05 - Afonso Pereira no Colégio Franciscano de Pesqueira, usando o hábito (s/d).....	62
Imagem 06 - Certidão de exames da 5ª Série, 1941.....	66
Imagem 07 - Diploma do Bacharelado em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Pernambuco em Recife/PE, 1948.....	67
Imagem 08 - Convite-ingresso 1º Congresso de Música do Nordeste, 1949.....	72
Imagem 09 - Afonso Pereira conduzindo ensaio da peça <i>O Sábio</i> (s/d).....	74
Imagem 10 - Manuscrito da peça <i>Tempo agitado de trinta</i> escrito por Afonso Pereira	77
Imagem 11 - Afonso Pereira em comício na campanha de 1954.....	82
Imagem 12 - Arquivo Geral da Santa Casa de Misericórdia (s/d).....	84
Imagem 13 - Carteira de membro da Associação Paraibana de Imprensa.....	88
Imagem 14 - Carteira de correspondente da Revista Visão (1959- 1966).....	88
Imagem 15 - Capa da 1ª edição do livro “Dos deveres da Educação”, de Afonso Pereira (1953).....	95
Imagem 16 - Autora visitando a Sala Fundação Padre Ibiapina no Arquivo Afonso Pereira, em ocasião da pesquisa do Mestrado em Educação (2014).....	107
Imagem 17 - Fachada do prédio da Fundação Padre Ibiapina (2015).....	117
Imagem 18 - Fotografia da Escola Profissional 4 de abril- Coremas (s/d).....	121
Imagem 19 - Localização do município paraibano de Bonito de Santa Fé em mapa de indicadores populacionais.....	122
Imagem 20 - Pavilhão do Ginásio Andreino Timóteo (s/d).....	128
Imagem 21 - Publicação da subvenção recebida pelo Ginásio Andreino Timóteo (1957).....	129

Imagem 22 -	Lei de reconhecimento de utilidade pública do Ginásio 4 de Julho (1957).....	130
Imagem 23 -	Afonso Pereira na ocasião da aquisição do motor de luz da Escola Monsenhor Moraes/ Bonito de Santa Fé - 17 set. de 1960.....	137
Imagem 24 -	Ginásio 4 de Julho, Araruna (s/d).....	142
Imagem 25 -	Reforma do prédio do Ginásio 4 de Julho, Araruna (s/d).....	142
Imagem 26 -	Organograma das escolas instaladas por Afonso Pereira através da Fundação Padre Ibiapina.....	145
Imagem 27 -	Turma do jardim de infância da Escola Pedro Viana/Cuité (s/d).....	149
Imagem 28 -	Prédio onde funcionou o Ginásio 4 de Julho- Inauguração (s/d).....	152
Imagem 29 -	Alunos da escola Querubina Pereira, Sítio Bola adentrando à escola (1956).....	154
Imagem 30 -	Estrutura do curso de admissão, Escola Profissional Pedro Viana (1958).....	157
Imagem 31 -	Corpo docente do Curso de Admissão da Escola Comercial Monsenhor Moraes em Bonito de Santa Fé (1960).....	158
Imagem 32 -	Livro didático Programa de Admissão, 19a. Edição (1968).....	159
Imagem 33 -	Índice de Português do livro didático Programa de Admissão, 19a. Edição, 1968.....	160
Imagem 34 -	Índice de Matemática, História do Brasil e Geografia do livro didático Programa de Admissão, 19a. Edição, 1968.....	160
Imagem 35 -	Certificado de aprovação do exame de admissão do aluno Francisco Timóteo, realizado na Escola Comercial Monsenhor Moraes, no ano de 1959.....	163
Imagem 36 -	Organização do ensino nas Leis Orgânicas.....	166
Imagem 37 -	Placa de formatura dos concluintes da Escola Professora Odília Leal, ano de 1961.....	175
Imagem 38 -	Exposição de trabalhos da Escola Profissional Padre José Coutinho (1960).....	175
Imagem 39 -	Fotografia da fachada da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Bernardino Bento.....	178

Imagem 40 -	Fotografia da parte externa da Escola Estadual Senador José Gaudêncio ano de 2017- Serra Branca, antigo Ginásio Comercial Wamberto Torreão.....	179
Imagem 41 -	Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Monsenhor José Paulino no ano de 2020, antigo Ginásio Carlos Deodônio Moreno.....	180
Imagem 42 -	Imagem do comício de encerramento da Semana de Educação em Bayeux (1961).....	187
Imagem 43-	Lista dos livros encaminhados por Afonso Pereira à Escola Comercial Monsenhor Morais no ano de 1959.....	195
Imagem 44 -	Carro-biblioteca nº 3 do Instituto Nacional do Livro na Paraíba (1969).	201
Imagem 45 -	Fichas de registro dos usuários do carro- biblioteca do INL (1969).....	204
Imagem 46 -	Relação dos livros para doação às bibliotecas (1972).....	205

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 -	Correspondências utilizadas como fontes.....	24
Quadro 02 -	Projetos de Leis de autoria de Afonso Pereira entre os anos de 1957 e 1958.....	79
Quadro 03 -	Situação de instrução quanto à alfabetização da população de 5 anos e mais em Bonito de Santa Fé em 1950.....	123
Quadro 04 -	População de 5 a 14 anos em Bonito de Santa Fé em 1950 com indicação que sabem ler e escrever.....	123
Quadro 05 -	População acima de 10 anos com curso completo em 1950.....	124
Quadro 06 -	População de 10 anos a mais por ramos de atividade principal.....	125
Quadro 07 -	Primeiras escolas instaladas por Afonso Pereira na Paraíba entre os anos de 1954, 1955, 1956, 1957 e 1958.....	132
Quadro 08 -	Quadro de professores da Escola Profissional Dois de Dezembro no ano de 1958.....	132
Quadro 09 -	Quadro de professores da Escola Comercial Pedro Augusto de Almeida no ano de 1958.....	133
Quadro 10 -	Relação dos alunos aprovados no exame de admissão na Escola Comercial Monsenhor Moraes no ano de 1959.....	161
Quadro 11 -	Estrutura das escolas comerciais da Fundação Padre Ibiapina.....	168
Quadro 12 -	Escolas comerciais instaladas por Afonso Pereira na Paraíba entre os anos de 1954 e 1974.....	170
Quadro 13 -	Estrutura das escolas profissionais da Fundação Padre Ibiapina.....	171
Quadro 14 -	Escolas profissionais instaladas por Afonso Pereira na Paraíba entre os anos de 1954 a 1974.....	174
Quadro 15 -	Número de matrículas por cursos oferecidos de 1962 a 1974.....	181
Quadro 16 -	Bibliotecas escolares instaladas por localidade e ano.....	191
Quadro 17 -	Relação das cidades visitadas pelo carro-biblioteca na Paraíba nos meses de abril a agosto de 1969, quantitativo de visitas, empréstimos e leitores.....	202
Quadro 18 -	Relação dos bairros de João Pessoa visitados pelo carro-biblioteca nos meses de abril a agosto de 1969, quantitativo de visitas, empréstimos e leitores.....	202

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAP	Arquivo Afonso Pereira
APL	Academia Paraibana de Letras
FPI	Fundação Padre Ibiapina
HISTEDBR-PB	Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação do Brasil - Paraíba
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGP	Instituto Histórico e Geográfico Paraibano
INCE	Instituto Nacional de Cinema Educativo
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INL	Instituto Nacional do Livro
INM	Instituto Nacional da Música
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PL	Projeto de Lei
PB	Paraíba
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
SNT	Serviço Nacional do Teatro
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1	CAMINHOS DA PESQUISA.....	13
2	PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	31
2.1	Nova História Cultural: novas possibilidades de pesquisa.....	32
2.2	O intelectual mediador como objeto/sujeito da pesquisa em História da Educação.....	36
2.3	Biografia como caminho para escrita da História da Educação.....	47
3	TRAJETÓRIA DE UM INTELLECTUAL: ITINERÁRIOS DO PROFESSOR AFONSO PEREIRA DA SILVA.....	53
3.1	Origem familiar e formação educacional.....	54
3.2	Lugares de circulação profissional.....	68
3.2.1	Arte e cultura como espaços educativos.....	69
3.2.2	O engajamento como agente na administração pública.....	79
3.2.3	Um intelectual e professor no jornalismo.....	85
3.2.4	O professor Afonso Pereira e suas reflexões sobre a educação.....	92
4	FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA: ENTRE INTENÇÕES E POSSIBILIDADES DE CRIAÇÃO.....	106
4.1.	Um breve panorama da educação na década de 1950.....	107
4.2.	A criação da Fundação Padre Ibiapina.....	114
4.3	Fundação e instalação das primeiras escolas.....	121
5	UMA TENTATIVA DE SÍNTESE: O PROJETO EDUCATIVO DO PROFESSOR AFONSO PEREIRA ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA.....	145
5.1	A organização escolar implementada por Afonso Pereira através da Fundação Padre Ibiapina.....	145
5.2	Dos ginásios às escolas comerciais e escolas profissionais.....	164
5.3	Afonso Pereira e os comícios de educação.....	183
5.4	A instalação de bibliotecas escolares.....	188
5.5	A participação de Afonso Pereira no Instituto Nacional do Livro.....	197
5.6	Orientações/recomendações educativas de Afonso Pereira aos diretores, docentes e discentes.....	207
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	218
	REFERÊNCIAS.....	221

1 CAMINHOS DA PESQUISA

“A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca” (FREIRE, 1996, p 142). Início a escrita deste trabalho remetendo às palavras do grande educador brasileiro, Paulo Freire, o qual suscita que a alegria não acontece apenas na chegada, tendo em vista que é na caminhada que ela acontece. É refletindo sobre a alegria e os desafios da presente caminhada que uma indagação retine insistentemente em minha mente: quando a História da Educação, enquanto campo de investigação, passou a me interessar? Buscando nos recônditos da memória, pistas de quando me interessei pela História da Educação, percebo que os caminhos que me conduziram à pesquisa na área foram construídos ainda na infância: o processo que me trouxe até aqui foi construído coletivamente, por meio da convivência, da troca e do envolvimento com o outro e com o conhecimento. A partir das vivências que a vida me apresentava, começava a ser gestada uma professora pesquisadora em História da Educação.

A história, ao abordar a memória como um fenômeno social, a considera como esfera produtora de sentidos e de representações. Nessa perspectiva, a memória representa um espaço singular onde o individual e o social, o passado e o presente se entrecruzam, assumindo significados particulares. Como bem disse Le Goff (2013, p. 437), “[...] a memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro.”

Os fios da memória me conduzem à menina de oito anos que, ao passar as férias com a avó, Dona Cabôca, assim chamada carinhosamente por todos, ouvia por horas a fio o relato da história de vida daquela avó, como tantas outras, cuja trajetória enquanto mulher poderia ser sintetizada numa vida de submissão, de silêncio nos espaços públicos e privados. Outro aspecto emblemático me levou pelos caminhos que por ora trilho: as leituras. Ao longo da vida estudantil, sobretudo na adolescência, constato que o interesse por enredos que contavam histórias sobre mulheres, homens, povos, cidades ou guerras, quais fossem, prendiam minha atenção, ao ponto de preferir um livro e uma rede, a brincadeiras de rua com crianças da mesma faixa etária que a minha.

Na vida adulta, já professora primária com o curso de magistério e estudante de Pedagogia, início o período da graduação cursando a disciplina História da Educação, o que despertou meu interesse acadêmico sobre a área. Entretanto, naquele momento, o conhecimento adquirido na disciplina foi insipiente para pensar e desenvolver um projeto de pesquisa voltado para a temática. Além disso, a exaustiva jornada de trabalho de professora de Educação Básica, necessária à subsistência de minha família, juntamente com a impossibilidade de me dedicar

aos projetos de iniciação científica que aconteciam no período de trabalho foram decisivas para adiar meus planos em desenvolver pesquisas na área da História da Educação, embora nutrisse esse desejo desde o início da graduação, em 1997.

No ano de 2014, ao ingressar no tão almejado Mestrado, debruço-me em contar a história da trajetória de vida profissional de uma professora cujo legado da pesquisa foi a dissertação intitulada: **Reminiscências da professora Clemilde Torres Pereira da Silva: sua contribuição às instituições-memória da Paraíba (1942-2013)**. O estudo investigou a participação da professora Clemilde Torres Pereira da Silva nas instituições-memória da Paraíba, em especial, no Arquivo Afonso Pereira¹. Durante o processo de pesquisa, tive acesso ao acervo documental da trajetória de vida do professor Afonso Pereira da Silva, assim como da Fundação Padre Ibiapina (FPI), uma das instituições educativas em que a professora Clemilde havia trabalhado. Durante a pesquisa, também conheci parte da história de vida do professor Afonso Pereira da Silva a partir da rica narrativa constituída pela professora Clemilde (viúva de Afonso Pereira). O vasto acervo de fontes preservado no Arquivo, despertou sobremodo meu interesse pela história do educador. Entretanto, naquele período, não pude me aprofundar na documentação disponível, mas indagações sobre sua história ficaram guardadas na memória, dada a necessidade de se construir um conhecimento histórico acerca da trajetória

¹ Até o ano de 2019, o Arquivo Afonso Pereira foi dirigido pela viúva de Afonso Pereira, Clemilde Torres Pereira da Silva, com 96 anos. A professora Clemilde veio a falecer de Covid-19 no ano de 2020 e o Arquivo passou a ser dirigido pela neta do casal, Daniella Pereira Barbosa. Sabino (2016) descreve, resumidamente, o Arquivo: inaugurado em 03 de janeiro de 1997. o Arquivo Afonso Pereira está localizado na Praça João XXIII, nº 78, à Rua Jardim Glória, Bairro de Jaguaribe, da Cidade de João Pessoa- PB. A casa em que o Arquivo foi instalado pertence ao casal Pereira da Silva. Caracterizado como um Arquivo privado, o espaço é depositário de documentos e livros. Sua organização compreende: Sala A - Gabinete e biblioteca. Sala B - Fotografias particulares, produção literária, currículos, documentação, correspondências, a trajetória de Afonso Pereira na vida política, como deputado estadual. Sala C - Setor dedicado às faculdades, ao Padre Ibiapina, à Faculdade de Direito de Souza, à Universidade do Sertão, às instituições escolares criadas e assistidas pela Fundação Padre Ibiapina. Sala D - Documentos que versam sobre a Universidade Federal da Paraíba - UFPB, a Academia Paraibana de Letras, o Observatório Astronômico da Paraíba, a Associação Interamericana de Direito Romano e informações sobre Direito Autoral. Sala E - Exposições documentais sobre: o Centro Universitário de João pessoa (UNIPÊ), o jornal “Correio da Paraíba”, a Estação Ciência, a TV Comunitária de Ingá, o Proditec, a Sociedade de Cultura Musical, a Orquestra Sinfônica da Paraíba, o Conservatório Paraibano de Música, o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), o Instituto de Educação da Paraíba (IEP), o Teatro do estudante, o Folclore, o Conselho Estadual de Educação, o Conselho Estadual de Cultura, o Conselho Nacional de Serviço Social, a Santa Casa de Misericórdia, a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (SILVA, 2007). As salas com as exposições acima elencadas contêm painéis com 643 fotografias, 15 vitrines especiais com documentos e 363 caixas-arquivo que guardam a documentação. O AAP apresenta também três áreas especiais que expõem a vida profissional de Afonso Pereira como educador e administrador. O AAP funciona de segunda à sexta-feira, das 14h às 17h, e à noite, quando há agendamento de aulas, geralmente do curso de arquivologia, ou outras atividades como lançamentos de livros. A Biblioteca do AAP possui mais de sete mil livros de diversos idiomas. Está organizada com as seguintes classes: 00 - Generalidades, incluindo ciência e conhecimento, organização, informação, documentação, biblioteconomia e publicações.; 01 - Geografia; Psicologia; 02 - Religião e Teologia; 03 - Ciências Sociais. Economia. Direito; 05 - Matemática e Ciências Naturais (Ecologia. Biologia); 07 - Artes. Recreação. Diversão. Esportes; 08 - Língua. Linguística. Literatura; e 09 - Geografia. Biologia. História.

profissional do professor Afonso Pereira da Silva, sobretudo no que se refere a sua atuação na educação paraibana.

Chartier (1991, p. 178) nos diz que “[...] toda reflexão metodológica enraíza-se, com efeito, numa prática histórica particular, num espaço de trabalho específico.” Com efeito, este trabalho tem suas raízes em minha prática particular, dentro do meu espaço de trabalho como pesquisadora, como professora. Concluído o Mestrado, retornei às atividades docentes da educação básica, na rede pública municipal de João Pessoa – PB. A intenção de fazer o Doutorado outrora, agora era uma certeza que trazia comigo. Eu estava feliz porque havia a certeza do que desejava pesquisar e porque sabia que as fontes estavam lá no Arquivo, como se, silenciosamente, convidassem-me a interrogá-las.

No ano de 2018, me submeti à seleção de Doutorado e as pesquisas que até então eram voltadas para a temática da história das mulheres, passam a ter como enfoque a história de um professor. Por compreender que meu objeto de estudo era, de certo modo, o desenrolar dos fios de um enredo encontrado no *lócus* da pesquisa de Mestrado, tive segurança em prosseguir nessa empreitada. Era como se eu, de repente, pudesse juntar as duas coisas, a velha e a nova paixão e novamente contar uma história à luz de uma teoria por meio de um trabalho de pesquisa.

Aprovada na seleção do Doutorado no ano de 2018, surgiu a possibilidade de efetivamente estudar a respeito do professor Afonso Pereira da Silva e a expansão do ensino na Paraíba através da Fundação Padre Ibiapina.

Como fruto dessa significativa caminhada acadêmica, apresento a pesquisa doutoral intitulada: **O professor Afonso Pereira da Silva e a expansão da educação na Paraíba (1954-1974)**. Este estudo investigou a trajetória profissional do professor Afonso Pereira, em especial, sua atuação na educação à frente da Fundação Padre Ibiapina.

Na Paraíba, no ano de 1954 – período em que a educação, sob a vigência da constituição de 1946, era legalmente definida como direito de todos, prevalecendo a ideia de educação pública e a definição dos princípios norteadores do ensino, entre eles o ensino primário obrigatório e gratuito – a realidade de acesso à escolarização não era promissora. Pinheiro (2006), revela essa realidade ao esclarecer que, nesse período, havia uma proeminente crise de assistência educacional no interior de todo o Brasil.

[...] Pelo exame de matrículas escolares, chega-se à conclusão de que a zona rural, por onde se distribuem cerca de 30 milhões de brasileiros, está sofrendo uma acentuada crise de assistência educacional. Com efeito, apenas 38% das crianças matriculadas no curso primário pertencem às zonas rurais, enquanto cerca de 70% das crianças brasileiras ali se encontram (INEP, 1987, p. 214, *apud* PINHEIRO, 2006, p. 155).

É nesse período que o professor Afonso Pereira da Silva, por iniciativa própria, criou no estado da Paraíba, no dia 30 de março de 1954, a Fundação Padre Ibiapina, na intenção de expandir o ensino no interior da Paraíba e levar instrução às diferentes camadas da sociedade, independente da origem social ou econômica. A Fundação fundou, instalou e prestou assistência a mais de 80 (oitenta) escolas, entre os anos de 1954 a 1974, dentre elas: escolas profissionais, comerciais e ginásios.

Ao tomarmos conhecimento acerca da atuação do professor Afonso Pereira na educação, constatamos que há uma lacuna na literatura historiográfica da educação paraibana e brasileira que focalize o trabalho educacional realizado por esse educador, sobretudo à frente da Fundação Padre Ibiapina. Em razão disso, um questionamento central emergiu: como o professor Afonso Pereira da Silva contribuiu para a expansão do ensino na Paraíba nos anos de 1954 a 1974?

Outras perguntas também emergiram da problemática supra especificada, quais sejam: Qual a origem familiar desse educador? Que itinerários formativos o professor Afonso Pereira vivenciou? Como se deu a trajetória profissional do professor Afonso Pereira da Silva? Que saberes/ideias ele fez circular nos espaços em que atuou? Que trabalhos ele desenvolveu enquanto educador? Como se deu o processo de criação da Fundação Padre Ibiapina e a instalação de escolas por ele? Qual o papel de Afonso Pereira frente à instrução na Paraíba?

Buscando esclarecer as inquietações suscitadas pela problemática, o objetivo geral da referida Tese é compreender a atuação do professor Afonso Pereira da Silva na educação paraibana nos anos de 1954 a 1974. De modo mais específico, objetivamos: i) construir o perfil biográfico do professor Afonso Pereira da Silva; ii) investigar a trajetória profissional do professor Afonso Pereira da Silva; iii) discutir, com base nas fontes e nas referências bibliográficas estudadas, o panorama da educação na Paraíba a partir dos anos de 1950; iv) investigar o processo de criação da Fundação Padre Ibiapina pelo professor Afonso Pereira da Silva e a instalação de escolas; e v) desvelar o projeto educativo do professor Afonso Pereira através da Fundação Padre Ibiapina.

Considerando o exposto, a Tese aqui defendida é a de que o professor Afonso Pereira da Silva figurou como um agente na expansão do ensino na Paraíba, através de sua atuação enquanto fundador e diretor da Fundação Padre Ibiapina, levando a instrução às diferentes camadas da sociedade, independente da origem social ou econômica.

O recorte temporal delimitado nesta pesquisa compreende o ano de 1954, quando o professor Afonso Pereira criou a Fundação Padre Ibiapina, e estende-se até 1974, período em que deixou a direção da Fundação.

Conforme dito anteriormente, verificamos que não existem na Paraíba trabalhos acadêmicos direcionados ao estudo acerca do professor Afonso Pereira e seu trabalho como diretor da Fundação Padre Ibiapina. Ao realizarmos pesquisa bibliográfica para essa investigação, tivemos informação de que alunos do curso de Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB realizavam algumas aulas práticas no Arquivo Afonso Pereira. Seguindo essas trilhas, localizamos 3 (três) trabalhos relacionados ao professor Afonso Pereira, sendo eles elaborados no âmbito da pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas, nos departamentos de Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação. Tais trabalhos foram localizados através da ferramenta de busca *on-line* no banco de Teses e Dissertações da UFPB e na biblioteca *on-line* do Departamento de Ciência da Informação, através das palavras-chave: Afonso Pereira e Educação. A seguir, apresentamos brevemente cada um desses trabalhos.

Souza e Freire, desenvolveram, no ano de 2005, uma pesquisa intitulada “Afonso Pereira: por entre as raízes da memória biblioteconômica paraibano”. O estudo teve por objeto o Curso de Graduação em Biblioteconomia, e buscou resgatar “a memória da Biblioteconomia paraibana, na ótica do Arquivo Afonso Pereira, considerando as contribuições e a importância dos arquivos pessoais e das instituições-memórias, como base desse construto teórico” (SOUZA; FREIRE, 2005, p. 1). A pesquisa elegeu como eixos norteadores a contribuição de Afonso Pereira à formação do Curso de Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba.

Eveline Gonçalves (2016), em sua Tese intitulada: “A fotoautobiografia como espaço de recordação: fragmentos em álbuns de memória sobre a Universidade Federal da Paraíba no Arquivo Afonso Pereira”, analisou as fotografias do arquivo pessoal de Afonso Pereira com foco em sua ação de educador fundador da UFPB. O objetivo do estudo foi mapear significados e sentidos da amostra fotográfica selecionada intencionalmente para a construção da fotobiografia.

Alana Modesto (2019), no trabalho de conclusão de curso denominado “Afonso Pereira e suas múltiplas faces: seu arquivo pessoal na perspectiva do acesso e uso da informação”, analisou e caracterizou o uso e o usuário da informação no Arquivo Afonso Pereira, apresentando tanto os conceitos a respeito de uso, usuário da informação como informações sobre o professor Afonso e seu Arquivo Pessoal.

Além dos trabalhos mencionados, também encontramos no acervo do Arquivo Afonso Pereira o livro “Fundação Padre Ibiapina: semente fértil no solo da educação paraibana”, de Fonseca, Oliveira e Fragoso (2008). A obra memorialística trata de parte da história da Fundação Padre Ibiapina.

Ainda sobre o professor Afonso Pereira, há no Arquivo os livros: “Noventa anos de Afonso Pereira”, de autoria da professora Clemilde Torres, publicado em 2007; “Afonso Pereira: uma voz no jornalismo”, também de autoria de Clemilde Torres, publicado em 2016; “Afonso Pereira da Silva: centenário fotobiográfico”, organizado por Clemilde Torres em parceria com o pesquisador Luis Carlos Kehrle e lançado em 2017.

A contribuição desse levantamento temático serviu, inicialmente, para comprovação do ineditismo da nossa pesquisa, ao mesmo tempo para selecionarmos os trabalhos que dialogavam com nosso objeto de investigação, os quais utilizamos como fontes ou referências bibliográficas no estudo, sobretudo os títulos: “Noventa anos de Afonso Pereira”; “Afonso Pereira da Silva: centenário fotobiográfico” e “Fundação Padre Ibiapina: semente fértil no solo da educação paraibana”. Tais produções forneceram pistas dos itinerários profissionais do intelectual e apesar de apresentarem características laudatórias (o que é natural e compreensivo pela natureza da produção), os livros acessados foram importantes para ampliarmos o universo de nosso estudo.

Destacamos que este estudo está inscrito no campo da abordagem teórico-metodológica da nova História Cultural, dentro da perspectiva de uma análise historiográfica, visto que se assenta sobre a história dos indivíduos e suas práticas educativas. Pesavento (2003), ao discorrer sobre os aspectos que dão maior visibilidade à História Cultural, também justifica nossa escolha pelo respaldo teórico nesse novo campo. De acordo com a autora, os aspectos são: “[...] a renovação das correntes da história e dos campos de pesquisa, multiplicando o universo temático e os objetos, bem como a utilização de uma multiplicidade de novas fontes” (PESAVENTO, 2003, p. 69). Em nosso caso, eleger como campo de estudo um personagem, professor intelectual e suas práticas, impulsiona a lançar mão da história cultural como matriz teórica.

A visão renovada sobre objetos, problemas, as novas abordagens, trazidas pela nova história cultural, permite ao pesquisador novas possibilidades de escrita da história. O conceito de fontes foi ampliado: se antes as fontes tinham que ser documentos oficiais, com a renovação histórica ocorrida no seio da escola dos *Annales*, tudo passou a ser fonte, desde que empreste ao pesquisador possibilidades interpretativas de uma realidade. Sobre esta amplitude, Le Goff discorre:

A história nova ampliou o campo do documento histórico; ela substituiu a história de Langlois e Seignobos, fundada essencialmente nos textos, no documento escrito, por uma história baseada numa multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de

escavações arqueológicas, documentos orais, etc. Uma estatística, uma curva de preços, uma fotografia, um filme, ou para um passado mais distante, um pólen fóssil, uma ferramenta, um ex-voto, são para a nova história documentos de primeira ordem (LE GOFF, 2011, p. 28-29).

Dentro desse novo campo, surge como grande novidade o retorno do sujeito. No território da nova história, objetos deram lugar a volta da biografia, da história narrativa, do acontecimento, o retorno da história política, mas eles voltaram com a problemática renovada (LE GOFF, 2011 p. 6-7).

Durante o apogeu da Escola dos *Annales*, o estudo dos intelectuais foi deixado de lado pela crítica à história dos grandes homens. A biografia foi rejeitada por ser considerada laudatória e positivista, voltada para os grandes vultos. Entretanto, a nova história cultural abriu a possibilidade para se estudar os intelectuais com novos olhares; há um redimensionamento, uma ressignificação de temas e objetos que outrora foram deixados de lado. Na abordagem da “biografia histórica nova”, o indivíduo passa a ser estudado “através de suas funções e seus papéis desempenhados” (LE GOFF, 2011 p. 8). Sirinelli corrobora com esse pensamento quando diz que a ascensão da história cultural, face ao desgaste das ideias do marxismo e a retração do estruturalismo, favoreceu o retorno do sujeito, que pensa e faz. Dessa forma, no território do historiador, o cultural, que antes estava relegado ao espaço dos objetos periféricos, ganhou espaço e autonomia (SIRINELLI, 1998, p. 410).

Retomando as reflexões de Le Goff, observamos que a interdisciplinaridade presente na nova história cultural é elemento que também contribui para o estudo dos intelectuais a partir dessa abordagem. Para o teórico, a nova história, [...] “afirma a fecundidade das múltiplas contribuições, a pluralidade dos sistemas de explicação para além da unidade da problemática” (LE GOFF, 2011, p. 21).

Nesta pesquisa, guiamo-nos pela intenção de estudar o professor Afonso Pereira da Silva a partir dos papéis que desempenhou, da profissão de professor e sua ligação com a esfera cultural, das práticas sociais, dos seus lugares de enunciação, dos meios e lugares de difusão do conhecimento pelos quais ele circulou, situando-o como um intelectual. Para tanto, apoiamos no pensamento do autor Jean François Sirinelli o qual, por meio da concepção da nova história cultural, voltada para a divulgação e recepção dos produtos culturais, propõe ao historiador que, ao adotar os intelectuais como objeto de estudo, lance mãos das concepções: intelectual, itinerários intelectuais, redes de sociabilidade e geração. Tais conceitos e definições são tratados em seção subsequente deste estudo.

Acreditamos que, tentar compreender como se deu o processo educacional paraibano a partir da trajetória profissional, da atuação e engajamento do professor Afonso Pereira é importante em razão da necessidade de dar visibilidade a uma história educacional paraibana que ainda precisa ser conhecida. Assim, o desenvolvimento dessa investigação poderá fornecer subsídios que auxiliem no entendimento do próprio contexto da educação no estado da Paraíba. Nessa intenção, utilizamos como aporte teórico-metodológico algumas obras fundamentais, dentre elas: Chartier (1994; 2002), Le Goff (2011; 2013), Pesavento (2003) e Burke (1992; 2005), sobre a Nova História Cultural, e Sirinelli (1994; 1998; 2003), sobre o estudo dos intelectuais.

A história, por conseguinte, a História da Educação, é reconstruída a partir dos vestígios preservados, pois é justamente da relação do historiador com as suas fontes que se constrói o conhecimento histórico. Ao historiador, compete “[...] nem arbitrariedade, nem simples coleta, mas sim a construção científica do documento cuja análise deve possibilitar a reconstituição ou a explicação do passado” (LE GOFF, 2011, p. 32). As fontes são matérias-primas indispensáveis para a reconstituição do passado, e, portanto, para operação historiográfica.

Para o desenvolvimento deste trabalho, realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental, cuja aproximação com as fontes ocorreu ainda no decorrer da pesquisa de Mestrado em 2014, quando pesquisávamos no acervo do Arquivo Afonso Pereira, fato que favoreceu a construção de nosso projeto de pesquisa. Logicamente com brilho nos olhos, logo vislumbramos a convidativa quantidade de documentos/fontes presente naquele espaço, fonte de desejo de todo pesquisador. Como alude Certeau, (1982, p. 85), para o desenvolvimento de suas pesquisas, o historiador recorre aos arquivos em que estão salvaguardados e preservados os testemunhos do passado, afinal “[...] ‘ir aos Arquivos’ é uma lei tácita da história [...]”. O que foi motivo de alegria, também foi motivo de preocupação. Se por um lado tínhamos variedade de fontes, por outro tínhamos a difícil tarefa de selecionar os documentos que desejávamos, aqueles que trariam respostas as nossas indagações iniciais postas na pesquisa. Nessa seara, colecionamos lacunas, mas também encontramos achados que trouxemos para nossa narrativa historiográfica.

Como já foi dito, nossa pesquisa partiu de um arquivo pessoal, o Arquivo Afonso Pereira e espalhou-se por outros locais. Quanto à definição dos arquivos pessoais, “[...] são conjuntos documentais, de origem privada, acumulados por pessoas físicas e que se relacionam de alguma forma às atividades desenvolvidas e aos interesses cultivados por essas pessoas, ao longo de sua vida” (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2020). Também são constituídos a partir das

ações de pessoas, familiares, que se empenham em selecionar a documentação do sujeito mesmo depois de falecido.

Dito de outro modo, os arquivos pessoais são de certa forma, como uma escrita de si no qual as pessoas selecionam intencionalmente documentos pessoais, relacionados à vida pública, fotografias, objetos e correspondências, com a intenção de construir relatos de suas histórias de vida. “[...] Os arquivos implicam registros e memórias de vida íntima, da vida profissional, assim como registros da vida pública e das redes de sociabilidade dos políticos e homens públicos” (ASSIS, 2009, p. 16). Portanto, os arquivos pessoais são construídos para vencer o tempo, com eles “asseguramos nosso lugar no presente e no futuro” (MCKEMMISH, 2013, p. 24).

Embora o Arquivo Afonso Pereira se caracterize como pessoal, nesse caso, privado, pela natureza da documentação, do mesmo modo, pode ser considerado público porque seu acervo é de interesse público pela personalidade social que foi Afonso Pereira, do mesmo modo pela abertura da família em disponibilizar o acervo à consulta pública. Importante considerar ainda que, em um arquivo pessoal, “[...] os documentos ali encontrados fazem parte do ideário individual de uma pessoa, que fez parte de um grupo político e/ou artístico e produziu documentos, ou seja, ele foi influenciado e influenciou os saberes e discursos produzidos em uma determinada época” (TOGNOLI; BARROS 2011, p. 77). Nesse caso, um arquivo pessoal constitui-se em importante acervo documental e poderá assumir sentido cultural e histórico. De fato, o arquivo Afonso Pereira contém informações fundamentais sobre os lugares sociais pelos quais seu instituidor circulou e, portanto, constitui-se em um valioso acervo documental para a pesquisa historiográfica.

No Arquivo, outro desafio que enfrentamos foi não cair na sedução das fontes que se espalhavam aos nossos olhos para não incorrer no risco de reproduzir a história que o próprio arquivo contava sobre Afonso Pereira, afinal era um arquivo privado, no qual os documentos foram intencionalmente selecionados e preservados. Essa foi uma preocupação que nos acompanhou durante toda a pesquisa, razão pela qual buscamos, como nos ensina Carlos Bacellar, “[...] cotejar informações, justapor documentos, relacionar texto e contexto, estabelecer constantes, identificar mudanças e permanências” (BACELLAR, 2011, p. 71), na tentativa de produzir a escrita da história.

Sendo assim, o *corpus* documental desse trabalho foi delineado tomando como fontes os documentos textuais, dentre eles: documentos pessoais de Afonso Pereira, relatórios, produções escritas, atas, correspondências, jornais, legislação (regulamentos, portarias, decretos) e representações pictóricas, as fotografias.

Nessa seara investigativa, adentramos nos Relatórios anuais da Fundação Padre Ibiapina elaborados por Afonso Pereira, os quais nos trouxeram os vestígios de sua atuação como diretor da Fundação, como foram instaladas as escolas, sobre a estrutura organizacional escolar implementada por ele através da Fundação e da instalação de bibliotecas escolares. Os relatórios anuais eram elaborados e encaminhados ao Ministério da Educação, abrangendo os anos de 1957 a 1974. Analisamos ainda os relatórios individuais elaborados pelas escolas e encaminhados à Fundação. Esses últimos foram localizados nos arquivos do acervo documental da Fundação. Embora não os tenhamos localizados na mesma sequência anual dos relatórios de Afonso Pereira, os relatórios individuais elaborados pelas escolas foram de grande utilidade no entrecruzamento das fontes, porque eles confirmaram narrativas de Afonso Pereira, trouxeram informações adicionais ao nosso estudo e completaram lacunas dos questionamentos que foram surgindo durante a pesquisa. Recorremos também ao relatório enviado pelo professor ao Instituto Nacional do Livro em 1969, no qual prescrutamos sua participação no órgão. Outros documentos textuais que excursionamos foram o livro “Dos deveres da educação”, de autoria de Afonso Pereira, publicado no ano de 1953, e o discurso proferido por ele na Assembleia Legislativa da Paraíba, no ano de 1957, nos quais ele expõe suas ideias acerca da educação.

Os Livros de Atas (1954 A; 1971 B) da Fundação Padre Ibiapina foram outras fontes documentais que utilizamos. As atas neles contidas são registros formais das reuniões da Fundação Padre Ibiapina, registradas nos cartórios com fins jurídicos. Elas trouxeram os registros das discussões e decisões, dentre outras questões, quanto à condução e planejamento das ações de Afonso na Fundação, inclusive as pistas iniciais da criação da instituição, e se constituíram em profícua fonte documental na pesquisa, pois suas entrelinhas completaram, elucidaram as teias da história que contamos.

Sobre a utilização da legislação educacional como fonte para a História da Educação, Faria Filho (1998), ao discutir essa questão, expõe que a legislação possui três dimensões, quais sejam: ordenamento jurídico, e , portanto aglutina prática ordenadora e instituidora; linguagem, que é o próprio aspecto discursivo constituinte e constituidor da linguagem, produtora de consentimento, persuasão e legitimidade; e, por último, a dimensão construtora da prática social, na qual estão incluídos os aspectos inerentes à produção da lei (tipos de legislação), aos sujeitos envolvidos na produção e a realização da lei. Na prática, a lei é um modo de intervenção social, um campo de expressão, de construção de relações e lutas sociais (FARIA FILHO, 1998).

Considera que, para o historiador, a legislação é esclarecedora de produtos ou artefatos, pois são documentos. No trato investigativo, seja utilizando a legislação educacional como

fonte ou objeto, alerta que o pesquisador precisa estar atento ao tipo de legislação na qual se debruça (a lei propriamente dita; os regulamentos; as portarias; e demais atos do cotidiano). Além disso, é preciso atentar para os sujeitos envolvidos em sua produção, problematizando as negociações, as modificações, a participação dos setores sociais e os meios de divulgação. Para ele, é interessante romper com a visão mecanicista que reduz a legislação exclusivamente a um campo de expressão e imposição dos interesses da classe dominante (FARIA FILHO, 1998). O autor acrescenta que a legislação é “[...] prática de ordenação, controle e formalização de outras (novas) práticas” (FARIA FILHO, 1998, p.108). E nisso abre-se a possibilidade para um olhar da legislação, como inspiradora de novas práticas, o que situa a ação do sujeito inspirada pela legislação.

Para tanto, recorreremos à legislação como fonte, buscando interpretá-la a partir dessas perspectivas postas por Faria Filho, considerando suas dimensões, correlacionando o contexto nos quais foram produzidas, explorando seus enunciados e sentidos, sem desprezar a intencionalidade subjacente, os efeitos da implementação ou não delas; vislumbrando que Afonso Pereira atuou como um sujeito cujas ações na educação foram moldadas/condicionadas e, ao mesmo tempo, inspiradas pelos imperativos legais vigentes, como veremos ao longo do texto. Nessa construção, dialogamos com a legislação educacional em âmbito nacional atinente ao período do estudo, assim como as legislações estaduais.

Excursionamos os jornais, na intenção de localizar matérias que privilegiassem notícias sobre Afonso Pereira e sobre a educação no Estado. Os jornais trouxeram indícios dos itinerários profissionais de Afonso Pereira, suas ações nos diversos lugares pelos quais circulou e atuou; as ideias propagadas e o protagonismo na educação. A análise também evidenciou as pistas da organização escolar implementada pelo professor e intelectual. Acessamos ainda os jornais que continham as publicações dos documentos oficiais do Estado, dos atos do Executivo. Nessa empreitada, recorreremos aos jornais: “A ordem” (1949); “Pedagógico” (1951); “Correio da Paraíba” (1965; 1985); “A União” (1940; 1943; 1962); “O Norte”, (1962); “A Imprensa” (1946); “A Folha” (1991); “Diário Oficial da Paraíba” (1957; 1976); “Diário de Pernambuco” (1958) e “Diário da Borborema” (1960).

A localização das matérias nos jornais deu-se mediante as possibilidades de pesquisas que tivemos. Algumas matérias localizamos no manuseio direto das edições preservadas nos arquivos, outras pelas buscas nas hemerotecas digitais, outras através do compartilhamento da rede colaborativa de pesquisadores do HISTEDBR-PB (Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação do Brasil - Paraíba, sediado na UFPB), orientados do professor Charliton Machado. Sobre o uso dos jornais como fonte histórica, atentamos para as considerações da

historiadora Tania Regina de Luca (2011, p. 139), “[...] a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que elegeu chegar até o público”. Desse modo, cabe ao historiador problematizar a narração do acontecimento; as razões daquela publicidade, o destaque conferido e a forma de organização do conteúdo (LUCA, 2011). Porpino e Machado (2020) também destacam a importância do uso de jornais na pesquisa histórica, com vistas à ampliação do olhar sobre o passado por meio de abordagens inovadoras que desvendem acervos, desmontem visões consagradas e coloquem em discussão afirmações viciadas e recorrentes.

No que concerne à utilização das correspondências como fontes documentais, nos guiamos pela definição apresentada por Rolf Nagel (1989), o qual considera como correspondências:

Toda forma de comunicação escrita, expedida (ativa) ou recebida (passiva) por pessoas físicas ou jurídicas, sob várias formas (ofício, circular, memorando, telegrama, cartas, cartões-postais, bilhetes, notas, telegramas e outros), podemos ser oficiais ou particulares, ostensiva ou sigilosa (NAGEL, 1989, p. 60).

Machado, Nunes e Vasconcelos (2018) indicam, também, que:

Como documento histórico, as cartas, além de nos apresentarem referências a um tempo e um espaço determinados, permitem-nos adentrar, análogo a um voyeur, em uma gramática interlocutiva que pode desvendar intimidades, segredos, estilos, formações, concepções, disputas hegemônicas nos campos a que pertencem os missivistas, trazendo à baila vestígios de uma experiência pessoal e cotidiana (MACHADO; NUNES; VASCONCELOS, 2018, p. 109).

Localizamos no Arquivo Afonso Pereira correspondências catalogadas, oficiais e particulares das quais selecionamos algumas. Outras localizamos nas caixas de arquivo morto das escolas, pertencentes ao acervo da Fundação Padre Ibiapina; eram comunicações tecidas especificamente com as escolas. Nessas últimas foi onde mais “escarafunchamos” e localizamos significativas fontes para nosso trabalho, em relação aos vestígios da comunicação de Afonso Pereira relacionadas às escolas e seus agentes constituintes. Podemos, assim, elencar as correspondências trazidas para esse trabalho como fontes documentais:

Quadro 01 - Correspondências utilizadas como fontes

Tipo de correspondência	Emissor	Destinatário/ Local	Data	Assunto
Carta	Afonso Pereira, João Pessoa-PB	Ferreira, Cajazeiras- PB	30 jan. 1952	Solicita documentação para registro da Escola Comercial.

Carta	Afonso Pereira, João Pessoa-PB	Ferreira, Cajazeiras- PB	25 fev.1952	Envio ao Rio de Janeiro de documentação para registro da Escola Comercial.
Carta	Comissão, Bonito de Santa Fé-PB	Comunidade, Bonito de Santa Fé- PB	1954	Contribuição com a construção do Ginásio Andreolino Timóteo.
Carta	José Geraldo, Araruna-PB	Afonso Pereira, João Pessoa-PB	22 out, 1955	Problemática enfrentada pelo Cônego Joaquim.
Carta	Afonso Pereira, João Pessoa-PB	João Isidro, Cajazeiras-PB	16 fev. 1956	Providências para o andamento da reforma da escola.
Carta	Afonso Pereira, João Pessoa-PB	João Isidro, Cajazeiras- PB	15 maio 1956	Providências para o andamento da reforma da escola.
Carta	Hermilo Borba, São Paulo-SP	Afonso pereira, João Pessoa- PB	12 dez. 1956	Assuntos a serem encaminhados pelos correspondentes.
Carta	Afonso Pereira, João Pessoa-PB	Cleanto Torres, s/l	20 jan. 1956	Planta baixa para a Escola Técnica do Comércio e Escolas Rurais.
Carta	Afonso Pereira, João Pessoa-PB	João Isidro, Cajazeiras - PB	22 abr. 1959	Entrega de livros ao Juiz de São José de Piranhas.
Instruções	Afonso Pereira, João Pessoa-PB	Diretores escolares, s/l	17 dez. 1959	Instruções para a aplicação do exame de admissão.
Outras correspondências	Fundação Padre Ibiapina, João Pessoa-PB	Escola Comercial Monsenhor Moraes, Bonito de Santa Fé - PB	24 fev. 1959	Relação dos livros encaminhados à Escola Comercial Monsenhor Moraes.
Mensagem	Afonso Pereira, João Pessoa-PB	Colégio Sólón de Lucena, João Pessoa- PB	dez. 1959	Mensagem aos concluintes.
Carta	Afonso Pereira, João Pessoa-PB	Anísio Teixeira, Brasília - DF	19 jan.1960	Solicita bolsas de estudos para professoras primárias.
Ofício	Afonso Pereira, João Pessoa-PB	Jânio Quadros, Brasília - DF	4 jul.1961	Solicita doação de máquinas de datilografas usadas.
Mensagem	Afonso Pereira, João Pessoa-PB	Ginásio Umbuzeiro, Umbuzeiro- PB	dez. 1963	Mensagem aos concluintes.
Carta	Afonso Pereira, João Pessoa-PB	Juscelino Kubitschek, Brasília- DF	27 mai.1963	Solicita recomendação para contato com Aliança para o Progresso.
Mensagem	Afonso Pereira, João Pessoa-PB	Ginásio Comercial de Caiçara, Caiçara-PB	dez. 1966	Mensagem aos concluintes.
Outras correspondências	Ginásio Comercial Augusto dos Anjos, Santa Rita-PB	Instituto Nacional do Livro, Brasília-DF	18 jan. 1971	Relação dos livros existentes.
Declaração	Antônio Aurélio, Santa Rita, PB	Instituto Nacional do Livro, Brasília-DF	18 jan., 1971	Declaração de existência de biblioteca.
Ofício	Fundação Padre Ibiapina, João Pessoa	Isabel Fernandes Dantas, Araruna-PB	15 jan. 1972	Reforma de Ensino.

Fonte: Elaboração própria (2021).

Como podemos observar, as correspondências que mais utilizamos como fontes foram as cartas, atentando para as premissas postuladas por Teresa Malatian, segundo a qual, cabe ao historiador definir o que buscar nesses documentos. Sua utilização como fonte exige crítica analítica, respeito à subjetividade presente nas narrativas, acrescida do seu confronto com outros documentos. Ao perquirir informações contidas nas missivas, atente-se que elas aglutinam versões individuais ou coletivas do narrador (MALATIAN, 2013).

Ainda que não tenhamos lançado mão das fotografias como fontes centrais nesse estudo, elas foram utilizadas juntamente com os documentos textuais, ora comprovando o testemunho das narrativas, ora emergindo, autônomas, como narrativa visual. Tornando-se o fio condutor e produtor da narrativa textual deste estudo no instante em que, a partir delas, nos debruçamos a analisar o significado presente em cada imagem em evidência.

Na análise, convém atentar que a fotografia tomada como fonte documental tem em si a intencionalidade de quem capturou, a encomendou, arquivou ou promoveu sua divulgação em suportes materiais. Dito de outro modo, em nosso caso, as fontes iconográficas que acessamos, do acervo fotográfico do Arquivo ou das páginas dos jornais, estão imersas numa teia de intenções. Como orienta Maria Eliza Borges, ao trabalharmos com fotografias como fonte histórica, utilizando-as com fins [...] “compreensivos e explicativos, elas demandam não apenas o emprego de metodologias afinadas com seus estilos cognitivos, que ajudam a ler e interpretar suas ambiguidades e seus silêncios, como também o cruzamento com outros tipos de documentos” (BORGES, 2003, p. 72).

Na trajetória investigativa, prosseguindo a etapa de localização e seleção das fontes, nos debruçamos na análise do seu conteúdo, que contribuiu para uma visão geral da atuação do professor Afonso Pereira na educação paraibana. A partir do apoio bibliográfico, procedemos à problematização, o intercruzamento com as fontes documentais que nos ajudaram a compreender a atuação do professor Afonso Pereira da Silva na Paraíba.

Retomando a explicação da trajetória de localização e seleção das fontes, ela se constituiu num capítulo à parte de nossa caminhada, por assim dizer. Já durante o Mestrado, anos de 2014 e 2015, iniciamos a aproximação com as fontes, escaneando os relatórios de Afonso Pereira preservados no Arquivo, pelo simples interesse de uma leitura inicial dos documentos, sem a pressa do cronograma da pesquisa, até porque o Doutorado era um projeto futuro. No início de 2019, concomitante às disciplinas do Doutorado, iniciamos a etapa de mapeamento e coleta de fontes nos arquivos. Quando se instalou a pandemia da COVID-19, no ano seguinte, por determinação das autoridades da Paraíba, através do Decreto n. 40.242, de 16 de maio de 2020, que dispôs sobre a adoção, no âmbito da Administração Pública direta e

indireta, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pela COVID-19,² momento em que os arquivos físicos na cidade de João Pessoa foram fechados.

Graças às fontes já coletadas, nos debruçamos na análise do seu conteúdo, que nos possibilitou a elaboração dos capítulos iniciais da Tese e a apresentação ao exame de qualificação. Ocorre que, durante todo o ano de 2020, por determinação das autoridades, na tentativa de conter a disseminação do contágio da referida doença, os arquivos e bibliotecas públicas e privadas permaneceram fechadas. Outro evento marcou nossa caminhada em busca das fontes, o falecimento da diretora do Arquivo Afonso Pereira, a professora e arquivista Clemilde Torres Pereira da Silva, em 30 de julho deste mesmo ano.

No primeiro trimestre do ano de 2021, momento da construção dos capítulos finais da Tese, o Arquivo encontrava-se fechado em razão do agravamento da pandemia, motivo pelo qual muitas pesquisas que dependem do acesso aos arquivos físicos, museus e bibliotecas precisaram ser redimensionadas em relação ao tempo de elaboração e localização/seleção das fontes a serem estudadas, sobretudo porque é tarefa precípua do historiador ir aos arquivos. Nesse caminhar da pesquisa, continuamos trabalhando com as fontes que havíamos selecionado antes da pandemia e redimensionamos nossas buscas, excursionando as hemerotecas digitais, tarefas árdua e nem sempre vitoriosa quando se tratou de buscar vestígios da atuação de Afonso Pereira de uma época na qual as fontes eram essencialmente físicas, por assim dizer, e encontravam-se guardadas nos acervos dos arquivos públicos ou privados, nas bibliotecas, nas páginas de jornais da época (com pequeno número digitalizado) etc.

O movimento colaborativo entre os pesquisadores vinculados ao HISTEDBR-PB (dentre os quais estão nossos orientadores, colegas mestrando, doutorando e alunos de

² A COVID-19 é uma doença provocada pelo coronavírus, também denominada de Síndrome Respiratória Aguda Grave 2 (SARS-CoV-2), considerada uma emergência de saúde pública de importância internacional. A doença ainda não é bem compreendida pela comunidade médica e científica. Sabe-se, todavia, que é contagiosa e sem tratamento preventivo e curativo específicos; em algumas pessoas mais vulneráveis, provoca uma grave pneumonia aguda, podendo levar à fatalidade. Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) emitiu para o mundo seu mais alto nível de alerta, por meio de declaração, inferindo que o surto pela COVID-19. Desde dezembro de 2019, o mundo já acompanhava a divulgação dos casos da doença a partir do epicentro mundial, em Wuhan, na China, agravando-se durante o ano de 2020. Ante esse cenário desafiador, o Brasil, por intermédio da Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, lançou diversas medidas para o enfrentamento dessa emergência. Entre tantas outras, foram recomendadas as estratégias do isolamento social e da quarentena, a fim de proteger a coletividade e reduzir a velocidade de contágio. Todavia, a despeito da atenção de diversas autoridades administrativas e de saúde, a doença continuou a avançar com velocidade inimaginável por todos os continentes. Assim, a OMS, em 11 de março de 2020, caracterizou a COVID-19 como uma pandemia. Conforme dados que estão em constante atualização, em 12 de fevereiro de 2021, a OMS confirmou, no mundo, 107.423.526 pessoas infectadas pelo SARS-CoV-2 e 2.360.280 mortes em decorrência de complicações pela COVID-19. No Brasil, nessa mesma data, foram confirmados pelos boletins epidemiológicos 10.195.160 casos e 247.143 óbitos, cumulativamente (NEVES *et al.*, 2021).

iniciação científica) foi de grande valia nesse contexto, pois cada um de nós teve o cuidado de, no prescrutar de nossas fontes, atentarmos para as fontes relacionadas aos objetos de estudo dos companheiros de pesquisa e, imediatamente após, compartilhávamos com eles os achados. Como temos conhecimento do objeto de estudos uns dos outros? Por dois movimentos distintos: primeiro, porque faz parte da metodologia da disciplina “Pesquisa em História da Educação” a realização de oficinas, nas quais mestrandos e doutorandos socializam seus projetos uns com os outros para analisá-los e, em momentos de discussões coletivas, são sugeridas modificações pelos alunos, acrescido ao parecer dos professores condutores da disciplina. Segundo, durante a pandemia, foi criada uma prática de estudo singular, através da qual, a cada quinze dias, nosso grupo de orientandos se reunia para o “Café com Pesquisas”, ocasião na qual, em alguns dias, alunos apresentaram seus projetos; noutros, professores convidados apresentaram suas pesquisas, abrindo-se o debate sobre a temática em evidência, fomentando um profícuo espaço de aprendizagens.

Essas práticas realizadas no interior da linha de pesquisa em História da Educação , contribuiu dentre outras coisas, para o conhecimento das pesquisas em curso nesse período e a criação de uma intensa e necessária circularidade de fontes, resultando no fortalecimento da prática de escrita da História da Educação nesse cenário tão adverso. Por reiteradas vezes na trajetória solitária da pesquisa no período de distanciamento social, tivemos a alegria de receber dos colegas de pesquisa notícias/fontes sobre Afonso Pereira e seu trabalho frente à educação, espreiadas nos jornais (nos quais eles estavam pesquisando) que acresceram o trabalho de continuarmos a tecer as teias de como caminhou a educação na Paraíba à época.

Esse parêntese na narrativa introdutória deste trabalho, teve o intuito de registrar o marco pandêmico na produção historiográfica da Paraíba, presente nos trabalhos acadêmicos desse período, no qual, nós, historiadores, fomos desafiados a prosseguir com as pesquisas em cenário de instabilidade no qual o medo pelas estatísticas de contágio abalaram nosso emocional, assim como a dor pelas perdas dos companheiros são uma constante, ao mesmo tempo em que a esperança de vida, renascida pelos caminhos da ciência na erradicação da doença com a vacina é nossa companheira.

Felizmente, no segundo trimestre do ano de 2021, os arquivos públicos e privados da cidade de João Pessoa voltaram a abrir, possibilitando nosso retorno às pesquisas presenciais e conclusão do estudo conforme havíamos planejado. Dessa breve história, concluimos que as dificuldades que vivenciamos, de certo modo, trouxeram novos caminhos e a preocupação pela impossibilidade de ir aos arquivos em determinado período, instigou novas estratégias de

pesquisa que garantiram a qualidade dos trabalhos frutos desse momento pandêmico pelo qual a sociedade está passando.

Essa Tese está esquematizada em 5 (cinco) seções, de modo a atender os objetivos do estudo. Na primeira e presente seção, intitulada **Caminhos da pesquisa**, estão descritos os caminhos que nos conduziram à pesquisa, o objeto de estudo, os questionamentos, justificativas, objetivos, aporte teórico-metodológico. É nesse tópico que também são apresentados os autores nos quais buscamos fundamentar o estudo nas seções subsequentes. Nele, explicitamos quais fontes foram utilizadas e os procedimentos de análise do conjunto de fontes que fazem parte do *corpus* documental da pesquisa.

Na segunda seção, nomeada **Pressupostos teórico-metodológicos**, apresentamos o aporte teórico-metodológico da pesquisa, discorremos sucintamente sobre a nova história cultural como campo fecundo às novas possibilidades de pesquisa. Trazemos um debate acerca do intelectual mediador como objeto/sujeito da pesquisa em História da Educação, ampliando nossa escolha conceitual, tomando como referência os postulados de Sirinelli e situando o professor Afonso Pereira como um intelectual criador e mediador, pela natureza de sua atuação nos espaços de circularidade. Por último, nessa seção, enfatizamos a biografia como caminho para a escrita da História da Educação, ou seja, como uma via para se compreender o processo educacional na Paraíba no recorte temporal estudado, a partir de um recorte biográfico da vida profissional de Afonso Pereira da Silva, de sua atuação face à realidade social da época.

A terceira seção, intitulada **Trajetória de um intelectual: itinerários do professor Afonso Pereira da Silva**, foi dedicada ao perfil biográfico do educador, na qual apresentamos sua origem familiar, como se deu a formação educacional, os múltiplos lugares pelos quais Afonso Pereira circulou profissionalmente, os trabalhos que ele desenvolveu enquanto professor, jornalista, agente público e escritor. Buscamos evidenciar as redes de sociabilidade construídas, desvelando as ideias/saberes e os discursos difundidos pelo educador. Por último, direcionamos as lentes do estudo para a produção escrita do professor intitulada “Dos deveres da educação”, lançada no ano de 1953 e o discurso proferido por Afonso Pereira na Assembleia Legislativa da Paraíba no ano de 1957.

Na quarta seção, **Fundação Padre Ibiapina: entre intenções e possibilidades de criação**, buscamos situar o contexto educacional de 1950, discorremos sobre como o professor Afonso Pereira criou a Fundação Padre Ibiapina, buscamos elucidar como foram fundadas e instaladas as primeiras escolas, como era constituído o corpo docente, de onde vinham os recursos para manutenção das escolas, apontamos algumas dificuldades enfrentadas pelo

educador, ao organizar o funcionamento e a oferta de educação nas primeiras escolas, e quais as estratégias utilizadas para superá-las.

Na quinta seção, intitulada **Uma tentativa de síntese: o projeto educativo do professor Afonso Pereira através da Fundação Padre Ibiapina**, descrevemos e analisamos a organização escolar implementada por Afonso Pereira através da Fundação, que tipo de escolas eram, quais os ramos de ensino que funcionavam nos estabelecimentos escolares. Perscrutamos sobre a realização dos comícios de educação, a instalação de bibliotecas nas escolas e a participação de Afonso Pereira no Instituto Nacional do Livro. Por último, fechando nossa narrativa acerca de como o professor Afonso Pereira contribuiu para a expansão do ensino na Paraíba, evidenciamos suas orientações e recomendações aos sujeitos que faziam parte das escolas das quais o educador participou.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Esta seção é dedicada a uma breve exposição das ideias/conceitos centrais que compõem o arcabouço teórico-metodológico para que pudéssemos prosseguir no trabalho investigativo. Partimos da emergência da nova história cultural a partir do pensamento historiográfico francês da Escola dos *Annales*, sobretudo da terceira geração, contexto em que, a partir do diálogo interdisciplinar da história cultural com outros campos, dentre eles a Antropologia, a História relaciona-se com outras áreas do conhecimento, trilhando novos caminhos. Em meados do século XX, as exigências teóricas figuram como novos desafios à história cultural. Como resposta, novos territórios de estudo são constituídos pelos historiadores, com novos problemas, novas abordagens, novas fontes e novos objetos.

No âmbito da nova história cultural, o estudo sobre os intelectuais, nosso objeto de estudo, é revigorado com novas possibilidades de análise, visto que, antes do movimento dos *Annales*, o estudo dos intelectuais limitava-se à narrativa da história dos grandes homens, guiado pela historiografia tradicional, tendo como característica a valorização exaltada dos grandes vultos, aspecto que levou esses sujeitos a serem deixados de lado pelos historiadores culturais a partir da corrente dos *Annales*. O movimento do retorno do sujeito deu-se em razão de que a nova história cultural passou a se interessar pelos suportes de produção e difusão de cultura. Nesse redimensionamento, os sujeitos enquanto produtores, receptores e divulgadores de cultura são tomados como objeto de estudo. Sirinelli, ao teorizar acerca do estudo dos intelectuais a partir da renovação histórica, compreende a história cultural como:

[...] aquela que se expõe ao estudo de formas de representação do mundo no seio de um grupo humano cuja natureza pode variar-nacional ou regional, social ou política, e que lhe analisa a gestação, a expressão e a transmissão. Como os grupos humanos representam e se representam no mundo que lhes envolve? Um mundo figurado ou sublimado pelas artes plásticas ou pela literatura, mas também um mundo codificado os valores, o lugar do trabalho e do lazer, a relação com o outro, demarcado o divertimento pensado pelas grandes construções intelectuais, explicado pela ciência e parcialmente administrado pelas técnicas, dotado de um sentido, pelas crenças e pelos sistemas religiosos e profanos, como os mitos, um mundo legado, enfim, pelas transmissões devidas ao meio, à educação, à instrução (SIRINELLI *apud* ALVES, 2012, p. 112).

A nova história cultural possibilita tanto o estudo dos intelectuais individualmente, como para a compreensão da atuação desses no meio sócio-histórico. Sirinelli dedica-se a construir proposições teórico-metodológicas para o afunilamento do estudo dos intelectuais

como criadores, produtores e mediadores dos bens culturais, na perspectiva da nova história cultural, através das categorias, itinerários intelectuais, redes de sociabilidade e geração.

Nesse escopo, a construção biográfica do sujeito se apresenta como “[...] um elemento indispensável da análise das estruturas sociais e dos comportamentos coletivos” (LE GOFF, 2011, p. 44). No caso do estudo dos intelectuais, não cabe ao historiador construir uma biografia focada exclusivamente na trajetória profissional, mas uma construção que atente para uma tentativa de compreender como se deu a participação do sujeito na construção histórica da sociedade. Trata-se de utilizar a escrita biográfica como caminho para excursionar a trajetória de vida do sujeito/objeto de estudo, procurando entrecruzá-la com o contexto social, político e cultural no qual ele esteve inserido, visando escrever/construir a História da Educação.

2.1 Nova História Cultural: novas possibilidades de pesquisa

Peter Burke, ao escrever sobre a Escola dos *Annales*, expõe que a Revolução Francesa da Historiografia foi resultante da crítica à historiografia francesa no início do XX, por um pequeno grupo denominado Escola dos *Annales*, quando é fundada a revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, em 1929 “[...] para promover uma nova espécie de história” (BURKE, 1992, p.11), cujas ideias e diretrizes consistiam em substituir a narrativa tradicional dos acontecimentos pela história problema, a inclusão da história de todas as atividades humanas, ao invés de apenas a história política. Propunha também a colaboração com outras disciplinas na operação da escrita da história pelo historiador. Pesavento (2003) amplia essa explicação ao apontar que, em sua criação, os *Annales* apresentavam-se “[...] tanto como alternativa ao marxismo, quanto como reação à história do acontecimento ou ainda ao que se chamava de uma história narrativa” (p.13), cuja visão era de que a construção da história era um processo contínuo, unidirecional, compreensível apenas por um modo racional.

Compreendido em termos de existência em três fases, chamada pelos historiadores de gerações, o movimento dos *Annales* teve sua primeira fase liderada por Marc Bloch e Febvre (1920 a 1945) – suas principais características eram ser um movimento pequeno, mas revolucionário que pregava a radicalidade contra a história tradicional, a história política e a história dos eventos. Nesse período, a revista propôs aos estudiosos a criação de uma abordagem interdisciplinar, com o objetivo de exercer liderança no meio intelectual da história econômica e social. A historiografia mostra que Febvre, em seu itinerário formativo individual e em suas pesquisas, utilizava como esquemas interpretativos contribuições de diversas disciplinas, dentre

elas, a Geografia histórica, a Filosofia, a Linguística, a Antropologia. Aspecto que ratifica a adoção de uma abordagem interdisciplinar por essa primeira geração.

Já a segunda fase, momento do pós-guerra, liderados por Fernand Braudel (1945- 1968), os *Annales* apoderaram-se do *establishment* histórico francês. A mais significativa contribuição dessa geração foi, a partir de seu principal representante Braudel, a sugestão hierárquica e tripartite de compreensão do tempo e da história que compreende: primeiramente “[...] a história ‘quase sem tempo’ da relação entre o ‘homem’ e o ambiente; segundo, a história mutante da estrutura econômica, social e política e, terceiro, a trepidante história dos acontecimentos” (BURKE, 1992, p. 38).

A terceira fase dos *Annales* (1968-1989) foi marcada pela fragmentação do movimento, pois o centro do pensamento histórico estava, naquele período, em vários locais (o chamado policentrismo), o que contribuiu para a inclusão de novas ideias e temáticas. A liderança já não se concentrava mais em representantes específicos, havendo mudança de abordagem e enfoque de metodologias em relação às gerações anteriores. Se, por um lado, era criticada por conferir pouca importância à política e à história dos eventos, por outro lado, a história cultural e a história social passaram a ser modos de fazer história característicos da terceira geração. Conforme observa Pesavento (2003), a terceira geração dos *Annales* vivenciava uma reorientação temática que caminhava em direção ao âmbito cultural, a chamada história das mentalidades, como objeto do historiador.

Chartier (2002) contribui para o entendimento dessa assertiva ao esclarecer que, nos anos de 1960 e 1970, face às novas exigências teóricas, foram lançados novos desafios à história cultural, pondo seus objetos em causas. Diante disso, os historiadores constituem novos territórios de estudo. No seio das questões históricas, emergem novos objetos, privilegiando: “[...] as atitudes perante a vida e a morte, as crenças e os comportamentos religiosos, os sistemas de parentescos e as relações familiares, os rituais, as formas de sociabilidade, as modalidades de funcionamento escolar, etc.” (CHARTIER, 2002, p. 14).

Ao buscar restaurar o papel dos indivíduos na constituição dos laços sociais, os historiadores desviaram o olhar para as redes, para os aspectos singulares, para as situações vividas. Nesse enfoque, o objeto da história deixa de ser as estruturas e os mecanismos reguladores. O objeto da história passa a ser as estratégias que comunidades acionam, as racionalidades, parentes, famílias, indivíduos. Nesse sentido, Chartier (1994, p. 98) aponta que o olhar da história, “[...] se desviou das regras impostas para suas aplicações inventivas, das condutas forçadas para as decisões permitidas pelos recursos próprios de cada um: seu poder social, seu poder econômico, seu acesso à informação.”

Ainda sobre a consagração da história cultural em um novo campo, por assim dizer, nova história cultural, Pesavento afirma que, nos anos 1990, os domínios da história vivenciaram uma virada. A autora explica que o início da virada se deu nas décadas de 1960 e 1970, como resultado da própria dinâmica social da época, em decorrência da “[...] guerra do Vietnã, a ascensão do feminismo, o surgimento da New Left” (PESAVENTO, 2003, p.8). Nesse cenário, desencadeou-se a crise dos paradigmas explicativos da realidade, causando profundas rupturas epistemológicas, questionando os marcos conceituais da história (PESAVENTO, 2003).

Mediante a complexidade no mundo pós-guerra, instaura-se um esgotamento de modelos e do regime de explicações e verdades globalizantes, as certezas a respeito das normas de análise da história, instauradas naquele período, são postas em dúvida. Os sistemas globais explicativos, os enquadramentos redutores, os modelos de análises em uso, já não serviam mais para as explicações da realidade pela história, pois a dinâmica social agora era composta por uma diversidade social, por novos grupos, imbuídos de novas questões e interesses (PESAVENTO, 2003).

Observa-se que a explicação para a citada crise dos paradigmas é possível identificar tanto características do materialismo histórico, ou seja, um modelo de análise da realidade fechado, sob a argumentação de que a dicotomia, dominação e resistência, explicava tudo, como também é possível identificar características da Escola dos *Annales* na forma interpretativa da realidade por uma história total presente, sobretudo, na segunda geração. Foram justamente essas questões que levaram historiadores dessas duas correntes a se interessarem por outros temas que exigiam análises pautadas em novos referenciais.

Le Goff menciona que a nova história foi forjada por historiadores das duas posições, as hegemônicas daquele período:

Penso que seja desnecessário repetir que a história nova foi em grande parte forjada pelo grupo dos *Annales*, e em torno dessa revista. O que não quer dizer que, tanto no passado como hoje, eminentes historiadores que não têm elos com os *Annales* e que, às vezes, não sentem simpatia por eles, não tenham tido um lugar de primeiro plano na história nova (LE GOFF, 2011, p. 165).

A partir da terceira geração dos *Annales*, dá-se uma nova maneira da história trabalhar a cultura, explicando o mundo pelo viés cultural. Segundo Pesavento (2003, p. 15), [...] “trata-se antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos para explicar o mundo.” Isso porque, para a autora, a cultura é compreendida como:

[...] uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentam de forma cifrada, portanto já um significado e uma apreciação valorativa (PESAVENTO, 2003, p. 15).

Se o que se busca é traduzir o mundo, através da cultura, significa trabalhar de modo a ressignificar sentidos conferidos ao mundo, sentidos esses manifestados, inclusive, em práticas dos diversos sujeitos sociais. Sendo assim, não se deve pensar as práticas culturais de forma limitada; seu limite não deve se restringir exclusivamente a níveis de instâncias oficiais de produção cultural, a exemplo de instituições, das realizações e das técnicas, tais como: a escrita de um livro, uma obra de arte ou a prática educativa.

O modo como homens, sejam eles destacados intelectuais, políticos ou homens comuns, constroem suas relações sociais no mundo em que vivem, são práticas culturais. Elas revelam como os sujeitos agem, como se expressam, quais seus modos de vida, como tecem suas relações sociais no mundo, como atuam na sociedade.

Essa nova possibilidade de o historiador trabalhar a cultura interpretando o mundo pelo viés cultural também está relacionada ao fato de que os historiadores culturais no século XX, “[...] reagiram, de maneira consciente ou inconscientemente às mudanças no mundo como um todo, inclusive à perda de fé no progresso e ascensão do anticolonialismo e do feminismo” (BURKE, 2005, p. 60). Nesse contexto, “[...] o encontro entre historiadores e antropólogos inspirou algumas das inovações mais significativas da história cultural nas décadas de 1970 e 1980” (BURKE, 2005, p. 68).

A história cultural virou-se em direção à Antropologia buscando vincular cultura e sociedade. Nessa empreitada, tomou como referencial o conceito de cultura dos antropólogos que postulava a visão de que cultura inclui, além da alta cultura, a cultura cotidiana, os costumes, os valores e os modos de vida. Para Burke (2005), essa trata-se da visão mais inspiradora dos historiadores culturais da última geração, para a qual cultura é:

Um padrão, historicamente transmitido, de significados incorporados em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atitudes acerca da vida (GEERTZ, 1973, p. 89 *apud* BURKE, 2005, p. 52).

Logo, a escrita da história ancorada na supracitada definição de cultura, possibilita ao historiador ler, estudar, interpretar e narrar sobre as práticas culturais dos sujeitos sociais. Por assim dizer, é possível analisar como os sujeitos adquirem e compartilham conhecimentos no

cotidiano, é possível reconstituir seus itinerários. A apropriação do conceito de cultura de acordo com o viés antropológico permite ao historiador identificar o modo como uma dada realidade social é concebida e, assim, traduzir o mundo a partir da cultura.

Com a nova história cultural e a entrada de novos objetos de investigação, novos sujeitos para análise historiográfica, dentre eles professores, a ampliação de fontes, o interesse pelo sujeito, enquanto instrumento de difusão e transmissão da cultura, no campo das representações e das práticas, a nova história cultural se apresenta como suporte teórico-metodológico favorável a este estudo.

Ademais, a nova história cultural possibilitará, neste estudo: construir um conhecimento histórico acerca da trajetória profissional do professor Afonso Pereira da Silva e sua atuação na educação paraibana. Investigar as contribuições de um intelectual professor à cultura, permitirá, também, o estudo das práticas culturais do professor Afonso Pereira e de suas contribuições à expansão da educação num dado local em determinado tempo, por conseguinte, à História da Educação .

2.2 O intelectual mediador como objeto/sujeito da pesquisa em História da Educação

Sabemos que, historicamente, os intelectuais têm desempenhado um papel importante nos assuntos educacionais, posicionando-se politicamente diante dos problemas do seu tempo (ALMEIDA, 2012). Geralmente, em meio às crises com forte impactos e repercussões sociais, como a necessidade de expansão do ensino público no país, os intelectuais são convocados a participar e a se engajar nos debates e nas manifestações que propõem medidas do Estado e da própria sociedade civil, na busca de soluções adequadas para o enfrentamento do problema. Por isso, utilizam-se de muitos expedientes para comunicar e fazer públicas suas ideias, tais como, a imprensa, a universidade, parlamentos, espaços de entidades de classe e eventos de repercussão na sociedade (BOMENY, 2003).

Na escrita da História da Educação, uma reflexão a respeito da definição e da função social dos intelectuais à luz dos conhecimentos históricos, filosóficos e sociológicos se faz útil ao referido debate. Corroboramos com Vieira (2008, p. 80) quando diz que, para se compreender o papel dos intelectuais, deve-se buscar construir uma história intelectual que esteja intimamente articulada à história das linguagens, das profissões ligadas à esfera cultural, das formas de transmissão da cultura e dos meios e dos lugares de difusão do conhecimento. A partir das práticas sociais, os seus lugares de enunciação, suas redes de sociabilidade e seus

compromissos políticos, sejam eles com as elites ou com o que defendem a subversão do poder, a compreensão dos intelectuais é proporcionada.

Nesse sentido, buscamos aprofundar a compreensão a respeito das categorias de análise propostas pela vertente da história dos intelectuais a partir das proposições do historiador francês Jean-François Sirinelli, que pressupõe que, para avaliar os desafios e os efeitos induzidos por esses indivíduos, faz-se necessário historicizar seus percursos intelectuais, ou seja, dar tratamento aos intelectuais como objeto de estudo (SIRINELLI, 2003).

Para Sirinelli, a noção de intelectual apresenta um caráter polissêmico, que resulta em duas acepções distintas, porém, complementares: uma mais ampla, baseada em aspectos socioculturais, englobando os criadores e os “mediadores culturais”; e uma outra mais estreita, fundamentada na noção de engajamento. A primeira seria abrangente, incluindo todos os sujeitos envolvidos com atividades laborais associadas ao escrito, tanto como criadores, como na qualidade de mediadores, os chamados criadores e mediadores de cultura, tais como jornalistas, escritores, professores, eruditos. Nessa percepção, os processos de criação, divulgação e recepção dos produtos culturais é pensado de forma ampla, permitindo que se mapeie uma enorme diversidade de dados (SIRINELLI, 1994, p. 9-10).

A segunda, mais estreita e qualitativa, é demarcada pela noção de engajamento na vida, envolvendo a atuação específica dos intelectuais enquanto sujeitos políticos do processo histórico, ou seja, o engajamento em lutas políticas. Refere-se à participação na coletividade, de modo a interferir e buscar contribuir nas decisões de caráter conjunto, embora nem sempre de interesse comum (SIRINELLI, 1994).

As duas definições foram operacionalizadas no trabalho de pesquisa proposto por Sirinelli, tomadas como expressões de dimensões articuladas, mas que devem ser historicizadas. Nesse sentido, o engajamento é analisado como uma construção histórica, que se relaciona com o tempo, mudanças e interações com contextos específicos. É o engajamento “[...] que distingue a caracterização do intelectual, tal como é representado na contemporaneidade, e que, em grande medida, naturalizou-se como traço da intelectualidade” (ALVES, 2019, p. 4). Entretanto, do ponto de vista histórico, ele se apresenta como uma novidade passível de ser datada e acompanhada nas suas mutações.

Gomes e Hansen (2016) classificam os intelectuais como indivíduos que buscam o conhecimento e, ao mesmo tempo, atuam na comunicação e transmissão de ideias, através do engajamento em debates públicos, orais ou escritos, sobre temas relevantes para a sociedade. São agentes da história, que criam, escrevem, discutem e propagam ideias, visando contribuir com a compreensão das questões públicas e com a ação comum que se estabelece entre os seres

humanos na construção do mundo, levando a público seus posicionamentos, suas concepções e interpretações, potencializando o debate.

Tal visão não se limita a definir como intelectual apenas os agentes pensantes, criadores de bens culturais, geralmente tratados como autores, artistas, cientistas. Inserem-se nesse grupo também aqueles que atuam na recepção do saber constituído, contribuindo para a sua divulgação, como explicam Gomes e Hansen (2016, p. 10):

Na acepção mais ampla que aqui consideramos, são homens da produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social. Sendo assim, tais sujeitos podem e devem ser tratados como atores estratégicos nas áreas da cultura e da política que se entrelaçam, não sem tensões, mas com distinções, ainda que historicamente ocupem posição de reconhecimento variável na vida social.

Desse modo, o intelectual é aquele que busca compreender a realidade que o cerca, a fim de identificar situações em que possa atuar para cooperar para a construção de uma sociedade melhor, podendo exercer atividades relacionadas com a elaboração de ideias, princípios, diagnósticos e receituários a respeito dos assuntos públicos, nos vários campos de atividade humana. Ao inserir-se no mundo e nas variantes culturais que existem, isto lhe proporciona uma visão ampla da realidade que o circunda e lhe orienta em seus pensamentos e na sua articulação com a sociedade, dialogando sobre questões políticas e sociais. Portanto, o estudo das trajetórias dos intelectuais se dá a partir da atuação que teve importância em sua época, comportando-se como fermentadores de futuras gerações de intelectuais, exercendo sobre eles uma influência cultural e política (SIRINELLI, 2003).

Segundo Sirinelli (2003, p. 248), “[...] todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver”. Para explicar essa visão, o historiador utiliza três chaves de análise que balizam sua pesquisa sobre os intelectuais: itinerários intelectuais, redes de sociabilidade e geração. A primeira delas concentra-se nos itinerários intelectuais, que podem ser efetivados reconstituindo uma caminhada individual ou buscando trajetórias de grupos que partilham de ideias centrais comuns (ALVES, 2019). Não se trata de uma biografia tradicional do intelectual, restrita à trajetória profissional ou formação escolar do sujeito, mas de um mapeamento da história política, de como se fortaleceram e enfraqueceram tendências doutrinárias que orientaram a vida política da época.

Correa (2016, p. 274) explica que o emprego da noção de itinerários proposta por Sirinelli, permite “[...] não só a reconstituição como a interpretação de trajetórias de grupos de intelectuais, mapeando seus territórios de ação, seus engajamentos e filiações de naturezas estéticas, políticas e partidárias.” Nesse sentido, um estudo que valorize os itinerários não só dá ao pesquisador a possibilidade de desbravar os caminhos percorridos pelo intelectual que se tem em vista analisar, como também os de outros sujeitos que se fizeram presentes nos seus contextos de formação, dando visibilidade aos grandes intelectuais assim como aos de menor expressão em uma dada época. Sobre como se dá a reconstrução desses itinerários seguindo as proposições de Sirinelli, Correa (2016, p. 273) diz:

A reconstrução destes itinerários pode ser lograda através da biografia e pelo estudo de um grupo de indivíduos que tiveram percursos inicialmente homogêneos. As trajetórias dos indivíduos ou dos grupos intelectuais permitem a identificação das influências, dos cruzamentos, dos comprometimentos não só dos “grandes homens de letras” como também dos intelectuais menos conhecidos ou daqueles que necessariamente não alcançaram a visibilidade de um Jean-Paul Sartre ou Raymond Aron, por exemplo (CORREA, 2016, p. 274).

Por esse motivo, os itinerários de formação intelectual possuem interfaces com as redes de sociabilidade e a geração, embora mantenham suas distinções. “Para Sirinelli, o recurso a essas duas outras categorias tem o objetivo de superar a simples descrição da trajetória, com vistas a uma interpretação que se espraie pelo contexto” (ALVES, 2019, p. 35).

Sirinelli também conferiu às redes de sociabilidade um estatuto de ferramenta indispensável no estudo dos intelectuais. Para o autor, as estruturas de sociabilidade são difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar (SIRINELLI, 2003, p. 248). Essas redes podem ser produzidas através de atração, amizade ou até mesmo solidariedade, formando redes de intelectuais adultos que se interconectam, fortalecendo os laços que muitas vezes se iniciaram no despertar intelectual e político da pessoa.

Para Sirinelli, tais redes, também chamadas estruturas de sociabilidade, compunham um instrumento explicativo para abranger a organização e a dinâmica do campo intelectual com suas amizades e inimizades, vínculos e tomadas de posição. Essas redes podem gerar grupos que, ao mesmo tempo, se unam pela admiração comum por um homem, por uma ideologia ou convicção religiosa. Tudo dependerá da influência exercida sobre tais intelectuais e seu círculo. Elas ganham materialidade em formas organizativas, em ambientes como as revistas, os conselhos editoriais, as universidades, os centros de estudos e pesquisas, os jornais de grande circulação, as associações de escritores etc. (SIRINELLI, 2003).

É importante ressaltar que a inserção de um intelectual em uma rede de sociabilidade resulta de um gesto voluntário, sobre isto, Alves (2019, p. 6-7) diz:

Denota, portanto, uma afinidade que é intelectual, mas também é política, no sentido mais amplo. Mas esse movimento gregário do meio intelectual não pode ser pensado como expressão de ações puramente racionais. Simpatias e hostilidades, amizades e rancores, solidariedade e competição mesclam-se nas configurações e nos deslocamentos que marcam as redes de sociabilidade. Porque elas ganham materialidade em formas organizativas, algumas clássicas, como as revistas, as associações, os manifestos. Para compreender como se formaram, o recurso aos itinerários intelectuais de seus integrantes torna-se o meio de detectar os pontos de encontro, as convergências de pensamento, a sedimentação de elos que podem precedê-las no tempo ou não, mas se fundam em zonas de acordos e concordâncias que também devem ser historicizadas. Por esse motivo, além da reconstituição do seu processo de construção, naquele movimento de retomar o curso do rio, as redes de sociabilidade devem ser analisadas naquilo que cimenta as adesões e dissensões, que Sirinelli denominou como “microclima”. Nesse microclima, vale notar as relações de poder que atravessam essas redes de sociabilidade.

Como se vê, as relações que os intelectuais estabelecem entre si no âmbito das estruturas de sociabilidade são complexas. Na base da formação das redes intelectuais estão presentes as conexões constituídas a partir dos itinerários, das afinidades, das gerações.

Quanto à noção de geração apontada por Sirinelli para o estudo da história dos intelectuais, essa se configura como de fundamental importância para iluminar os dois conceitos anteriores. Para Sirinelli (2003, p. 254-255), “[...] as gerações intelectuais não se referem tanto aos nascidos em uma mesma época, mas está relacionada com marcos, episódios e processos históricos vividos por indivíduos de diferentes idades e cujas vidas foram impactadas por essas ocorrências”. Uma mesma “geração” de intelectuais partilha a experiência espaço-temporal do presente e enuncia o porvir. Para se entender a constituição do meio intelectual, “os processos de transmissão cultural são essenciais”, tendo em vista que “um intelectual se define sempre por referência a uma herança, como legatário ou como filho pródigo.”

Contribuindo para a compreensão da noção de geração empreendida até aqui, Alves (2019, p. 7) afirma que:

[...] o conceito de geração pressupõe, em princípio, um corte histórico. Para se caracterizar uma geração – mesmo com os cuidados a que nos referimos antes – é preciso demarcar uma mudança, um desvio de rota, uma emergência. Por isso, Sirinelli considera o efeito dos eventos históricos de grande amplitude, provocadores de crises, de choques, de mudanças extremas, como marcos detonadores de mudanças, que põem em cena gerações, que se apresentam com traços dissonantes em relação ao panorama que lhes antecede. Outra forma de abordar uma geração passa por detectar

transformações culturais que interferem no desenho do meio intelectual. Neste caso, não se trata de um impacto estrondoso, mas pode comportar mudanças subterrâneas, que vêm a se expressar em novos aspectos das práticas intelectuais.

Apreender, portanto, os intelectuais pelo viés da noção de geração, não significa levar em conta, somente, os “efeitos da idade”, propriamente dito, mas as aproximações em torno de um evento ou de um marco revelador das afinidades e filiações dos intelectuais em torno de um projeto estético, político ou ideológico. Nesse sentido, as gerações não possuem uma medida passível de ser pré-definida em quantidade de anos, estando suscetíveis, isto sim, às ondas da história, por vezes mais longas, por vezes mais curtas (SIRINELLI, 2003).

Diante disso, podemos compreender que a geração é a chave de interpretação que engloba as demais, permitindo levar a cabo o esforço de contextualização dos itinerários intelectuais e das redes de sociabilidade. Ela auxilia o historiador a circunstanciar as escolhas, as possibilidades de formação intelectual, o terreno institucional, os espaços de circulação cultural, o impacto das inovações tecnológicas, cruzando os níveis local, nacional e internacional.

Nessa perspectiva, Sirinelli entende que os conceitos de itinerários intelectuais, redes de sociabilidade e geração veio para enriquecer a abordagem histórica. Tais distinções trazem indícios capazes de informar sobre motivações diversas na ação política de um grupo aparentemente homogêneo, mas que porta memórias coletivas distintas. Os intelectuais, na sua dupla dimensão de mediação e engajamento, aparecem como figuras de destaque na construção e consolidação das culturas políticas associadas às diferentes gerações, contudo, é importante ressaltar que sua ação está conectada e sofre os influxos dos vetores culturais disponíveis em cada tempo e lugar.

Espera-se do intelectual uma posição crítica diante dos problemas da sociedade, agindo de acordo com suas ideologias, que são os princípios de sua inteligibilidade e os elementos que compõem a sua identidade como intelectual. Ele não pode se furtar de observar a realidade que o cerca e de constantemente criticá-la, visando sempre transformar a sociedade através da conscientização dos problemas (SIRINELLI, 2003). Sua participação nos grandes debates, na defesa de certos valores demanda coragem e engajamento nas questões da sociedade.

Recuperando as definições de intelectual propostas ao longo desta seção, podemos afirmar que o professor Afonso Pereira da Silva, sujeito da pesquisa, compõe o grupo dos intelectuais. Conforme apontam Gomes e Hansen (2016, p. 13), os intelectuais podem ser vistos ou reconhecidos através de dois processos:

[...] O primeiro se refere ao processo de “criação ou produção” de bens culturais, que remete à figura do intelectual classificado como “produtor original ou criador”, geralmente tratado como autor, artista, inventor, cientista, etc. Enfim, um sujeito concebido como responsável pela constituição da chamada cultura erudita, alta cultura, ou também identificado de forma coletiva, como integrante de grupos inovadores e movimentos de vanguarda, que produzem alterações percebidas como bruscas e profundas no ambiente artístico ou científico, muitas vezes, obtendo reconhecimento a posteriori. O segundo envolve os processos de acesso e recepção desses bens culturais, por grupos sociais de tamanhos os mais variados, sobretudo se considerarmos a diversidade de suportes desses bens, que vão da palavra falada e escrita, passam pelos impressos e pelo audiovisual, e chegam aos meios digitais.

Afonso Pereira enquadrava-se nos dois processos, visto que atuava como pensador, através de seus escritos, refletindo sobre os problemas contemporâneos da sociedade e, também, como educador, na sala de aula, ministrando suas aulas. Isso proporcionava um crescimento intelectual e humano aos que participavam de suas aulas, palestras e da leitura de suas obras. Era um homem que buscava o conhecimento, bem como a comunicação e transmissão de ideias.

Os diferentes espaços e estratégias de atuação de Afonso Pereira apontam experiências e formas de produção intelectual em vários campos da atividade humana:

[...] Foi o primeiro diretor e co-fundador do Jornal Correio da Paraíba e da Editora Teone, juntamente com Teotônio Neto; fundador e primeiro diiretor da Aliança Francesa de João Pessoa; instituiu e presidiu a Fundação Padre Ibiapina, com dezenas de educandários disseminados em nosso Estado; Fundador em 1944, do teatro do estudante da Paraíba; idealizador, fundador e primeiro presidente da Orquestra Sinfônica da Paraíba; criador do observatório astronômico da Paraíba; membro fundador e ex-presidente da APAE, na Paraíba; presidente e introdutor, na Paraíba, da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC), entre outros (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA, 2007).

Afonso Pereira exerceu importantes papéis no decurso de sua vida. Foi professor, administrador, jornalista, parlamentar, magistrado, assumiu cargos públicos e privados, federais e estaduais, atuando sempre a favor da educação, arte e cultura, assumindo uma identidade de intervencionista nas questões cívicas nos espaços públicos, suscitada a partir das suas ações políticas.

Foi criador e presidente da Fundação Padre Ibiapina; Presidente da Academia Paraibana de Letras (APL); professor nas diferentes áreas (Linguagens; Geografia, Ciências Naturais, Direitos Autorais, Direto Romano e Pesquisa Social); além de ter exercido também um papel

importante na federalização da Universidade Federal da Paraíba, como Chefe de Gabinete entre os anos de 1966 e 1968 (SILVA, 2007).

As diversas atividades que compunham seus itinerários, desde a publicação em revistas, jornais, obras literárias, obras de valor historiográfico, discursos e aulas são parte integrante de suas formas de pensar e de agir. A responsabilidade do intelectual face aos problemas de seu próprio tempo e o seu engajamento político eram notórios, exercendo influência nos rumos da Educação da Paraíba. Especificamente no campo da Educação, o sujeito intelectual era tomado como objeto que buscava compreender, debater, intervir e disseminar ideais educacionais de sujeitos que marcaram o debate educacional no Brasil.

Afonso Pereira contribuiu para a implantação e interiorização da Educação no estado da Paraíba. Ao criar a Fundação Padre Ibiapina, construiu escolas espalhadas em todo território paraibano, além de participar da criação de cursos profissionalizantes e de graduação por todo o estado (SILVA, 2007). Foi um dos fundadores do curso de Direito da Universidade Federal da Paraíba, quando era professor universitário, além de ter fundado diversas escolas de nível fundamental, médio e superior também no estado da Paraíba (SILVA, 2007).

Um verdadeiro entusiasta da educação na Paraíba, Afonso Pereira foi um precursor do ensino secundário no interior do Estado. Suas ações sugerem que ele buscou atrelar a educação com o desenvolvimento cultural dos indivíduos. Nos espaços profissionais, o professor buscava o entendimento das tendências do pensamento contemporâneo, abordando as questões mais candentes que a sociedade estava passando: escassez de oportunidades de acesso à educação e cultura pela população, precarização do ensino público, dentre outras.

Outra faceta do intelectual paraibano era a de escritor, o que reforça as articulações entre mediação e criação intelectual nas representações literárias que o autor construiu sobre temas relacionados à educação, poesias, relatos de experiência no âmbito parlamentar. Diante disso, compreendemos que o sujeito desta pesquisa projeta-se como um intelectual atuante nos movimentos educativos, científicos e culturais, envolvendo uma gama de contextos sociais, cujas marcas estão retratadas em documentos, informações e fotografias, todo esse universo informacional como reflexo de sinais de uma época (SOUZA; FREIRE, 2005). Os diferentes espaços e estratégias de atuação apontam experiências e formas de produção intelectual de grande importância.

É importante destacar que nem sempre intelectuais com grande relevância no meio social são devidamente reconhecidos, mesmo sendo inspiradores e empreendendo esforços no sentido de “[...] colocar os bens culturais em contato com grupos sociais mais amplos, formando públicos, ‘criando’ novos produtos culturais ou novas formas de comunicação e aproximação

de produtos culturais conhecidos” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 17). “[...] Os guardiões de memórias, leitores, revisores, editores, contadores de histórias, agentes educadores, trabalhadores em espaços institucionais que fazem a recepção da cultura popular e erudita” (MUSTAPHA, 2017, p. 238). O que não parece ser o caso de Afonso Pereira, que recebeu e ainda recebe títulos, honrarias e homenagens de atores sociais. Talvez não haja tanta visibilidade de sua atuação no âmbito da historiografia, justamente pela carência de estudos que analisem historicamente sua trajetória profissional, trabalho que estamos a fazer neste estudo.

Afonso Pereira estava aberto ao diálogo e a sociedade; era um educador prestigiado por alunos e colegas docentes. Assim, não se pode dizer que é a sua atuação desvalorizada junto àqueles com quem manteve contato, seja na sala de aula, através da escrita ou através das mídias.

Como intelectual criador e mediador atingiu diferentes públicos, possibilitando o conhecimento àqueles que, muitas vezes não eram especializados naquilo que lhes era transmitido (alunos, leitores do jornal) e que, de outra forma, não teriam acesso ao conhecimento ou à compreensão do mesmo.

É notório que o professor Afonso Pereira exerceu a figura do intelectual mediador, não como um mero transmissor de conhecimento, “[...] sem nada acrescentar ou transformar criativamente” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 16), mas como aquele que agrega conhecimento aos outros, que contribui com a formação de novos e distintos valores e com significados culturais.

[...] O intelectual que atua como mediador cultural produz, ele mesmo, novos significados, ao se apropriar de textos, ideias, saberes e conhecimentos, que são reconhecidos como preexistentes. Com esses outros sentidos inscritos em sua produção, aquilo que o intelectual “mediou” torna-se, efetivamente, “outro produto”: um bem cultural singular. Ou seja, o intelectual mediador, neste aspecto específico da produção e atribuição de sentidos aos bens e práticas resultantes de sua atividade, não se distingue do intelectual “criador”. Podemos pensar, inclusive, como o mediador cultural, em especial aquele que se dedica à comunicação com públicos externos às comunidades de experts, tem que aprender a ser mediador. Ele se aperfeiçoa nas atividades de mediação e no uso de linguagens e estratégias com a sua experiência e com aquela acumulada ao longo do tempo. Ou seja, ele se torna um profissional especializado em atingir um público não especializado (GOMES; HANSEN, 2016, p. 18-19).

As autoras supracitadas reiteram que o intelectual mediador nem sempre aparece de forma evidente ou como responsável direto por um bem cultural, com crédito público ao seu nome. Outras formas de mediação podem ser praticadas: ele poderá, por exemplo, ocupar

cargos estratégicos em instituições culturais, públicas ou privadas, em associações ou organizações políticas, atuando em um lugar privilegiado em que há uma rede de sociabilidades, podendo protagonizar projetos de mediação cultural de enormes impactos políticos. Há ainda os que são responsáveis por “[...] edições, coleções, autoria de prefácios, comemoração de efemérides, entre outros produtos culturais dessa natureza, que podem ser dirigidos a públicos mais intelectualizados ou não”, assim como direcionam suas ações para a formação de profissionais em sua própria área de especialidade, “objetivando disseminar práticas e saberes que seriam responsáveis por circunscrever campos disciplinares e conferir uma identidade a seus membros” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 20).

[...] os intelectuais mediadores podem ser tanto aqueles que se dirigem a um público de pares, mais ou menos iniciado, como a um público não especializado, composto por amplas parcelas da sociedade. Dessa forma, podem ser os que se dedicam a um público de corte determinado como o escolar, o feminino, os sócios ou membros de uma organização ou comunidade étnica, profissional, por exemplo; ou a um público abrangente e heterogêneo, como o de um periódico de grande circulação. Em muitos casos o intelectual mediador necessita de um grande empenho para se especializar/falar/fazer/gerir/organizar livros e revistas, instituições culturais, 95 programas de rádio e televisão, cinema, exposições, livros infantis, etc. (GOMES; HANSEN, 2016, p. 21-22).

Afonso Pereira apresenta todas essas facetas, atuando como intelectual mediador, exercendo diferentes papéis (professor, jornalista, parlamentar, escritor). Em suas ações, buscava atingir a maior quantidade de pessoas possível, tendo em mente diferentes intenções e públicos, procurando produzir uma diversidade de bem cultural. Dessa forma, como sugerem Gomes e Hansen (2016, p. 22), ele seria um intelectual que, ao mesmo tempo, se enquadra como criador e mediador, pensador e transmissor de pensamento/conhecimento. Isso leva a um grande desafio sobre a compreensão da figura do intelectual mediador,

[...] não só por questões teóricas constitutivas de sua atividade intelectual, como igualmente pelas numerosas possibilidades de funções que pode exercer ao mesmo tempo e através do tempo. Isso porque a “profissionalização ou especialização” de um mediador pode estar relacionada a variáveis culturais e econômico-sociais muito visíveis, como as mudanças das tecnologias disponíveis para o exercício da comunicação social mais alargada, para citar um exemplo. Quando os mais importantes vetores culturais da mediação eram os impressos, quando a imprensa era o meio técnico mais avançado, os livros, jornais, revistas, manuais escolares e livros infanto-juvenis, entre outros, concentravam as atenções dos mediadores culturais (GOMES; HANSEN, 2016, p. 22-23).

Pelo poder que exercem, os intelectuais como sujeitos históricos, envolvem-se na produção de bens simbólicos, sendo assim reconhecidos pela sociedade como uma elite intelectual. “Os intelectuais mediadores acabam se envolvendo mais com a difusão e transmissão, o que leva os bens culturais a serem divulgados e circularem na sociedade em grupos sociais mais amplos e muitas vezes não especializados” (SILVA, 2018, p. 95). Segundo Gomes e Hansen (2016, p. 26), esses intelectuais atuam de forma estratégica para se “[...] entender como uma série de novos sentidos são gestados a partir da recepção dos bens culturais; de como tais bens transitam entre grupos sociais variados; de como a esfera da cultura se comunica, efetivamente, com a esfera social”.

Nesse sentido, muitos intelectuais mediadores têm elaborado produtos culturais que visam atingir o público de diferentes idades e níveis de escolaridade, por meio de instituições escolares ou não, buscando reforçar a identidade dos sujeitos através de uma formação cultural política que defenda valores acreditados por eles. Tais intelectuais almejam aproximar jovens dos bens culturais, fazendo com que eles tomem consciência da importância de seu papel na sociedade e para a construção do futuro. Afonso Pereira buscou isso através de suas aulas, palestras, produção teatral e discursos disseminados.

Em seu percurso intelectual Afonso Pereira travou inúmeros embates nas mais diversas esferas, revelando o seu compromisso com a educação, a cultura e a arte na Paraíba, levando-o a assumir cargos representativos no estado. Diante do cenário crítico da educação na sua época, procurou instituir novas posturas na população através da (re)estruturação da instrução pública no estado. O investimento na cultura e na educação e sua interligação com os ideais de modernidade, foi um reflexo da aceitação que os intelectuais desse período tinham sobre a necessidade de mudanças para sociedade.

O intelectual mostrou-se consciente do papel da imprensa em educar a sociedade, de promover uma circulação de ideias dentro do estado e como instituições incentivadoras da divulgação das ideias. Havia, portanto, uma consciência da importância da imprensa como local de desenvolvimento, tanto da cultura, quanto da educação, e, por isso, instituição indispensável para o projeto educativo que embrenhava. As ideias gestadas por ele foram propagadas nos principais veículos de comunicação do período – jornais e livros –, derivadas da ascensão do mercado editorial, ficando registradas nos arquivos públicos da cidade de João Pessoa.

Nesse sentido, se observa nele um conjunto de elementos privilegiados que nos conduziram no entendimento do processo de circulação de ideias na esfera local, a partir de sua assimilação de tantos temas, somada a sua preocupação por disseminar as ideias no universo

paraibano. Além disso, sua atuação intelectual, devido ao fato das suas propostas educacionais, como democratização do ensino, direitos sociais, fizeram parte da experiência da geração de jovens, crianças e normalistas no estado e em âmbito nacional. Por fim, destacamos que excursionar as discussões travadas pelo intelectual paraibano constituiu-se em um movimento de interpretação e de elaboração sobre a História da Educação na Paraíba.

2.3 Biografia como caminho para escrita da História da Educação

Nossa intenção neste tópico é respaldar nossa escolha em trazer o estudo acerca do intelectual professor Afonso Pereira através de uma escrita biográfica, qual seja, uma escrita que ensaja trazer luz acerca da sua participação num determinado período de sua vida, no qual atuou numa função específica. No entanto, o exercício da escrita nos impulsionou a trazer, sucintamente, os fios da história da biografia, também como um desejo de fazer deste trabalho de doutoramento uma construção compartilhada do conhecimento para o leitor deste estudo. Fez parte de nosso processo de escrita buscar compreender a gênese do gênero biográfico e gostaríamos de compartilhar resumidamente esse aprendizado com os leitores.

Desde a Grécia Arcaica, século VIII a.C., através dos poemas épicos, *Ilíada* e *Odisseia*, tem-se a narrativa das aventuras dos heróis gregos, Aquiles e Homero. São produções que narram a vida e batalhas heroicas dos personagens, podendo ser consideradas, pelas características, uma produção biográfica embora não fosse assim denominada. É o que se pode chamar de biografia clássica, a partir da divisão postulada por Daniel Madelénat, na obra *La Biographie*.

O referido autor trata o gênero biográfico a partir de três paradigmas dominantes, divididos em períodos: a biografia clássica, a biografia romântica, e a biografia moderna. Segundo Madelénat, a biografia clássica apresenta como principais características, a descrição elogiosa e laudatória da vida individual dos grandes sujeitos, por meio de uma retórica que a revelasse exemplar. O biografado era o homem virtuoso, ideal, digno de ser elogiado (MADELÉNAT, 1984).

Na Idade Média, a narrativa mantém o foco nos heróis, heroínas, mas também mártires e santos, descrevendo suas vidas e virtudes. Por volta do século XVII, aparece o termo biografia como nomenclatura para a obra que descrevia um personagem de forma realista. Consistia na oposição às formas antigas de escrita que idealizavam o próprio personagem e suas circunstâncias de vida (LORIGA, 2011).

Dosse (2009), analisando historicamente a escrita biográfica e a projeção do gênero biográfico na França, traça uma divisão metodológica das biografias delimitada por períodos: idade heroica, biografia modal e idade hermenêutica. O autor observa que a passagem de um modelo para outro não significava o desaparecimento do modelo anterior, mas uma coexistência de ambos, marcada pela hegemonia do modelo em evidência naquele período.

Para Dosse, as biografias heroicas tinham como principal característica a apresentação das histórias de vida exemplares, nas quais eram evidenciadas as qualidades morais do personagem biografado. A escrita biográfica retratava um herói que agregava valores a serem seguidos pela sociedade. Para o autor, nesse período, há um rompimento entre a História, cujo objetivo era a busca da verdade, detendo-se no ocorrido, e a biografia, um gênero que misturava realidade e ficção na narrativa cronologicamente linear do personagem. No entanto, História e biografia tinham em comum evitar o esquecimento do passado dos homens (DOSSE, 2009).

No período moderno, as escritas biográficas contam a vida dos personagens pelo foco literário e histórico, os eventos reais na descrição da vida do personagem são estilizados, a retórica é imprescindível para retratar a vida exemplar. Madélan, ao descrever o gênero biográfico nos diz:

No século XVIII, com o desenvolvimento das academias, o elogio domina a eloquência biográfica; ele tem, de saída, a função de celebrar, numa espécie de culto laico, uma corporação por intermédio de um de seus membros dado como exemplo de ciência ou de moralidade; depois se torna uma espécie de dissertação, freqüentemente proposta como tema de concursos promovidos pelas academias. Tais biografias oscilam entre a narração e o discurso retórico (MADELÉNAT, 1984, p. 49).

Segundo Loriga (2011), nesse período, com um tom mais intimista, além de se interessar pela vida da monarquia e santos, a biografia ampliou o interesse pela história de vida de outros indivíduos: poetas, criminosos e soldados (LORIGA, 2011).

Na divisão de Madelénat, trata-se do período da biografia romântica, no qual propõem-se buscar a representação real do personagem, busca-se na narrativa, revelar emoção, sensibilidade e a intimidade do biografado. De acordo com o autor, a biografia romântica, “[...] adapta-se doravante à representação de um indivíduo médio, próximo do leitor, objeto de compreensão interna” (MADELÉNAT, 1984, p. 52).

No século XIX, sob a égide do positivismo, no campo histórico, a escrita biográfica empenha-se em narrar a vida dos considerados ilustres políticos, os grandes homens, cujos feitos precisavam ser registrados por meio da narrativa histórica, traduzida em biografia. Entretanto, no final deste século, quando Marx coloca no centro da reflexão histórica as classes

sociais e não mais o indivíduo, há uma rejeição à biografia tradicional e, consequentemente, o declínio da pesquisa biográfica.

Na metade do século XX, por ocasião da efervescência da Escola dos *Annales* e a negação, por seus fundadores, da política e do individual, período em que a História era território dos movimentos econômicos e sociais, há uma negação da biografia. Nesse período, os historiadores buscavam se afastar do “ranço” positivista, cujo foco dos estudos era instituições e grandes nomes. Os historiadores enveredaram por outros territórios da História nos quais a estrutura econômica e mental era valorizada. Como explica Mary Del Priore, foi o momento de supressão da narrativa, juntamente com a história factual. Para a autora, ao reduzir a história política, diplomática, militar ou eclesiástica que “evidenciava o indivíduo e o fato, a Nova História, nascida dos *Annales* nos anos 60 passou a privilegiar o ‘fato social total’ nas dimensões econômicas, sociais, culturais e espirituais” (DEL PRIORE, 2009, p. 8).

Dosse (2009), analisando esse período, afirma que, no século XX, a História direciona o olhar para as estruturas e os longos processos históricos e, nesse contexto, a escrita biográfica permanece desvalorizada pelos historiadores, sobretudo pelos historiadores da Escola dos *Annales*, em sua terceira geração, no período da efervescência da história das mentalidades na década de 1970 e da concepção generalizante na interpretação da história.

O autor supracitado denomina as biografias fruto desse período de biografia modal, por meio das quais o indivíduo é estudado de modo que se construa uma ilustração da sociedade naquele contexto a partir dele. “[...] A biografia modal visa, por meio de uma figura específica, ao tipo idealizado que ela encarna” (DOSSE, 2009, p. 195). Ou seja, o biografado é o reflexo do contexto em que esteve inserido.

Convém observar que, apesar da negação da biografia individual pelos representantes dos *Annales*, a escrita biográfica esteve presente, embora não como narrativa de uma trajetória individual de homens ilustres, mas voltada para um período e um grupo de homens, como no caso de “Martinho Lutero, um destino”, escrito por Febvre.

De acordo com François Dosse (2009), a partir da década de 1980, período da virada na historiografia francesa, por ocasião do rompimento com o estruturalismo, no campo das produções biográficas, passa-se à idade hermenêutica. O autor aponta como característica dessa fase a “[...] variação do enfoque analítico, pela mudança constante da escala, que permite chegar a significados diferentes com respeito às figuras biografadas” (DOSSE, 2009, p. 359). Influenciada pela interdisciplinaridade, a escrita biográfica ancora-se na singularidade individual da trajetória do biografado, deixando de lado a narrativa cronológica e linear. Os

estudos biográficos abrem espaço para a “[...] pluralidade das identidades, o plural dos sentidos da vida” (DOSSE, 2009, p. 344).

Como analisa Del Priore (2009), o fim da rejeição à biografia histórica ocorreu nos anos 1970 e 1980, pois, com a chegada da idade hermenêutica, cujo objetivo era, através do singular, capturar a unidade, o indivíduo retorna à História. A explicação histórica, antes centrada nas estruturas, direciona sua análise sobre os indivíduos, incluindo “[...] suas paixões, constrangimentos e representações que pesavam sobre suas condutas” (p. 9). Tanto o sujeito como suas ações passam a ser situadas a partir de sua relação com “[...] o ambiente social ou psicológico, sua educação, experiência profissional etc.” (DEL PRIORE, 2009, p. 9).

De acordo com a categorização de Daniel Madelénat, trata-se do paradigma biografia moderna, que prioriza a dimensão social e psicológica. Para ser cientificamente respeitado “[...] o novo estilo reclama o direito à imaginação, à verdade poética, à reconstrução inventiva, uma vez captada a lógica de uma personalidade” (MADELÉNAT, 1984, p. 6). Na escrita biográfica moderna, há a exigência da objetividade e da construção ficcional. Madelénat observa que, nos dias atuais os fenômenos econômicos, sociais e culturais se configuram um “clima favorável à biografia” (MADELÉNAT, 1984, p. 73).

Mary Del Priore, citando Le Goff (1989), complementa a explicação acerca do retorno da biografia histórica como uma operação na qual a escrita biográfica não se dedicava mais a um único indivíduo isolado, mas buscava-se “através de um indivíduo, ou de um grupo de indivíduos,” ver a história de uma época. Na biografia histórica, os biografados não ocupavam mais o lugar de heróis em meio aos fatos, “mas como uma espécie de receptáculo de correntes de pensamento e de movimentos que a narrativa de suas vidas torna mais palpável, deixando mais tangível a significação histórica geral de uma vida individual” (LE GOFF, 1989 *apud* PRIORE, 2009, p. 9).

Ou seja, num estudo biográfico, o historiador deve estar atento para não se limitar à escrita de uma biografia focada, exclusivamente, na história de vida do indivíduo e suas subjetividades, mas procurar ampliar para o entrecruzamento com o contexto em que ele está inserido, o qual compreende: o social, político, cultural e econômico. É uma vida explicada através de, e explicando vários contextos num determinado período.

Com a retomada do gênero biográfico no seio da nova história, sobretudo na década de 1980, o campo de produção das pesquisas biográficas ganha espaço também na História da Educação. Esse campo de estudo passou, a partir da nova história, a priorizar sujeitos, dentre eles professores(as), intelectuais, cuja trajetória e atuação, antes invisibilizada na historiografia, agora, através da escrita biográfica, passa a dar visibilidade à atuação desses indivíduos.

Uma escrita de caráter biográfico, pelo viés da história renovada, possibilita não apenas dar visibilidade aos bastidores de uma história de vida, de uma biografia (em nosso caso, de um recorte biográfico de Afonso Pereira, especialmente a partir de sua atuação na Fundação Padre Ibiapina), mas também permite perscrutar os conectivos entre sua história individual com os espaços em que ele esteve inserido, pelos quais circulou e atuou. Operação que poderá representar um profícuo modo de escrita da história e da história da Educação da Paraíba. Nossas colocações ancoram-se no que diz Charliton Machado, segundo o qual, um estudo em História da Educação de teor biográfico deve promover um entrelaçamento da sociedade e indivíduo, através do qual o sujeito é recuperado como sujeito da História e das suas experiências tecidas nas relações sociais (MACHADO, 2010).

Para Le Goff (2011, p. 48), a biografia histórica deve ser construída, pelo menos, como uma narrativa de uma vida que possui articulação com “[...] alguns eventos individuais ou coletivos – uma biografia sem eventos não faz sentido e como tal deve ser dedicada a um personagem sobre o qual possuímos informações e documentos suficientes”. Nesse sentido, buscamos, através da história da trajetória da vida profissional de Afonso Pereira, tratar sobre questões mais amplas relacionadas à educação na Paraíba e, assim, construir um conhecimento histórico acerca da educação por meio de um caminho instigante chamado “biografia”.

Quanto à tipologia dos estudos biográficos, convém ressaltar que existem vários tipos de estudos biográficos. Giovanni Levi apresenta-nos quatro tipos, quais sejam: biografia modal, biografia de contexto, biografia de casos extremos e biografia hermenêutica.

A biografia modal “[...] ilustra os comportamentos ou as aparências ligadas às condições sociais estatisticamente mais frequentes” (LEVI, 2006, p. 174). Nesse tipo de biografia, as condutas são reduzidas a comportamentos-tipos, ao passo que se empenham em ilustrar “[...] formas típicas de comportamento de determinado tempo e espaço” (BORGES, 2011, p. 213). Na biografia de contexto, a singularidade das trajetórias é explicada pelo meio, época e ambiência. Trata-se de “interpretar as vicissitudes biográficas à luz de um contexto que as torne possíveis e, logo normais”. Importante atentar que, muitas vezes, o contexto histórico é apresentado como um pano de fundo rígido, coerente para explicar a biografia. Nesse tipo de biografia, embora “[...] as trajetórias individuais estejam arraigadas em um contexto, mas não agem sobre ele, não o modificam” (LEVI, 2006, p. 176).

Por outro lado, o tipo biografia de casos extremos trata-se de quando as biografias são utilizadas para explicar determinados contextos. “[...] Descrevendo os casos extremos, lança-se luz precisamente sobre as margens do campo social dentro do qual são possíveis esses casos”

(LEVI, 2006, p. 176-177). Ou seja, são os casos em que o sujeito comum, sua trajetória, serve como pano de fundo para reconstrução e esclarecimento do contexto em que ele esteve inserido.

Já a tipologia biografia hermenêutica, rejeita a descrição objetiva, característica da biografia tradicional. Essa abordagem é fruto da antropologia interpretativa, que, ao fomentar a “[...] troca e essa alternância contínuas de perguntas e respostas no seio de uma comunidade de comunicação”, acabou influenciando os modos de narrativa das trajetórias individuais pelo viés dialógico, no qual “o conhecimento não é resultado de uma simples descrição objetiva, mas de um processo de comunicação entre dois personagens ou duas culturas”. O ato interpretativo assume papel significativo na escrita biográfica, portadora de infinitos significados. Essa abordagem hermenêutica sugeriu aos historiadores a utilização do material biográfico de modo problematizador, “rejeitando a interpretação unívoca das trajetórias individuais”, ao passo que também os instigou à reflexão, “[...] levando-os a utilizar as formas narrativas de modo mais disciplinado e a buscar técnicas de comunicação mais sensíveis ao caráter aberto e dinâmico das escolhas e das ações” (LEVI, 2006, p. 178).

Destacamos que nossa escrita acerca da trajetória do professor Afonso Pereira situa-se numa abordagem hermenêutica. Inspirados nela, buscamos, a partir da multiplicidade de fontes enveredar pela riqueza do sujeito e, ao mesmo tempo, ampliar o entrecruzamento das fontes com o contexto social, político e cultural no qual esse intelectual esteve inserido. Assim, vislumbramos, à luz de uma análise historiográfica ancorada na nova história cultural, arquitetar uma narrativa do intelectual como sujeito da história, visto de vários ângulos e, assim, construir uma história da vida de Afonso Pereira, por conseguinte, a História da Educação.

3 TRAJETÓRIA DE UM INTELLECTUAL: ITINERÁRIOS DO PROFESSOR AFONSO PEREIRA DA SILVA

Uma pergunta inicial nos inspira na abertura dessa seção: Como se pesquisa a vida de um indivíduo? Encontramos resposta a esse questionamento em Vavy Borges (2011, p. 2012) quando afirma que: “[...] por intermédio das ‘vozes’ que nos chegam do passado, dos fragmentos de sua existência que ficaram registrados, ou seja, por meio das fontes documentais”. Cumpre ao pesquisador, nesse itinerário de leituras e escrita, mergulhar nas fontes documentais com habilidade, direcionando as lentes da pesquisa para a vida do biografado, quer seja para um rápido ou longo percurso, e perscrutar o substrato da vida do indivíduo, mas sempre com a preocupação de lançar um olhar para história com uma lente de aumento e atento aos menores detalhes (BORGES, 2009).

Iniciamos essa caminhada sabendo que a escrita biográfica é carregada de subjetividades também do biógrafo, pois, quando escrevemos, deixamos as marcas de nosso modo de interpretar o mundo, por conseguinte a história de vida do sujeito sobre o qual estamos escrevendo. Guiados pelas premissas da história, buscamos manter nosso olhar analítico, tão cheio de subjetividades, ancorado no propósito de trazer à tona a história de Afonso Pereira da Silva, em sua historicidade, pois:

O que nos interessa é acompanhar os passos de uma trajetória singular que suscite inquietações, dúvidas e incertezas que também possa interessar a todos aqueles preocupados com os problemas e a relevância da pesquisa e da escrita histórica. Mais do que fazer ‘revelações bombásticas’ ou trazer à tona facetas desconhecidas do seu personagem, o biógrafo deve sugerir respostas para questões como o funcionamento concreto de determinados mecanismos sociais e sistemas normativos, a pluralidade existente por detrás de grupos e instituições tradicionalmente vistos como homogêneos, a construção discursiva e não discursiva dos indivíduos, as margens da liberdade disponíveis às pessoas em diferentes épocas, entre outras (AVELAR, 2019, p. 77).

Nessa tarefa, partimos do que já foi escrito sobre Afonso Pereira, juntando peças, comparando, no intento da construção da história de vida de um educador. Detivemo-nos nas entrelinhas do não dito, seguimos a trilha das indagações que brotavam das fontes documentais sobre Afonso Pereira, nas quais fotografias, documentos pessoais, produções escritas, correspondências foram fundamentais para construirmos a presente narrativa, cuja finalidade é histórica. Pois, segundo Vavy Borges (2009, p. 16), “[...] do cruzamento da comparação de todos os dados fornecidos por estes vestígios é que construímos a história de uma pessoa”.

Guiados pela busca da percepção acerca da relação indivíduo/contexto, procuramos perceber o imbricamento dos acontecimentos da época e a vida de Afonso Pereira e como tais acontecimentos marcaram a vida do educador. Nessa seara, as ausências e vazios com os quais nos deparamos trouxeram inquietações e, ao mesmo tempo, constituíram-se em desafios investigativos e interpretativos. Tal aspecto é também uma das riquezas da pesquisa, qual seja: as fontes não se esgotam ao olhar individual do historiador. Sua análise apenas revela um pouco do objeto e do pesquisador, mas continuam fontes fecundas dispostas a novos olhares.

Na organização da narrativa dessa seção, tratamos da origem familiar do educador, os itinerários formativos vivenciados por Afonso Pereira, os lugares de atuação profissional, a construção de redes de sociabilidade, os discursos/ideias propagados, sempre buscando perceber a ação educativa presente na atuação de Afonso Pereira e, por último, trazemos uma análise da produção escrita intitulada “Dos deveres da educação” e da narrativa proferida por ele na Assembleia Legislativa da Paraíba.

3.1 Origem familiar e formação educacional

De origem familiar humilde, Afonso Pereira da Silva nasceu em 30 de outubro de 1917, em Bonito de Santa Fé³, cidade do sertão paraibano, filho de José Pereira da Silva e de Querubina Pereira da Silva, foi o caçula de sete filhos, sendo seus irmãos: Antônio Pereira da Silva, Emília de Arruda Pereira da Silva, Assis Pereira da Silva, Maria do Carmo Pereira da Silva, Renato Pereira da Silva e Alfeu Pereira da Silva. O documento que atesta a solicitação da segunda via do registro de Afonso Pereira, requerida por sua mãe, a agricultora Querubina Pereira, no ano de 1961, nos trouxe com detalhes mais informações acerca de sua origem

³ O município de Bonito de Santa Fé faz parte da região semiárida brasileira, situado na depressão sertaneja do Estado da Paraíba, com vegetação predominante a caatinga. Limita-se com os municípios de Monte Horebe (norte); Serra Grande e São José de Caiana (leste); Conceição (Paraíba) (sul); estado do Ceará (Barro e Mauriti) (oeste). Está a 493 quilômetros da capital João Pessoa. De acordo com o censo de 2016, a população é de aproximadamente 11.814 habitantes e a área territorial do município é de 228 km². No século XVIII, as terras onde está situado o município de Bonito de Santa Fé eram habitadas pelos índios Cariris e Tarairus. As terras, pertenciam à família Arruda Câmara, foram vendidas a Manoel José e Francisco Soares, que deram início à colonização do local através da atividade agrícola. No século XIX, a região era alvo de cangaceiros, combatidos sobretudo pela família Timóteo de Souza, e, principalmente, pelo chamado capitão Timóteo, o homem que desafiou Lampião. Pacificada a região, foi construída a capela de Santo Antônio, que deu origem ao povoado de Santa Fé. O povoado pertencia ao município de São José de Piranhas. Em 1889, foi realizada a primeira feira livre, que passou a contar com a participação de moradores da região. A emancipação política do município, então denominado de Bonito, ocorreu pela Lei estadual nº 1164, de 15 de novembro de 1938, desmembrado de Jatobá e constituído de dois distritos: Bonito e Monte Horebe. Pelo Decreto-lei estadual nº 520, de 31 de dezembro de 1943, o município de Bonito, passou a denominar-se Bonito de Santa Fé. A lei estadual nº 2608, de 5 de dezembro de 1961, desmembrou o distrito de Monte Horebe do município de Bonito de Santa Fé, elevando-o à categoria de município. (BONITO DE SANTA FÉ, 2020).

familiar, esclarecendo, inclusive que ele só foi registrado três meses após o nascimento, como podemos observar:

CERTIDÃO

CERTIFICO a requerente verbal de pessoa legalmente interessada que revendo o arquivo deste Cartório a meu cargo encontrei as fls .15/16 do livro “A” nº, sob nº de ordem S/N o assento do Registro de nascimento, o qual é do teor seguinte: “ Assento de Registro de nascimento. Aos dezoito dias do mês de janeiro de mil novecentos e dezoito nesta Povoação de Bonito, distrito deste nome, Termo de São José de Piranhas, Comarca de cajazeiras, Estado da paraíba do Norte, em meu cartório, onde eu Oficial do Registro Civil deste mesmo distrito, me achava, ahi, perante mim apareceu dona Cherubina Pereira da Silva, viúva do finado José Pereira da Silva, agricultora- paraibana, residente nesta povoação, minha conhecida e das testemunhas adiante nomeadas e no fim assignadas; em presença das quais por dona Cherubina Pereira da Silva, me foi dito que no dia, digo, que vinha dar a registrar o nascimento de seu filho “AFFONSO PEREIRA DA SILVA”; nascido no dia 30 de outubro de mil novecentos e dezecete pelas nove horas da noite na casa de seu domicilio nesta Povoação; e de cor branca, condição boa, sétimo da filiação, seu filho legítimo e de José Pereira da Silva, natural deste Estado e já falecido; é neto pelo lado paterno de Francisco Pereira da Silva e Marcelina Arlina do Amor Divino, já falecida; pelo lado materno: Francisco Timotheo de Souza e Izidora Jezuína de Souza, já falecida. [...] Bonito de Santa Fé em 18 de janeiro de 1961 [...] (ESTADO DA PARAÍBA, 1961, livro nº 7, Folhas v. 15/16).

De acordo com Clemilde Pereira, viúva de Afonso Pereira, ao descrever como foi o nascimento do marido, narrou que, naquela época, as moradias das famílias humildes, em sua maioria, contavam apenas com uma cama para o casal ou para a criança pequena e redes de dormir para os demais membros familiares, realidade na casa da família Pereira da Silva. De modo que, quando Querubina entrou em trabalho de parto, em razão do esposo estar doente ocupando a cama, quando as parteiras vieram auxiliá-la, Afonso Pereira nasceu em uma esteira (SABINO, 2016).

Imagem 01 – Os pais de Afonso Pereira, Querubina Pereira da Silva e José Pereira da Silva (1913)



Fonte: Acervo fotográfico do AAP.

Imagem 02 - Afonso Pereira com a mãe (s/d)



Fonte: Acervo fotográfico do AAP.

Imagem 03 - Querubina com os filhos Antônio, Alfeu e Renato (s/d)



Fonte: Acervo fotográfico do AAP.

Não localizamos fontes imagéticas que reunissem Afonso Pereira, irmãos e mãe, talvez devido à trajetória de vida de Afonso, conforme veremos oportunamente. As condições materiais nas quais Afonso Pereira nasceu podem ser melhor compreendidas se correlacionarmos com o contexto socioeconômico e político que o país vivenciava àquela época. Era o período da Primeira República, marcado pelo domínio oligárquico no país, não sendo diferente na Paraíba, cujas práticas eram o clientelismo, coronelismo e mandonismo. Com a estrutura econômica voltada para o cultivo e exportação do café, o país experimentava um tímido avanço industrial que promovia impulso apenas nos centros urbanos. Somado à estrutura política vigente nutriam-se revoltas país afora, ao mesmo tempo que se acentuavam as desigualdades sociais expressas no agravamento da pobreza, sobretudo da população nordestina.

No ano de 1917, em plena conjuntura internacional da primeira guerra mundial, o Brasil vivenciava sua primeira greve geral em São Paulo, que contou com a participação de cerca de 50 mil pessoas, dentre eles servidores públicos, fruto da insatisfação dos trabalhadores com a redução da oferta de alimentos para consumo e consequente aumento dos preços, aliada aos baixos salários e a busca de condições dignas de moradia e saúde (NUZZI, 2017). Nesse período, a caminhada histórica da Paraíba quanto ao crescimento econômico e social andava em descompasso com as regiões mais prósperas do país. Ante a escassez de riquezas, avultava-se

a concentração de bens nas poucas mãos de famílias dominantes nos municípios paraibanos e a Paraíba continuava pobre com a população ainda mais carente.

Ainda sobre a economia do estado, durante a Primeira República, Octávio Mello (2007) destaca que, por volta do ano de 1919, por ocasião do cultivo de algodão no estado, Epitácio Pessoa, então governador, com objetivos políticos, propôs ações de combate à seca e ampliação das vias férreas para escoamento da produção algodoeira. Destaca-se que, entre 1919 e 1954, a Paraíba foi contemplada com a construção de várias barragens, fato que propiciou o desenvolvimento de cidades pelo interior do estado. Do ponto de vista econômico, as obras contra a seca, capitaneadas por empresas norte-americanas, introduziram na Paraíba a economia assalariada, no entanto “[...] as obras contra as secas não alcançaram as principais finalidades. A população nordestina continuou pobre e a região, sem constituir exceção a Paraíba, não montou estrutura capaz de fazê-la coexistir com a seca” (MELLO, 2007, p. 165). Foi neste contexto que Afonso Pereira nasceu no sertão, interior da Paraíba, órfão de pai aos 6 anos, iniciou na infância o processo da escolarização.

Afonso Pereira estudou as primeiras letras em Bonito de Santa Fé, com o professor Andreilino Timotheo, homenageado por ele no futuro ao dar nome a uma das primeiras escolas criadas por Afonso Pereira à frente da Fundação Padre Ibiapina, conforme discorreremos posteriormente. Além dessas informações, não localizamos outras fontes documentais sobre esse período educacional de Afonso Pereira, o que nos legou indagações respondidas pela historiografia acerca desse modelo de ensino. De acordo com Saviani (2013), as escolas de primeiras letras eram organizadas em classes isoladas ou avulsas regidas por um único docente, o ensino era ministrado a um grupo de alunos de diferentes níveis de aprendizagens.

Pinheiro (2001), faz uma profícua análise sobre as escolas de primeiras letras, por ele denominada de “Era das Cadeiras Isoladas”, na qual as salas de aulas na Parahyba do Norte funcionavam na residência dos professores ou em casa alugadas, os quais recebiam baixa remuneração. Nesse período, a instrução pública era de responsabilidade das antigas províncias, transformadas em estados com a Proclamação da República, de modo que a organização escolar, a oferta de educação através das cadeiras isoladas era realizada de acordo com os interesses das lideranças políticas dos estados e dos municípios.

Os recursos didáticos eram poucos e mal distribuídos, limitando-se a livros de leitura, de gramática e de aritmética, destinados aos professores e cartilhas de ABC e tabuadas para os alunos. O uso da palmatória era a prática disciplinar aplicada na “Era das Cadeiras Isoladas”, como função de controle (PINHEIRO, 2001).

Pedagogicamente, o ensino das primeiras letras ou “Era das Cadeiras Isoladas”, utilizava o método mútuo, difundido em todo o país desde 1827, por ocasião da Lei de 15 de outubro de 1827, que determinou a criação de Escolas de Primeiras Letras. O método mútuo, “[...] baseava-se no aproveitamento dos alunos mais adiantados como auxiliares do professor no ensino de classes numerosas” (SAVIANI, 2013, p.128). Ainda sobre o método mútuo, o referido autor esclarece que a sala de aula era um salão único e amplo, com os alunos distribuídos de modo hierarquizado, sob forte disciplina, tendo à frente a figura do professor. Observa-se nessa descrição características da pedagogia tradicional, tão presente atualmente.

Posteriormente, por ocasião do falecimento do pai de Afonso Pereira, a família mudou-se para Cajazeiras/PB e ele passou a estudar o curso primário com o professor Crispim Coelho. Antes de Afonso completar 11 anos, sua mãe recebeu um convite do missionário alemão frei Martinho Jansweid para que o menino fosse estudar o curso secundário no Collegio Seráfico de Santo Antônio, pertencente ao Seminário Apostólico São Pedro Gonçalves, na capital do estado da Paraíba (hoje João Pessoa), cujo nome era Cidade da Parahyba (SILVA, 2017).

As fontes não nos deram pistas dos motivos que levaram aquela mãe a deixar seu filho caçula afastar-se do lar materno ainda tão criança. Podemos julgar que alguns fatores influenciaram essa decisão: as dificuldades vivenciadas pela família, órfã de pai, a escassez de oferta de instrução pública, sobretudo no interior da Paraíba e a credibilidade que os religiosos tinham naquela época quanto à educação das crianças. Outra pista que encontramos sobre a ida de Afonso Pereira para cursar o secundário na capital paraibana pode ter sido a participação de sua mãe na igreja de Cajazeiras, como zeladora do apostolado da oração, liga coração de Jesus, recebendo, inclusive, diploma de zeladora, que dizia: “A Exma. Shra Querubina Pereira da Silva foi constituída Zeladora do Apostolado da Oração, da Comunhão Reparadora e da Consagração das Famílias do Coração de Jesus e da cruzada Eucharística das Crianças no Centro de S. Pedro Gonçalves” (APOSTOLADO DA ORAÇÃO, 1938). A inserção de sua mãe nos espaços religiosos pelos quais circulavam os franciscanos pode ter influenciado no convite que o levou a estudar no colégio franciscano. Desse período de escolarização de Afonso Pereira, localizamos os boletins escolares do primeiro ciclo do curso secundário no Collegio Seráfico de Santo Antônio, nos anos de 1931, 1932 e 1933, na imagem a seguir, expomos o boletim de 1933.

Imagem 04 - Boletim do primeiro ciclo do curso secundário no Collegio Seráfico de Santo Antônio (1933)

Collegio Seraphico de Santo Antonio
PARAHYBA DO NORTE
BOLETIM

Alumno: *Alfonso Pereira da Silva*
Curso: *Secundaria* Anno: *2*
Comportamento: *5* Applicação: *5*

Resultado dos estudos do *2*º Semestre de 19*33*

	A	E	G		A	E	G
1 Religião	5	4,7	4,8	9 Geometria	3,2	3,7	3,4
2 Portuguez	4	4,8	4,3	10 Geographia			
3 Latim	4,2	4	4,1	11 Historia Sagrada	5	-	5
4 Francez	3	3,7	3,3	12 " Universal	4	4,5	4,2
5 Allemão	3,8	3,6	3,7	13 " Patria	3,5	4,5	4,2
6 Grego	4,2	4,8	4,5	14 " Natural			
7 Arithmetica	-	-	-	15 Leitura			
8 Algebra	3,4	3,3	3,5	16 Musica			

N. B. 1) A - Adeq. E - Exame. G - Geral (de Adeq. e Exame)
2) VALOR DAS NOTAS

Optimo com distincção	6	Soffrivel	3
Optimo	5	Pouco soffrivel	2
Bom	4	Insufficiente	1

Parahyba, *29* de *Novembro* de 19*33*
O Reitor: *Frei Agostinho Gorky O.F.M.*
O Professor: *Carvalho de Almeida*

Fonte: Acervo documental do AAP.

Ao examinarmos o boletim escolar como documento e fonte histórica, percebemos marcas de um tempo em que os documentos escolares eram preenchidos à mão, com exímia caligrafia, assinados pelo diretor (à época denominado reitor) e pelo professor. É possível perceber a importância atribuída à disciplina pela posição que a avaliação acerca do comportamento aparece no documento, logo acima, como o primeiro requisito preenchido quantitativamente, seguido da média das notas. Chamou-nos a atenção quanto à classificação do desempenho escolar dos alunos a descrição dos aspectos qualitativos das notas indicadas quantitativamente: Optimo com distincção - 6 ; ótimo - 5; Bom - 4; Sofrível - 3; Pouco sofrível - 2; Insuficiente - 1. Quanto ao currículo, contemplava as seguintes disciplinas: Religião, Português, Latim, Francez, Allemão, Grego, Arithimética, Álgebra, Geometria, História Sagrada, História Universal, História Pátria e História Natural. O ensino das línguas estrangeiras era gradativo, no primeiro ano de estudos o aluno aprendia duas línguas: latim e alemão; no segundo ano, era acrescentado o ensino de francês; e, no último ano, incluíam-se

aulas de grego. O mesmo acontecia com as disciplinas de História, que iam sendo gradativamente incluídas a cada ano.

Tomado como exemplo o boletim anual de 1933, observa-se que Afonso Pereira era avaliado como um aluno com conceito ótimo (5) nos aspectos de comportamento e de aplicação, esse último se referia ao desempenho nas disciplinas.

A convivência com os missionários influenciou seus futuros passos da formação educacional e Afonso Pereira tornou-se seminarista, sendo enviado pela Ordem Franciscana para o Colégio São Luiz de Tolosa, na cidade de Rio Negro⁴, Paraná, onde terminou o ensino secundário em 1936, tornando-se seminarista franciscano. Resolveu seguir a carreira sacerdotal em Pernambuco, no Colégio Franciscano da cidade de Pesqueira, local no qual iniciou a vivência da etapa formativa do Noviciado Franciscano, em 1937. Nesse mesmo ano, Afonso Pereira decidiu afastar-se da vida sacerdotal e voltou para Paraíba, cidade de Pombal, onde sua mãe estava residindo em razão de um de seus irmãos estar trabalhando na construção do Açude Coremas.

⁴ O Seminário Seráfico São Luiz de Tolosa tem suas origens em Blumenau-SC, onde funcionava o Collegio Seraphico Santo Antonio, fundado em 1897 por padres franciscanos vindos da Alemanha, da região da Saxônia. O Collegio que precedeu o Seminário, dispunha de um complexo com suas três alas, igreja conventual, longo edifício para oficinas, salas de música e de ginástica e prédios para trabalhos com estábulos, casa para serviçais e trabalhadores, além uma escola para filhos de colonos das redondezas. Porém, o rápido crescimento do Colégio trouxe problemas quanto à alimentação dos estudantes, uma vez que os mantimentos deviam vir quase todos de Santa Catarina. O seu transporte era dispendioso, havendo a exigência de pagamento de taxas entre os Estados. Muitos estudantes provinham de famílias pobres, não podendo pagar a sua alimentação. Assim, o Colégio tornou-se, sob esse aspecto, um problema financeiro para a Província. Além disso, os Franciscanos buscavam instalações e localizações adequadas a vida conventual que trouxesse calma à formação dos noviços e o ensino em geral de acordo com o espírito da Ordem. O espaço da edificação em Blumenau, era considerado acanhado, a temperatura elevada da cidade bem como a dificuldade de instalar um instituto mais moderno foram causas apontadas para a busca de outra cidade que abrigasse a grande procura pelos estudos primários e secundários do Collegio Seraphico. Por apresentar cruzamento de linhas férreas, facilitando a comunicação pretendida com vários pontos do país, além da amenidade do clima, a cidade de Rio Negro (PR) foi escolhida para a instalação de outro estabelecimento, maior e mais moderno que o de Blumenau. No ano de 1918, teve início à construção da edificação com aproximadamente 8.529,84 metros quadrados, com duas alas, quatro pavimentos e três torres que passou a abrigar o então Seminário Seráfico São Luiz de Tolosa, administrado pela congregação de franciscanos. Em 1923, fez-se a mudança com o início das aulas para os 118 seminaristas vindos de Blumenau. O Colégio franciscano permaneceu ativo até a década de setenta, quando encerrou as atividades, tendo sido seus alunos absorvidos por outros seminários da Província Franciscana. Foi tombado como Patrimônio Histórico e Cultural do município em 1978. O prédio, restaurado em 1999, passou a abrigar oficialmente a Prefeitura Municipal de Rio Negro (RIO NEGRO, 2020).

Imagem 05 – Afonso Pereira no Colégio Franciscano de Pesqueira, usando o hábito (s/d)



Fonte: Acervo fotográfico do AAP.

É interessante registrar que, embora fosse comum os seminaristas usarem o hábito já no curso secundário, Afonso Pereira só passou a usá-lo na etapa formativa do Noviciado Franciscano. Talvez, isso seja um indício da subjetividade dele quanto à decisão de prosseguir ou não na carreira religiosa. Também pode sugerir que Afonso Pereira seguiu carreira religiosa porque era um caminho para ter acesso à educação. Para os jovens mais pobres e sem acesso à formação escolar secundária pública, a formação religiosa, além de conferir prestígio, era também uma forma de assegurar a sobrevivência material e educacional em altíssima qualidade.

Para investir na formação superior, Afonso Pereira precisou, no ano de 1941, se submeter a exames para revalidar o curso secundário que havia cursado no seminário franciscano, pois o mesmo não era legalmente reconhecido para fins de ingresso no Ensino Superior, em razão da Reforma Francisco Campos, Decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932, que tratava sobre a organização do ensino secundário. O referido decreto determinava no Artigo 100:

Art. 100. Enquanto não forem em número suficiente os cursos noturnos de ensino secundário sob o regime de inspeção, será facultado requerer e prestar exames de habilitação na 3ª série e, em épocas posteriores, sucessivamente, os de habilitação na 4ª e na 5ª séries do curso fundamental ao candidato que apresentar os seguintes documentos:

I. Certidão, provando a idade mínima de 18 anos, para a inscrição nos exames da 3ª série.

II. Recibo de pagamento das taxas de exame.

III. E, para a inscrição nos exames da 4ª ou da 5ª séries, certificado de habilitação na série procedente, obtido nos termos deste artigo e de seus parágrafos.

§ 1º Os exames de que trata este artigo deverão ser requeridos na segunda quinzena de janeiro e serão prestados, em fevereiro, no Colégio Pedro II e em estabelecimentos de ensino secundário equiparados.

§ 2º Os exames versarão sobre toda a matéria constante dos programas expedidos para o ensino secundário e relativos às três primeiras séries, para a habilitação na 3ª série, e às duas últimas, respectivamente, para a habilitação na 4ª série e na 5ª série do curso fundamental.

§ 3º Os exames constarão para cada disciplina, de prova escrita e prova oral ou prático-oral, conforme a natureza da disciplina, salvo o de Desenho, que constará de uma prova gráfica.

§ 4º Serão nulos os exames prestados pelo mesmo candidato, na mesma época, em mais de um estabelecimento de ensino, ficando ainda o infrator deste dispositivo sujeito à penalidade de não poder inscrever-se em exames na época imediata.

§ 5º A constituição das bancas examinadoras, o arrolamento das provas escritas, o seu julgamento e o das provas orais ou prático-orais obedecerão, no que lhes for aplicável, ao disposto nos artigos 38, 39 e 40 deste decreto.

§ 6º Na constituição das bancas examinadoras não poderão figurar professores que mantenham cursos ou estabelecimentos de ensino, lecionem particularmente ou exerçam atividade didática em estabelecimento de ensino não oficiais, sendo nulos em qualquer tempo os exames prestados com infração deste dispositivo.

§ 7º Será considerado aprovado o candidato que obtiver, além da nota trinta, no mínimo, na prova gráfica de Desenho e como média aritmética das notas da prova escrita e da prova oral, ou prático-oral, em cada uma das demais disciplinas, média aritmética igual ou superior a cinquenta no conjunto das disciplinas.

§ 8º Ao candidato inabilitado nos exames de qualquer série será permitido, na época seguinte, renovar mais uma vez inscrição nos exames da série em que não lograra aprovação.

§ 9º Os candidatos aprovados na 5ª série, para a matrícula nos institutos de ensino superior, ficarão obrigados à frequência e às demais exigências estabelecidas para o curso complementar respectivo (BRASIL, 1932).

Essa constatação nos instigou a buscarmos na historiografia explicações acerca do ensino nos colégios das ordens religiosas dos franciscanos. Percebemos uma lacuna historiográfica (nos cânones que trataram da História da Educação), talvez, em decorrência do domínio dos jesuítas no campo pedagógico durante o período colonial, o qual resultou em abundância de fontes documentais; talvez pela ausência de interesse dos historiadores, os quais, influenciados por outras correntes de pensamentos, não direcionaram as lentes da história para o ensino nas ordens religiosas que não fossem a dos jesuítas. Todavia, esse silêncio traz demandas às pesquisas historiográficas, sobretudo pelo viés da nova história cultural, para pôr luz à prática educativa dos franciscanos, presentes no Brasil desde o período colonial.

Ainda no período da colonização, os franciscanos foram os pioneiros da evangelização do Brasil. Através das missões volantes, percorriam aldeias unindo catequese e instrução, prática que veio a ser utilizada pelos jesuítas. Se estabeleceram no Brasil em 1585, com a

fundação do Convento de Nossa Senhora das Neves de Olinda, tendo forte aceitação e influência popular. Em decorrência da rivalidade estabelecida entre franciscanos e jesuítas, da vinda em pequenos grupos e da curta permanência em cada região, a presença dos franciscanos ficou suprimida. Além disso, as ordens religiosas, exceto a dos jesuítas, Ordem de Santo Inácio de Loyola, não gozavam do apoio e proteção oficial da Corte, dispondo de poucos recursos humanos e materiais, contavam com o apoio das comunidades e algumas autoridades locais no período colonial (SAVIANI, 2013).

Paralelo à forma de organização do ensino no Brasil pelo governo, o ensino nos colégios da ordem religiosa dos franciscanos não foi extinto, a exemplo do período pombalino no qual, mesmo durante a implantação das aulas régias o oferecimento do ensino em colégios das ordens religiosas permaneceu. Os colégios da ordem religiosa dos franciscanos eram destinados à formação de sacerdotes, mas também eram frequentados por leigos, aos quais era oferecido estudos correspondentes ao do sistema oficial, estudos menores e estudos maiores. As instituições tinham estatuto próprio, com estabelecimento das regras de funcionamento, sobretudo quanto aos exames para seleção de professores e aprovação de alunos (SAVIANI, 2013).

Wojciech Kulesza, ao discorrer sobre a ordenação de padres no Seminário Episcopal da Paraíba até 1918, mostra que, de fato, as instituições de ordem religiosa, além do ensino sacerdotal, ofertavam formação a alunos leigos:

Mas o alcance do seminário não se limitou a ação desses sacerdotes. Embora não possamos traçar o destino dos demais 698 alunos que se matricularam no curso superior do seminário no mesmo período, não temos dúvida sobre sua influência na formação moral e intelectual desses estudantes leigos (KULESZA, 2006, p. 95).

Depois da Proclamação da República, a ideia do ensino laico ofertado pelo Estado foi fortalecida, colocando em risco o projeto religioso da Igreja Católica. A Igreja reagiu argumentando que o ensino leigo não seria capaz de promover educação cristã, passando a criar várias escolas católicas que se eximiram do atrelamento à educação pública do Estado. Ante o esforço da República em separar Estado e Igreja, a concepção da moral religiosa difundida pela Igreja era fortemente enraizada na sociedade, o que legou o reconhecimento da Igreja como instituição necessária à promoção de educação no período republicano.

[...] é justamente a partir da Proclamação da República que a Igreja no Brasil consolida sua hegemonia como agência formadora das elites dirigentes através da criação de inúmeros colégios católicos. [...] foi por meio do saber letrado

que a Igreja católica no Brasil redefiniu seu papel na sociedade republicana, recuperando e ampliando o poder que detinha desde os tempos coloniais. (KULESZA, 2006, p. 88)

Roger Brunório na exposição acerca da presença dos franciscanos no Brasil, quase extinta entre 1750 e 1889, denomina o período de 1889 a 1963 como a Presença Restauradora, com a chegada dos primeiros franciscanos da Saxônia em Santa Catarina e na Bahia. De acordo com o autor,

Nessa época, uma nova província é criada, Santa Cruz/MG e a comunidade franciscana se expande e se retrai de maneira considerável. A Renovação acontece entre 1963 e 2000, quando uma nova estrutura institucional, bem como um novo ideário teológico é implementado na ordem, dando lugar, inclusive, ao Setor de Bens Culturais [...] (BRUNÓRIO, 2016, p. 148).

Retomando a questão do ensino secundário cursado por Afonso Pereira não ter sido aceito para fins de ingresso no Ensino Superior, a historiografia assinala que, para os certificados darem direito ao ingresso nas faculdades, as escolas tinham que ser equiparadas ao Colégio Pedro II, também denominado Ginásio Nacional, a primeira escola secundária criada e mantida pelo império no ano de 1837, tornando-se referência para o ensino secundário em todo o território nacional, cujas escolas secundárias deveriam seguir seus planos e programas de estudos. Até a década de 1930, o ensino secundário era ofertado em escolas privadas, sendo poucos os colégios secundários públicos, ambos localizados, em sua maioria, nas capitais. Para se ter uma ideia, em Campina Grande, segundo maior município do estado da Paraíba, o ensino secundário público só chegou nos anos de 1950, quando foi criado o atual Colégio Estadual de Campina Grande, mais conhecida como o “Gigantão da Prata”, em 1953, no contexto em que já se cogitava a expansão do ensino secundário público para o povo.

O Decreto n. 21.241, de 14 de abril de 1932, baixado por Francisco Campos, então Ministro da Educação e Saúde Pública, estabeleceu no Art. 1º que: “O ensino secundário, oficialmente reconhecido, será ministrado no Colégio Pedro II e em estabelecimentos sob o regime de inspeção oficial.” Continuando no Art. 50, estabelece que apenas os estabelecimentos de ensino secundário mantidos pelo Governo estadual, municipal, associação ou particular, submetidos as normas de inspeção, “Serão oficialmente reconhecidos para o efeito de expedir certificados de habilitação, válidos para os fins legais, aos alunos neles regularmente matriculados [...]”. Ou seja, exclusivamente os exames dos colégios enquadrados nessas categorias davam acesso a diplomas que possibilitavam o acesso às faculdades. Como os colégios franciscanos eram escolas religiosas e não se enquadravam na categoria de

O ensino por eles organizado nos seminários, a prática educativa dos franciscanos nos colégios, orientada pelo Concílio Vaticano, constituía-se uma formação ampla, para além da formação dos noviços, com vistas à evangelização. Alunos e noviços tinham acesso a uma base cultural oriunda da Europa, onde seus professores, os franciscanos, foram formados.

Como esclarece Alexandre Bispo, no Seminário Seráfico São Luiz de Tolosa (por ele referido como o colégio do Rio Negro, por estar localizado na cidade de Rio Negro - PR), embora os franciscanos concentrassem suas atividades no trabalho pastoral, auxiliando os padres seculares da paróquia, assim como na assistências aos povoados, o trabalho deles era prioritariamente dedicado à educação e ensino, preparando os alunos através do estudo de humanidades, abrangendo várias áreas do saber, acrescida de arqueologia da cultura indígena da região, astronomia, trabalhos manuais e artesanato (BISPO, 2014).

Após obter aprovação nos exames para revalidar o curso secundário, Afonso Pereira prosseguiu em sua etapa seguinte da formação educacional: o curso de Direito, que transcorreu concomitante com atividades profissionais, sobre as quais discorreremos oportunamente na próxima seção. Afonso Pereira concluiu o bacharelado em direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Pernambuco, em Recife/PE, no ano de 1948, nesse período, residia definitivamente em João Pessoa. Foi nessa época que Afonso Pereira conheceu a professora Clemilde Torres, com quem casou-se dois anos depois e viveu por 58 anos até que a deixou viúva no ano de 2008. Como fruto do casamento, o casal teve duas filhas, Ana Flávia e Maria das Graças.

Imagem 07 - Diploma do Bacharelado em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Pernambuco em Recife/PE, 1948



Fonte: Acervo documental do AAP.

Outros itinerários formativos foram percorridos pelo educador em nível de especialização, situados nas áreas jurídica e pedagógica, tais como: Curso de Especialização em Direito Penal, na UFPB (1967); Curso de Especialização em Psicologia (1967), ambos em João Pessoa e Curso de Especialização em Inspeção do Ensino Superior, em Recife/ PE (1973).

3.2 Lugares de circulação profissional

Nesta seção, recuperamos e ampliamos, de modo mais detalhado o que foi exposto inicialmente em relação à carreira profissional de Afonso Pereira. Ressaltamos que, na tessitura de escrita desse estudo, não seguimos uma ordem cronológica e, sim, uma organização temática em relação aos lugares de circulação profissional de Afonso Pereira. Embora no Arquivo tenhamos encontrado um vasto acervo de fontes sobre os lugares pelos quais o intelectual circulou profissionalmente, os quais consideramos espaços educacionais, trouxemos breves análises de algumas atuações do educador. Tal procedimento justifica-se em razão de que, dada a extensa carreira profissional do intelectual, tivemos que fazer escolhas para cumprir com os objetivos do estudo.

Assinalamos que, nessa seara investigativa de um trabalho historiográfico cujas trilhas partiram de um acervo privado, foi necessário esforço para mantermos o distanciamento exigido ao pesquisador e não cairmos no fascínio das fontes. Isso porque nossa afinidade com a temática, por sermos professores, assim como o amplo acesso às fontes primárias, instigou-nos repetidas vezes a dialogar com Afonso Pereira através das fontes e até imaginar seus pensamentos, por assim dizer. A riqueza de fontes documentais do educador, localizadas durante a pesquisa, permitiu dar cor e sentido a nossa pesquisa, fator de extrema importância na árdua caminhada de um estudo doutoral. Assim sendo, concordamos com Ângela de Castro Gomes quando nos diz:

[...] as novas tendências historiográficas têm buscado crescentemente dar vida à história: dar cor e sangue aos acontecimentos, que não “acontecem” naturalmente, mas são produzidos por homens reais, quer das elites, quer do povo. Nesse sentido, os documentos pessoais permitem uma espécie de contato mais próximo com os sujeitos da história que pesquisamos. Nele “nossos” atores aparecem de forma fantasticamente “real” e “sem disfarces”. Nós, historiadores, podemos passar a conhecê-los na “intimidade” de seus sentimentos e nos surpreendemos a dialogar com eles e até a imaginar pensamentos (GOMES, 1998, p.126).

A autora também orienta que os documentos pessoais devem ser trabalhados sob a ótica da autenticidade, espontaneidade e verdade para ser refletida e problematizada, associando-se

aos demais tipos de documentação disponíveis ao pesquisador sob o viés de um tratamento-metodológico responsável. Essa conduta garantirá a essas fontes a mesma credibilidade conferida aos demais documentos históricos, pois o “feitiço” das fontes pode estar em todo lugar, sendo os arquivos privados apenas mais fecundos que outros, sendo importante conduzir a pesquisa com seriedade e ética (GOMES, 1998). Foi coadunando com essa assertiva que conduzimos nossa pesquisa.

Em sua trajetória de vida, Afonso Pereira percorreu múltiplos itinerários profissionais, muitos cronologicamente concomitantes, através dos quais foram sendo construídas redes de sociabilidade que proporcionaram a circulação de ideias de/sobre Afonso. Eles também revelam os caminhos pelos quais o intelectual se comunicou, quais ideias foram propagadas, como elas circularam, seja através de livros, do jornalismo, do magistério, da política. São esses itinerários os quais propomos a evidenciar nesta seção.

3.2.1 Arte e cultura como espaços educativos

Afonso Pereira teve uma vasta participação na área artística cultural da Paraíba, atuando como fundador da Sociedade de Cultura Musical de João Pessoa (1943) e sendo seu presidente, em 1945. Foi ainda fundador do Teatro do Estudante na Paraíba (1944), fundador da Orquestra Sinfônica da Paraíba, juntamente com a Sociedade de Cultura Musical (1945), e fundador do Observatório Astronômico da Paraíba (1969) (SILVA, 2008).

Durante a trajetória nos supracitados espaços, Afonso Pereira realizou diversas ações, seja por iniciativa individual ou coletiva, que refletem sua ligação com a esfera cultural da Paraíba e suas práticas sociais, incluindo a educação como tal prática, nos lugares de enunciação, nos quais o intelectual colaborou com a difusão do conhecimento, com a divulgação e recepção de produtos culturais, como se pode observar no anúncio de fundação da Sociedade de Cultura Musical no jornal A União⁵ do ano de 1943:

Sociedade de Cultura Musical: --- Por iniciativa de um grupo de admiradores da boa música, foi fundada, nesta capital, no dia 5 do corrente, a Sociedade de Cultura Musical”. Esta sociedade tem a finalidade de difundir em nosso meio a “divina arte”, visando incentivar o culto pela música erudita, infelizmente hoje relegada para o plano secundário [...] (A UNIÃO, 1943, n.p.).

⁵ O Jornal A União foi fundado em 3 de fevereiro de 1893, por Álvaro Machado, tornando-se o órgão oficial do estado da Paraíba; é o único periódico ainda em circulação. Ao longo de sua história, adquiriu marcante prestígio cultural dentre os leitores e é considerado uma escola de formação para os jornalistas que passaram por sua redação (GONZAGA, 2019).

O grupo ao qual a matéria se referiu era composto por Augusto Simões, João da Veiga Cabral, Carlos Romero, Domingos de Azevedo Ribeiro e Olavo Parente. Observa-se que o anúncio indicou o movimento de um grupo em torno da difusão da música na Paraíba, ao passo que trouxe o discurso de abandono a esse produto cultural. Inquietação também presente no discurso proferido por Afonso Pereira em 1946, na ocasião da apresentação à sociedade paraibana da Orquestra Sinfônica da Paraíba (concerto realizado no Cine Plaza, João Pessoa – PB, em 29 de maio de 1946), criada no ano de 1945 como fruto da organização de homens em torno da Sociedade de Cultura Musical, da qual Afonso Pereira participava. Na ocasião, o intelectual, então presidente da Sociedade de Cultura Musical, assim pontuou:

O insulamento em que vivemos, nós os filhos da Província, distanciados do contacto grande e diverso das metrópoles, é um convite insistente à reunião e à confraternização de idéias e pensamentos. Maiores que sejam os contrastes em nossa vida daqui, haverá sempre aquela marca peculiar nos sonhos, anseios e realidades dos homens da Província. Estamos num retiro, e temos necessidade de uma compreensão única e verdadeira. Se, até o presente, a nossa história artística não ultrapassa os limites das fronteiras, são os de fora que nos trancam a expansão e os triunfos. Os cuidados tem sido mais para os filhos do Sul. As migalhas alquebram as nossas melhores energias de inteligência e sentimento. E a fuga e a deserção é a nossa aventura indeclinável. É preciso descer até lá para que tomemos a impressão de uma vida e de um mundo mais amplo. Estamos insulados, e isso significa tudo. Significa abandono de nossos sonhos e esperanças, e as esperanças e reservas da mocidade se deprimem e se comprimem no desespero. Mas a verdade também é um lenitivo. Ela cria em nosso coração um sentimento profundo de amor e de ciúme por nossas coisas. Estamos na Província, que nos importa! Estamos sim no Brasil, isso sim, nos interessa! É essa intimidade provinciana, que vem criar em nós esse motivo superior de daqui se congregarmos, em um só espírito, uníssono e de comunhão, um dos mais belos e comovedores espetáculos- os 50 atores- componentes da Orquestra Sinfônica da Paraíba, que são eles o milhão e quinhentos mil habitantes da Paraíba, a encarnação de seus anelos e a vitória de uma luta venhemente e indecisa [...] (SILVA, 1946, n.p.).

Nota-se que o intelectual reverberou em seu discurso o isolamento no qual a história artística da Paraíba encontrava-se. Assinalou que era uma atenção dispensada ao Nordeste que vivia de migalhas de incentivo, pois a prioridade de investimento na área cultural era destinada ao Sul. Segundo ele, o pouco recebido (de natureza orçamentária ou administrativa) causava desestímulo. Entretanto, fugir dessa realidade de isolamento artístico era uma tarefa da qual não se pode declinar.

Diante dessas ideias refletidas no discurso, podemos inferir que, para Afonso Pereira, criar a Orquestra, incentivar, promover a cultura musical na Paraíba era um caminho para

romper com o encastelamento no qual o segmento artístico musical se encontrava. Ao mesmo tempo, a carência de investimento cultural fomentava o sentimento de valorização da produção cultural do paraibano. Noutras palavras, conferia ao povo identidade cultural.

As ideias assentes em sua narrativa são pertinentes e refletem o tratamento dispensado à música, uma forma de arte e prática cultural, naquele período. Contudo, consideramos que a falta de incentivo dito pelo intelectual como algo relativo exclusivamente à Paraíba, pode ser um exagero no sentido de que talvez fosse uma realidade vivenciada em todo o território nacional e não apenas em sua terra natal, como disse Afonso Pereira. Tanto na década de 1940, marco temporal da narrativa do intelectual, até os dias atuais, constata-se, em nível nacional e dos governos locais, ausência de política cultural que reflita ações do Estado quanto à promoção do acesso, circulação e produção cultural. Para essa afirmativa, adotamos a definição de política cultural como “[...] programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas” (COELHO, 2004, p. 292).

O Estado brasileiro veio ter participação quanto à promoção das atividades culturais no pós 1930, especificamente com a criação do Ministério da Educação e Saúde, em 1934, sob a gestão de Gustavo Capanema (1934-1945), período no qual foram tomadas iniciativas como a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), o Instituto Nacional do Livro (INL), o Serviço Nacional do Teatro (SNT), do Instituto Nacional da Música (INM) e o Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE) (NASCIMENTO, 2007). No entanto, a intervenção do Estado no financiamento da cultura no período de 1946, quando Afonso Pereira estava a engendrar ações de divulgação da arte na Paraíba, não se pode dizer que “[...] há registro da mesma dinâmica Estatal para políticas culturais como no período anterior” (NASCIMENTO, 2007, p. 2).

Afonso Pereira prosseguindo às iniciativas de estímulo à arte e à cultura, buscava estabelecer a propagação de suas ações para além do espaço comunicativo da Paraíba, como se pode ver no jornal *A Ordem*⁶ que circulava no Rio Grande do Norte, na coluna do violinista

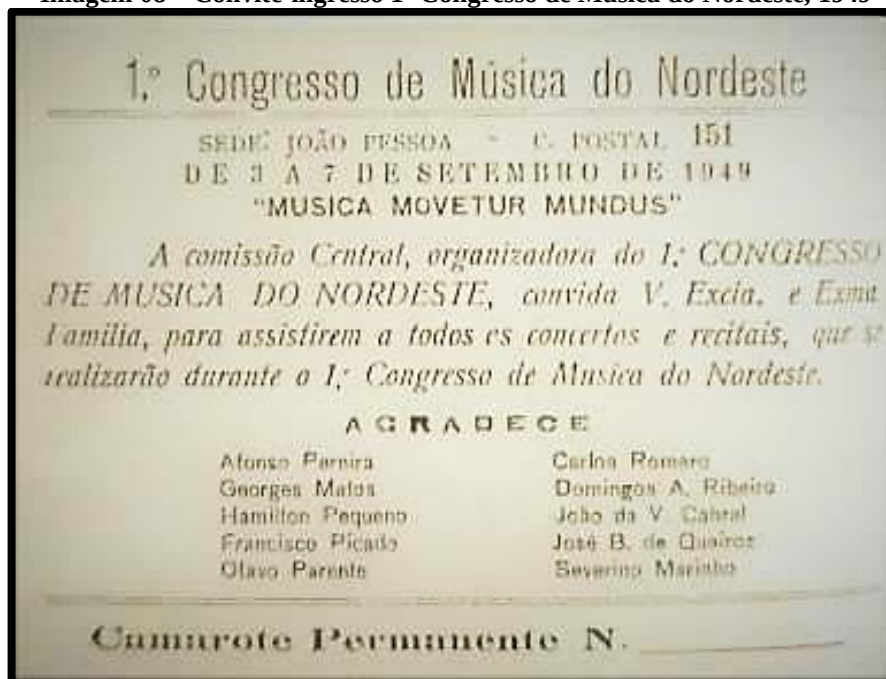
⁶ O jornal católico *A Ordem* foi fundado no Rio Grande do Norte em 14 de julho de 1935, pela Congregação Mariana dos Moços cujo presidente era Ulisses Góes. Passou por interrupções vindo a circular de 1935 a 1953 diariamente, com propósitos educativos e doutrinário, fazendo o acompanhamento da política local, nacional e internacional. A partir de 1962, circulou semanalmente, sendo interrompido em 1967. Em 1999, voltou a circular abordando apenas assuntos religiosos (MELO, 2002). Em 2016, foi transformado em revista quinzenal com edição eletrônica disponível até julho de 2019. Fontes: *A ORDEM*: jornal, agente cultural e estrutura ideológica no Rio

Gumercindo Saraiva, o qual trouxe, em 23 de julho de 1949, destaque acerca de Afonso Pereira e a música na Paraíba:

Continuo a receber com verdadeira assiduidade cartas do dr. Afonso Pereira, da Paraíba, dando-me a conhecer detalhadamente todos os planos artísticos musicais dessa figura central que vem prestando à cultura pessoense uma valiosa contribuição de seus titânicos esforços. Afonso Pereira é dessas criaturas que não esmorecem nunca, pela tenacidade da ação e outros fatores que somente a arte pode compreender. Jovem, professor, lecionando mais de cinco cursos diariamente [...] O Conservatório de Música, a Cultura e a Orquestra Sinfônica da Paraíba são instituições que honram os filhos da terra de Solón de Lucena. E ao que me consta, o nobre advogado e professor, com o seu dinamismo, pouco é auxiliado, pois, como em toda parte, apenas um ou dois ajudam seu empreendimento intelectual que honra também o Brasil (A ORDEM, 1949, n.p.).

Ainda sobre a atuação de Afonso Pereira na Sociedade de Cultura Musical, localizamos que, no ano de 1949, como presidente dessa sociedade, ele organizou o 1º Congresso de Música do Nordeste, conforme atesta o convite-ingresso para o primeiro Congresso de Música do Nordeste:

Imagem 08 – Convite-ingresso 1º Congresso de Música do Nordeste, 1949



Fonte: Convite localizado no AAP.

O Congresso teve o tema em latim: *Musica Movetur Mundus*, cuja tradução é “a música movimenta o mundo”. A escolha do referido tema sugere o apreço de Afonso Pereira pela música, assim como sua concepção sobre a função social da música como motor de transformação e o reconhecimento como expressão da cultura. O Congresso foi realizado de 3 a 7 de setembro de 1949, no Teatro Santa Rosa, com início às 20 horas. A programação era composta da conferência intitulada “Conceito de Beleza na Arte”, cujo conferencista foi Frei Marcelo, seguido de recital de música sacra pela *Schola Cantorum* do Seminário.

Observamos que os itinerários percorridos por Afonso Pereira na Ordem franciscana, iniciados ainda durante sua formação intelectual, estendendo-se à atuação profissional como professor, resultaram na construção de redes de sociabilidade que legaram frutos em suas ações na sociedade, a exemplo da participação de Frei Marcelo como conferencista do Congresso. Conforme dito inicialmente, no período de sua participação da Sociedade de Cultural Musical, foram criados o Conservatório Paraibano de Música, em 1946, e a Orquestra Sinfônica da Paraíba, no ano de 1945, o que evidencia o envolvimento de Afonso Pereira com a educação traduzida em múltiplas linguagens, dentre elas a musical.

Ainda na exposição acerca de sua participação na área cultural da Paraíba, destacamos a fundação do Teatro do Estudante na Paraíba, em 1944. Bernardina Oliveira reconstrói a história da criação desse teatro, revelando o percurso trilhado por Afonso Pereira na arte dramática como caminho educativo. De acordo com a autora, desde 1942, um grupo de alunos do curso ginasial do Colégio Estadual ensaiava um movimento para a formação do teatro do estudante na Paraíba, chegando a apresentar a peça “Se Anacleto Soubesse”, com ampla repercussão, no entanto, caiu no silenciamento depois do referido espetáculo (OLIVEIRA, 2010).

Buscando ampliar os horizontes da pesquisa, procuramos algumas informações acerca do teatro do estudante em outros estados e observamos que a criação do Teatro do Estudante na Paraíba, tanto é reflexo das redes de sociabilidade nas quais Afonso Pereira estava inserido, como do movimento teatral em curso iniciado em 1938 no Rio de Janeiro por Paschoal Carlos Magno, crítico literário, ator e teatrólogo. Segundo Fabiana Fontana, nesse ano, Paschoal organizou no Rio de Janeiro um grupo de teatro amador com estudantes universitários denominado o Teatro do Estudante, como alternativa de prática teatral, uma forma de contestação à ideia do teatro como divertimento e empresa lucrativa, sustentáculo da ordem teatral vigente. Nascia do desejo de alguns intelectuais em estabelecer um novo modo de fazer teatro, com a participação dos estudantes em todos os setores de produção do espetáculo. Uma das filosofias do teatro de estudante era promover um trabalho de formação dos atores e do

público e disseminar uma dramaturgia diferenciada na qual o acesso à cultura teatral deveria ser prioritariamente gratuito (FONTANA, 2009).

Em 1944, Afonso Pereira, à época professor do Instituto de Educação da Paraíba, dialogava com Paschoal Carlos Magno e retomou o projeto do teatro do estudante na Paraíba, interrompido em 1942 por falta de incentivo. Nesse mesmo ano, em 19 de setembro de 1944, o educador organizou e realizou a conferência “Como fazer teatro”, proferida pelo poeta, escritor, teatrólogo e jornalista Silvino Lopes, que havia colaborado com a fundação do Teatro do Estudante no Brasil e estava na Paraíba na ocasião. Compareceram ao evento intelectuais paraibanos e estudantes, ocasião em que foi eleita a primeira diretoria oficial do Teatro. A primeira peça foi apresentada dois anos depois, intitulada “O Sábio”, dirigida por Afonso Pereira (OLIVEIRA, 2010).

Imagem 09 – Afonso Pereira conduzindo ensaio da peça *O Sábio* (s/d)



Fonte: Acervo fotográfico do AAP.

Convém registrar que levar adiante o projeto de consolidação do teatro do estudante na Paraíba se constituiu em desafios, sobretudo financeiros, conforme observado em matéria de entrevista com o cinotécnico Antônio Elias, no *Jornal Pedagógico*.⁷ Com o título: “Os meninos vão vencendo em toda linha - As primeiras experiências teatrais na Paraíba”, a matéria da

⁷ O *Jornal Pedagógico*, foi criado pelo Instituto de Educação da Paraíba IEP, com o objetivo de circulação e divulgação das questões gerais do ensino na Paraíba. No período em que Afonso Pereira esteve como diretor do IEP, o *Jornal Pedagógico* teve a versão “*Jornal Pedagógico no Ar*”, dirigido por Afonso Pereira, veiculado pela Rádio Tabajara (TEIXEIRA, 2018).

entrevista reverberou em suas linhas que as tentativas anteriores de criação do teatro na Paraíba haviam fracassado:

As tentativas anteriores submergiram. Passaram a constituir uma ou duas páginas dolorosas da história artística da Província. Não havia o estímulo do governo; não havia a colaboração do povo; não levavam a sério o teatro, parecendo ter estacionado na mente de todos os paraibanos uma ideia falsa e contrária à arte (JORNAL PEDAGÓGICO, 1951, p 4-5).

Continuando sua argumentação, fez alusão ao esforço de Afonso Pereira e à primeira peça por ele dirigida, para a qual, sem recursos, recebeu ajuda financeira de Paschoal Carlos Magno. Antônio Elias revelou que Afonso Pereira tentou encenar nova peça em 1948, mas não conseguiu por falta de apoio, cenário que mudou no ano de 1950, quando a Paraíba estava sob o governo de José Américo de Almeida:

Conseguiu esse moço destemido e empreendedor montar a peça O sábio, de Joracy Camargo. Perguntaremos, porém, se haverá quem saiba calcular o prejuízo com que arcou o atual diretor do Instituto de Educação, não obstante ter vindo em seu auxílio um sulista que sabe o que significa o teatro na formação de um povo e que lhe mandou uma ajuda de cerca de dois mil cruzeiros. Ninguém calculará, porque todo mundo ignora que Paschoal Carlos Magno foi quem ajudou a Afonso Pereira, naquela época. Ainda com esse prejuízo que ia muito além de suas possibilidades, Afonso tentou em 1948 encenar, *Yaya Boneca*. Mais uma vez sentiu-se sozinho, gritando para sua miragem no deserto. O ano passado esses rapazes tomaram a peito o movimento e, talvez por milagre coincidiu que os primeiros embates se travaram quando a Paraíba era entregue a José Américo. Vão vencendo. E vencerão. O povo ainda os olham com certo medo, mas terminará por se convencer de que precisa apoiá-los (JORNAL PEDAGÓGICO, 1951, p. 4-5).

Ante as dificuldades vivenciadas à época, Afonso Pereira, através dos jornais, solicitou publicamente apoio a Paschoal Carlos Magno para o teatro na Paraíba. Queixando-se dos impostos que o Teatro do Estudante teria que pagar, transpareceu sua insatisfação e denunciou as negativas recebidas pelo poder público e cidadãos comuns, afirmando que por várias vezes havia solicitado ajuda do poder público e mestres, mas não havia recebido resposta positiva. Paschoal, solidário à causa, respondeu que partilhava da mesma vontade, mas infelizmente os exploradores viviam a ditar e impor leis (OLIVEIRA, 2010, p. 54).

No jornal *A Imprensa*, através da coluna *Panorama*, Afonso Pereira utilizou o espaço para se posicionar em defesa da expansão da cultura, através do teatro. Para ele, sem teatro a cultura estaria esmaecida. Invocou o apoio do povo e do governo, sobretudo porque representaria um impulso à cultura musical. Criticou a procura da Paraíba por outras grandezas,

pois do incentivo ao teatro dependeria o futuro da arte no estado. Por último, fez severa crítica à imprensa acerca das matérias que eram prioridade nas páginas impressas, a exemplo do futebol. Para o educador, se o estudo da arte ocupasse as páginas dos jornais, não estaríamos numa situação de tamanha pobreza cultural:

A falta de palcos, melhor de um teatro é que faz amortecer o mais seguro movimento de cultura. Para tanto, precisa contar com o apoio decidido do povo. Pois uma coisa dessas não aparece frequentemente. O governo deve acatar, com simpatia, essas iniciativas, porque são elas que vão propulsionar o esforço e a vontade dos rapazes da cultura musical. A Paraíba precisa sair da letargia vagabunda e procurar outras grandezas. Daí pode muito bem depender o futuro da arte, em nosso Estado. A imprensa por outro lado, e como sempre vem fazendo, deve também acompanhar essa luta demoníaca que quer vencer, apressando tudo. Se o terço da página para futebol fosse entregue aos estudos da arte, não estaríamos nessa triste penúria (SILVA *apud* OLIVEIRA 2010, p. 54).

No manuseio de fontes documentais acerca das publicações do educador nos jornais, encontramos, casualmente, entre as pastas, os manuscritos da peça teatral “Tempo agitado de trinta”, de autoria do educador, que nos dão pistas sobre a prática educativa particular de Afonso Pereira através do teatro. O enredo da peça trata-se do cotidiano da família de um operário, e a ambientação do ato acontece na casa do operário na hora do almoço, como podemos ver no manuscrito abaixo:

família não dispunha de alimentos suficientes para mais um. A narrativa da sátira gira em torno do diálogo entre os três personagens sobre trivialidades da vida privada de Lalá e Rosa, com o Velho a repreender o comportamento das duas, reprovando-as e defendendo valores a serem seguidos, lamentando a velhice e a brevidade da vida. A peça encerra-se com a vizinha dizendo que toda aquela conversa é porque eles não têm o que comer e querem que ela vá embora.

Como poderemos constatar *a posteriori*, no decorrer deste estudo, Afonso Pereira se apresentava por meio dos discursos como um homem crítico às questões sociais, por isso surgiu a interrogação se a intencionalidade comunicativa na peça era exaltação ou crítica ao papel da religião frente à realidade da pobreza e da fome. Observamos que Afonso fez questão de especificar que a bíblia era protestante, o que nos fez lembrar de sua ligação com a igreja católica através da Ordem dos Franciscanos. Isso nos leva a concluir que a peça fazia uma crítica à religião protestante como um instrumento de indução à aceitação e naturalização da condição de pobreza na qual muitas pessoas viviam. Ao passo que buscava provocar nos atores, que eram estudantes em formação, e no público, a reflexão de que a situação de fome e pobreza retratada não era causa natural e explicável pela religião. Nisso residia o papel educativo da peça elaborada pelo educador.

Retomando o relato historiográfico sobre o Teatro do Estudante na Paraíba, assinalamos que suas cortinas se fecharam para o público em 1948, quando Afonso Pereira, em razão do envolvimento com a Sociedade de Cultura Musical, afastou-se do teatro, sugerindo que passasse a ser desenvolvido dentro das universidades como uma possibilidade de leitura e releitura do social. É importante observar que, nesse contexto, ainda não se podia falar na existência de uma universidade da Paraíba. Havia apenas a Escola de Agronomia de Areia, desde 1936, e, na sequência, surgiram os cursos de Economia (1948), Direito (1949) e Medicina (1952). Em 1953, o governo do estado intentou a criação da Universidade da Paraíba.

As atividades teatrais permaneceram inativas durante, aproximadamente, dois anos, quando Afonso Pereira foi procurado em 1950 por um grupo de alunos do Lyceu Paraibano para a retomada do projeto do Teatro do Estudante. O educador permaneceu no projeto até 1951, anos em que foram apresentadas as peças “Divino Perfume” e “Paternidade” (1951). Em virtude da jornada como professor, neste mesmo ano, Afonso Pereira viu-se impossibilitado de permanecer à frente do teatro, mas seu afastamento não representou o fechamento das cortinas daquele espaço de fomento à arte e à cultura, pois o Teatro de Estudante da Paraíba permaneceu apresentando peças até 1981.

Esse breve olhar sobre a participação de Afonso Pereira na área cultural da Paraíba nos mostrou que ele pode ser considerado criador e mediador de cultura também pelos processos

de criação do Teatro do Estudante, da Sociedade de Cultura Musical e da Orquestra Sinfônica, através do duplo movimento de divulgação e recepção dos produtos culturais, no qual utilizou suas redes de sociabilidade para a consecução dos projetos que encampou, a exemplo da participação de intelectuais como palestrantes e colaboradores nos projetos em que esteve à frente.

3.2.2 O engajamento como agente na administração pública

Em seus itinerários profissionais, Afonso Pereira exerceu diversos cargos públicos como administrador, a maioria diretamente vinculados à educação, outros, de modo mais amplo, mas que também possuíam interfaces com a área educacional. Dentre os cargos públicos ocupados, dedicamos algumas laudas desse texto a sua atuação como parlamentar e como provedor da Santa Casa de Misericórdia.

Afonso Pereira circulou pela política diretamente exercendo mandato de deputado estadual da Paraíba entre 1957 e 1958, ocasião em que assumiu a posição de 1º primeiro suplente na vaga do deputado Heraldo da Costa Gadelha, pelo Partido Socialista Brasileiro - PSB. Observa-se que ele sempre buscou articulação política para alcançar seus objetivos, construindo importante redes de sociabilidade quando atuou diretamente no legislativo.

Na pesquisa documental acerca da atuação de Afonso Pereira como parlamentar, encontramos expressiva quantidade de Projetos de Lei (PL) de sua autoria. Os PL propunham reconhecimento de utilidade pública e concessão de subvenção às escolas, maternidades e associações de profissionais (imprensa, professores, professoras, alunos, Ordem dos Advogados, etc.); autorização para criação e instalação de escolas e postos de saúde; isenção de impostos para produtores e empresários; alteração de leis trabalhistas; abertura de crédito para construção de equipamentos públicos (cadeias, fóruns); concessão de pensão às viúvas, dentre outras. Essas proposições apontam ações voltadas para a educação pública e a sociedade. Por isso, consideramos importante apresentá-la.

Quadro 02 - Projetos de Leis de autoria de Afonso Pereira entre os anos de 1957 e 1958

Número	Publicação	Ementa
159/57	04/07/57 23/07/57	Autoriza a abertura de créditos para desmonte da cachoeira dos Cabrais. Bonito de Santa Fé.
163/57	09/07/57 12/07/57	Concede auxílio à Associação Paraíba de Imprensa.
164/57	09/07/57 12/07/57	Reconhece de utilidade pública e subvenciona o Ginásio Andreino Timóteo e a Esc. Prof. Assis Pereira de Bonito de Santa Fé.
169/57	09/07/57 12/07/57	Abre crédito especial de Cr 200.000,00 (Duzentos mil cruzeiros) destinados à construção da cadeia pública de Bonito de Santa Fé-PB.

172/57	19/07/57 28/07/57	Reconhece de utilidade pública a Fundação Padre Ibiapina, desta Capital.
173/57	19/07/57 28/07/57	Cria a carreira de Delegado de Polícia, institui concurso e dá outras providências.
174/57	18/07/57 28/07/57	Isenta de imposto de vendas os produtores de agave e dá outras providências.
176/57	23/07/57 ----/--/----	Reconhece de utilidade pública e subvenciona o Conselho de Alunas da Escola de Formação de Professores do Instituto de Educação da Paraíba.
182/57	25/07/57 02/08/57	Altera dispositivo da Lei n. 1333, de 16 de novembro de 1955. Que facultou de aposentadorias aos professores primários e secundários, aos inspetores técnicos e orientadores educacionais com 28 anos de serviço público.
189/57	29/07/57 02/08/57	Reconhece de utilidade pública e subvenciona as Escolas Profissionais Prof. Odília Leal, de Antenor navarro; Dois de Dezembro, de Uirauna e Quatro de Abril, de Coremas.
190/57	29/07/57 02/08/57	Reconhece de utilidade pública e subvenciona a União dos Professores do Ensino Médio na Paraíba.
191/57	03/07/57 03/08/57	Cria cursos de admissão em estabelecimentos estaduais do ensino secundário.
192/57	07/08/57 10/08/57	Dá nova redação à lei n. 1744, de 17 de julho de 1957. Que assegurava o computo dos anos no ensino noturno para os professores.
198/57	07/08/57 10/08/57	Abre crédito para a construção do Fórum de Uirauna-PB
216/57	21/08/57 25/08/57	Concede auxilia às professoras do Instituto de Educação da Paraíba- IEP.
219/57	23/08/57 28/08/57	Reconhece de utilidade pública e subvenciona a Ordem dos Economistas da Paraíba.
229/57	29/08/57 01/09/57	Dispõe sobre questão de trabalho dos extranumerários e aplica aos funcionários do Estado o salário mínimo.
231/57	29/08/57 03/09/57	Reconhece de utilidade pública e concede à Sociedade de Amparo aos Pobres e Inválidos da cidade de Pombal-PB.
240/57	04/09/57 07/09/57	Concede pensão anual à viúva Maria Tecla da Silva.
241/57	04/09/57 07/09/57	Considera de utilidade pública e subvenciona a Associação de Proteção e a A.P.A.M.I.N.S. de Fátima de Itaporanga- PB.
242/57	04/09/57 07/09/57	Considera de utilidade pública a Sociedade Mantenedora do Hospital Regional e a Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância Nossa Senhora de Fátima, de Itaporanga- PB.
243/57	05/09/57 07/09/57	Concede aumento à subvenção à Maternidade e Casa de Saúde Nossa Senhora de Fátima, da Cidade de Araruna - PB.
248/57	10/09/57 14/09/57	Aumenta a subvenção da Associação Paraibana de Imprensa.
249/57	10/09/57 14/09/57	Cria o Serviço Estadual de Turismo.
250/57	10/09/57 14/09/57	Reconhece de utilidade pública o Clube Recreativo 14 de julho da cidade de Araruna - PB.
S/N	30/09/57 06/10/57	Autoriza a instalação de Escola Industrial em Campina Grande - PB.
S/N	S/D	Integra órgãos e serviços à Universidade Estadual da Paraíba.
S/N	S/D	Reconhece de utilidade pública e subvenciona o Ginásio Imaculada Conceição, da cidade de Cabedelo-PB.
S/N	30/09/57 04/10/57	Autoriza instalação de séries ginasiais no Bairro de Cruz das Armas.
S/N	18/09/57	Modifica a denominação do Colégio Estadual da Paraíba.
S/N	S/D	Integra o Arquivo da escola Normal ao Arquivo do Instituto de Educação.
S/N	29/05/57	Autoriza o Governo do Estado a suspender descontos do Montepio do estado da Paraíba em folha de vencimentos dos servidores estaduais.
14/58	24/01/58	Autoriza a criação e instalação do Posto Estadual de Saúde de Araruna-PB.
15/58	29/01/58	Autoriza abertura de crédito para conclusão do Posto de Saúde de Bonito de Santa Fé- PB.
16/58	24/01/58 29/01/58	Autoriza elevação de pensão da viúva Zulmira Lima das Mercês.

19/58	24/01/58 29/01/58	Reconhece de utilidade pública a Maternidade e Casa de Saúde São Francisco de Assis, de Esperança - PB.
20/58	27/01/58 10/01/58	Cria parágrafo ao Art. 1 da lei n. 1564 de outubro de 1956, que concedia favores fiscais às indústrias instaladas no Estado.
21/58	27/01/58 10/01/58	Concede utilidade pública à Campanha Educacional de Esperança - PB e autoriza subvenção.
23/58	30/01/58 02/02/58	Cria o Ginásio Estadual Matias Freire da cidade de Mamanguape-PB.
24/58	04/02/58 08/02/58	Autoriza o Governo do Estado a subvencionar empresas de transporte coletivo.
25/58	31/01/58 08/02/58	Concede utilidade pública e subvenciona a Escola Profissional Emília Duarte em Serraria-PB.
28/58	10/02/58 13/02/58	Concede utilidade pública e subvenciona o Ginásio Caiçara de cidade de Caiçara-PB.
29/58	10/02/58 13/02/58	Autoriza a instalação do Posto de Saúde Bairro de Oitizeiro na capital da Paraíba.

Fonte: Elaboração própria com base nas informações contidas no acervo do AAP.

Observamos que as temáticas dos PL sugerem que, nesse período, havia carência de recursos públicos destinados, sobretudo, à educação, e Afonso Pereira, por ocasião do mandato, utilizou o espaço para buscar isso. Esse período coincide com o que esteve como diretor da Fundação Padre Ibiapina. Ao que parece, buscar o reconhecimento da utilidade pública de escolas e maternidades foi o caminho para conseguir liberação de verbas públicas para o funcionamento desses equipamentos. Ao mesmo tempo, a propositura de subvenção às associações de profissionais indica o diálogo do parlamentar com esses segmentos da sociedade, inclusive com a imprensa.

Desvelar as tessituras dos supracitados projetos de leis – quanto ao contexto no qual foram propostos; as relações nas quais foram construídos; as motivações do parlamentar que o levaram a essas proposituras; o perfil do político Afonso Pereira; as dificuldades enfrentadas; as negativas recebidas por parte do Governo; os compromissos firmados; as barganhas políticas dos bastidores – pode inspirar a futuras pesquisas acerca da trajetória profissional desse intelectual. Vale mais uma vez registrar que detivemos o foco de nossa pesquisa à atuação de Afonso Pereira na Fundação Padre Ibiapina, portanto, nos limitamos a um arrolamento simples dessa atuação enquanto parlamentar e provedor.

Imagem 11 – Afonso Pereira em comício na campanha de 1954



Fonte: Acervo fotográfico do AAP.

Outro cargo de administração exercido por Afonso Pereira sem relação exclusiva com a Educação foi o de provedor da Santa Casa de Misericórdia, nos anos de 1979 a 1992. Fundadas em Portugal no período de 1498, as Santas Casas de Misericórdia surgiram com função assistencial, prestando atendimentos a doentes pobres e abandonados, e abrigando crianças e idosos. No Brasil, foram instaladas como marcas da colonização portuguesa. Organizadas como irmandades, compunham o conjunto arquitetônico da instituição, igreja e hospital. Fernandes (2009) afirma que a Santa Casa de Misericórdia da Paraíba foi criada por volta de 1585⁸. Segundo Scocuglia e Tavares (2009), além dos ofícios religiosos, as funções exercidas pela Santa Casa de Misericórdia de João Pessoa eram: cuidar dos doentes, das crianças órfãs ou as abandonadas, cuidar dos presos e prestar serviços fúnebres, tantos aos pobres e aos escravos, como aos ricos.

A gestão dessa Instituição configurava-se em espaço de visibilidade e relevância, dentro de uma rede de sociabilidade na qual estavam inseridos ocupantes de cargos públicos e políticos. Isso, “[...] porque à sua frente, no cargo máximo de provedor, patenteiam-se figuras da maior evidência e prestígio no mundo político, social, religioso e econômico durante os períodos colonial, monárquico e republicano” (SEIXAS, 1987, p. 25.) De certo, o cargo era

⁸ O estudo de Liliane Fernandes (2009) traz uma historiografia das Misericórdias Brasileiras, sob o título de “As Santas Casas da Misericórdia na República Brasileira (1922-1945)” (Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora).

ocupado por figuras de relevância social com a intencionalidade de que eles fossem capazes de conseguir benefícios à instituição que dependia do governo e de doações. O que nos leva a crer que a figura de Afonso Pereira assumia essa representação perante a sociedade, por isso sua nomeação como provedor no ano de 1979.

No perscrutar da pesquisa, localizamos um bem preservado acervo documental sobre a Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, dos anos os quais Afonso Pereira esteve à frente da irmandade como provedor. O acervo documental é composto de relatórios, balanços financeiros, ofícios, portarias e resoluções que permitem uma visão ampla da gestão e funcionamento da Santa Casa no referido período; compõem, na verdade, valiosos registros do passado da assistência médico-social na Paraíba.

Os relatórios analisados revelaram que Afonso Pereira, enquanto provedor, além de gerir a Igreja, o Hospital e a Escola de Enfermagem administradas pela instituição, ocupou-se da instalação de uma biblioteca central, de um museu e do arquivo central. Para o gestor, sua preocupação foi “[...] situar a prova documental possível dos feitos do decurso quase tressécular existência.” Numa empreitada que buscava “analisar, classificar e catalogar papéis preciosos, alguns carcomidos pela traça e da polia, [...]”, porque por meio deles seria construída a história da Misericórdia (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1987).

No ano de 1983, como provedor, instalou a biblioteca central “facultada à frequência pública, situada em apêndice da Igreja de Misericórdia, exposta ao estudo e à pesquisa histórica. Criados neste mesmo ano, o Museu e o Arquivo começaram a ser implantados, embora com imensa dificuldade” (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1983). Interessante registrar que a biblioteca foi nomeada Biblioteca Provedor José Baptista de Mello, em reconhecimento pelo trabalho do professor José Baptista, como justificou Afonso Pereira:

Considerando haver como cidadão, educador, mestre, introduzido, no Estado, nova metodologia do ensino fundamental com admiráveis processos de aprendizagem, sem desprezo à formação da personalidade e destinação dos bens culturais herdado do passado. Resolução nº 05/83. (SILVA, 1983).

Esse reconhecimento nos mostra a afinidade de Afonso Pereira com o escolanovismo⁹, pois José Baptista de Mello, que nos anos de 1930 a 1932 assumiu o cargo de Diretor do Ensino Primário na Paraíba, no governo de Antenor Navarro, foi um dos educadores que cuidou de introduzir as novas ideias educacionais na Paraíba. Conforme se pode observar em “Evolução

⁹ Na década de 1930, as discussões sobre a Escola Nova no Brasil tornam-se presentes nos debates políticos, sobretudo pela publicação do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, assinado por 26 intelectuais como um documento que deveria orientar os rumos da política educacional brasileira (AZEVEDO *et al.* 1958).

do Ensino na Paraíba”, de autoria do referido professor, ao relatar sobre as semanas pedagógicas instituídas pela diretoria de ensino na Paraíba, a partir de 1933, ele indica a introdução do escolanovismo na região:

Assim, fomos aos poucos, dando às escolas paraibanas uma feição mais adequada à marcha que vai tendo o ensino moderno. Daí aparecem pela primeira vez no estado, as lições globalizadas, os centros de interesse, ensaios de projetos, jogos educativos etc. (MELLO, 1996, p. 100).

Quanto à criação do arquivo geral, encontramos registros de Afonso Pereira argumentando que o arquivo da Santa Casa da Misericórdia não tinha nenhuma organização em termos técnico-científicos, no qual a atual provedoria havia encontrado apenas poucos arquivos do complexo que compunha a Santa Casa. O provedor, então, designou, através de Portaria nº 019/84, sua esposa Clemilde Torres como organizadora do Arquivo Geral da Santa Casa, sem ônus para a instituição. No ano seguinte, foi criado em João Pessoa o Arquivo Geral da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, localizado no prédio do Hospital Santa Isabel, conforme noticiado na imprensa local pelo Jornal Correio da Paraíba, em 3 de julho de 1985, com o título “Inaugurado o arquivo geral da Santa Casa de Misericórdia”. A matéria trouxe a informação de que o arquivo continha uma extensa documentação da Santa Casa, desde sua criação até os dias atuais, incluindo os relatórios de provedores e documentos das ocorrências médicas (JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, 1985). Referiu-se à criação do arquivo geral como sendo fruto do esforço e dinamismo do professor Afonso Pereira a quem a Paraíba devia muito quanto à Educação. Afonso Pereira, por sua vez, defendeu a preservação do acervo documental como sendo as raízes de uma nação.

Imagem 12 - Arquivo Geral da Santa Casa de Misericórdia (s/d)



Fonte: Acervo do AAP.

Os relatórios anuais da Santa Casa durante a gestão de Afonso Pereira trazem informações sobre os setores Administrativo, Médico, Assistencial e setor de Educação e Cultura da instituição. Observamos que os relatórios do setor de educação sobre a Escola Santa Emília de Rodat continham informações sobre as atividades educacionais desenvolvidas na Santa Casa, tais como: número de alunos matriculados por ano; atividades realizadas pelos departamentos; composição do corpo docente dentre outras informações relacionadas às atividades educacionais da instituição.

Sendo assim, pode-se dizer que esses relatórios são um legado para a história da educação da Paraíba, pois nos mostram a contribuição de Afonso Pereira através de suas ações como provedor da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba quanto à preservação da história do passado da assistência médico-social na Paraíba, que inclui também a Educação, visto que a Santa Casa de Misericórdia da Paraíba administrava a Escola de Enfermagem Santa Emília de Rodat e também realizava um trabalho educativo ao prestar assistência aos órfãos.

3.2.3 Um intelectual e professor no jornalismo

Considerada um importante veículo de difusão de ideias, a imprensa brasileira nasce com o periódico Correio Brasiliense, de Hipólito da Costa, que circulou de 1801 a 1822. A análise desse periódico permitiu a historiografia afirmar que:

[...] ele difundiu muitos dos princípios de formação da esfera pública política brasileira, de inspiração iluminista e liberal. Surpreendem também os

elementos estruturais da publicação, que antecipam em seis a sete décadas um padrão de jornalismo, por um lado, com ambições financeiras e empresariais e, por outro, com o desenvolvimento de gêneros não apenas opinativos, mas também informativos, publicitários e uma diversidade considerável de práticas editoriais não apenas no campo político, como também no cultural (artístico, científico e filosófico) (RIBEIRO, 2003, p. 104).

De acordo com Tânia Regina Luca, durante quase todo o século XIX, a imprensa brasileira assumiu caráter doutrinário por meio de defesa apaixonada de ideias e intervenção no espaço público. Ressalte-se que, dado o alto índice de analfabetismo, contava com um público reduzido de leitores. Nesse período, sobressaía-se a ação de tornar públicas as propostas dos projetos políticos para a sociedade, para que fossem conhecidas. Diante dessa tarefa, os aspectos publicitários comerciais eram secundarizados (LUCA, 2011).

Quanto aos sujeitos enunciadore, enquanto espaço de atuação profissional, a imprensa era ocupada por homens das letras, intelectuais, políticos, sujeitos que investiam no ofício de jornalista, às vezes, provisoriamente, como complementação de renda, ou como um caminho para alcançar posições de destaque na sociedade, sobretudo no campo político ou literário.

Em meados do século XIX, os jornais mantinham a difusão do discurso político, mas passaram a inserir novos assuntos adotando diferentes gêneros textuais, quais sejam: entrevistas, crônicas, reportagens, notas. Por meio de editoriais específicos abordavam temas relacionados às notícias policiais, vida social e cultural, esporte e lazer, crítica literária, dentre outros (LUCA, 2011). Esse padrão de jornalismo também foi assente no século XX e pode ser percebido em carta recebida por Afonso Pereira da revista Visão¹⁰, em 12 de dezembro de 1956,

¹⁰ Fundada no Rio de Janeiro, cujo primeiro número data de 25 de julho de 1952, a Revista Visão era quinzenal. Em 1957, foi transferida para São Paulo, permanecendo até a década de 1990, quando foi fechada por problemas financeiros. Editada pela Editora Visão, pertencente ao grupo norte-americano Vision Inc., também proprietário do título Vision, que circulava na América Latina, e da Visión Europa, que circulava em alguns países europeus, além de outros títulos de menor expressão. Na ocasião do lançamento, compunham o corpo editorial da revista, Luís Jardim (redator responsável), Edvaldo Monteiro de Castro (chefe de redação) e Nahum Sirotsky (chefe de reportagem). O primeiro número da revista afirmava que o propósito era ser um veículo isento para que o leitor tivesse a feição exata dos fatos. “Visão” definia-se como uma revista de variedades, cujo objetivo era levar aos seus leitores os acontecimentos de diversas áreas: arte, pedagogia, negócios, religião, ciência, esportes, moda, literatura etc. Na década de 1970, a revista passou por importantes transformações. Em 1972, Said Farah comprou o título “Visão”, revendendo-o, dois anos depois, a Henry Maksoud, que montou uma gráfica própria, passando a publicá-la semanalmente e em cores. De acordo com Isaac Jardarnovski, diretor de redação (1975-1990) e diretor-geral do grupo Visão (1978-1990), “a compra de Visão por Henry Maksoud foi um divisor de águas ideológico: antes de Maksoud, tendência para a esquerda, liberdade para redatores e editores; na fase Maksoud tendência para o chamado liberalismo, tendo em Hayek seu principal mentor intelectual, e orientação centralizada da linha editorial, com marcante presença de temas políticos-filosóficos [...]”. A orientação liberal de Maksoud levou a revista a assumir uma posição crítica em relação à orientação nacionalista e estatizante do governo do general Ernesto Geisel (1974-1978). A partir de 1975, Visão publicou uma série de reportagens contrárias à estatização da economia e editoriais propondo que se repensasse o papel do Estado e da iniciativa privada no Brasil. Em 1990, Visão foi vendida para o grupo DCI Shopping News, cujo principal acionista era Valdemar dos Santos, que tinha como sócios o irmão Néelson dos Santos e Adel Naufal. Nos anos seguintes, o controle sobre a revista passou

na qual é explicitado o que a revista esperava dos jornalistas e os assuntos que eram eleitos para serem publicados:

Em rápidas linhas levo ao seu conhecimento o que a Revista Visão pretende de seus correspondentes e a maneira de remunerá-los: todos os assuntos, desde que tenham âmbito nacional, interessam: para eles, não há limites, abrangem arte, política, economia, etc (BORBA FILHO, 1956).

As características apresentadas neste breve relato historiográfico sobre a imprensa, nos permite perceber os jornais e revistas enquanto espaços que aglutinam diferentes funções e se constituem canais de propagação de ideias dos jornalistas, nos quais incluem-se os intelectuais, “[...] é antes de tudo lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade” (SIRINELLI, 2003, p. 249). Através dos jornais os intelectuais, a partir das ideias propagadas nos textos, dos debates fomentados, formam, expressam opinião pública, constituem redes de sociabilidades e difundem modelos culturais.

Nossa proposta de trabalho neste estudo requereu um esforço de análise e de compreensão das ideias de Afonso Pereira nos suportes textuais por ele utilizados, dentre eles, os jornais. Esforçamo-nos em ir além da simples exposição das construções escritas de Afonso Pereira, nosso interesse foi, sobretudo, pelo que os escritos “de” Afonso e “sobre” Afonso nos dizem. Para tanto, debruçamo-nos à análise compreendendo as narrativas como elemento histórico atravessado por elementos pulsionais e sociais, um objeto cultural, historicamente condicionado.

Enquanto jornalista, Afonso Pereira atuou em diversos espaços profissionais, tornou-se membro da Associação Paraibana de Imprensa (1946); colunista no periódico A Imprensa (1946-1947); 1º Diretor e Cofundador do Jornal Correio da Paraíba¹¹ (1953); 1º Diretor da Editora Teone (1953); correspondente da Revista Visão (1959-1966); redator da revista da Faculdade de Direito da UPFB (1964); redator da revista da Faculdade de Ciências Econômicas da UFPB e colunista no periódico O Nordeste (1981- 1985).

para Hamilton Lucas de Oliveira. Em virtude de problemas financeiros, Visão deixou de ser publicada em 1993. (Informações disponíveis em <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/visao>. Acesso em: 15 jun. 2020).

¹¹ Conforme exposto nesse estudo, Afonso Pereira foi cofundador do Jornal Correio da Paraíba, juntamente com Teotônio Neto. O Jornal Correio da Paraíba foi fundado em 05 de agosto 1953, tinha circulação diária na Paraíba. Fundado em 5 de agosto de 1953, data do aniversário de João pessoa, capital da Paraíba. Trazia em suas páginas assuntos relacionados à política, economia, esportes, cidades, educação e cultura. Deixou de circular em abril de 2020.

como um gênero jornalístico de caráter opinativo, geralmente assinada, através da qual o autor seleciona fatos e personagens do mundo social, econômico, político, cultural, esportivo e emite sobre eles juízo de valor com linguagem sutil ou ostensiva (MELO, 1994).

Como procedimento metodológico, nesse subcapítulo, selecionamos e analisamos um texto da coluna “Panorama”, escrito por Afonso Pereira no periódico A Imprensa¹², no qual ele publicou entre os anos de 1946 a 1968. Sobre a coluna Panorama, encontramos um abundante e convidativo material publicado pelo jornalista, catalogado em três pastas volumosas. Após a leitura de todo o material, selecionamos o texto “Um colégio e escolas rurais”. A escolha foi feita em razão da temática contemplada no texto ser a educação, o conhecimento e os problemas sociais, e por pensarmos na possibilidade de evidenciarmos suas ideias, os saberes propagados no âmbito do jornalismo que indicam a prática educativa do educador através dos discursos e a circularidade de ideias.

A análise do texto escrito por Afonso Pereira intitulado “Um colégio e escolas rurais”, publicado em novembro de 1946, no periódico A Imprensa, permite ilustrar aspectos dos discursos do jornalista e a propagação de suas ideias através dos jornais. Vejamos:

Certa vez, comentei a deficiente educação pública que se dispensa ao campinense. Ninguém ignora que Campina Grande é um grande e agitado centro de atividade comercial. Sua população cresce, em razão, por assim dizer, geométrica. No entanto, é uma das mais sérias reivindicações que deve o povo fazer ao governo: a construção em sua cidade de um “Colégio estadual”. Ensino facultado a todas as classes. Ensino gratuito. Pois, não se pode conceber que seja preciso ao estudante da mais “econômica cidade paraibana” deslocar-se para a Capital ou para o Recife abandonando emprego e família a fim de concluir o seu Clássico ou Ciêntífico...Acabou-se o tempo em que a capital de um estado deveria ser a mais linda, a mais ajardinada e cheia de aranha céus! A mais privilegiada de casas de saúde ou estabelecimento de ensino. Naturalmente, devemos reconhecer essa hierarquia do estado, sustentando e mantendo seu organismo, num ponto mais idôneo às suas atividades. Isso, porém não vem eliminar os direitos das cidades hinterlândias, principalmente quando se tem em vista remediar uma situação difícil para os destinos de Campina Grande. Não estamos sendo exigentes quando apresentamos ao Governo uma sugestão mais que oportuna. Meios deve-os haver. Cento e seis escolas rurais Serão espalhadas por toda a Paraíba. O dinheiro, dizem, já estar por aí. Mas, como será possível estabelecer tantas escolas sem técnicos, nem professores preparados para isso; sem instalação condigna e aparelhagem devida aos estudos do campo? Não seria muito mais

¹²Fundado na Paraíba pelo primeiro arcebispo da Paraíba, Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques, o periódico teve duas fases de circulação, a primeira (1897-1903) ficando fechado por oito anos por problemas financeiros, e a segunda (1912-1968). Doutrinário e noticioso periódico era uma ferramenta estratégica para integrar o processo de implantação da Diocese na Paraíba através do qual foram estabelecidas relações políticas com as oligarquias locais. Divulgava e defendia os interesses da Diocese e dos grupos sociais aliados a ela. No âmbito social e cultural, combatia as conjunturas na sociedade paraibana. Trazia nas páginas noticiário técnico e variado à época, fazia a cobertura de todo Estado, alcançando também outros lugares do país (COSTA, 2011).

acessível construir poucas casas de ensino que verdadeiramente contribuíssem para o adiantamento cultural de nossa cidade? Não bastariam cinco grandes colégios rurais em cidades como Campina, Patos, Souza, Cajazeiras, ou mesmo Guarabira afora a Escola de Areia?... (SILVA, 1946, n.p.).

Nesse texto, Afonso Pereira se debruçou sobre a cobrança pela construção de um colégio estadual na cidade de Campina Grande - PB, face à construção de escolas rurais no estado. Logo no início, ele apresentou a educação pública que era ofertada aos campinenses como deficiente e buscou, através da formação discursiva no texto, estabelecer comunicação com leitor, instigando-o a cobrar do governo a construção de um colégio na cidade: “[...] é uma das mais sérias reivindicações que deve o povo fazer ao governo: a construção em sua cidade de um ‘Colégio estadual’ Ensino facultado a todas as classes. Ensino gratuito” (SILVA, 1946, n.p.). Destaca-se que até os anos 1950, o ensino secundário era privado e ofertado nas instituições confessionais. Na Paraíba, até 1950, só havia um colégio secundário público no estado, o Lyceu Parahybano, fundado no Império e estava localizado na capital. Em 1953, foi inaugurado o segundo colégio secundário público, o Colégio Estadual de Campina Grande aqui já referido (conhecido como Gigantão da Prata) (SILVA, 2018).

O jornalista buscou justificar a defesa pela construção da escola pública e, ao mesmo tempo, convencer o receptor acerca de seu discurso, argumentando que a cidade se encontrava em pleno desenvolvimento comercial, crescimento população sendo inconcebível “[...] que seja preciso ao estudante da mais ‘econômica cidade paraibana’ deslocar-se para a Capital ou para o Recife abandonando emprego e família a fim de concluir o seu Clássico ou Científico...” (SILVA, 1946, n.p.).

Afonso Pereira procurou desconstruir a concepção de que os grandes colégios deveriam estar situados nas capitais. Para isso, defendeu a ideia de que as demais cidades possuíam direitos de crescimento e afirmou que não era ser exigente apresentar ao governo a sugestão de construção do colégio em Campina Grande por ser oportuna, uma vez que seriam construídas escolas rurais por toda a Paraíba, portanto, recursos para a construção havia. Nessa parte da narrativa, Afonso Pereira apresentou uma problemática em relação à organização escolar no espaço rural para o qual seria um projeto ineficiente e expos os motivos: “[...] Mas, como será possível estabelecer tantas escolas sem técnicos, nem professores preparados para isso; sem instalação condigna e aparelhagem devida aos estudos do campo?” (SILVA, 1946, n.p.).

De fato, a historiografia confirma que a indagação do educador tinha fundamentos. Criadas em meados de 1930, no Governo Vargas, sob o discurso de vencer o analfabetismo, difundir a noção de nacionalidade e fixar o homem no campo, a implantação das escolas rurais

na Paraíba teve seu empuxo no ano de 1946, quando foram instaladas 28 escolas e iniciadas a construção de 100, o que ampliaria a malha de ensino primário no estado, dando corpo aos enfáticos discursos de que as escolas rurais seriam a solução para atender as demandas educativas das áreas rurais. No entanto, essa implantação enfrentou dificuldades, quais sejam: a ausência de mapeamento das condições pedagógicas para a implantação das escolas rurais paraibanas; a falta de professores primários; a falta de materiais pedagógicos adequados e as dificuldades fixação dos professores na zona rurais. Além disso, os elevados índices de analfabetismo existentes até hoje no país revelam que, de fato, nunca foi implementada pelo governo federal ou estadual uma eficiente campanha de ensino (PINHEIRO, 2006).

O olhar lançado pela historiografia sobre a implantação das escolas rurais no Brasil reconhece que esse tipo de escola contribuiu para a organização escolar e possibilitou maior acesso da população rural à escolarização. Mas, deixa um questionamento:

A grande questão é se de fato ocorreu um processo de estruturação de escolas rurais no Brasil ou se apenas foram implantadas escolas situadas no meio rural? [...] É sabido, todavia, que, apesar de sua popularização, esse tipo de escola não logrou sucesso no sentido de vencer o analfabetismo como também não foi suficiente para evitar fluxos migratórios do campo para os centros urbanos (PINHEIRO, 2006, p. 157).

Esse olhar analítico dos historiadores em relação às escolas rurais é um olhar do presente em relação ao passado. Observa-se que o discurso de Afonso Pereira ao coadunar com a problemática aqui apontada demonstra sua capacidade perceptiva da situação no tempo presente, da realidade educacional da época, por assim dizer. O educador sugeriu, para resolver a questão, a construção de poucos e grandes colégios rurais: “Não seria muito mais acessível construir poucas casas de ensino que verdadeiramente contribuíssem para o adiantamento cultural de nossa cidade?” (SILVA, 1946, n.p.). A construção seria em cidades estratégicas que atendessem à população da zona rural. “Não bastariam cinco grandes colégios rurais em cidades como Campina, Patos, Souza, Cajazeiras, ou mesmo Guarabira afora a Escola de Areia?...” (SILVA, 1946, n.p.).

O encerramento das ideias difundidas na narrativa “Um colégio e escolas rurais” nos leva a considerar que a intenção de Afonso Pereira era que as verbas destinadas ao projeto de construção das escolas rurais fossem melhor aproveitadas, tanto na construção dos grandes colégios rurais, as escolas primárias, como também na construção do colégio estadual que atenderia à demanda de uma escola pública para o ensino secundário na cidade de Campina Grande.

Nos escritos de Afonso Pereira, sua narrativa revela-se construída para o outro, no qual o outro é o receptor expresso na figura do político, do homem, da mulher e do estudante. Seu discurso era destinado a múltiplos atores sociais e pautava-se no dialogismo, ao organizar o enunciado destinado a um sujeito de modo a instigar no receptor a capacidade interpretativa. Nesse exercício interpretativo, no qual as inferências aconteciam, dava-se a troca de ideias, que promovia interação com o leitor na tentativa de motivar uma ação; fosse para a transformação, fosse para a consolidação daquilo que Afonso Pereira julgava necessitar da intervenção do homem; para reforçar/legitimar ou para combater/desconstruir ideias que se transformariam em ações.

3.2.4. O professor Afonso Pereira e suas reflexões sobre a educação

A profissão de professor foi a marca identitária de Afonso Pereira. Assim que deixou o noviciado franciscano de Pesqueira-PE, em setembro de 1937, retornou à Paraíba e, em janeiro de 1938, iniciou a trajetória profissional como professor no Seminário Arquidiocesano da Paraíba. Na Educação, além da docência em sala de aula, exerceu funções administrativas, participou de comissões de elaboração de projetos, de regimentos, de estatutos de colégios e universidades e fundou escolas, sendo essa última ação objeto de análise neste trabalho, da qual trataremos no capítulo subsequente.

Abaixo, expomos cronologicamente, a sequência de cargos que ocupou durante a sua atuação na educação:

Professor do Seminário Arquidiocesano da Paraíba (1938-1945); professor examinador do concurso público de Língua e Literatura Brasileira em Recife-PE (1942); professor de Grego e Latim do Curso Básico e do 1º Ano de Filosofia do Seminário Arquidiocesano da Paraíba (1942); professor de Latim, Geografia, Português, Ciências Naturais do Seminário Seráfico São Pedro Gonçalves dos Pobres Franciscanos (1942); professor titular de História da Filosofia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB – (1943); professor de Latim, Geografia, Português e Francês do Colégio Lyceu Paraibano (1946); professor de Moeda e Crédito e Política Financeira da Faculdade de Ciências Econômica da UFPB (1950); diretor do Instituto de Educação do Estado da Paraíba (1951); professor de Língua Portuguesa da Escola Técnica de Comércio Eptácio Pessoa, do Colégio Assis Vidal em João Pessoa e do Colégio Nossa Senhora das Neves em João Pessoa (1952); autor do anteprojeto que reformulou o ensino normal no Estado da Paraíba (1952); superintendente do ensino normal do Estado da Paraíba (1954); professor de Metodologia e Didática de Instituto de Educação (1954); professor de Pesquisa

Social da Escola de Serviço Social agregada (1955); presidente da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade da Paraíba – CNEC (1958); diretor do Ginásio Castro Pinto (1958); sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba – IHGP, ingresso em 31 de maio de 1958; cofundador-membro da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE – (1960); fundador do Conselho Técnico administrativo da Faculdade de Ciências Econômicas da Paraíba (1950); fundador e presidente da Fundação Padre Ibiapina (1954); chefe do Departamento de Educação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade Federal da Paraíba (1960); membro do grupo de Trabalho da Reforma Universitária (1961); membro da comissão de educação profissional (1961); chefe de gabinete da Reitoria da UFPB (1966-1968); membro da Academia Paraibana de Letras – APL, Cadeira 29 (1966); nomeado professor da UFPB (1967); fundador do Conselho Deliberativo da Associação Interamericana de Direito Romano (1967); coordenador do 1º Congresso Interamericano de Direito Romano em João Pessoa (1967); secretário geral do Instituto de Desenvolvimento da Paraíba – INDEP (1967-1969); diretor da Biblioteca Central da UFPB (1967-1975); coordenador da Faculdade de Educação da UFPB (1968); representante do Instituto Nacional do Livro na Paraíba (1969); chefe de departamento de estudos básicos da Faculdade de Direito da UFPB (1970-1972); membro da Comissão de Inspeção da Faculdade de Direito da Universidade Regional do Nordeste (1970); coordenador do 1º Congresso Brasileiro de Astronomia em São Gonçalo - PB (1970); um dos fundadores do Instituto Paraibano de Educação – IPÊ (1971); membro da comissão de elaboração do anteprojeto do Regimento da Faculdade de Direito da UFPB (1972); professor examinador do concurso público de introdução ao estudo do direito e presidente da Comissão Examinadora na Faculdade de Direito da UFPB (1973); membro do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal da Paraíba – CONSEPE – (1974); membro da Comissão de redação final do Estatuto da UFPB (1974); membro da Associação Paraibana de Astronomia (1975); idealizador e coordenador do 1º Curso Nacional de Direito Autoral em João Pessoa (1975); implantador e coordenador da Biblioteca Central da UFPB (1975); fundador da Academia de Letras Jurídicas da Paraíba (1977); presidente da Academia Paraibana de Letras – APL (1978); professor de Direito Autoral do Centro de Ciências Aplicadas da UFPB (1980); professor titular do IPÊ (1983); membro do Conselho Nacional de Serviço Social do Ministério da Educação (1985); implantação da Estação Ciência no Espaço Cultural José Lins do Rêgo (1990); secretário do Conselho Deliberativo do IPÊ (1991-1999); membro da União dos Escritores Brasileiros (2005) e sócio honorário da Academia de Filosofia da Paraíba (2006) (SILVA, 2008).

Como podemos observar, Afonso Pereira perfilou uma extensa trajetória na educação, iniciada em 1938, com o exercício da docência, e estendida até o ano de 2006 quando, aos 89 anos, tornou-se sócio honorário da Academia de Filosofia da Paraíba. Destaca-se que, ao longo de sua vida profissional, recebeu vários diplomas de honra ao mérito e medalhas. Ante o exposto, podemos situá-lo como um daqueles sujeitos de vida multifacetada: professor, jornalista, escritor, parlamentar, administrador, dentre outras funções que exerceu. Portanto, todas essas práticas estavam interligadas, de modo que o individual e o social convergiam para a educação, como tem revelado as fontes acessadas neste trabalho. Sendo assim, podemos afirmar que a prática histórica particular de Afonso Pereira estava ancorada na educação.

Ao nos depararmos com a dimensão da carreira de Afonso Pereira na educação uma pergunta emergiu, qual seja: Que visão acerca da educação nutria sua prática educativa? Duas fontes ensejaram luz a esse questionamento, as quais trouxemos para este trabalho. A primeira trata-se da produção escrita de Afonso Pereira intitulada “Dos deveres da educação”, a que já fizemos menção, e a segunda fonte foi o discurso pronunciado por ele na Assembleia Legislativa da Paraíba, no ano de 1957.

A obra “Dos deveres da educação” foi publicada pela primeira vez no ano de 1953, pela editora Teone, e a segunda edição, em 2018, pela Mídia Gráfica, por ocasião do centenário de Afonso Pereira. O livro original possui 61 páginas e é composto por prefácio, seis capítulos, conclusão e bibliografia. Os capítulos estão estruturados em 6 (seis) temas: A educação romana; Natureza; Razão; A sociedade; Cícero e Rousseau; O conflito. O livro da primeira edição contém algumas anotações feitas por Afonso Pereira a caneta, sendo pequenas correções, complementações, destaques de alguns termos e marcações com interrogações em alguns trechos. A segunda edição acresceu as anotações manuscritas quanto aos acréscimos e correções e manteve a linguagem utilizada pelo autor. Em nossa análise, utilizamos a primeira edição. Trata-se de um texto elaborado para um trabalho acadêmico durante o curso de Direito, no qual, através de um diálogo com os clássicos da filosofia Cícero e Rousseau, Afonso Pereira utiliza Filosofia e História para interpretar as ideias de Cícero contidas na obra “*De Officiis*”, ao passo que expõe sua própria visão sobre a educação.

Imagem 15 – Capa da 1ª edição do livro “Dos deveres da educação”, de Afonso Pereira (1953)



Fonte: Acervo do AAP.

Conforme anunciado por Afonso Pereira no prefácio, o livro era uma oferta “[...] em particular, aos que querem fazer alguma coisa pelo ensino nacional, e não têm podido fazê-lo, ainda, o desprezioso opúsculo, reflexo de análise ligeira ‘Dos Deveres’, de Marco Túlio Cícero.” (SILVA, 1953, p.3). Para ele, ao menos o leitor concluiria ser essencial um código para definir o ensino brasileiro, e só em provocar essa lembrança no leitor, não teria sido em vão, teria valido a pena o esforço da escrita.

No tema introdutório “A educação romana” refere-se à educação romana “como resultante de sua ética social, da conformação jurídica do estado e da estrutura fundamental da família.” (SILVA, 1953, p. 11) e apresenta o pensamento de Cícero, no qual “Família, costumes e Estado foram os elementos substanciais da cultura educacional e do sistema educativo de Roma, em todas as fases de sua evolução.” Por fim, completa a análise da essência do pensamento de Cícero considerando que “Natureza, razão e sociedade constituíram conforme Cícero, a trilogia da formação moral e espiritual, intelectual e política do cidadão” (SILVA, 1953, p. 11).

Ao discutir os temas “Natureza, Razão e Sociedade”, Afonso Pereira conclui que a obra de Cícero busca provar que o homem, por natureza, foi feito para viver em sociedade, portanto todos os seus pensamentos fundados na razão devem estar voltados para a ação. As ações do cidadão devem se ocupar em promover a comunhão, e a sociedade deve ser responsável por gerar no indivíduo bons hábitos, predisposição de serem úteis na vida em sociedade.

Em “Cícero e Rousseau”, contrapõe as ideias de Cícero em relação à educação do cidadão com as conclusões de Rousseau sobre natureza e educação. Nesse contrapor, afirma que a diferença entre ambos está na concepção que têm da natureza da educação. Segundo ele, Rousseau “[...] imaginou a educação da natureza” enquanto Cícero, “[...] pensou uma natureza da educação. Um idealizou uma educação livre; o outro redigiu um código moral da educação.” (SILVA, 1953, p. 41).

Quanto à educação, opina que Rousseau rompeu com o passado e com o tradicional ao pensar na educação “para a realidade, para o presente, para a liberdade;”. Já Cícero, insistiu na tradição dos antepassados e pensou na educação no futuro, mantendo “fórmulas permanentes, reacionárias, repressivas da ‘liberdade inata’ da natureza do homem...” (SILVA, 1953, p. 42).” Na formação do homem, Cícero seguindo natureza e razão, imaginou a construção do homem para a sociedade, para o Estado. Rousseau, ancorado na ordem natural, pensou no homem se constituindo para si e, através da liberdade individual, vivendo em sociedade.

Na visão de Afonso, Cícero e Rousseau não perceberam a natureza dos homens e seus elementos culturais. Segundo ele, a educação deveria ser constituída por um quarto elemento: a cultura, pois a cultura “é o que garante mais a permanência de qualquer sistema e é o que, na crise e na transição, mais permite amoldar-se as circunstâncias [...]”. A cultura é um instrumento com o qual os “técnicos e sistematizadores do ensino não poderão contar facilmente;”. Ao encerrar as ideias nessa sessão, completa que a dimensão da cultura não se resume à civilização ou a uma técnica (SILVA, 1953, p. 45).

No sexto tema, “O conflito”, Afonso Pereira, atento às questões educacionais em âmbito nacional, discute e externa seu pensamento sobre a educação brasileira. Anuncia, assim, que, embora possa parecer inoportuno ou fora dos objetivos do trabalho falar sobre o sistema educacional brasileiro, o nexos com os demais capítulos se dá em razão da necessidade de se tratar dos deveres para encaminhar a educação, para a qual não havia sequer uma tendência.

Mais do que nunca, precisar-se-ia de um tratado dos deveres, por onde encaminhassem os destinos da educação nacional e se firmasse ao menos, uma tendência ao ensino no país. Se não se pode ter, ainda, um sistema, lute-se por essa tendência que a história, a sociologia e a moral definem na seleção dos fatos, no elo das estatísticas, na análise e interpretação das medidas sociais

que resumem a experiência e natural senso da vida e da realidade... Nunca existiu, menos ainda hoje, uma compreensão do que se deva fazer, no campo do ensino, neste país de tão maravilhosos propósitos, de tão admiráveis códigos; mas, de tão inobjetivas práticas, de tão pavuloso sentido de responsabilidade; de tão reduzida coragem de viver a sua própria vida; de tão descansada atitude perante as obrigações!... (SILVA, 1953 p. 49-50)

Para ele, a questão central é que não havia, por parte dos que estavam à frente da organização do ensino, a compreensão do que deveria ser feito. Embora houvesse leis, as práticas não tinham objetivos. Aqui, acreditamos que, ao se referir aos códigos (as leis), Afonso Pereira estava referindo-se à Constituição, às Leis Orgânicas do Ensino e às Reformas implantadas, pois ainda não tínhamos uma legislação educacional específica aprovada e, nesse caso, as leis às quais ele se referia seriam essas.

Nesse período de 1953, no qual a narrativa de Afonso Pereira situa-se, as lutas e os debates pela aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação ainda estavam sendo travados. Esse debate foi iniciado em 1932 pelos Pioneiros da Educação e com a Constituição de 1946, que estabeleceu ser competência da União legislar sobre as diretrizes e as bases da educação nacional. Enquanto política de governo, como frisou Saviani (2013, p. 282), esse projeto da LDB suscitou severas críticas quanto ao seu teor político e pedagógico, principalmente no tocante à centralização e à descentralização da educação e à liberdade de ensino (pivôs de embates de outrora).

Para a aprovação da primeira LDB (Lei nº 4.024/1961) esperou-se por longos 13 anos, quando foi promulgada em 20/12/1961, depois de receber mais de 200 emendas. Otaiza Romanelli, ao avaliar a aprovação da legislação, considera que a lei não foi discutida o suficiente e poderia ter modificado enfaticamente o sistema educativo brasileiro, mas destaca como vantagem o “fato de não ter prescrito um currículo fixo e rígido para todo território nacional em cada nível e ramo. Este, a nosso ver, o único progresso da lei: a quebra da rigidez e certo grau de descentralização.” (ROMANELLI, 1986, p.181).

De modo vigoroso, Afonso Pereira prosseguiu a exposição sobre o conflito da educação brasileira e de modo enfático afirma que “[...] jamais houve sistema brasileiro de educação; jamais pôde alguém escrever-lhe uma história” (SILVA, 1953 p.50). Na visão do educador, a educação brasileira não feria a realidade, pelo contrário, a educação era um reflexo das atitudes improvisadas, inesperadas e irrefletidas; inimiga do bom senso e do equilíbrio, que obtiveram êxito em questões decisivas da vida política e social da nação.

Percebe-se, no discurso do educador, concepção semelhante à presente em “História das Ideias Pedagógicas do Brasil”, publicada a primeira edição por Demerval Saviani, em 2007, na qual expõe-se que:

[...] as dificuldades para a realização da ideia de sistema nacional de ensino se manifestaram tanto no plano das condições materiais como âmbito da mentalidade pedagógica. Assim, o caminho da implantação dos respectivos sistemas nacionais de ensino, por meio do qual os principais países do Ocidente lograram universalizar o ensino fundamental e erradicar o analfabetismo, não trilhado pelo Brasil. E as consequências desse fato projetam-se ainda hoje, deixando-nos um legado de agudas deficiências no que se refere ao atendimento das necessidades educacionais do conjunto da população. (SAVIANI, 2013, p. 168).

Tivesse Afonso Pereira lido a obra de Saviani (talvez tenha lido) ,possivelmente lhe ocorreria que, na ocasião da escrita da obra “Dos deveres da educação”, estava ele a fazer uma prolepse do futuro educacional do país, pelos rumos que tomava nos anos de 1953. A implantação de um sistema nacional de educação requer organização e distribuição de função entre os entes federativos. Num país como o Brasil, com imensidão territorial e populacional, no qual as condições socioeconômicas são distintas em municípios e estados, seria coerente a descentralização na oferta da educação pública, por meio da qual seriam divididas a coordenação e as funções na condução da educação; mantendo-se uma organização estrutural sobre o funcionamento e sobre a implementação de políticas educacionais que garantissem financiamento, diferentemente do que aconteceu do período colonial até 1934.

A Constituição, segundo Afonso Pereira, errava na centralização da condução da educação. “Quanto mais se liberar o ensino das garras desse centrismo exagerado que a própria Constituição prescreve como advento à formação democrática, mais facilmente encontrará e viverá o Brasil a sua realidade” (SILVA, 1953, p. 53). Ao que parece, Afonso Pereira desaprovava o estabelecimento das diretrizes e bases pelo Governo, por entrar em contradição com o sentido democrático da educação. “Significativa é esta autoritária atitude do Estado não somente em querer **orientar**, mas em impor bases e diretrizes (!) da educação brasileira, o que repele o sentido democrático da educação” (SILVA, 1953, p. 54, grifo do autor).

Vale mais uma vez destacar seu posicionamento contrário ao centrismo. Nele, observamos que o intelectual estava afinado com os debates em torno da aprovação da LDB, retomados em 1952, nos quais os adeptos do escolanovismo defendiam:

[...] a descentralização do ensino, como condição para a criação de classes experimentais, favorecendo a renovação e adequação de métodos e técnicas

pedagógicas às características regionais e individuais. A Igreja também defendia esta posição, ressaltando que o indivíduo e a família tinham direito à liberdade, previsto pela Constituição. Eles temiam a centralização, porque ela permitiria a definição e imposição de currículos, programas e metodologia educacionais pelo governo federal (MELO, 2012, p. 64).

Na opinião de Afonso Pereira, as bases e diretrizes da educação deveriam ser guiadas, primeiramente, pela diversidade cultural existente no Brasil:

A **cultura** que não é uma herança nacional, mas uma herança de regiões, individualizada na tradição, nos costumes, na aceitação dos fatos, na sabedoria instintiva, no fato folclórico, deve constituir-se o primeiro argumento sobre que o poder público proporia as bases e diretrizes do ensino nacional (SILVA, 1953, p. 53, grifo do autor).

O que preocupava Afonso Pereira era o fato de que aqueles que estavam a organizar a educação, desconsideravam a imensidão do território brasileiro, as diferenças regionais, culturais e sociais. Pensavam em igualdade e unidade para um país imenso, por isso não se conseguiria implantar um sistema. Nesse sentido, Silva (1953, p. 50) aponta:

O erro, talvez, dos que querem educar, é de pensarem numa unidade e igualdade para este admirável colosso! E, em nenhuma terra, se preconcebeu a educação como síntese. Mesmo nos países de área muito pequena e de concentração populacional grande, não houve a aplicação extrema de um sistema educacional.

Coadunando com as ideias de Anísio Teixeira, o educador defende a divisão de zonas e regiões para criação do sistema nacional de educação e como caminho para impulsionar o crescimento cultural e da ciência do povo: “[...] e nisto parece crer o eminente educador Anísio Teixeira (Educação Progressiva) que uma divisão e subdivisão de zonas e regiões se pudesse erigir um sistema educativo [...]” Em seguida, ele anuncia que “Quanto mais se admitir a divisão, em matéria de educação, mais se admitirá o progresso da cultura e da ciência do povo” (SILVA, 1953, p. 50-51).

Para ele, o descompasso que existia estava atrelado às razões e ao interesse do Estado, para o qual a educação estava relegada à importância inferior a outras “ordens”, e estava a entregar o planejamento dos rumos da educação nas mãos de políticos, quando deveria estar sob o encargo de professores, nisso residia a decadência da educação. Ou seja, a educação deveria ser conduzida por quem entendia de educação e não por políticos que estavam no cargo por barganha e interesses diversos que não eram a educação. Talvez, aqui nas entrelinhas, há a indicação de que o próprio Afonso Pereira guardava o desejo de ocupar uma das referidas

pastas, embora ele articulasse as duas condições: político e educador, o que era por ele criticado (a condição de político conduzindo a educação), aspecto contraditório. Nas palavras de Afonso:

Na prática, as razões de estado têm justificado a presença de políticos, e não de educadores, nas pastas da Educação, fator este de ruína do ensino, onde intêresses de uma ordem superam a interesses de outra ordem mais evidentemente importante. Fazem, então, escolas; desfazem ensino; alojam políticos, afugentam educadores; imaginam cultura, corrompem os costumes; sangram, aniquilam, destróiem todas as reservas **naturais** da capacidade brasileira de educar... (SILVA, 1953, p. 54- 55, grifo do autor).

A impressão que tivemos nas entrelinhas desse discurso de Afonso Pereira, sobretudo pela menção a Anísio Teixeira nas páginas anteriores, foi que o intelectual ao dizer “alojam políticos, afugentam educadores” estaria referindo-se à demissão de Anísio Teixeira da Secretaria de Educação do Distrito Federal, vindo a assumir seu posto Francisco Campos, “incumbido de afastar dos postos de governo os ‘elementos esquerdistas’” (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2009, p. 43). Segundo o mencionado autor, embora verbalmente Campos apoiasse o Manifesto, ele se revelou exímio conservador na ocasião da implantação da reforma do ensino em Minas Gerais. Como também deu um caráter elitista e conservador à reforma implementada por ele, na esfera federal, enquanto ministro da Educação e Saúde durante o Governo Provisório. Com base nessas pistas, nós inferimos que as entrelinhas da fala de Afonso Pereira poderiam conter esse não dito.

Um pouco mais adiante, o intelectual alerta-nos que, quando se referir a educador, não se confunda com técnicos, os quais ele não considera educadores, pois considerar “querer a uma condição superar outra condição” gera desordem. É contraditório organizar a educação por meio de regimes e programas “únicos para campo e cidades, num conflito às leis da harmonia, em conflito com a dura realidade...” (SILVA, 1953, p. 55). Note-se que ele demonstra a concepção de que, ao se pensar educação, era preciso respeitar às diferenças quanto ao modo de vida do campo e da cidade.

Afonso Pereira conclui a discussão sobre “O conflito” anunciando que era preciso sair da postura de contemplação do que poderá ser feito e “[...] começarmos, logo, a elaborar um plano regional de trabalho, sobre que se imprimirá a primeira forma ao primeiro sistema de educação substancialmente brasileiro e nacional” (SILVA, 1953, p. 56). Encerrando a narrativa do livro, conclui que a cultura é a substância, “é a explicação de qualquer sistema educacional” (SILVA, 1953, p. 59). Portanto, a realidade da vida brasileira exigia a descentralização por região na organização da educação, a fim de considerar diferenças regionais, culturais e sociais.

Tecendo uma crítica ao estado, diz que “O Estado não é tudo; a sociedade é quase tudo” (SILVA, 1953, p. 59) e que o Estado estava governando, administrando, planejando somente em função das cidades, como se o país fosse composto de cidade sem campo. Ou seja, o Estado não era a figura central, a sociedade era a figura para quem o Estado deveria trabalhar. As ideias subjacentes nesse encerramento demonstram que ele se referia à ausência da oferta de educação no interior do país, pois, para ele, naquele período, as ações do Governo estavam beneficiando as cidades e relegando o campo.

A segunda fonte que trouxemos para análise trata-se do discurso pronunciado por Afonso Pereira na Assembleia Legislativa da Paraíba¹³, na sessão do dia 11 de julho de 1957, ano em que ele 1º suplente de deputado pelo PSD havia assumido a cadeira como deputado. No discurso, temos outras narrativas que expressam sua visão acerca da educação, no qual o professor fez uma exposição aos pares acerca da crise na qual estaria mergulhado o ensino secundário brasileiro. Em sua fala, abordou aspectos relacionados à questão social dos alunos, abandono e rendimento escolar, apontando as causas do baixo rendimento escolar no Brasil.

Afonso Pereira iniciou dizendo que se tratava de um assunto de suma importância para os destinos nacionais, sobre o qual prolongaria uma dissertação, mas iria resumir e talvez suas palavras não recebessem a aprovação que ele esperava. Para ele, a crise inicial era do empobrecimento coletivo, no qual:

[...] apenas 3% das crianças brasileiras, ao café, comem pão com manteiga, e uma xícara de leite ou café; 3% dos estudantes brasileiros comem, apenas um pão e uma xícara de leite ou café, não comem mais a manteiga; outra grande porcentagem come apenas o pão e toma a xícara de café e a última porcentagem, meus senhores, não sabemos lá o que come porque come vento e esperança! (SILVA, 1957, n.p.).

¹³ Deputados estaduais eleitos da Paraíba mandato 1955-1959 - Humberto Coutinho de Lucena PSD; Luiz da Costa Araújo Bronzeado UDN; Eleito Severino Bezerra Cabral PL; Eleito Eduardo de Alencar Ferreira PTB; Clovis Bezerra Cavalcanti UDN; Antonio D'ávila Lins PR; João Feitosa Ventura UDN; Antônio Nominando Diniz PL; Antonio de Paiva Gadelha PTB; Francisco Pereira UDN; Bivar Olynto de Melo e Silva PSD; Francisco Chaves Brasileiro UDN; Lucas Vilar Suassuna UDN; Ramiro Fernandes de Carvalho PSD; Álvaro Gaudencio de Queiroz UDN; José Maranhão PTB; José Cavalcanti UDN; Carlos Pessoa Filho UDN; Francisco de Paula Barreto Sobrinho PSD; Jacob Guilherme Frantz UDN; Americo Maia de Vasconcelos UDN; Manuel Gonçalves de Abrantes UDN; Luiz Inácio Ribeiro Coutinho UDN; Wilson Braga UDN; Manuel Arruda de Assis PSD; José Afonso Gayoso de Souza PSD; Balduino Minervino de Carvalho PSD; Jader Silva de Medeiros PSD; Pedro Moreno Gondim PSD; Agnaldo Veloso Borges PL; José Fernandes de Lima PSD; Roberto Pessoa PSD; Antonio Leite Montenegro PTB; José Ribeiro de Farias PSD; Tertuliano Correia da Costa Brito PSD; Antônio Bezerra Cabral PL; Sílvio Pélico Porto PSD; José Medeiros Vieira PL; Antonio Américo César de Almeida PSP; Heraldo Gadelha PSD. Fonte: Sistema de histórico das eleições. Resultado das Eleições 1954 na Paraíba - Deputados. Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>. Acesso em: 19 dez. 2020.

Como resultado desse empobrecimento, a cada 100 crianças que chegavam no ginásio, quando chegavam, apenas 1 a 9 concluíam o curso secundário completo, porque no país os adolescentes entre 12 e 14 anos oprimidos pela fome e em situação econômica desfavorável estavam a procurar empregos de serventes, contíguos, cobradores, abandonando o curso. Aqueles que permaneciam estudando “gemiam no emprego, pobre mal nutrido e vai assistir a uma aula noturna, já desanimado e entregue à fadiga” (SILVA, 1957, n.p.).

Outro aspecto destacado por Afonso Pereira foi que o Brasil, afeiçoado ao centralismo, vivia o drama da ditadura, não só de poder, ditadura também no ensino, uma vez que não vivíamos ainda em regime federativo. Aqui percebemos a recorrência das ideias citadas no livro “Dos deveres da educação” quanto à descentralização. Afirmou ainda que, por outro lado, enfrentávamos a resistência à oferta do ensino em todos os graus por todos os estados brasileiros, resultado da ferrenha mentalidade dos homens públicos, dos responsáveis pela oferta de ensino. Nessa época, Afonso Pereira já estava envolvido na instalação das escolas e relatou que, em sua jornada, havia enfrentado situações nas quais homens públicos se insurgiram contra a instalação de escolas em alguns municípios porque “[...] o Ginásio democratizava, e a democracia não serve aos homens que centralizavam o poder” (SILVA, 1957, n.p.).

Prosseguindo, Afonso Pereira adentrou na questão do baixo rendimento escolar inclusive dos alunos do curso ginásial, relatando que ele mesmo como professor havia constatado num curso pré-universitário de ortografia uma média de erros inadmissível na escrita. Grande parte dessa situação ele atribuiu ao volume de disciplinas que faziam parte do curso ginásial para o qual as crianças não tinham sequer amadurecimento mental, a exemplo do ensino de Latim, Francês e Português. Sobre isso, teceu críticas aos programas regidos pelo ministério da Educação quanto ao volume de disciplinas curriculares, inclusive sobre a falta de continuidade e coordenação nos programas de cada ano, uma vez que os professores, obrigados por lei a ministrar 2/3 do programa, por questão do tempo letivo, não conseguiam cumprir essa meta, e, no ano seguinte, não davam sequência ao programa do ano anterior porque tinham a obrigação de iniciar a unidade que lhes competia àquele ano.

Em sua exemplificação, Afonso Pereira foi mais didático ainda explicando que o programa do 1º ano ginásial começava pela geografia astronômica, pelo qual os alunos iriam conhecer os astros, saber quem foi Copérnico, Newton, quando “[...] deveríamos ensinar à criança do 1º ano o que é Península, o que é cabo, as superfícies continentais, que são rios, fontes, antes de iniciarmos no conhecimento das leis celestiais” (SILVA, 1957, n.p.).

Na sequência, demonstrando conhecer bem os encaminhamentos da educação nacional, Afonso Pereira falou sobre o livro didático, que não havia um livro oficial que servisse de orientação aos professores. Defendeu que um livro didático oficial seria como uma orientação, mas que os alunos deveriam ter a liberdade de consultar quantos livros quisessem e os mestres não deveriam contrariar o interesse dos alunos em outros livros. Contudo, essa realidade estava distante no Brasil, pois “[...] o Governo tentou essa experiencia, mas as casas editoriais, de certo, reagiram comprando votos e pareceres dos Deputados” (SILVA, 1957, n.p.). Sobre o livro didático oficial, de fato, houve a tentativa do governo nesse sentido, visto que, através do Decreto-lei nº 1006, de 30/12/1938, foram estabelecidas as condições de produção, importação e utilização do livro didático. De acordo com o decreto, os livros didáticos que não tivessem tido autorização prévia, concedida pelo Ministério da Educação, nos termos da lei, não poderiam ser adotados no ensino das escolas pré-primárias, primárias, normais, profissionais e secundárias, em toda a República (BRASIL, 1938). A lei garantia a liberdade aos diretores e aos professores nas escolas à escolha de livros para uso dos alunos, desde que constassem na relação oficial das obras autorizadas.

Em 1945, o Decreto-lei nº 8.460 consolidou o que estava posto no decreto anterior. Contudo, essas normativas não se tratavam de garantia de política nacional do livro, pois não dispunham sobre a aquisição dos livros pelo governo, o que só veio a acontecer em 1966, através do acordo do MEC com a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), a partir de então, ainda que de forma insuficiente, começou a existir distribuição gratuita de livro didático. Com a extinção do acordo, continuou-se a ampliação dessa ação, que se transformou no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) a partir de 1985, o qual está vigor até os dias atuais.

Ao mencionar o livro didático, Afonso Pereira reconheceu o perigo do livro oficial, pois o Estado poderia, através daquele instrumento, difundir ideias particulares, perigosas e oriundas de filosofia política que contrariassem o sentido comum (SILVA, 1957, n.p.). De fato, vê-se que, na legislação da época, havia o interesse em controlar, sobretudo porque os livros não eram adquiridos pelo governo, mas só poderiam ser adotados pelas escolas de todo o território nacional os volumes que constassem na listagem autorizada.

Na visão de Afonso Pereira outro motivo do atraso educacional do país era a metodologia utilizada, pois “[...] só agora, no Século XX, na segunda metade do século, o Brasil faz experiencias. Os métodos franceses de 60 anos atrás, somente agora aparecem como nova nas escolas brasileiras” (SILVA, 1957, n.p.). Desse modo, visualizamos, não apenas por essa fala, mas pelas narrativas anteriores, que ele coadunava com o escolanovismo, cujas ideias

estavam veiculando no ideário educacional brasileiro. Segundo Moacir Gadotti, “[...] A teoria da Escola Nova propunha que a educação fosse instigadora da mudança social e, ao mesmo tempo, se transformasse porque a sociedade estava em mudança” (GADOTTI, 2003, p. 142). A nova pedagogia a ser implementada nas escolas deveria buscar a educação integral da criança “[...] (intelectual, moral e física); ativa; prática (com trabalhos manuais obrigatórios, individualizados); autônoma (campestre em regime de internato e co-educação)” (GADOTTI, 2003, p. 143).

Vislumbramos, nas palavras de Afonso Pereira, que ele era averso à inspeção “[...] somos contrários à inspeção do ensino. Achamos que bastaria se houvesse honestidade no Brasil, se os próprios diretores de estabelecimentos públicos, ou privados, tivessem noção de responsabilidade, que eles mesmo fossem os próprios inspetores do seu estabelecimento” (SILVA, 1957, n.p.). Por outro lado, ponderava que a postura dos inspetores deveria ser de conselheiros amigos, orientadores da legislação para que fossem cumpridas e não de “fechadores” de colégios e de ginásios. Dito isso, citou como exemplos dessa postura os inspetores do ensino secundário da Paraíba, Ranulfo de Oliveira e Augusto Simões, com os quais tecia comunicação frequentemente no sentido de organizar a oferta de Educação no estado da Paraíba.

Encerrando sua exposição acerca de sua visão dos problemas que assolavam o ensino, criticou a destinação de verbas federais para a aquisição de instrumentos musicais destinados às celebrações do dia da Pátria, 7 de setembro.

Somos pela música, vivemos nela e ainda hoje dirigimos estabelecimentos onde se leciona a música. Mas, quando faltam, aos colégios, mapas, globos, carteiras e tantas outras coisas, isso de comprar cornetas e bombos para os desfiles de 7 de setembro, deve ficar em segundo plano (SILVA, 1957, n.p.).

Para dar ênfase a sua argumentação, convidou os ouvintes a comprovarem a necessidade estrutural das escolas visitando o interior do estado onde: “Vimos criancinhas, em certos municípios ouvindo aulas, ao relento, sentadas num toro de madeira, recebendo sol sobre a nuca. Quando fomos fotografar o que vimos surpreendidos, a professora pediu pelo amor de Deus “[...] que não o fizéssemos para não perdeu o emprego” (SILVA, 1957, n.p.). Provavelmente, pelos indícios em sua narrativa sobre fotografar, o fato ocorreu quando ele estava a exercer a profissão de jornalista.

Com esse tema, Afonso Pereira encerrou sua participação na sessão, dizendo que não estava arrependido de ter falado “[...] porque os nobres colegas nos ouviram em silêncio como

que sentindo o peso dessas verdades contundentes” (SILVA, 1957, n.p.), agradeceu aos parlamentares e novamente falou sobre o silêncio durante a sessão, “[...] esse silêncio porque, como diz Cícero: ‘Quem cala, consente. É de se convir que calado, todos vós m’o consentistes” (SILVA, 1957, n.p.). Na leitura da fonte, constatamos que, durante toda sua argumentação, três parlamentares fizeram apartes: o deputado Avila Lins comentou ser lamentável tal situação; o deputado Antônio Montenegro desejou que a permanência de Afonso naquela casa fosse estendida em razão dos importantes temas que ele vinha discorrendo na tribuna; o deputado Clóvis Bezerra, congratulando-se com o preletor, reconheceu a desvantagem na qual se encontrava o estudante brasileiro, sugerindo que as autoridades brasileiras despertassem para o interesse pela cultura¹⁴.

Em seu breve período de permanência como deputado titular na Assembleia Legislativa (sete meses), dentre os parlamentares dessa época com os quais Afonso Pereira estabelecia mais comunicação nesse período e posteriormente, no que diz respeito aos projetos de oferta de Educação na Paraíba, localizamos o advogado Humberto Lucena (PSD); o médico Clovis Bezerra (UDN), e o advogado Wilson Braga (UDN). Já no âmbito federal, localizamos recorrente comunicação, inclusive através de várias cartas revelando comunicação intimista com os deputados federais Plínio Lemos (UDN), advogado e promotor; Janduhy Carneiro (PSD), médico; Arnaldo Lafayette (MDB), funcionário público e Teotônio Neto (PSD), jornalista.

¹⁴ Não localizamos os nomes de todos os deputados que estiveram presentes na sessão, apenas dos que se pronunciaram.

4 FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA: ENTRE INTENÇÕES E POSSIBILIDADES DE CRIAÇÃO

Este capítulo foi escrito passado um intervalo de tempo após exame de qualificação e, em nosso exercício de escrita, esse intervalo, sobretudo nesse momento pandêmico, remeteu-nos a um olhar subjetivo/reflexivo/inspirador/afetivo sobre o ato de pesquisar, como se dele brotasse a força e a inspiração tão necessárias ao prosseguimento da caminhada acadêmica. Mas haveria lugar para afeto na pesquisa histórica? Nessa indagação, nutrimo-nos nas palavras de Clarice Nunes, que situa a História da Educação como espaço de desejo. Para a autora, a objetividade histórica, a falsa impessoalidade, tão enraizada em nós, fez com que historiadores se escondessem em frias produções, expressas em textos e fichamentos, nas quais nada, ou muito pouco deles aparecia nos textos, quando na verdade “[...] a ligação íntima e estreita que o historiador mantém com seu trabalho, porém, longe de constituir obstáculo incontornado, pode se tornar um instrumento que impulsiona a compreensão, tão mais vigoroso do que qualquer vaga intenção, confessada ou não de objetividade” (NUNES, 1990, p. 37).

Na pesquisa histórica, o historiador, ao se apropriar da história, precisa reconhecer-se também tomado pela História da qual se aproxima. Nesse sentido, a construção do conhecimento histórico, a narrativa histórica não exclui rigor/afetividade, ela exige entrega e vigilância num contínuo e intenso movimento de investigação/interpretação/diálogo com nossos pensamentos e com as fontes. Requer, também, que tenhamos humildade, para reconhecermos nossa insipiência sobre o objeto de estudo e ambição como fator motivacional para elaboração de um novo conhecimento (NUNES, 1990).

Nossa aventura pelas trilhas da pesquisa continuará a partir de agora pela Fundação Padre Ibiapina, na qual uma vida, a de Afonso Pereira, está entrelaçada. Interessante registrar que enquanto escrevemos, a imagem da sala Fundação Padre Ibiapina no Arquivo Afonso Pereira se espalha em nossa memória como fonte inspiradora de uma história, um passado a ser interpretado pelo presente (o olhar do pesquisador).

Imagem 16 - Autora visitando Sala Fundação Padre Ibiapina no Arquivo Afonso Pereira, em ocasião da pesquisa do Mestrado em Educação (2014)



Fonte: Acervo pessoal da autora.

A imagem acima retrata nosso caminhar durante a pesquisa de Mestrado no ano de 2014, quando visitamos, no Arquivo Afonso Pereira, a Sala Fundação Padre Ibiapina. Na ocasião, fomos acompanhados pela professora e arquivista Clemilde Torres da Silva, que nos conduziu procedendo à explicação acerca das temáticas de cada sala. A fotografia reflete o momento no qual surgiu o interesse pela história que ora contamos; é um registro de nossa história enquanto pesquisadores e nos insere nesse trabalho.

4.1 Um breve panorama da educação na década de 1950

Afonso Pereira traçou os planos de criação da Fundação Padre Ibiapina em um período no qual o Brasil vivenciava o segundo governo de Vargas (1951-1954), cujo discurso propagava o nacionalismo, sob o lema de buscar o fortalecimento da economia nacional, impulsionando o desenvolvimento de um projeto industrializante e a modernização do campo.

Esse período trouxe um conjunto de mudanças estruturais no setor econômico, social e político do país, expressos no crescimento da indústria, do comércio, prestação de serviços, setor financeiro, dentre outros. As propostas do governo incluíam a criação de novos órgãos estatais para fins de financiamento da produção; visavam à implementação de uma abrangente

política de desenvolvimento, modernização dos setores industriais e agrícolas (DRAIBE, 1985; FONSECA, 1987; LEOPOLDI, 1994).

Segundo Marina Celina D'Araújo, as metas que o governo Vargas projetou durante a campanha, em sua maioria, não foram transformadas em políticas efetivas de Governo, pois o país acabou cedendo aos interesses norte-americanos, sobretudo em relação ao capital e aos recursos naturais do Brasil. “Da mesma forma que no plano político, a trajetória do governo no plano econômico é marcada por contradições constantes que acentuaram a defasagem entre o discurso ideológico e as práticas efetivas” (D'ARAUJO, 1992, p. 108).

A esse respeito, acrescentamos que, na primeira metade da década de 1950, a corrida para a transição ao mundo industrial trouxe demandas para o país incluindo a Educação, que deveria adequar-se para promover o progresso. De modo mais específico, o projeto de modernização do campo estava diretamente atrelado à mão de obra qualificada e isso dependia do ensino técnico. Mas, como caminhou a educação nesse período? Convém ressaltar que a partir de 1930 até o final da chamada Era Vargas, em 1945, o campo da política educacional passou por significativas mudanças sob o comando do ministro Gustavo Capanema, desde a criação do Ministério da Educação e Saúde, a tentativa de se construir um sistema nacional público de ensino, as reformas educacionais, até a Reforma Universitária. Essa última representou a organização das universidades públicas federais enquanto sistema.

Consideramos que as reformas representaram uma tentativa de, através da organicidade, resolver os problemas da instrução pública. Elas cumpriram seu papel em relação à organicidade, contudo, na questão da oferta de instrução, era preciso ir além das reformas. Faziam-se necessárias políticas de Estado para garantir instrução pública para todos, romper com o atraso escolar e o analfabetismo enraizado na nação.

Helena Bomeny, discorre que, no primeiro governo de Vargas, no que tange ao ensino primário, a política que vigorou foi a nacionalização do ensino através da construção de prédios escolares e da criação de um sistema nacional de ensino. Já no início dos anos 1950, o fulgor do desenvolvimentismo expôs a precariedade educacional do país. Os dados do Censo Demográfico de 1952, apresentados pela autora, demonstram a situação à qual ela se refere:

[...] a população brasileira era então de 51.944.397 habitantes. A população em idade escolar, de 5 a 9 anos, era de 7.015.527. O número de matrículas no ensino primário totalizava 5.175.887. Mas o Censo mostra mais. O número total de matrículas em todos os graus de ensino somava 6.118.842. Este número considera todos os níveis, do primário ao superior, para uma população em idade escolar (de 5 a 19 anos) de 18.826.409. A taxa de analfabetismo era da ordem de 52%. (BOMENY, 2021, n.p.).

As ações voltadas ao desenvolvimento do Brasil não chegaram até a educação, que ficou, em grande parte, fora do discurso e das ações do Governo, ocupando um espaço acanhado, resumindo-se “[...] à criação de institutos e instituições de administração superior que, de fato, impulsionaram o projeto institucional do país”. Voltadas, “[...] à preparação de uma elite capaz de atuar em uma conjuntura mobilizada pelo crescimento, pelo desenvolvimento tecnológico e pelo impulso à industrialização” (BOMENY, 2021, n.p.).

É importante destacar que, nesse período, Anísio Teixeira à frente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) desde 1952, defendia um plano de reconstrução educacional no qual cabia ao sistema de educação nacional incluir “novos deveres, novos zelos, novas condições e novos métodos” (TEIXEIRA, 1952, p. 71). Para tanto, as ações do INEP deveriam:

[...] ganhar, em a nova fase, amplitude ainda maior, buscando tornar-se, tanto quanto possível, o centro de inspirações do magistério nacional para a **formação daquela consciência educacional comum que, mais do que qualquer outra força, deverá dirigir e orientar a escola brasileira, ajudada pelos planos de assistência técnica e financeira com que este Ministério irá promover e encorajar todos os esforços úteis e todas as iniciativas saudáveis**, que as energias insuspeitadas da liberdade e da autonomia irão fazer surgir em todo o Brasil (TEIXEIRA, 1952, p. 77, grifo nosso).

O plano do INEP quanto às novas condições em termos de assistência técnica e financeira visava, sobretudo, a ampliação da rede de escola primária e normal, o que nos leva a pensar num projeto que iria alcançar todo território nacional. Contudo, esse plano não chegou em uniformidade a todas as regiões brasileiras ao ponto de garantir o suprimento das demandas necessárias para a expansão da educação.

Já no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), de acordo com Maria Luísa Ribeiro, quanto ao modelo político, buscou-se conciliar o nacional-desenvolvimentismo com um modelo econômico que contava em larga escala com o capital estrangeiro. Para a autora, durante o seu governo, deu-se o aprofundamento das características do período anterior, quais sejam: diversificação das atividades econômicas que geraram novos empregos, manutenção da exploração da mão-de-obra como forma de acumulação na qual o operário urbano conseguiu uma tímida manifestação dos interesses da classe; e o crescimento do setor médio que agora estava integrado no processo de desenvolvimento. Nesse período, destacou-se na sociedade brasileira, especificamente, o grupo formado por dirigentes brasileiros de empresas estrangeiras, representados por engenheiros, advogados, relações públicas, cujos interesses

estavam relacionados aos grupos estrangeiros donos das empresas instaladas no Brasil (RIBEIRO, 1992).

No cenário educacional, como nos esclarece Helena Bomeny, no Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, a educação ocupou lugar subalterno, prova disso é que uma única meta, a meta 30, tratava da educação na qual referia-se à formação de pessoal técnico, sem mencionar o ensino básico. Em relação aos recursos, foram destinados à educação apenas 3,4% dos investimentos. À sua gestão, atribui-se o estímulo à criação dos cursos superiores destinados à administração com vistas à modernização do país. Outra característica do governo de Juscelino Kubitschek no âmbito da educação foi o percentual de 39,35% de analfabetos na população adulta, contrastando com o discurso de modernização e desenvolvimento (BOMENY, 2021).

Com base nos estudos sobre essa época, sustentamos a ideia de que o governo de Juscelino Kubitschek manteve a ideologia do desenvolvimentismo, presente nos discursos, em defesa da industrialização e do nacionalismo. Através de seu plano de metas, priorizou os setores da indústria, energia e transporte. Consideramos que seu governo alcançou grande crescimento da indústria, atrelado à presença do capital estrangeiro no país. Por outro lado, a educação básica e saúde não foram priorizadas, sobretudo na distribuição de recursos, o que legou o agravamento da desigualdade nas referidas áreas.

Maria Luísa Santos Ribeiro também apresenta dados estatísticos relevantes quanto à situação da escolarização no período em discussão. De acordo com a autora, entre os anos 1940 e de 1950 a 1960, houve um esforço para combater o analfabetismo, mas não o suficiente para resolvê-lo. Ao ponto de, em 1940, o número de brasileiros acima de 15 anos que não sabiam ler nem escrever ser de 13.269.381, representando 56% da população; já em 1950, esse número chegava a 15.272.632, ou seja, 50,5%; e em 1960, esse número era de 15.815.903, totalizando 39,4% da população em situação de analfabetismo. Observa-se que, no decurso das duas primeiras décadas, temos um decréscimo de apenas 5,5%, e, embora a década de 1960 tenha apresentado uma queda de 11,1%, a diferença em números absolutos foi de apenas 543.271 pessoas (RIBEIRO, 1992).

Na Paraíba, no período da efervescência do discurso populista e do nacional-desenvolvimentismo, a realidade era marcada pela economia agrária e as bases políticas estavam arraigadas nas oligarquias. Sob o governo de José Américo de Almeida (1951-1956), o estado enfrentava acentuada crise socioeconômica em decorrência da seca com parte da população vivendo em situação de flagelo. Ante tal situação, o governo concentrava seu projeto em combater a seca, a fim de evitar migração em massa para outros estados, implementando

formas de ocupação da mão de obra, a exemplo da construção de estradas, barragens, açudes e prédios públicos.

Nas palavras de José Octávio Arruda Mello, José Américo de Almeida cuidou de investir na infraestrutura dos serviços públicos, por meio da reformulação e modernização do Banco do Estado da Paraíba, do investimento na urbanização da capital com pavimentação de longos trechos como a Epitácio Pessoa e da criação da Universidade Estadual; ações que representaram bases para a industrialização e modernização dos anos que se seguiram (MELLO, 2007).

Dados estatísticos do censo de 1950 trazem os números da instrução na Paraíba, cujas informações revelam que, do total de 1.423.628 paraibanos, 1.062.519 não sabia ler e escrever, representando 74,64%, e apenas 361.109 pertenciam ao grupo dos que sabiam ler e escrever totalizando um percentual de 25,36%. Os números se ampliam ainda mais quando se analisa a população rural na qual de um total de 1.035.069, apenas 18,1% sabiam ler e escrever contrastando enormemente com o índice de 81,9% de analfabetos (IBGE, 1955). Correlacionando com os altos números de analfabetismo nacional, vemos que em alguns estados da federação, a exemplo da Paraíba, a situação, sobretudo rural, era ainda mais agravante. como se pode observar nesse percentual de aproximadamente 82% da população em situação de calamidade quanto à instrução.

Na Paraíba, a oferta de instrução caminhava nos seguintes moldes: em 1954, o número de matrículas na escola primária, em todo o estado, era de 77,186. Em relação ao ensino primário, ante as dificuldades financeiras do estado, “[...] não lhe foi possível, de pronto, adotar medidas no sentido de imprimir novas diretrizes em favor do ensino”. (MELLO, 1996, p. 129). De acordo com o autor, as ações do governo José Américo voltadas para a Educação foram inicialmente direcionadas à finalização das obras de construções não concluídas pelo Governo anterior e ao suprimento de material nas escolas.

Formaram-se convênios com o INEP para construção de escolas e grupos escolares, construindo-se 12 grupos escolares e 135 escolas rurais. Outras ações foram efetivadas como a instituição de leis, quais sejam: a Lei nº 1.095, de novembro de 1954, que criou a Divisão de orientação e Pesquisas Educacionais e a Lei nº 1.172, de 28 de março de 1955, que dispôs sobre criação de 55 cargos de Orientadores Educacionais; realização pela Secretária de Educação, de cursos itinerantes de orientação de ensino primário; reforma da Escola Modelo; cursos de Orientação Educacionais; cursos de preparação para professores dos jardins de infância e orientações aos professores regentes. O governo de José Américo concluiu o Colégio Estadual

de Campina e criou ginásios nas cidades de Alagoa Grande, Esperança, Itabaiana, Cuité, Santa Luzia, Guarabira, Itaporanga e Teixeira (MELLO, 1996).

Embora o texto de José Baptista Mello seja um tanto laudatório, o autor traz a evolução do ensino na Paraíba, constituindo-se num referencial para nós historiadores, uma obra de valor histórico. Não se pode desmerecer o esforço do governo José Américo em relação às ações destinadas à educação. Contudo, há de se considerar que o resultado de muitas ações só seria sentido posteriormente, como nos mostra a historiografia. Corroboram essa nossa afirmativa os dados do censo de 1960, os quais indicam o índice de 67% de analfabetos na população de 5 anos e mais presente no censo.

É importante ressaltar que um projeto de expansão da educação deveria contemplar, dentre o conjunto de prioridades, políticas públicas de educação capazes de efetivar o direito ao ensino gratuito e de qualidade. E, por meio dessas políticas públicas, deveriam ser contempladas questões como construção de prédios escolares, formação docente, valorização profissional, dentre outras demandas necessárias à efetivação da instrução. Obviamente, estamos falando do tempo presente, no qual temos a favor da educação dispositivos como Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, a instituição de Fundos Destinados à Educação (FUNDEF, FUNDEB), que são dispositivos regulatórios da oferta os quais ainda não existiam na época em análise, mas esse olhar a partir do presente contribui para ampliar nossa visão acerca da precariedade na qual a educação estava mergulhada no período aqui em discussão.

Desde a instauração da República até hoje muitos avanços e retrocessos ocorreram no âmbito educacional, atualmente o debate gira, sobretudo, em torno da oferta de educação pública de qualidade. Ao que parece, a questão da oferta de educação, em termos da construção de estabelecimentos escolares e oferta de vagas não é o principal problema. Decerto, percorremos um longo caminho na oferta de educação, assim como novos problemas/desafios surgiram. Nossa fala situa-se no sentido de considerar como as ações dos governos anteriores foram colocadas em prática para promover o acesso à educação, fosse através da oferta de instrução nas escolas públicas, fosse através de ajudas financeiras, subvenções às instituições privadas.

O fato é que, no período do recorte temporal desse estudo, o Governo não conseguia cumprir com o papel de garantir o acesso à educação para a camada pobre e Afonso Pereira, um professor que já vinha engajado na seara da educação na Paraíba, inclusive tendo sido diretor do Instituto de Educação - IE, tendo ciência da realidade brasileira e regional quanto à carência de escolarização, aproveitou as possibilidades para engendrar num projeto de levar

instrução ao interior da Paraíba e organizou a Fundação Padre Ibiapina para, através dela, executar suas intenções, como veremos a seguir nas entrelinhas dessa história.

Cabe esclarecer que antes de criar a Fundação, Afonso Pereira já colaborava com os gestores municipais e o estadual, professores, médicos e juízes, na organização dos processos de instalação de escolas comerciais e profissionais, a exemplo das seguintes escolas: Escola Técnica do Comércio, em Cajazeiras; Escola Comercial Roberto Simonsen, em Misericórdia; Escola Comercial Dom Bosco, na cidade de Itabaiana; dentre outras. Essa dinâmica pode ser verificada nas correspondências entre Afonso Pereira e o jurista José Ferreira, da cidade de Cajazeiras, sertão paraibano, no ano de 1952, nas quais Afonso tratava do processo de instalação da Escola de Comércio Mons. Constantino Vieira na cidade. Na carta enviada a José Ferreira, em janeiro daquele ano, Afonso Pereira descreveu e solicitou urgentemente a documentação necessária para ele enviar para o Rio de Janeiro para o reconhecimento da escola: relação dos professores com número de registro de todos, Regimento Interno, ata de fundação, atestados do diretor e secretário escolar, estes últimos deveriam ser “[...] devidamente assinados por DUAS autoridades locais (juiz, inspetor federal do ensino, prefeito, delegado etc.) [...]” (SILVA, 1952, n.p.).

Na mesma correspondência Afonso Pereira ainda orientou:

“Estimule o povo a lutar pela restauração da Associação Comercial, que, segundo minha opinião, deve ter um novo Estatuto e cuja denominação deve abranger outros campos de atividade, passando a ser denominada: ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DE CAJAZEIRAS. Que tal?” (SILVA, 1952).

Afonso Pereira recebeu no mês seguinte a documentação solicitada e respondeu: “[...] Estou remetendo as cópias dos documentos que enviei ao Diretor do Ensino Comercial, a fim de conseguir, ainda para este ano, a autorização de funcionamento da Escola de Comércio Mons. Constantino Vieira” (SILVA, 1952). Acrescentou ser necessária a interlocução, junto aos deputados e amigos do Rio de Janeiro, para conseguirem o objetivo e recomendou que toda a documentação deveria ser cuidadosamente guardada para fins de documentação histórica.

Em matéria do Jornal A Folha¹⁵ (1991), novamente encontramos pistas desse trabalho colaborativo de Afonso Pereira que, através das suas redes de sociabilidades (as quais incluíam: educadores, padres, juristas, prefeitos, professores e políticos) organizava as instalações das

¹⁵ O Jornal “A Folha” foi criado em 6 de janeiro de 1927 como jornal oficial do município de Itabaiana, cidade do estado da Paraíba, por Fernando Pessoa e Pedro Muniz de Brito, publicava notícias da área política, social e educacional (MAIA, 1976).

escolas. Na citada matéria, o Padre João Gomes da Costa, ao escrever em 1991 sobre a história da instalação do Colégio Comercial Dom Bosco em Itabaiana no ano de 1953, afirmou ter contado com “a valiosa ajuda do Professor Afonso Pereira da Silva, presidente da Fundação Padre Ibiapina, no tocante à preparação dos documentos a serem enviados ao MEC com vistas à consecução da autorização para funcionamento da escola” (A FOLHA, 1991, p.8).

4.2 A criação da Fundação Padre Ibiapina

Os planos de criação da Fundação foram iniciados na sala do Conservatório Paraibano de Música, no dia 24 de março de 1954. Quando reunidos o professor Afonso Pereira; o professor e diretor da Faculdade de Filosofia da Paraíba, Emanuel de Miranda Henriques; o professor Antônio Pereira da Silva; o engenheiro e eletricitista Cleanto da Câmara Torres; o acadêmico de Direito, Malaquias Timóteo; o estudante de Medicina, Clidenor Torres e a professora Clemilde Torres Pereira, esposa de Afonso Pereira. Nessa reunião, convocada por Afonso Pereira, foram tratados os planos para criação e atuação da Fundação. Na ocasião, Afonso Pereira explicou seus objetivos que, nas palavras do professor, ao criar a Fundação almejavam:

Controlar, através de uma assistência efetiva, e fiscalizar, através de rigorosa observância, os ginásios, escolas comerciais e escolas profissionais por si criadas e que houvesse de criar em futuro próximo. O próprio Ministério da Educação e Cultura vem incentivando a criação de tais órgãos, pois por intermédio deles e das finalidades específicas se poderia acentuar a campanha do ensino e do progresso de cultura na província, principalmente estabelecendo artesanato e pequenas escolas agrícolas. [...] Era sua intenção intensificar o movimento educacional e de recuperação do menor abandonado nos próximos dois anos, com o levantamento da opinião pública da Paraíba, em particular da gente do interior, tão só, tão abandonada, relegadas a mesquinha, quando não ao abuso prepotente (SILVA C., Ata de 30 de março de 1954, f.1 livro A).

Pelo exposto nas palavras de Afonso Pereira, são claros os objetivos da Fundação, quais sejam: instalar as escolas e exercer junto a elas um trabalho de assistência e acompanhamento. Destacamos, ainda, o conhecimento que ele tinha da possibilidade da vinda de recursos do Ministério da Educação, por meio dos quais seria possível implementar a escolarização no estado da Paraíba, intensificando o movimento educacional que representaria o avanço da cultura no estado, através das escolas agrícolas, as quais ofertavam o ensino primário/elementar para o homem do campo. A esse respeito, observa-se que, estrategicamente, Afonso Pereira

tinha a intenção de conquistar a opinião pública sobre seu trabalho, sobretudo da população do campo, que seria beneficiada com as escolas.

Nessa mesma reunião, compartilhou os detalhes do plano de criação, externando que a dificuldade inicial seria conseguir recursos para instituir a Fundação. Em seus planos, os recursos viriam dos prefeitos e do governador José Américo, que, ao saberem de sua intenção o apoiariam. A escolha do nome para a Fundação tinha razões em sua admiração pelo Padre Ibiapina¹⁶ a quem ele considerava um apóstolo do sertão nordestino, cujo nome era conhecido em toda região da Paraíba. O referido padre, para muitos nordestinos, era uma figura que simbolizava vida missionária dedicada aos pobres.

Quanto à questão das regras pelas quais seria regida, Afonso Pereira comunicou que seriam providenciadas através de construção e registro do Estatuto. Seria administrada pelo presidente e pelo Conselho Deliberativo e teria em seu quadro Contador, Engenheiro, Médico, Assistente Social, Advogado e Assessores Técnicos:

[...] O sr. Presidente disse que a única dificuldade seria a de adquirir um patrimônio, sem que não poderia ser instituída a Fundação Padre Ibiapina. Por isso é que retardara no seu plano. Mas, logo que isto se objetivasse, instituiria, sem maior delonga, a Fundação. Não faltariam prefeitos que fizessem doações e o próprio Governador José Américo, logo soubesse, auxiliaria o notável empreendimento. O nome da Fundação originara-se da lembrança feliz que tivera da obra admirável e respeitável do apóstolo dos sertões nordestinos, Padre Ibiapina, nome conhecido em todos os lugarejos da Região. Quanto aos Estatutos, em tempo oportuno, seriam redigidos, publicados e registrados. O professor Afonso Pereira deu a seguir o esquema de organização, a qual constaria de Presidente, do conselho deliberativo e do Diretor Executivo e tinha certeza de que os estatutos apresentariam um quadro sucinto e claro da realidade do ensino na Paraíba. A Fundação teria contador, engenheiro, médico, assistente social, advogado e assessores técnicos, pois todos ali se não eram formados, estavam para sê-lo, e sê-lo-iam como fundadores da Fundação (SILVA. C., Ata de 30 de março de 1954, f.1 livro A).

¹⁶ José Antônio de Maria Ibiapina, o Padre Ibiapina (1806-1883), nasceu em Sobral (CE), foi deputado, advogado e juiz de direito. Aos 47 anos, abandona a vida civil e torna-se padre decidindo peregrinar pelos sertões do Nordeste brasileiro evangelizando, e promovendo obras de ação social e educação. Padre Ibiapina esteve no Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí e Pernambuco construindo açudes, cemitérios, capelas, cacimbas, igrejas, casas de caridade e colaborando na fundação de municípios. Sua atuação permanece na memória popular e pode ser observada através de visitas a lugares como o Santuário de Santa Fé, localizado no município de Solânea (PB), ou em outros lugares espalhados pela região Nordeste que trazem seu nome. Suas missões mobilizavam as populações através dos rituais religiosos e dos mutirões de trabalho organizados para a execução das construções. Essas ações se caracterizam por uma religiosidade plural, dado que ele socorria os sertanejos através da caridade cristã, ao mesmo tempo em que executava ideais de civismo e produtividade. O período de atuação missionária do Padre Ibiapina (1856 – 1883), é marcado pela situação de miserabilidade e flagelo social ocasionados pelas sucessivas secas, que provocavam movimentos migratórios em direção às províncias (SILVA, 2016).

Em suma, as narrativas expressam o projeto e o grau de organização do educador quanto aos seus propósitos. A intenção de Afonso Pereira, exposta em sua narrativa na primeira reunião para organizar a criação da instituição, pode ser observada no Estatuto da Fundação, publicado a primeira versão no dia 13 de dezembro de 1956, no Diário Oficial do Estado, e a segunda versão no ano de 1976. Neles, o educador apresenta os fins da Fundação:

Art. 3º- Visando, sem finalidades lucrativas, os problemas da educação, da ciência e da cultura em todos os seus campos de atividade, e, mais particularmente, os dá assistência social em todos os níveis, setores e extensão, a Fundação Padre Ibiapina tem como objetivos:

- I- criar, instalar e manter estabelecimentos de ensino em todos os graus, níveis, tipos e natureza;
- II- criar, instalar e manter, órgãos e serviços de assistência educacional, cultural e beneficentes, sob todas as suas modalidades;
- III- criar, instalar e manter, por si ou em convênio, institutos de estudo e pesquisa, pura ou aplicada;
- IV- prover, através de cursos livres e outras iniciativas, a formação, a especialização e o aperfeiçoamento de pessoal para o atendimento das necessidades dos empreendimentos públicos ou privados;
- V- planejar e organizar serviços ou empreendimentos, assistindo-os ou tomando-lhes o encargo de execução;
- VI- concorrer para melhor compreensão dos problemas da administração, propiciando o seu estudo e o seu debate;
- VII- colaborar com o poder público o necessário, com pessoas e com entidades de direito privado, quando possível;
- VIII- dar ênfase à documentação e à informática como instrumento essencial à pesquisa (PARAÍBA, 1956, p. 5- 6).

E, assim, a Fundação Padre Ibiapina foi criada em 1954, sem fins lucrativos, com as atividades iniciadas na casa de Afonso Pereira, só dois anos depois, em 1956, foi instalada fisicamente nas dependências do Conservatório Paraibano de Música. A Fundação, com fins educativos e filantrópicos estabelecidos em Estatuto e com sede em João Pessoa, capital do estado da Paraíba, foi reconhecida como entidade pública estadual, pela Lei nº 1.839, de 26 de janeiro de 1958, e de utilidade pública municipal, pela Lei nº 1.469, de 26 de janeiro de 1971, com registro no Conselho Nacional de Serviço Social, do Ministério da Educação (MEC) (PARAÍBA, 1956, p.5).

Oficialmente, a Fundação se enquadrava nos termos da Lei nº 1493, de 13 de dezembro de 1951, a qual estabelecia que poderiam ser beneficiadas com a cooperação financeira da União as instituições que visassem os seguintes fins: I – Promover a educação e desenvolver a cultura; II – Promover a defesa da saúde e a assistência médico-social; III – Promover o amparo social da coletividade (art, 5º, capítulos I, e III). O dispositivo estabelecia ainda no Art. 7º que

as instituições deveriam ser registradas no Conselho Nacional de Serviço Social. Tratava também da obrigatoriedade de prestação de contas ao Ministério da Educação e Saúde, na qual os comprovantes das despesas deveriam ser autenticados.

Imagem 17 - Fachada do prédio da Fundação Padre Ibiapina (2015)



Fonte: Acervo pessoal da autora (2015).

O prédio da Fundação que aparece na fotografia datada de 2015, por ocasião de nossa pesquisa do Mestrado, está localizado na Rua 13 de maio 465, Centro de João Pessoa - Paraíba. Conforme dissemos, as reuniões de sua criação foram iniciadas na casa de Afonso Pereira, depois a sede provisória passou a ser no Conservatório de Música, na Rua General Osório, nº 77, centro de João Pessoa, passando ao endereço atual no ano de 1958. No ano da presente pesquisa, 2021, a Fundação está sob a presidência do advogado João Aguiar e não constatamos atividades dela. O prédio encontra-se fechado e parte do acervo documental das escolas encontra-se sob a tutela do Arquivo Afonso Pereira.

Nas fontes localizadas, observamos o empenho de Afonso Pereira em divulgar, através dos jornais nos outros estados, o trabalho que vinha fazendo à frente da Fundação na Paraíba, como se pode ver na edição de 06 de fevereiro de 1958 do Diário de Pernambuco¹⁷, com a

¹⁷ O Diário de Pernambuco é um importante jornal publicado na cidade do Recife, capital de Pernambuco, Brasil. Foi fundado no dia 7 de novembro de 1825 e idealizado pelo tipografo Antonino José de Miranda Falcão; é o mais

chamada “A fundação Padre Ibiapina realiza grande obra educacional na Paraíba: Fala ao Diário o deputado estadual Afonso Pereira – Objetivos de sua visita ao Recife – Sistema de construção de escolas no interior”. A matéria nos mostra que Afonso Pereira aproveitava as viagens para executar as tarefas da Fundação quanto à criação das escolas e buscava também, através da imprensa, promover a propagação de suas ideias e os feitos em prol da educação no Estado. Na matéria, é apresentado como aquele que objetivava criar na Paraíba uma nova mentalidade educacional. Essa mentalidade referia-se à implantação de escolas profissionais com vistas a atender à demanda da implantação de indústrias em curso no Estado:

Esteve no Recife, regressando ontem a João pessoa, o dep. Estadual Afonso Pereira da Paraíba, fundador e presidente da Fundação Padre Ibiapina e um dos organizadores da legislação do ensino normal no seu Estado, ao tempo do governo José Américo. Veio ao Recife entrar em entendimento com os órgãos técnicos da Secretária de Educação bem como fazer observações em torno do ensino técnico profissional, a fim de objetivar, na Paraíba, um plano amplo, visando a criação de nova mentalidade educacional, no que diz respeito a parte técnica, em face da influência da energia da CHESF, no incremento de novas indústrias. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1958, p. 5).

Outro aspecto que pode ser observado na matéria em análise é a construção das escolas industriais e profissionais piloto, a exemplo das cidades de Campina Grande e Guarabira:

Disse-nos que recentemente apresentou um projeto abrindo credito para a instalação de uma escola industrial piloto, em Campina Grande. Através da Fundação Padre Ibiapina, vem procurando difundir, o mais possível, as escolas profissionais, a começar do artesanato. Assim é que, ultimamente trabalha no sentido de instalar uma escola profissional piloto, provavelmente em Guarabira, com todas as suas oficinas movidas a eletricidade. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1958, p. 5).

Na sequência, a matéria traz informações sobre as ações da Fundação que, no decorrer de três anos, ou seja, entre 1954 e 1957, construiu 20 escolas distribuídas entre ginásios, escolas comerciais e escolas artesanais, ações que estavam chamando atenção dos governos. Destaca, ainda que os estudos que vem sendo realizados tem despertado o interesse por parte de associações como a ANCAR¹⁸:

antigo periódico publicado na América Latina que ainda está em circulação. Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=>. Acesso em: 16 maio 2021.

¹⁸ANCAR CENTRAL - Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural era uma associação dedicada à execução de um programa de extensão rural com sede no Recife-PE e atuação nos estados de Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, originada em 1948. As atividades de Extensão Rural da Paraíba tiveram início em setembro de 1955, com o funcionamento de 05 (cinco) Escritórios Locais e um

Somente no ano de 1957- segundo nos revelou- a Fundação Padre Ibiapina construiu na Paraíba mais de 20 escolas, sendo 3 ginásios, 4 escolas de comércio e 13 escolas artesanais. Além disso, a Fundação também se preocupa com problema de pesquisa sobre o *modus vivendi* do homem no interior, fazendo levantamento e estudos sobre várias populações. Sobre este aspecto, aliás, a ANCAR mostra-se interessada em fazer um convênio com a fundação, o que seria de grande proveito. Os trabalhos desenvolvidos pela fundação Padre Ibiapina são de tal ordem que já repercutem pelos estados vizinhos, tendo o Sr. Afonso Pereira recebido várias solicitações de seus planos para outros governos (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1958, p. 5).

No trecho seguinte, percebemos informações sobre o modelo arquitetônico das escolas que Afonso julgava ideal para as escolas instaladas no interior, as quais deveriam estar em harmonia com a paisagem natural, de modo que ajudasse a fixar o homem ao meio rural, provocando uma identificação dos alunos que viviam numa paisagem rural com o espaço no qual estudavam. Ou seja, a arquitetura das escolas não deveriam distoar da paisagem natural. Por isso ele reprovava as construções de cimento armado e priorizava, nas escolas instaladas pela Fundação, a manutenção de espaços onde pudessem ser cultivadas árvores para criar a identificação dos alunos com o campo.

Acha o deputado paraibano que construções de escolas no interior, de cimento armado, representa verdadeiro contraste com as condições ecológicas. Há-ter-se ele por um sistema de edificação de escolas que não fuja à paisagem local e que tenha alguma coisa que lembre a região. Fator importantíssimo na fixação do homem ao meio. Até mesmo a recuperação do folclore é objeto de estudo por parte da fundação. Geralmente as escolas dessa edilidade dispõem de boa área e aos alunos é incrementado o gosto pelo aproveitamento dos quintais, com distribuição de prêmios aos que se distinguirem nessas tarefas de plantio de árvores frutíferas (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1958, p. 5).

A esse respeito, a historiografia trata que a arquitetura escolar em vigor no início do século XX expressava o discurso de modernidade da época, na qual a urbanização e a

Regional da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR), com Sede Regional em Recife, da qual surgiram as organizações Extensionistas dos Estados do Nordeste. A necessidade de expandir a área de ação e de obter maior apoio dos Governos, levou a ANCAR a criar os Programas Estaduais de Extensão, sendo elevado à categoria programa autônomo em 1958, embora, como os demais, continuasse subordinado administrativamente ao Escritório Central da ANCAR, em Recife - PE. Em 1964, o programa da Paraíba, transformou-se em associação independente, com a criação do Serviço de Extensão Rural, filiado à ABCAR, com sede no Rio de Janeiro - RJ. No entanto, em 14 de fevereiro de 1975, através do Decreto Federal número 75.373, é criada a EMBRATER, sucessora da ABCAR. Essa Lei proporcionou a existência de mecanismos estaduais no cumprimento das atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural, sendo uma de suas tarefas iniciais um assessoramento aos governos estaduais com o objetivo de desativar as antigas Associações de Crédito e Assistência Rural e institucionalizar as Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural. Daí, o surgimento da EMATER - PARAÍBA, em substituição à ANCAR - PARAÍBA. (ANCAR Paraíba, 2021).

industrialização influenciaram a construção dos prédios escolares, que deveriam representar o modernismo com as construções suntuosas. Já na segunda metade do século XX, seguindo o ideal de modernidade, mas visando à contenção de gastos, o modelo arquitetônico estabelecido conceituava-se em construções de concreto armado e modulações.

Escolano (2001) nos ajuda a entender as intenções de Afonso Pereira ao pensar o modelo de edifícios escolares para a Fundação. Para o autor, a arquitetura escolar é um programa que contribui para se alcançar as finalidades da educação. Nesse sentido, como Afonso Pereira intencionava levar escolarização ao homem do campo, sem, no entanto, tirá-lo do meio rural, os prédios escolares projetados por ele deveriam conter elementos que cultivassem a identificação dos alunos com a vida no campo. Em carta enviada ao engenheiro Cleanto Torres, membro do conselho deliberativo da Fundação, na qual solicita, com urgência, uma planta para a Escola Técnica de Comércio Monsenhor Constantino Vieira, da cidade de Cajazeiras, a pedido do amigo e professor João Isidro¹⁹, Afonso Pereira aproveitou a comunicação e solicitou uma planta para a construção de uma escola rural pela Fundação, assim descrevendo-a:

[...] Agora o meu caso: Quero construir uma pequena escola rural em Bola, sítio da Araruna. Desejo uma sala moderna, com uma anexa para a Diretora e para uma pequena secretaria com estante de livros. O terreno mede... mais de 20x40. **Em torno da sala (9x6) alpendre e de lado, porque o terreno permite, um pequeno campo para brinquedo de crianças.** [...] Tudo é urgente, pois quero dar início à escolinha, o mais breve possível. A mesma planta servirá para o Calabouço, outra escolinha que venho mantendo em Araruna. Já o incomodei por demasiado. Por ora já basta, mãos à obra e mostre sua perícia. Recomendações à patroa e beijo na criancinha. Afonso Pereira (SILVA, 1956, grifo nosso).

Vejamos que, na solicitação de Afonso Pereira, há o tom indicativo de simplicidade no termo “escolinha”, no entanto, inclui o termo “moderna” que para ele seria a inclusão da sala da diretoria, secretaria, um espaço organizativo para os livros e alpendre. O alpendre era uma

¹⁹ Nesse período, estava em curso a reforma da Escola Técnica de Comércio Monsenhor Constantino Vieira na cidade de Cajazeiras, Paraíba, sob a coordenação do professor João Isidro de quem Afonso Pereira era amigo pessoal e estava a ajudá-lo na tarefa. Afonso Pereira se correspondia com João Isidro sobre a preparação da reforma da escola que havia sido fundada em 1951. Através das cartas, dava-lhe dicas para arrecadar recursos. Em carta enviada em fevereiro de 1956, aconselha: “[...] Faça os leilões e, na festa da padroeira, tire uns dois dias para a Escola, é falar com as autoridades eclesásticas, não é possível que não colaborem. Espalhe boletins e levante a campanha de persuasão. [...] o nosso povo ainda precisa de instrução. E cajazeiras não fará exceção. [...]”. (SILVA, 1956). Noutra carta enviada em maio do mesmo ano, na qual, dentre outros assuntos, travava da continuidade da reforma, diz: “[...] Toque para frente, você vencerá. Estarei pronto para acompanhar seus passos: lembre-se das mulheres, isto é, das mocinhas (a unas). Faça bingos dançantes, leilões, pequenas excursões; escreva para deputados e senadores; mande pedir máquinas usadas ao presidente do banco do Brasil, fazendo ver existirem na Agência dai (Itabaiana adquiriu quatro!) [...]” (SILVA, 1956). A respeito da referida escola, foi fundada em 1951 funcionando no prédio de uma pequena casa com varandas de madeira. Em 1971, passou a fazer parte do sistema municipal de ensino de Cajazeiras e, no ano de 1991, foi estadualizada, passando a ser Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Monsenhor Constantino Vieira, em funcionamento até os dias atuais. (SANTANA, 2016).

marca da arquitetura do campo, espaço de ventilação, de conversas, de repouso do trabalhador em redes. Destacamos a solicitação de um espaço recreativo para as crianças, o que confirma o discurso de Afonso Pereira no citado jornal. Assim, a escola teria elementos próprios das moradias dos alunos, com alpendre e espaço recreativo (terreiro), agregado às características arquitetônicas peculiares do espaço escolar, a exemplo da sala de aula.

Imagem 18 - Fotografia da Escola Profissional 4 de abril - Coremas (s/d)



Fonte: Acervo fotográfico da Sala Fundação Padre Ibiapina - AAP.

A imagem acima retrata, a Escola Profissional 4 de Abril na cidade de Coremas, como pudemos observar, a construção contempla um típico modelo de construção moderna de tijolos, mas conserva a simplicidade das casas do interior, o que, a julgar pela fala de Afonso Pereira, aproximava os alunos da escola.

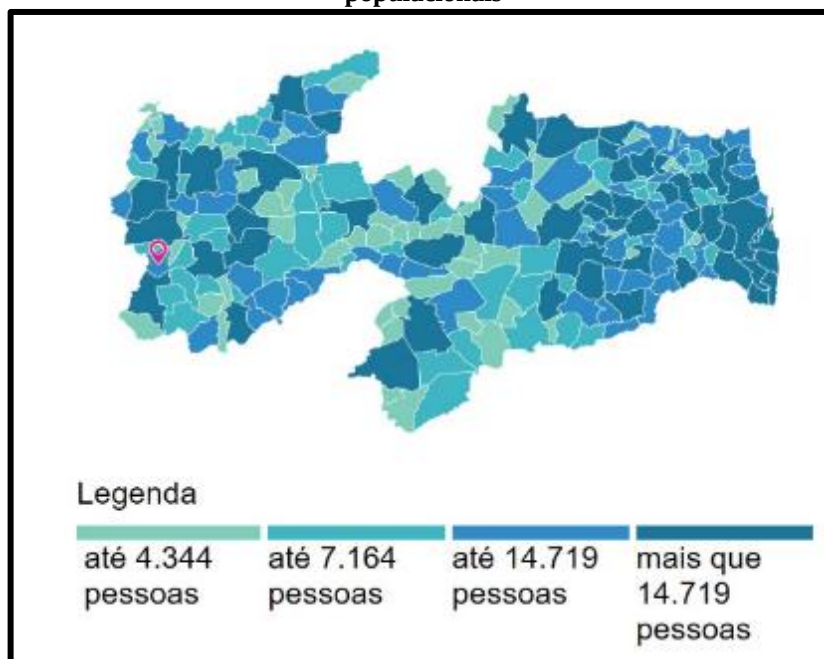
4.3 Fundação e instalação das primeiras escolas

Os primeiros municípios contemplados com a instalação das escolas foram Bonito de Santa Fé, cidade natal de Afonso Pereira, com o Ginásio Andreino Timóteo e Araruna, cidade na qual sua esposa, Clemilde Torres, nasceu, com o Ginásio 4 de Julho. Para ilustrar como foram instaladas as primeiras escolas, iniciamos tomando como objeto de análise o Ginásio Andreino Timóteo na cidade de Bonito de Santa Fé e, em seguida, conforme os temas/questionamentos foram sendo suscitados no trabalho, utilizamos em nossas análises representativas as demais escolas que foram instaladas nos anos iniciais da Fundação.

O município de Bonito de Santa Fé faz parte da região semiárida brasileira, situado na depressão sertaneja do Estado da Paraíba, com vegetação predominante a caatinga. Vizinho dos

municípios de Monte Horebe, Ibiara e Serra Grande, está a 493 quilômetros da capital João Pessoa. De acordo com o censo de 2016, a população é de aproximadamente 11.814 habitantes e a área territorial do município é de 228 km².

Imagem 19 - Localização do município paraibano de Bonito de Santa Fé em mapa de indicadores populacionais



Fonte: IBGE (2021).

De acordo com o IBGE (2021), o município de Bonito de Santa Fé foi primitivamente habitado por índios Cariris, cujas terras, no século XVIII, passaram a pertencer a Arruda Câmara, que as vendeu a Manoel José e a Francisco Soares, esse foi o período no qual se iniciou a colonização e o desenvolvimento da agricultura. Em meados do século XIX, bandos de cangaceiros fizeram-se presentes no lugar, sendo combatidos pelas famílias do lugar. Após o afastamento dos cangaceiros, a construção de uma capela para homenagear Santo Antônio deu origem ao povoado denominado Santa Fé, alterado para Bonito de Santa Fé pelo Decreto-lei estadual nº 520, de 31 de dezembro de 1943.

Quanto à caracterização demográfica da população da região na década de 1950, Afonso Pereira assim a descreve: “uma cidade de índice demográfico diminuto, cerca de duas mil almas” (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1957). Buscamos proceder o cotejamento de fontes e dados do censo demográfico de 1950 indicam que a população total era de 6.257, incluindo a cidade, vilas e zona rural e que, na cidade, registrava-se população presente de 1.917, incluindo todas as idades.

Quanto à instrução, alguns dados coletados no Censo evidenciam o panorama de Bonito de Santa Fé naquele período:

Quadro 03 - Situação de instrução quanto à alfabetização da população de 5 anos e mais em Bonito de Santa Fé em 1950

Total	Sabem ler e escrever	Percentual	Não sabem ler e escrever	Percentual
6.257	1.629	26%	4.624	74%

Fonte: Censo Demográfico de 1950 (IBGE, 1950).

Nesses dados, observamos que, nos primeiros censos realizados, o índice de analfabetismo era medido a partir dos 5 anos. É, pois, evidente em Bonito de Santa Fé o elevado número de analfabetismo, que atesta que 74% da população não sabia ler e escrever, contrastando com os apenas 26% que sabiam ler e escrever. Tais índices acompanhavam os índices do Estado, que eram em torno de 75% de analfabetos, os quais sinalizam a ausência de políticas públicas na região voltadas à escolarização da população.

Otaíza Romanelli nos diz que a sociedade industrial trouxe demandas à educação no sentido de eliminar o analfabetismo e qualificar para o trabalho. Entretanto, a expansão da oferta de educação concentrou-se nos grandes centros urbanos onde eram estabelecidas as relações de produções, onde o processo de industrialização era instalado. Isso trouxe profunda defasagem, representada pela oferta desigual de escolarização, de modo que foi “[...] processado de forma atropelada, improvisada, agindo o Estado mais com vistas ao atendimento das pressões do momento do que com vistas a uma política nacional de educação.” Embora crescendo as oportunidades educacionais, “esse crescimento não se fez de forma satisfatória, nem em relação à quantidade, nem em relação à qualidade” (ROMANELLI, 1986, p. 61).

Quadro 04 - População de 5 a 14 anos em Bonito de Santa Fé no ano de 1950 com indicação das que sabem ler e escrever

Idade	Total	Sabem ler e escrever	Percentual
5 anos	247	2	0,8%
6 anos	215	1	0,5%
7 anos	217	10	4,6%
8 anos	263	14	5,3%
9 anos	213	24	11%
10 anos	247	47	19%
11 anos	191	38	20%
12 anos	242	53	22%
13 anos	199	55	27%
14 anos	190	59	31%

Fonte: Censo Demográfico de 1950 (IBGE, 1950).

No Quadro 04, observamos que o número da população em idade escolar presente no censo era relativamente equivalente em todas as faixas etárias analisadas. O crescimento do percentual de crianças que sabiam ler e escrever dá-se a partir da idade de 10 anos, indicando o acesso tardio ao ensino. Embora desde a Constituição de 1934, estivesse presente na lei a obrigatoriedade da frequência do ensino primário, não havia menção à faixa etária dessa obrigatoriedade, o que só veio a aparecer na Constituição de 1967: “Art. 168, § 3º, II – o ensino dos 7 aos 14 anos é obrigatório para todos e gratuito nos estabelecimentos primários oficiais” (BRASIL, 1967). Portanto, o indicativo de 7 a 14 anos que aparece no censo de 1950 não quer dizer que as crianças recenseadas frequentavam a escola primária, o acesso à leitura poderia se dar no próprio lar. Por outro lado, Romanelli (1986) esclarece que, nesse período, havia uma desordem na escola primária quanto à matrícula, ocasionada por ingresso tardio e repetência, razão pela qual seria impossível uma análise mais objetiva.

Quadro 05 - População acima de 10 anos com curso completo em 1950

Grau	Total	Percentual
Grau elementar	192	96%
Grau médio	5	2,5%
Grau superior	3	1,5%

Fonte: Recenseamento geral de 1950 (IBGE, 1950).

A análise do Quadro 05 permite visualizar os níveis de educação. Vê-se inicialmente a ínfima presença da população na escola se considerarmos a população de 6.257 presente no censo, conforme Quadro 02, e apenas 200 pessoas possuíam curso completo distribuídos nos graus elementar, médio e superior. Observamos que a população com acesso à escola conseguia chegar predominante apenas ao grau elementar, cerca de 96% das duzentas pessoas com curso completo. Os graus, médio com 2,5% e superior com 1,5% possuem uma proporção mínima, dado que reflete dois aspectos: primeiro, a falta de acesso ao ensino; segundo, a não continuidade dos estudos que levaria a população aos graus mais elevados de ensino, situação que se assemelhava aos números da baixa escolaridade nacional. Maria Lúcia Aranha explica que esse fenômeno reside no fato de que, embora o projeto republicano buscasse implantar escola para todos, tratava-se de um tipo de escola dualista, na qual a elite era reservada à continuidade dos estudos, principalmente o científico, e ao povo era reservado o ensino

elementar e profissional (ARANHA, 2006). Vê-se, nesse caso de Bonito de Santa Fé que até no elementar era mínimo o percentual da população que conseguia concluir.

Quadro 06 - População de 10 anos a mais por ramos de atividade principal

População	Atividade/ Percentual							
	Agricultura, pecuária e silvicultura		Indústria extrativas		Indústria de transformação		Comércio de mercadorias	
5.102	1.923	37%	12	0,23%	45	0,88%	62	1,2%

Fonte: Recenseamento geral de 1950 (IBGE, 1950).

Pelo Quadro 06, percebemos que a atividade principal na região eram a agricultura, a pecuária e a silvicultura, seguidos do comércio e da ocupação em indústria, em terceiro lugar. Outro dado que nos chamou atenção é o fato da população presente no recenseamento acima de 10 anos apenas 2.042 executar alguma atividade principal, o que pode indicar que 3.060 pessoas não executavam nenhuma atividade considerada principal e viviam da agricultura de subsistência. Os dados também indicam a necessidade de escolarização para qualificação e, conseqüentemente, aumento da participação da população na indústria e comércio.

Lourenço Filho, ao analisar os dados das taxas de analfabetismo no transcurso dos anos de 1900 a 1960, especificamente tratando das condições gerais e regionais do processo da alfabetização, reconhece que, nos locais onde encontrava-se a população mais volumosa, com economia de mercado crescente, saindo dos setores primários para as atividades industriais, com variedades de trabalhos, essa realidade se refletia na demanda pelos serviços do setor terciário. “Então, a leitura e a escrita passam a ter preço, são sentidas como úteis e benéficas, e a demanda do ensino normalmente se eleva, ao mesmo tempo que maiores recursos, advindos de maior produção, possibilitam maior e mais diferenciada oferta” (LOURENÇO FILHO, 1965, p. 266). Isso nos leva a concluir que restava às cidades do interior a atrofia do processo de escolarização em razão da situação demográfica e socioeconômica do campo.

Esse era o panorama da expansão do ensino e das taxas de escolarização na região de Bonito de Santa Fé na década de 1950. Os dados nos mostram que havia na cidade uma população escolarizável entre crianças, jovens e adultos, no entanto, essa população não estava na escola e a historiografia expõe que o fator principal era a ausência da oferta de educação pelo Estado. Foi nesse período que Afonso Pereira decidiu iniciar a implantação de escolas através da Fundação Padre Ibiapina, instalando a primeira escola em Bonito de Santa Fé.

A pesquisa revelou que alguns caminhos foram percorridos desde o planejamento por Afonso Pereira na reunião datada de 30 de março de 1954, quando ele tratou dos planos para criação da Fundação, até a fundação do Ginásio Andreilino Timóteo, primeira escola instalada

pela Fundação, em julho do mesmo ano. A começar pela campanha para levantamento de recursos financeiros a serem destinados à construção, como podemos observar na carta aberta que localizamos durante a pesquisa e trouxemos para nossa análise. É importante esclarecer que, quanto à marcação espaço/temporal, a fonte não possui data de circulação, mas, levando em consideração o ano de fundação da escola, provavelmente a carta circulou na cidade de Bonito de Santa Fé no mesmo ano, ou seja, em 1954.

Ginásio Andreelino Timóteo
BONITO DE STA FÉ
Paraíba

Ilmo(s) Snr (s)

COM satisfação vimos participar a V. S. e Exma. família que dentre em breve teremos construído o “GINÁSIO ANDRELINO TIMOTEO” cujo terreno já foi doado pelo Poder Público Municipal, para as devidas finalidades.

PRETENDENDO levar avante esta iniciativa da construção do referido “GINÁSIO” que refutamos a mais séria para a formação das novas gerações, mantendo as suas veneradas tradições de fé, legado precioso de nossos antepassados, Bonito de Santa Fé, espera e confia todos os bonitenses se unirem e arduamente num mesmo espírito de renovação da vida econômica e cultural, a fim de demonstrar e concretizar com segurança a importância do ensino em nossa terra, para formação- das novas gerações bonitenses e num mesmo anseio de grandeza de nossa terra, pois não seria concebível que o povo bonitense rejeitasse tão notável empreendimento.

“O GINÁSIO”, será portanto, de todos habitantes do Município, da cidade e dos campos, ricos e pobres, grandes e pequenos.

UNAMO-NOS a esta grande iniciativa e nessa união aumentemos essa nova fase de vida porque vai passando a cidade e o Município, fruto da melhor compreensão de uma mais larga solidariedade humana garantidora de paz, harmonia e educação das famílias e do crescente engrandecimento de nossa privilegiada cidade.

IMPOMO-NOS uma tarefa sobremodo grandiosa que é a construção do prédio do “GINÁSIO ANDRELINO TIMOTEO” a embelezar essa cidade.

ESTA é a oportunidade magnífica para contribuirmos generosamente para a realização de tão nobre anseio.

PRECISANDO para esta grande obra do auxílio de cada bonitense indistintamente dentro, dentro ou fora do nosso Município, vem a COMISSÃO, infra assinada pedir a sua valiosa contribuição, de acordo com suas possibilidades e patriotismo, a qual deve ser remetida à Tesouraria do Ginásio em colaboração com elementos de conceitos de nossa terra, mediante confirmação oficial.

IGUAL solicitação dirigimos confiadamente a todas pessoas amigas de Bonito, que desejarem o engrandecimento e o seu crescente progresso.

ATENCIOSAMENTE

A COMISSÃO (COMISSÃO, 1954, n.p.).

A carta foi escrita por uma comissão responsável pela arrecadação da qual Afonso Pereira, como diretor da Fundação, provavelmente fazia parte. Dirige-se a todos os leitores de

forma solene, chamando-os de ilustríssimos e é destinada a “[...] cada bonitense indistintamente dentro, dentro ou fora do nosso Município” (COMISSÃO, 1954, n.p.).

Logo no início, localizamos a importante informação acerca da doação do terreno para a construção da escola pelo poder público municipal. Nesse trecho, a comissão comunica que pretende levar adiante a construção do Ginásio para a formação de novas gerações e faz um apelo em nome da própria cidade, buscando instigar no receptor da mensagem o sentimento de pertencimento e territorialidade, instigando-as à união em torno do projeto de construção da escola que simbolizaria renovação econômica e cultural. A união em torno da construção também seria um ato em prol “[...] de demonstrar e concretizar com segurança a importância do ensino em nossa terra, para formação- das novas gerações bonitenses e num mesmo anseio de grandeza de nossa terra, pois não seria concebível que o povo bonitense rejeitasse tão notável empreendimento” (COMISSÃO, 1954, n.p.).

Nesse trecho, observamos a tentativa de convencer a população quanto à aceitação e à valorização da escola quanto a sua importância para a cidade. De fato, não só em Bonito de Santa Fé, mas no Nordeste afora, grande parte da população vivia em condições de vida tão precárias que, para muitas pessoas, a escolarização não representaria utilidade em suas vidas. Logicamente, isso é uma questão pela qual perpassam profundas questões relacionadas ao desenvolvimento econômico e cultural das regiões, às oportunidades e à representação da escola para as diferentes classes sociais.

Destacamos, também, na carta a comunicação de a quem o Ginásio seria destinado, pois ele seria, “[...] de todos os habitantes do Município, da cidade e dos campos, ricos e pobres, grandes e pequenos” (COMISSÃO, 1954, n.p.). Tal afirmativa reitera a ausência, naquela época, de escolas acessíveis a todos na região, continuando, de forma mais incisiva, pela disposição das palavras no texto, a comissão novamente conclama a população a união em torno de unir esforços para a construção, pois a cidade estava passando por modificações e a educação deveria fazer parte dessas mudanças: “UNAMO-NOS a esta grande iniciativa e nessa união aumentemos essa nova fase de vida porque vai passando a cidade e o Município, fruto da melhor compreensão de uma mais larga solidariedade humana garantidora de paz, harmonia e educação das famílias[...]” (COMISSÃO, 1954, n.p.). Por último, na sentença, evoca-se a solidariedade como capaz de garantir dentre outras coisas, a educação.

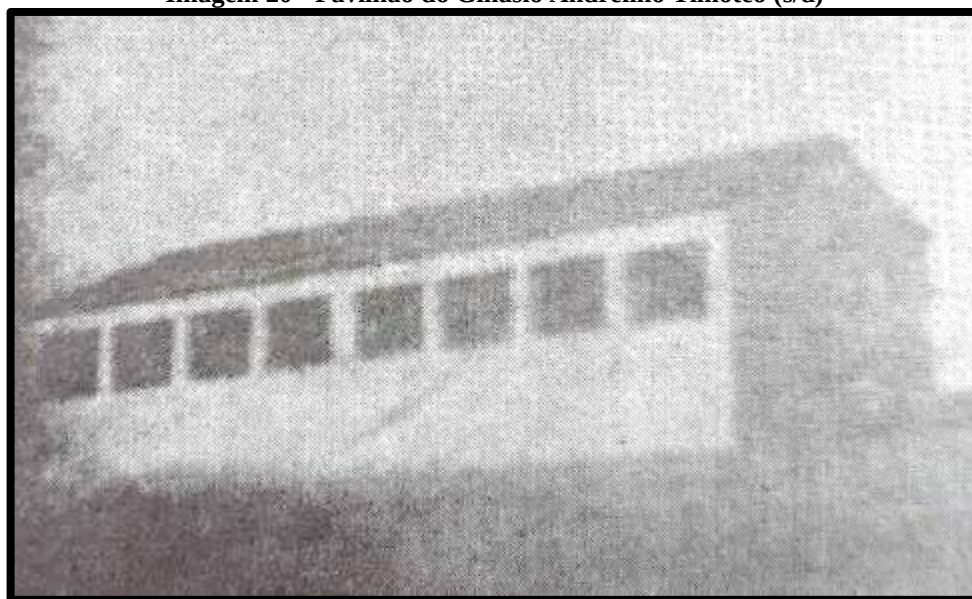
A comissão também procura construir a representação da escola como monumento ao expressar a ação grandiosa que seria [...] “a construção do prédio do “GINÁSIO ANDRELINO TIMOTEO” a embelezar essa cidade. ESTA é a oportunidade magnífica para contribuirmos generosamente para a realização de tão nobre anseio” (COMISSÃO, 1954, n.p.).

No encerramento do texto, dá-se o pedido das contribuições de todos indistintamente, inclusive daqueles que estiverem fora do município, ou seja, pelo sentimento identitário com a terra natal e que, portanto, contribuiria com a obra, como exposto no pedido: “[...] vem a COMISSÃO, infra assinada pedir a sua valiosa contribuição, de acordo com suas possibilidades e patriotismo, a qual deve ser remetida à Tesouraria do Ginásio em colaboração com elementos de conceitos de nossa terra, mediante confirmação oficial” (COMISSÃO, 1954, n.p.).

Sobre o desfecho da referida escola, apuramos que o Ginásio Andreelino Timóteo foi fundado no dia 22 de julho de 1954, como integrante da Fundação Padre Ibiapina, funcionando inicialmente em prédio cedido pela prefeitura. Foi registrado no Conselho Nacional de Serviço Social e reconhecido de utilidade pública através da Lei nº 94, de 30 de setembro de 1957.

No ano de 1957, recebeu da União subsídio extraordinário no valor de C\$200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), para a construção do prédio, cujo terreno de 80m x 60m foi doado pela prefeitura, sendo comprado mais 20 metros para a construção da cisterna. Afonso Pereira relatou a necessidade de fazer jus à ajuda da prefeitura²⁰ que “orientou os trabalhos, contratando serviço de pessoal, barato, adquirindo material a preço reduzido” (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1957). Razão pela qual se conseguiu construir com tão poucos recursos. Na imagem abaixo, vê-se o pavilhão da escola construído.

Imagem 20 - Pavilhão do Ginásio Andreelino Timóteo (s/d)



Fonte: Fonseca (2008).

O relatório nos conta, ainda, que a planta da escola foi fornecida pelo INEP, na qual foram feitas pequenas alterações pelo professor da Faculdade de Filosofia da Paraíba e

²⁰ Neste ano, estava à frente da prefeitura de Bonito de Santa Fé Aduino Luiz de Oliveira.

Engenheiro Civil, Cleanto da Câmara Torres. Essa informação nos fez lembrar o discurso de Anísio Teixeira e a participação do INEP, na tarefa de levar escolas às regiões da zona rural.

No mesmo relatório, Afonso Pereira reclamou que o equipamento escolar era insuficiente em razão de não terem recebido as ajudas do Governo Federal relativas aos anos de 1955 e 1956, solicitadas por meio de requerimento, esperadas nos valores de C\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros), para o ano de 1955, e C\$ 70.000, 00 (setenta mil cruzeiros), para 1956. A esse respeito, localizamos que a ajuda a qual ele se referiu para o ano de 1956 saiu em 1957, conforme publicação no Diário Oficial da União do dia 28 de maio de 1957:

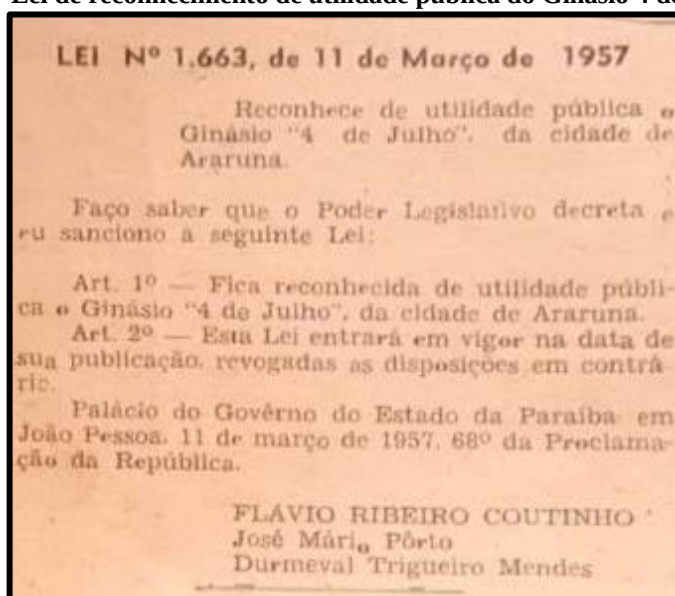
Imagem 21 – Publicação da subvenção recebida pelo Ginásio Andrelino Timóteo -1957

13204 Terça-feira 28		DIÁRIO OFICIAL (Seção I)		Maio de 1957	
Ceará				Paraíba	
Sociedade de S. Vicente de Paulo — Aurora	10.000,00			Grêmio Morenense — Solânea	30.000,00
Piauí				Departamento Social de Ação Católica — João Pessoa	50.000,00
Colégio S. José e Ginásio — Correntia	60.000,00			Casa dos Velhos — Ihabatana	200.000,00
Ginásio Desembargador Antônio Costa — Teresina ..	20.000,00			Sociedade de Artistas e Operários Mecânicos e Liberais de João Pessoa	70.000,00
Paraíba				Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais de João Pessoa	5.000,00
Ginásio Imaculada Conceição — Cabedelo — João Pessoa	150.000,00			Pernambuco	
Escola Profissional Assis Pereira — Bonito do Saula Fé	30.000,00			Orfanato N. S. das Dores — Bezerros	30.000,00
Ginásio Andrelino Timóteo — Bonito do Santa Fé ..	70.000,00			Centro de Assistência Social do Município de Flores	100.000,00
Rio Grande do Norte				Bahia	
Externato N. S. de Fátima — Natal	90.000,00			Sociedade São João Batista — Ilabunã	20.000,00
Pernambuco				Minas Gerais	
Obras Sociais da Paróquia de Santo Antônio — Guaranihuns	20.000,00			Diretório dos Estudantes — Montes Claros	20.000,00
				Escola Profissional Delfim Moreira — Pouso Alegre	75.000,00
				Ação Sangolardense de Assistência Social — São	

Fonte: Diário Oficial (1957).

Importante destacar que Afonso Pereira tão logo instalava uma escola, buscava a concessão do título de utilidade pública com objetivo de que estabelecimento de ensino passasse a receber recursos financeiros para contribuir em seu funcionamento. Na imagem abaixo, a publicação da lei que concedeu o reconhecimento de utilidade pública do Ginásio 4 de Julho. Destaca-se que o Ginásio foi fundado em 19 de setembro de 1954, mas apenas em 1957 conseguiu o reconhecimento. Isso porque havia uma série de requisitos, dentre eles: um ano de funcionamento, documentação completa do estabelecimento, incluindo Regimento Interno, assim como a proposição de um projeto de lei por um parlamentar.

Imagem 22 - Lei de reconhecimento de utilidade pública do Ginásio 4 de Julho (1957)



Fonte: Diário Oficial (1957).

Analisando os documentos sobre a organização das escolas, observamos que a questão financeira era recorrente nos relatos de Afonso Pereira, o que era natural, porque instalar e manter funcionando escolas demandava recursos humanos e materiais. Encontramos as pistas das subvenções vindas dos ministérios da Educação e Cultura, da Justiça e dos Negócios Interiores. Já quanto à assistência dos governos estadual e dos municipais, nos primeiros anos da Fundação, eram inexistentes; mas pelos diálogos que ele estava buscando, passariam a existir a partir de 1958 (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1957). Outras vezes, a ajuda financeira vinha da ação própria população, Afonso Pereira juntamente com os diretores, em torno do projeto de fazer funcionar as escolas, organizava campanhas com a comunidade para arrecadação de recursos, conforme localizamos no relatório das atividades do ano de 1957, no qual Afonso Pereira apresentou a preocupação com o pouco espaço de tempo e os poucos recursos para a execução dos planos daquele ano, explicitando os caminhos que levaram a se atingir os objetivos: “com o apoio da comunidade, leilões, bingos-dançantes, rifas, concursos de misses, têm sido, aliás, admirável fonte de receita. E, nesse particular, o sertanejo é pródigo e mesmo esbanjador, contanto que sinta a utilidade e veja a aplicação de sua liberalidade” (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1957).

Essa fala recorrente de Afonso Pereira nos levou a outras perguntas. Diante da insuficiência de recursos, advindos das subvenções, além da ajuda e participação da comunidade, havia alguma cobrança aos alunos? Constatamos que sim, o projeto contemplava a cobrança de mensalidades aos alunos, entretanto encontramos informações de que essa cobrança não era igual para todas as escolas, nem para todos os alunos, conforme podemos

observar nas fontes localizadas. Citamos como exemplo, o próprio Ginásio Andreelino Timóteo, no qual havia autorização do Conselho Deliberativo para cobrar mensalidades, porém, constam nos relatórios da Fundação que a seca não permitiu. Nas palavras de Afonso Pereira: “[...] Foi autorizado lançar mão de mensalidade dos alunos, o que não pode ser exigido, diante da crise imensa que assaltou a população local, vitimada pela sêca” (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1957).

No Ginásio 4 de Julho, 15% dos alunos possuíam bolsas de estudo, pois “[...] o estudante pobre não deixa de estudar, por falta de recursos, pois é objetivo da Fundação Padre Ibiapina, entidade mantenedora, consegui-las de particulares, como do poder público” (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1958). Na escola profissional Padre Herculano, Afonso Pereira narrou que a mensalidade cobrada aos alunos era de 50.000 (cinquenta cruzeiros), tendo sido quase todos dispensados a pagar em razão da seca. Nos documentos da Escola Profissional Pedro Viana, da cidade de Cuité, localizamos a informação de que, no ano de 1957, a escola recebeu subvenções federais no valor de 230.000,00 (duzentos e trinta mil cruzeiros), através do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, fato que possibilitou o pagamento das despesas com pessoal, inclusive professores. Neste ano, em decorrência da seca prolongada, não foram cobradas mensalidades dos alunos, a fim de evitar o fechamento da escola.

Sobre a instalação e manutenção da Escola Profissional 2 de Dezembro, em Uiraúna, Afonso Pereira assinalou que, para construção, houve o recebimento de subvenções federais e deu condições de construir um pavilhão inicial, “[...] no qual o povo colaborou com uma faixa de terreno e vinte milheiros de tijolos” (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1957) e, ainda, a aquisição, por meio de empréstimos a serem pagos em três anos, de armazéns da SAMBRA para serem transformados em espaço para as oficinas. Nesse ano, houve demasiada redução das safras em razão da estiagem prolongada, o que não permitiu ser cobrado nenhum valor dos alunos. Destacou então que alguns professores lecionaram gratuitamente.

Com base no exposto, observamos que eram estipuladas cobranças pelas escolas mantidas por Afonso Pereira, mas variavam em detrimento dos recursos recebidos, ajudas levantadas pela população, situação socioeconômica da clientela, sobretudo no período de seca. No ano que as subvenções cobriam as despesas para o funcionamento, sobretudo com pessoal, a unidade de ensino concedia gratuidade a todos os alunos. Já no ano que os recursos eram insuficientes, além da mobilização da comunidade para arrecadar recursos, os alunos que não tinham condições nenhuma de arcar com as mensalidades simbólicas, não deixavam de estudar.

O Quadro a seguir traz as primeiras escolas instaladas por Afonso Pereira na Paraíba através da Fundação Padre Ibiapina, entre os anos de 1954 e 1958.

Quadro 07 - Primeiras escolas instaladas por Afonso Pereira na Paraíba entre os anos de 1954, 1955, 1956, 1957 e 1958

Nome da instituição	Localidade	Data de fundação
Ginásio Andreilino Timóteo	Bonito de Santa Fé	22 de julho de 1954
Ginásio 4 de Julho	Araruna	19 de setembro de 1954
Escola Comercial Pereira da Silva	Araruna	27 de abril de 1954
Escola Profissional Assis Pereira	Bonito de Santa Fé	22 de julho de 1954
Escola Profissional Dois de Dezembro	Uiraúna	29 de julho de 1955
Escola profissional Quatro de Abril	Coremas	29 de julho de 1955
Escola Profissional Professora Odília Leal	Antenor Navarro	5 de setembro de 1955
Escola Profissional Pedro Viana	Cuité	15 de março de 1956
Escola Comercial Pedro Augusto de Almeida	Solânea	22 de abril de 1956
Escola Profissional Emília Duarte	Serraria	1º de maio de 1956
Escola Profissional Padre José Coutinho	Esperança	17 de julho de 1956
Escola Profissional Padre Herculano	Araruna	1º de maio de 1956
Escola Comercial 5 de Agosto	Picuí	19 de novembro de 1956
Escola Sinhá Carneiro	Malta	19 de novembro de 1956
Escola Profissional Abdon Milanês	Picuí	19 de novembro de 1956
Ginásio Caiçara	Caiçara	1º de março de 1957
Escola Comercial Professor Clóvis Lima	Cuité	19 de novembro de 1957
Escola Comercial Monsenhor Moraes	Bonito de Santa Fé	30 de outubro de 1958

Fonte: Elaboração própria a partir das informações contidas nos relatórios de 1957 - 1958 do acervo do AAP.

Quanto à composição do corpo docente das escolas supracitadas, Afonso Pereira se referia como: “corpo de professores constituído de elementos idôneos, predominantemente de professores diplomados de primeiro ciclo normal, ou regional” (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1958). Os Quadros abaixo, tomados como exemplo, nos ajudam a situar a narrativa de Afonso Pereira sobre o corpo docente nas escolas.

Quadro 08 - Quadro de professores da Escola Profissional Dois de Dezembro no ano de 1958

Escola Profissional Dois de Dezembro		
Curso de Admissão		
Nome	Disciplina	Titulação
Antônio Batista da Silva Neto	Português	Curso Clássico
Rosena Alves Souza	Matemática	Curso Pedagógico
Maria Joaquim de Jesus Vieira	Geografia	Curso Pedagógico
Francisco Domingos de Galiza	História do Brasil	Curso Clássico
Curso Primário		
Francisca de Assis	1º ano- manhã	Curso Pedagógico
Tereza Fernandes	1º ano- manhã	1º Ciclo Normal
Neuma Fernandes	2º ano- tarde	1º Ciclo Normal
Maria Joaquim José de J. Vieira	2º ano- tarde	Curso Pedagógico
Jardim da Infância		
Francisca de Assis Fernandes	Período único	Curso Pedagógico

Fonte: Elaboração própria a partir das informações contidas no relatório de 1958 do acervo do AAP.

Ao se referir ao corpo docente da Escola Profissional 2 de Dezembro, na qual, nos anos iniciais de funcionamento eram oferecidos os cursos de admissão, primário e jardim de infância, Afonso Pereira, assim as considerava: “[...] Hábeis, dóceis, inteligentes, e aptas, têm emprestado à instituição uma colaboração que dinheiro não pagaria” (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1958). Para ele, o triunfo da escola dava-se graças ao estado de espírito coletivo dos professores, numa época em que o fracasso não seria surpresa e tudo estaria perdido.

Quadro 09 - Quadro de professores da Escola Comercial Pedro Augusto de Almeida no ano de 1958

Escola Comercial de Pirpirituba		
Curso de Admissão		
Nome	Disciplina	Titulação / Formação
Pe. José Rodrigues Fidelis	Português	Curso de Seminário Maior
Manuel Sena dos Santos	Matemática	Técnico em Zootecnia
Esmeraldina Rodrigues de Oliveira	Geografia	Normalista
Esmeraldina Rodrigues de Oliveira	História do Brasil	Normalista
Primeira Série		
Nome	Disciplina	Titulação / Formação
Pe. José Rodrigues Fidelis	Português	Curso de Seminário Maior
Manuel Sena dos Santos	Matemática	Técnico em Zootecnia
Esmeraldina Rodrigues de Oliveira	Geografia	Normalista
Esmeraldina Rodrigues de Oliveira	História do Brasil	Normalista
Francisca de Assis Fernandes	Período único	Curso Pedagógico
Severina Lemos de Souza	Desenho	Normalista
Romiza Batista Pequeno	Caligrafia	Diploma em Datilografia

Fonte: Elaboração própria a partir das informações contidas no relatório de 1958 do acervo do AAP.

Sobre os docentes da Escola Comercial Pedro Augusto de Almeida, Afonso Pereira relatou que não houve dificuldades em sua composição em razão da proximidade com a cidade de Bananeiras, onde havia o ginásio feminino.

Contudo, ao descrever o corpo docente da Escola Profissional 4 de Abril, na qual eram oferecidos os cursos artesanais, Afonso apresentou preocupação e crítica a formação nos cursos normais no interior da Paraíba. Relatou que o professorado da escola era composto de diplomadas. No entanto, “[...] É lastimável por diminuto, o número de diplomadas que tenham especialização. O curso normal ainda como está, deixa muito a desejar no interior nordestino, com preciosas exceções” (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1958).

Lembremos que Afonso Pereira havia atuado como diretor do Instituto de Educação da Paraíba, entre os anos de 1951 a 1956, e conhecia as necessidades da expansão e do melhoramento da oferta de curso de formação de professores, sobretudo no interior da Paraíba. Em âmbito nacional, a política de formação docente vinha sendo implementada desde 1946,

através da Lei Orgânica do Ensino Normal, Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946, que oficializou os cursos normais para formarem regente para o ensino primário e para o professor primário.

De acordo com Antônio Carlos Pinheiro, na Paraíba, sob inspiração dessa referida lei, foi publicada a Lei nº 850, de 06 de dezembro de 1952, que organizou o Ensino Normal do Estado, modificando a estrutura curricular, representando uma ação mais diretiva quanto à formação de professores, inclusive para atender às demandas do meio rural, o que se refletiu em “melhoramentos nas práticas pedagógicas das escolas públicas urbanas e rurais, essas últimas particularmente distribuídas em fazendas e sítios mais isolados” (PINHEIRO, 2020, p. 110).

É importante considerar que, dos resultados da implementação da lei que deu organicidade ao Ensino Normal na Paraíba, até chegarem aos resultados nas salas de aulas, certamente percorreu-se se um longo caminho, sobretudo porque disso dependia também a oferta de escolas normais. O estudo realizado por Mariana Marques Teixeira aponta que, até meados de 1950, havia, na Paraíba, 19 (dezenove) instituições destinadas à formação docente, sendo: o Instituto de Educação; 10 (dez) escolas normais; 8 (oito) escolas normais regionais; e 01 (uma) escola normal rural (TEIXEIRA, 2018). Esses dados referendam a narrativa de Afonso Pereira acerca da carência de professores no interior do estado.

Quanto ao corpo discente, nos relatórios que tratam das atividades dos anos iniciais de instalação das escolas, localizamos alguns relatos que dão indícios da relação dos alunos com a escola. No relatório sobre Escola Profissional 2 de Dezembro, em Uiraúna, na qual no ano de 1957 funcionou com o jardim de infância, curso primário e curso de admissão e os cursos artesanais (corte e costura, bordado, artes aplicadas, arte culinária e datilografia), encontramos relatos de que as turmas eram compostas por ambos os sexos e que participavam como colaboradores da escola, prestando serviços gratuitos. Nesse caso, entendemos se tratar dos alunos dos cursos artesanais.

Diferentemente na Escola Profissional Padre Herculano, em Araruna, no relatório de 1958, consta que funcionou o curso primário e os cursos artesanais, nos quais a quantidade de alunos era pouca. “Maior numa série, menor noutra, quase nulo numa terceira classe. A idade dos alunos varia, da 2ª infância até o adulto. Mesmo nada pagando, ainda assim é inexpressivo o comparecimento deles” (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1958). Afonso Pereira completou que somente uma boa campanha de esclarecimento sobre a importância da educação na vida deles poderia mudar aquela mentalidade. Outro fator apresentado foi a evasão escolar, em razão da “crise que assolou a região, de maneira inusitada, fazendo com que os pais retirassem seus

filhos, quando eles mesmos não se retiraram para outros contos do país. O êxodo ali foi em forma de vazante em torrente” (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1958).

Na Escola profissional 4 de Abril, na cidade de Coremas, encontramos o seguinte relato: “[...] Em relação ao corpo discente, merece a atenção dos estudiosos o fato de apenas procurar o estudo primário a criança já as vésperas da adolescência” (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1958). Novamente, Afonso Pereira falou da necessidade de uma campanha de esclarecimento, pois a pouca educação dos pais, a coação do meio pobre, somado ao desinteresse das autoridades em promover educação culminavam na indiferença da população pelo ensino.

Além das respostas de como Afonso Pereira fundou e instalou as primeiras escolas, alguns percalços vivenciados por ele foram evidenciados nos relatórios, atas e demais documentos que analisamos. Dentre as quais, destacamos o fato de algumas escolas terem sido fundadas com a intenção de oferecerem em primeira instância cursos artesanais, a exemplo da Escola Profissional Sinhá Carneiro, contudo, por impossibilidade de instalar os equipamentos necessários, por falta de recursos, ofereceu apenas o jardim de infância, o curso primário e o curso de admissão. Na cidade de Picuí, a Escola Profissional Abdon Milanês foi criada e registrada em 1956, com instalações cedidas pela prefeitura, no entanto, não chegou a funcionar nesse ano em razão da falta de recursos para manutenção da oferta de cursos naquele estabelecimento de ensino.

Ecos do funcionamento das primeiras escolas reverberavam nas páginas dos jornais nos anos subsequentes às instalações. Acompanhemos a notícia publicada no jornal Diário da Borborema²¹ no ano de 1960, cujo assunto anunciado no título era a celebração do Dia das Mães nas escolas da Fundação:

Escolas da Fundação Padre Ibiapina celebram Dia das Mães
Desfiles e teatro - A Campanha: “Um colégio quer viver”

Sob a direção do professor Hugo Rodrigues, coadjuvado pela professora Emília Pereira de Arruda, celebraram a Escola Comercial Monsenhor Moraes e Escola Profissional Assis Pereira, ambas fundadas e instaladas pelo professor Afonso Pereira da Silva, Presidente da Fundação Padre Ibiapina, desta Capital, a data comemorativa Dia das Mães.

O programa bastante variado constituiu para a pequena comunidade uma verdadeira novidade. Pela manhã, as 10 horas foi oficiada missa cantada pelo Padre Francisco Linhares, precedida de desfile de alunos todos uniformizados e logo seguida de uma sessão solene, de que participaram o corpo docente e

²¹ O Diário da Borborema circulou na cidade de Campina Grande, estado da Paraíba, no período de 1957 a 2021, foi um importante periódico da rede de Associados Assis Chateaubriand. O acervo do periódico está disponível na Biblioteca de Obras Raras Átila Almeida, pertencente a UEPB (FERNANDES, 2011).

discente, pais de família e autoridades. A tarde houve um jogo que atraiu grande assistência, e, a noite uma representação dramática que encantou a todos os presentes.

A Escola Comercial Monsenhor morais, autorizada pelo Governo Federal, funciona com o Curso de Admissão e primeira série básica e a Escola profissional funciona com o Curso de Letras (primário) e Artesanato.

Com a Campanha do professor Afonso Pereira “Um colégio quer viver” foi adquirido, financiado pelo Banco Cooperativa Comercial de João Pessoa um motor de luz de HP, o que permitirá aquelas Escolas também o funcionamento noturno.

O Diretor de ambos os estabelecimentos, acadêmico Hugo Rodrigues dos Santos, se tem mostrado incansável, merecendo, por isso a admiração de todos os bonitenses.

O Prefeito José Cajú e o juiz Otacílio vêm ajudando moralmente e por vezes materialmente os dois empreendimentos e o próprio Diretor e os alunos reunidos colaboram na construção do edifício, dando horas de serviço. Que isto sirva de exemplo a outras comunidades (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1960, p. 3).

Notemos que o título principal da notícia anuncia o assunto da comemoração do Dia das Mães e o título auxiliar traz destaque para a campanha “um colégio quer viver”. O texto dedica um parágrafo para descrever a programação da comemoração bem diversificada, o que nos fez pensar ter sido um acontecimento célebre para a cidade, no qual, segundo a notícia, participaram da celebração, as autoridades, comunidade escolar, professores, alunos e familiares, cuja programação incluiu missa, desfile dos alunos, sessão solene alusiva à comemoração, um jogo com ampla participação, encerrando-se com uma representação teatral, fato que denotava a importância da escola para a vida cultural da cidade.

Mais adiante a ênfase recai na aquisição, por Afonso Pereira, de um motor de luz para a escola: “[...] Com a Campanha do professor Afonso Pereira ‘Um colégio quer viver’ foi adquirido, financiado pelo Banco Cooperativa Comercial de João Pessoa um motor de luz de HP, o que permitirá aquelas Escolas também o funcionamento noturno” (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1960, p. 3). O editorial prosseguiu dedicando-se louros às autoridades, com destaque para a ajuda moral e material advindas desses. Aproveitando, por último, para destacar a participação do diretor e dos alunos na colaboração da construção do edifício escolar.

O trecho em destaque denota, nas entrelinhas, que, na cidade, não havia energia elétrica, razão pela qual o ensino noturno na escola não era oferecido. Buscando o alargamento das informações contidas no jornal, localizamos o estudo de Marli Gomes Venceslau intitulado “O processo de modernização a partir da chegada da energia elétrica em Bonito de Santa Fé Paraíba (1970-2013)”, no qual a autora expõe que o processo de instalação de energia elétrica em Bonito de Santa Fé teve início a partir de 1970.

As fontes utilizadas no supracitado estudo atestam que nos anos de 1950 a energia ainda funcionava apor meio de motor e carvão. De acordo com a autora, o abastecimento de energia pública da cidade deu-se de forma lenta, passando pela etapa de iluminação a motor, até chegar à iluminação elétrica. Na época, antes da iluminação pública a motor, poucas pessoas tinham acesso a esse tipo de iluminação e somente a Escola Monsenhor Morais possuía motor de energia (VENCESLAU, 2014).

Na imagem abaixo, vemos Afonso Pereira na ocasião da aquisição do motor de luz que seria destinado à Escola Monsenhor de Morais.

Imagem 23 - Afonso Pereira na ocasião da aquisição do motor de luz da Escola Monsenhor Morais/ Bonito de Santa Fé - 17 set. de 1960



Fonte: Acervo da Sala Fundação Padre Ibiapina.

Nesta jornada de pesquisa, constatamos que Afonso Pereira lidou com adversidades no eixo relacional ao organizar o funcionamento e a oferta de educação nessas primeiras escolas. Uma dessas histórias, fruto do cruzamento e interpretação das fontes, passaremos a relatar nos parágrafos seguintes.

Na fase inicial de coleta dos dados, localizamos ainda uma carta endereçada a Afonso Pereira assinada por José Geraldo, a qual transcrevemos aqui:

Araruna, 22 de outubro de 1955.

Amigo Afonso

Envio-lhe esta para fazer-lhe ciente que o cônego Joaquim não que mais continuar como diretor do Ginásio, e com muita razão.

Sobral na sua presença é um santo, mais aqui é um diabo, procura humilhar o cônego em todos os pontos. Falei com o cônego hoje, êle disse-me que só voltará ao cargo depois de tudo resolvido, com o Sobral, você que está fora não sabe o que vamos sofrendo por aqui.

Acho que esta luta para construir do ginásio, é, a mesma dos jesuítas no tempo da colonização do Brasil, ou talvez mais pesada, que um grande número de ararunenses (que) são mais selvagens do que, os próprios selvagens daquela época.

Sem mais para o momento

José Geraldo de Brito (BRITO, 1955, n.p.).

Embora a carta não mencionasse de qual escola se tratava, buscamos, a partir do local, da data e do remetente descobrir de qual escola estaria José Geraldo falando. A resposta foi encontrada nos relatórios construídos por Afonso Pereira sobre a Fundação. Tratava-se do Ginásio 4 de Julho instalado na cidade de Araruna, cujo diretor, à época, era o cônego Joaquim de Souza Simões e o secretário era José Geraldo de Brito. Logo, o conteúdo da narrativa nos fez concluir que, quanto ao corpo diretivo daquela, instituição havia discórdias, sugerindo também que havia resistência de moradores, ou grupos políticos da cidade em relação à presença da escola ou do diretor, sendo necessária a mediação de Afonso Pereira para resolver a questão. Na ata da reunião de fundação do Ginásio, localizamos o anúncio que o secretário seria Antônio Sobral Filho (dono do cartório da cidade) e o nome de José Geraldo apareceu como pessoa que esteve presente na sessão de fundação da escola realizada em 19 de setembro de 1954. Ocorre que, nos relatórios da Fundação, nesse ano de 1955, o secretário era José Geraldo, talvez o motivo de discórdia e descontento de Cabral que estaria dificultando a gestão do cônego.

Não conseguimos informação do desfecho da situação relatada pelo secretário escolar. Contudo, posteriormente localizamos na edição do Jornal O Norte,²² de 21 de setembro de 1957,

²² Fundado em 07 de maio de 1908 pelos irmãos Oscar e Orris Eugênio Soares, O Norte destacou-se como um dos periódicos mais antigos em circulação diária no Brasil no século XX e XXI. Depois de passar por alguns períodos de interdição, o periódico voltou a circular definitivamente a partir de 1954 ao ser incorporado ao grupo Diários Associados, por decisão do próprio Assis Chateaubriand que passara a investir pesadamente na ampliação dos meios de comunicação em sua terra natal, por onde se elegeria, posteriormente, senador da República. O jornal permaneceu em circulação até fevereiro de 2012, consagrando-se como um dos periódicos

dois anos depois da carta de José Geraldo, indícios de que continuava a haver problemas na gestão daquela escola. A manchete assinada por Afonso Pereira anunciava: “GINÁSIO “4 DE JULHO” NÃO SUSPENDERÁ SUAS AULAS”. No texto, Afonso Pereira, em longa argumentação, expõe que o ex-diretor do Ginásio, Almir Carneiro, não estava correspondendo às expectativas dele nem do Conselho Deliberativo da Fundação, por isso havia sido substituído pelo cônego Joaquim de Souza.

Ocorreu que o cônego Joaquim estava no Rio de Janeiro e com a destituição de Almir, Afonso Pereira o designou diretor enquanto ele encontrava-se no Rio de Janeiro. Afonso Pereira então esclarece: “Não está acéfalo, o Ginásio, apenas o seu Diretor recém designado se ausentou à Metrópole do País” (SILVA, 1957, p. 04) Nossa indagação permaneceu. Quais teriam sido os motivos de destituição tão tempestiva, inclusive com a ausência do novo designado? Em 1955, o diretor era o cônego Joaquim de Souza, agora não era mais?

Nos parágrafos seguintes, Afonso Pereira aproveitou para trazer os motivos. Segundo ele, o diretor havia aplicado verbas destinadas ao Ginásio em empreendimentos desconhecidos. De modo contundente, Afonso Pereira explicou que caberia a ele orientar a aplicação das subvenções federais e prestar contas ao Ministério: “Sucedee que cabe ao Presidente da Fundação orientar a aplicação das subvenções federais, logo depois de aprovado os planos de aplicação pelo Ministério da Educação e Cultura, [...] O diretor é apenas pessoa executiva dos planos da Fundação” (SILVA, 1957, p. 04). As verbas haviam sido liberadas para a reforma do prédio do Ginásio e não poderiam ser aplicadas em outra coisa e quem iria prestar contas ao Ministério seria ele enquanto presidente da Fundação. Vemos nesse trecho um homem preocupado com a questão legal do gerenciamento das verbas do Ginásio.

Nos dois parágrafos seguintes, Afonso Pereira ocupou-se de expor sobre a qualificação do diretor (falando de Almir). Segundo ele, o mesmo não tinha diploma registrado na Diretoria de Ensino Superior, nem comprovou ter lecionado em estabelecimento de Ensino Médio e, pela lei, não poderia ser diretor. Mesmo assim, ele havia conseguido que se fechassem os olhos para essa questão em razão da carência de professores registrados para atuar nas cidades do interior.

A mensagem de Afonso Pereira no trecho seguinte do texto é direcionada especificamente aos políticos: “[...] O que desejam os inimigos do progresso, porque desejam continuar a dominar a massa analfabeta, a exploração politicamente, é verem o fechamento do Ginásio. Mas enganam-se. Não sabem com quem pelem” (SILVA, 1957, p. 04). Continuando,

mais antigos em circulação no país, encerrando suas atividades em consequência de uma grave crise econômica que atingiu vários veículos de comunicação pertencentes ao grupo empresarial a que pertencia (BRITO, 2020).

Afonso Pereira informou que o estabelecimento reabriria as portas novamente em dez dias, assim que o diretor chegasse do Rio de Janeiro, em outro prédio para que o atual fosse reformado. Tornou a afirmar que jamais poderia permitir que subvenções fossem para destinos estranhos. Isto seria desonesto. Voltando a criticar os políticos, disse: “[...] agora é que estou mais que nunca animado para levar adiante o bonito empreendimento que é a raiva e o desespero dos políticos inescrupulosos” (SILVA, 1957, p. 04).

Buscando desconstruir o pensamento oligárquico vigente à época, no qual a escola, era um local de acesso a poucos, na qual grupos políticos tinham domínio, pontuou: “[...] o Ginásio é de todos, de udenistas, de pessedistas, de libertadores de trabalhistas, de socialistas, não tem cor partidária, nem religiosa. As criancinhas não sabem o que é ainda a sujeira da politicagem e foi para repeli-la que o Ginásio se instalou e prosseguirá a sua jornada vitoriosa” (SILVA, 1957, p. 04).

Dirigindo-se agora à comunidade tranquilizou os pais e mães para que não temessem a ameaça escondida, aproveitando, anunciou as novas escolas que iria implantar: “[...] Araruna terá além do Ginásio a sua Escola Comercial Pereira da Silva (esta é que vai mesmo para frente) e a sua escola profissional Padre Herculano para a qual estamos adquirindo um prédio, por conta e sem empréstimos” (SILVA, 1957, p. 04). Afonso Pereira também anunciou que, em quinze dias, estaria levantando as paredes da Escola Rural Querubina Pereira, no Sítio Bola, “para raiva e ódio dos inimigos da instrução”.

Encerrou o texto reafirmando que a escola continuaria funcionando, “[...] nem que seja com um único aluno, pois nem Deus nem dinheiro faltarão para custear os professores, se os atuais, por patriotismo e por idealismo, ou por outro motivo, não quiserem exercer o sublime encargo” (SILVA, 1957, p. 04).

A partir dessa narrativa de Afonso Pereira, e em busca de conexões e explicações para as entrelinhas, buscamos os relatórios da Fundação daquele mesmo ano nos quais encontramos os registros da reunião extraordinária do Conselho Deliberativo, no dia 20 de outubro de 1957.

Nela, Afonso Pereira justificou ao Conselho a decisão de destituir Almir Carneiro do cargo de diretor do Ginásio 4 de Julho. Acrescentou não querer oficializar a decisão por se tratar de assunto interno da Fundação, ou seja, nomear ou destituir diretor, quando eles não estivessem colaborando com a entidade. Contudo, Afonso Pereira pontuou as razões:

A medida foi tomada, após longas ponderações e previstos os riscos. Nestes casos, declarou o Sr. Afonso Pereira, os políticos continuam intrometer-se e a política foi o principal móvel da destituição do Diretor. Nestas iniciativas não devem dominar o interesse inconfessável nem a política. A escola é para todos,

sem cor de religião, ou partido. Pediu, nesta altura o Presidente a ratificação do ato de destituição do dr. Almir Carneiro da Fonseca e a do ato que nomeou o cônego Joaquim de Sousa Simões para dirigir até ulterior deliberação o Ginásio [...] (FRANCISCO TROCOLI, Ata 20 de setembro de 1957, f3, livro 02).

As narrativas apresentadas mostram um Afonso Pereira envolto numa situação de múltiplos significados. Afonso, que havia confiado a direção daquela instituição a Almir, viu-se numa situação de desvio de aplicação de verbas (durante a pesquisa, não conseguimos descobrir no que foram aplicadas), o que representaria problemas legais para ele enquanto presidente da Fundação. Vemos nele um homem também preocupado com a reforma das instalações da escola.

Por outro lado, essa história que relatamos evidencia o problema também em relação ao apoio à continuidade de seu projeto de oferta da educação. Suas palavras denotam que, por trás do diretor destituído em razão de desvio de recursos para outros fins, haveria políticos apoiando essas ações. Tanto é que sua saída provocou rebuliço e a notícia de que as aulas seriam interrompidas, razão que o fez procurar as páginas dos jornais para desconstruir o burburinho estabelecido. Afonso Pereira através da manchete apresentou sua versão dos fatos, aproveitando para enviar claras mensagens àqueles que, segundo ele, eram os inimigos da instrução.

Respeitosamente, procurou desconstruir a hegemonia da figura do diretor que estava saindo, uma manobra assertiva para neutralizar a influência dele no surgimento de posteriores movimentos contra a nova gestão. Buscou comunicar-se com as pessoas beneficiadas pela presença da escola, com os pais e com as mães, na cidade, e apelou aos professores pela continuidade no exercício da docência.

A construção da história que relatamos iniciou-se a partir da localização da notícia no “Jornal O Norte”, de 21 de setembro de 1957, e o cruzamento com a carta simples que encontramos misturada aos documentos da escola. Na fase inicial da pesquisa, havíamos localizado algumas fotos sem data do Ginásio 4 de Julho no acervo da Fundação Padre Ibiapina, mas a julgar pela história que descrevemos, elas estão relacionadas à questão da reforma do edifício do Ginásio. No arquivo Afonso Pereira não há registros dessa história, apenas fragmentos que nos permitiram construí-la como a apresentamos. Eis as imagens:

Imagem 24 - Ginásio 4 de Julho, Araruna (s/d)



Fonte: Acervo da Sala Fundação Padre Ibiapina.

Imagem 25 - Reforma do prédio do Ginásio 4 de Julho, Araruna (s/d)



Fonte: Acervo da Sala Fundação Padre Ibiapina.

Como podemos observar, o prédio no qual funcionava a escola apresentava aspecto precário se observarmos as janelas quebradas, reboco das paredes e demais aspectos visuais evidenciados na imagem. Quanto ao encerramento da história em relação à nomeação do diretor, Afonso Pereira nomeou o cônego Joaquim, que era diretor à época da escrita da carta por José Geraldo, o que nos leva a concluir que, em algum momento, no intervalo entre 1955 e 1957, ele realmente deixou de dirigir a escola. Não sabemos se por ocasião da situação instaurada e relatada por José Geraldo, em 1955, ou se por indicação de Almir como diretor, talvez a pedido de algum político. O fato é que podemos comprovar que, após essa celeuma, o

cônego permaneceu dirigindo a escola, pois encontramos no Arquivo correspondência entre Afonso Pereira e o cônego, datada de 1960, tratando de assuntos relacionados ao Ginásio.

Para além das adversidades que expusemos, Afonso Pereira também enfrentou, ao longo de toda sua permanência como diretor da Fundação, dificuldades sobretudo financeiras para prestar assistência às escolas vinculadas à Fundação, evidenciadas nas suas narrativas nos relatórios, nas cartas e nas planilhas de despesas anexas aos relatórios que acessamos. A exemplo dos relatos do ano de 1965, no qual Afonso Pereira relatou que a Fundação estava desempenhando suas ações a base de donativos, contando com seus próprios vencimentos de funcionário federal e, caso perdurasse a situação de tamanha calamidade, a instituição teria que alienar alguns bens para fazer a manutenção (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1965).

Localizamos inúmeras correspondências, mais formais (os ofícios) e menos formais (cartas), nas quais ele expunha as necessidades da Fundação, citando as escolas em situação de maior urgência e solicitando o reconhecimento de utilidade pública para a destinação de recursos através da aprovação de subvenção. As correspondências eram encaminhadas aos políticos com os quais se comunicava (que não eram poucos), dentre eles, prefeitos, deputados e senadores. Das correspondências enviadas às personalidades nacionalmente conhecidas, que localizamos em meio aos arquivos da Fundação, duas chamaram atenção pela singularidade dos pedidos.

Uma delas trata-se do ofício enviado ao então presidente Jânio Quadros em 4 de junho de 1961, no qual Afonso Pereira informando a existência das escolas profissionais mantidas pela Fundação, “[...] distribuídas por todo o território paraibano, vendo-se na contingência de criar cursos adequados às condições locais, tem necessidade de supri-las e equipar, motivo que vem solicitar de Vossa Excia, sua atenção para o que expõe” (SILVA, 1961, n.p.).

Afonso Pereira então mencionou a existências de máquinas de datilografias usadas e fora de utilização das repartições públicas federais da Paraíba e solicitou a doação de “[...] algumas unidades dessas máquinas, a fim de recondicionadas sirvam aos cursos datilográficos das diversas escolas profissionais do interior, que funcionam sem fim lucrativo” (SILVA, 1961, n.p.). No parágrafo seguinte, ele disse apelar para a alta compreensão do presidente acerca dos problemas de ensino, pois, sem a ajuda do governo federal, ele não conseguiria manter o funcionamento dos estabelecimentos de ensino, “[...] que em si mesmo já se arrastavam deficitariamente, apesar de oferecer ensejo a muitos jovens, dentro mesmo das condições locais de cada município” (SILVA, 1961, n.p.).

A outra correspondência trata-se de carta enviada a Juscelino Kubitschek, em 27 de maio de 1963 à época senador por Goiás, e, em campanha para sair candidato à presidência da

república, o que não ocorreu em razão do golpe militar. Na correspondência, Afonso Pereira falou sobre os objetivos e necessidades da Fundação, buscou se apresentar como jornalista que havia feito a cobertura de sua campanha na Paraíba, elencou sucintamente sua trajetória profissional, indicando que, no presente momento, era professor, e fez o pedido para que o senador, através de uma recomendação, o colocasse em contato com a Aliança para o Progresso²³. “[...] estimaria demais que Vossa Excia., por uma recomendação, me pusesse em contato com a Aliança para o Progresso. Teria outros intermediários, mesmo porque já sou conhecido do Consul americano em Recife, mas outra coisa seria u’ a mensagem de V. Excia.” (SILVA, 1963, n.p.). Por fim, o convidou a visitar a sede da Fundação em João Pessoa para tomar conhecimento das ações que estava a implementar na Paraíba.

Quanto às respostas dessas correspondências (muitas eram institucionais da Fundação), não as localizamos (talvez porque esses documentos ainda não estejam catalogados), mas vislumbramos o atendimento de algumas solicitações, através das publicações do reconhecimento de utilidade pública das escolas e das subvenções destinadas, publicadas no diário oficial; sem as quais as unidades de ensino não teriam conseguido permanecer ativas. Quanto às duas correspondências singulares que trouxemos para essa narrativa, vemos uma relevante tentativa de contato político visando à ampliação de seu projeto educacional, à visibilidade do estado da Paraíba para as questões educacionais e, ao mesmo tempo, à busca por ampliar suas redes de sociabilidades.

²³ “Aliança para o Progresso” foi um programa de assistência ao desenvolvimento socioeconômico da América Latina formalizado entre os Estados Unidos e 22 nações do hemisfério, entre elas o Brasil, com a assinatura da Carta de Punta del, em agosto de 1961. Como destacou Federico G. Gil, “as metas da Aliança para o Progresso eram, portanto, de dois tipos: ‘1) as que afetavam diretamente a vida diária das massas mal-alojadas, mal-vestidas, mal-alimentadas e analfabetas da América Latina e 2) as metas a longo prazo, de reforma e desenvolvimento socioeconômico, destinadas a elevar o nível de vida em cada um dos países, mediante programas de desenvolvimento nacional, integração econômica, estabilização dos preços das matérias-primas e saneamento financeiro.” A partir de meados de 1963, os EUA mostraram-se cada vez mais reticentes em relação ao Brasil, ao mesmo tempo em que não escondiam sua decepção com o fracasso do Plano Trienal e com o desinteresse de Goulart em apoiar a política de austeridade prescrita pelo ministro da Fazenda Carlos Alberto de Carvalho Pinto, com apoio das autoridades financeiras internacionais. Desde então, nenhum novo acordo de auxílio seria assinado, com exceção dos relativos ao trigo norte-americano e de dotações ao programa da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). A Aliança durou pouco mais de uma década, sendo extinta em 1969, por Richard Nixon. Fonte: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-para-o-progresso-1>. Acesso em: 20 maio 2021.

5 UMA TENTATIVA DE SÍNTESE: O PROJETO EDUCATIVO DO PROFESSOR AFONSO PEREIRA ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA

Neste capítulo, nossa intenção foi descrever e analisar a organização escolar implementada por Afonso Pereira através da Fundação, que tipo de escolas eram, como era a organização escolar, que graus de ensino atendia, dentre outras questões. Nesse caminhar investigativo, perscrutamos sobre a realização dos comícios de educação, sobre a instalação de bibliotecas nas escolas e sobre a participação de Afonso Pereira no Instituto Nacional do Livro. Por último, fechando nossa narrativa acerca de como o professor Afonso Pereira contribuiu para a expansão do ensino na Paraíba, evidenciamos suas orientações e recomendações aos sujeitos que faziam parte das escolas nas quais o educador participou.

5.1 A organização escolar implementada por Afonso Pereira através da Fundação Padre Ibiapina

Afonso Pereira, enquanto presidente da Fundação Padre Ibiapina, organizou a instalação das escolas em três tipos: ginásios, escolas comerciais e escolas profissionais, conforme podemos observar no organograma abaixo:

Imagem 26 – Organograma das escolas instaladas por Afonso Pereira através da Fundação Padre Ibiapina



Fonte: Elaboração própria a partir das informações levantadas juntos ao acervo do AAP.

Como podemos observar, nas escolas instaladas por Afonso Pereira o ensino era organizado da seguinte forma: ginásios que ofertavam o curso secundário – onde funcionavam o curso ginásial – jardim da infância, curso primário e curso de admissão; escolas comerciais que ofereciam o ensino comercial básico e o comercial técnico, jardim da infância, curso primário e curso de admissão e escolas profissionais que ofereciam os cursos profissionais (ensino artesanal), jardim da infância, curso primário e curso de admissão.

Pela quantidade de escolas comerciais e escolas profissionais instaladas por Afonso Pereira, a maioria das escolas eram desse tipo, ficou evidente que o foco dele na oferta de educação seriam os cursos profissionalizantes, fato explicado pelo próprio contexto socioeconômico da época no qual a demanda por mão-de-obra qualificada, face ao desenvolvimento industrial, trouxe a necessidade de expansão da educação profissional. Somado a isso, favoreceram essa empreitada de Afonso Pereira, as reformas educacionais que trouxeram significativas mudanças na organização da educação nacional quanto ao ensino comercial, como a Reforma Francisco Campos, em 1931, que deu organicidade ao ensino comercial, e as Leis Orgânicas do Ensino, decretadas entre 1942 e 1946, que abrangiam do ensino primário ao Ensino Médio (secundário, normal, industrial, comercial e agrícola) e previam o ensino artesanal ao tratar do ensino técnico profissional.

Em suas palavras, as pessoas de posses da época preferiam os ginásios pela forte mentalidade ginásiana instaurada na sociedade, mas as camadas populares demonstravam entusiasmo pelo ensino profissional. Por isso, a Fundação Padre Ibiapina buscou “[...] despertar a consciência da profissão como instrumento de liberdade” (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1958). Essa fala de Afonso Pereira sobre a preferência das diferentes classes sociais por diferentes tipos de escolas expressa a representação que a escola assumia para os diferentes segmentos sociais, ou seja, para uns representava o espaço de formação erudita para prosseguimento dos estudos até o grau superior e ocupação dos espaços profissionais considerados elevados, enquanto, para outros, a escola representava um lugar de qualificação imediata para atuação profissional e melhoria de vida.

Chamou nossa atenção que, nessa organização da oferta de educação, Afonso Pereira manteve, nos ginásios, nas escolas profissionais e nas escolas comerciais, a oferta de jardim da infância, curso primário e curso de admissão, dando a perceber sua intenção em oferecer às regiões nas quais as escolas eram instaladas amplas possibilidades de acesso à educação. Nos relatórios, o educador afirmava que era uma particularidade cada instituição incluir o curso de admissão permanente; o curso primário com 4 séries e o jardim de infância de 3 períodos.

Encontramos menção entusiasmada de Afonso Pereira sobre o funcionamento do jardim de infância, já em uma das primeiras escolas instaladas, sobre o qual o educador disse que o jardim da infância da escola Pedro Viana de Cuité merece, “[...] todo cuidado e atenção” e poderia servir de exemplo às instituições públicas” (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1957).

Sobre esse nível de ensino, as primeiras iniciativas de criação de jardim-de infância no Brasil datam do período imperial, com a criação do primeiro jardim de infância particular instalado no Rio de Janeiro, pelo médico Menezes Vieira, em 1875; em São Paulo, o jardim-de-infância da Escola Americana foi criado em 1877. Conforme esclarece Moysés Kuhlmann, era o setor privado de educação pré-escolar destinados às elites, havendo no setor público o jardim-de infância anexo à Escola Normal Caetano de Campos, que “[...] atendia aos filhos da burguesia paulistana” (KUHLMANN, 1998, p. 82).

Entre os anos de 1896 e 1940 têm-se várias iniciativas locais em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre de criação de jardins de infâncias, alguns anexos às escolas normais com o objetivo de servir de espaço para a formação prática das normalistas. Estendia-se por todo o país o discurso da necessidade de cuidar da infância da Pátria (KUHLMANN, 1998).

De acordo com o autor, ao jardim da infância era atribuído o termo pedagógico, como estratégia para atrair as famílias de posses e, ao mesmo tempo, criar a representação de escola para ricos, diferenciando-a do modelo de escola dos pobres, os asilos e creches. Essas últimas de caráter assistencialista, organizadas face o crescimento industrial e urbano para atender à necessidade de espaços nos quais as operárias deixariam seus filhos durante o trabalho.

Fossem privados ou públicos, os jardins de infância incorporavam os objetivos educativos da teoria de Froebel, ou seja, pautavam-se pela busca do “[...] desenvolvimento físico, moral e intelectual do educando, educação dos sentidos, a não antecipação do ensino da leitura, o preparo para escola elementar e o trabalho conjunto entre escola e família” (KISHIMOTO, 1986, p. 52).

Embora desde 1932 o Manifesto dos Pioneiros da Educação reivindicasse o desenvolvimento de instituições destinadas a todas as crianças em idade pré-escolar, do ponto de vista legal, apenas com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4.024, de 1961, tem-se, nos artigos 23 e 24, o estabelecimento de atendimento educacional às crianças com idade inferior a 7 anos em escolas maternas ou jardins de infância (KUHLMANN, 1998).

No plano local, quanto à regulamentação para a criação dos jardins de infância na Paraíba, tem-se, desde 1917, no governo de Francisco Camilo de Holanda, no Decreto nº 873, de 21 de dezembro de 1917, a regulamentação da instrução pública, na qual o jardim de infância

é contemplado no capítulo X, artigo 192, que estabelece: “[...] O Governo creará, onde for mais conveniente, jardins de infância destinados à educação dos sentidos de crenças de ambos os sexos, segundo os processos mais adeantados.” O Decreto nº 1.484 de 30 de junho de 1927, alterou o Decreto 873, tratando no artigo 193 que o tempo de trabalho escolar no jardim de infância seria de acordo com o horário estabelecido pela diretoria de instrução pública.

Conforme evidencia o estudo realizado por Lima (2016), a efetivação de iniciativas de instalação dos jardins de infância só ocorreu a partir de 1932, seguindo a tendência estabelecida em São Paulo quanto ao modelo froelbiano, foram instalados nos anexos aos grupos escolares, com exceção do instalado no Instituto de Educação da Paraíba, em 1934. O estudo indicou que até o ano de 1939, haviam sido instalados na Paraíba, especificamente na Capital, “[...] 8 (oito) jardins de infância, sendo 6 (seis) públicos (mantidos unicamente pelo Estado), e 2 (dois) particulares (sendo um promovido por uma instituição confessional e outro por iniciativa privada de uma professora)” (LIMA, 2016, p. 76).

Sobre o período posterior ao estudo realizado por Lima, não localizamos informações sobre a expansão dos jardins de infância na Paraíba, entretanto, a julgar pelos dados do estudo mencionado, as cidades pelo interior do estado sofriam de carência de oferta desse nível de ensino. A imagem 27 a seguir retrata uma das turmas do jardim de infância da escola Pedro Viana citada por Afonso Pereira.

Sobre a fonte em exposição, em informação postada no perfil do *Facebook* “Memórias de Cuité”, o Juiz Federal e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Dr. Ivan Lira de Carvalho, afirmou tratar-se do jardim de infância da Escola Profissional Pedro Viana, (possivelmente no ano de 1958) vinculada à Fundação Padre Ibiapina, também mantenedora do Ginásio (depois colégio) Comercial Prof. Clóvis Lima. A escola funcionou sempre na esquina da Rua Eptácio Pessoa com a Rua João Pessoa. A primeira diretora e professora da escola foi D. Ivone Montenegro Guimarães, esposa do Juiz de Direito Dr. Manoel Guimarães. As professoras na imagem são, D. Ivone e Socorro de João Dósio (CARVALHO, 2021).

Imagem 27 - Turma do jardim de infância da Escola Pedro Viana/Cuité (s/d)



Fonte: Acervo fotográfico da Sala Fundação Padre Ibiapina do AAP.

A imagem retrata a presença de 10 (dez) alunos, sendo 6 (seis) do sexo masculino e 4 (quatro) do sexo feminino. O número reduzido de crianças pode indicar que poucas pessoas da cidade podiam pagar as mensalidades e, nesse caso, não havia gratuidade no jardim de infância que funcionava no Pedro Viana, ou que poucas famílias tinham a concepção da necessidade de escolarização nessa faixa etária da infância. Fontes complementares atestaram que as turmas funcionavam no horário da manhã, das 8h às 11h, e era cobrada uma mensalidade de C\$ 60,00 (sessenta cruzeiros). Como podemos ver, as crianças estão todas com fardamento e possivelmente, pela estatura estão dentro da mesma faixa etária das turmas de jardim de infância, entre 5 e 7 anos.

O mobiliário é composto de mesas e cadeiras adequadas à pré-escola e condizente com o tamanho das crianças. A disposição do mobiliário favorece a interação entre elas, pois agrupam 4 alunos em cada mesa, contudo, o espaço para movimentação apresenta-se pequeno, as mesas estão muito próximas umas das outras, dificultando inclusive o acesso das professoras aos alunos, como também a realização de brincadeiras. Observa-se a presença de poucos materiais didáticos ilustrativos expostos e não há brinquedos pedagógicos dispostos no ambiente como forma de ludicidade. Os relatórios elaborados por Afonso Pereira não deixaram claro se realmente funcionaram jardins de infância em todas as escolas instaladas pela Fundação.

Quanto à oferta do curso primário, Afonso Pereira justificava a iniciativa pelo objetivo de: “preparar turmas para a primeira série ginasial.” Segundo ele, estava “[...] constatado, pela experiência, que uma das causas do pouco rendimento escolar no curso médio, é a falta de base e de vinculação do Primário ao Ginásio” (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1958, p.2).

Do ponto de vista da organicidade, a historiografia trata que, embora o ensino tenha sido mencionado como referência para o projeto do governo Vargas, o ensino primário não recebeu a atenção merecida na Reforma Francisco Campos, considerada uma importante reforma porque trouxe organicidade no âmbito do sistema nacional aos ensinos secundário, comercial e superior, mas não tratou do ensino primário, o qual ficou a cargo das administrações estaduais. “[...] Isso não significa que o ensino primário estivesse em completo abandono pelos poderes públicos. Esses vinham desenvolvendo uma ação sobre a escola primária nos estados e através deles. Era a administração estadual que cuidava do assunto e a ela estavam afeitas até então as reformas por que passara esse nível de ensino” (ROMANELLI, 1986, p.160).

De fato, essa afirmativa pode ser observada na Constituição do Estado da Paraíba, promulgada no ano de 1935, na qual o artigo 128 estabelecia que o estado organizaria seu sistema educativo, mantendo estabelecimentos oficiais ou subvencionados de ensino primário. O Decreto nº 16, de 13 de dezembro de 1935, que tratou da Reforma da Instrução Pública do Estado e criou o Departamento de Educação e no artigo 8º estabelecia que:

O Governo subvencionará as escolas particulares e rudimentares serão subvencionadas desde que venham funcionando regularmente a pelo espaço de um ano, sendo regidas por normalistas diplomados ou por pessoas outras a juízo do Departamento de Educação, que ensinem gratuitamente, 10% dos seus alunos.

§único- **subvencionará também escolas profissionais e rurais** desde que sejam regidas por técnicos diplomados, observadas as demais condições deste artigo. [grifo nosso]

Como disposto nos dispositivos, na intenção de promover a educação, o governo subsidiava estabelecimentos de ensino, estando sujeitos às normas estabelecidas na lei. A partir de 1946, por meio do Decreto-lei nº 8.529 foi estabelecida a Lei Organica do Ensino Primário, cujas finalidades desse nível de ensino eram, conforme dispõe o Art 1º, alíneas a, b, c:

- a) proporcionar a iniciação cultural que a todos conduza ao conhecimento da vida nacional, e ao exercício das virtudes morais e cívicas que a mantenham e a engrandecam, dentro de elevado espírito de Naturalidade humana;
- b) oferecer de modo especial, às crianças de sete a doze anos, as condições de equilibrada formação e desenvolvimento da personalidade;

c) elevar o nível dos conhecimentos úteis à vida na família, à defesa da saúde e à iniciação no trabalho (BRASIL, 1946).

O ensino, então, foi organizado em duas divisões: ensino primário fundamental, para crianças de 7 a 12 anos, e ensino primário supletivo, para adolescentes e adultos. O primário fundamental ministrado em dois cursos sucessivos: o elementar, com duração de 4 anos, e o complementar, com duração de 1 ano; já o ensino primário supletivo foi organizado em apenas um curso, o supletivo.

Contudo, apesar de todo esse arcabouço legal que dispunha sobre a oferta do ensino primário, há de se considerar pelos índices de escolarização trazidos para esse estudo, que havia uma longa distância na efetivação da oferta do ensino primário, conforme podemos observar na notícia do Jornal A União, de 24 de setembro de 1940, que tratou da publicação do boletim nº 8 do INEP. Em linhas gerais, a notícia diz que o diretor do INEP, depois de referir-se às reformas de ensino implementadas pelos governadores como um período de transição de significativos esforços, reconhece que há muita necessidade de unidade, o que teria que ser feito pela União. Continuando, diz que, no ano de 1939, a dotação destinada à educação foi de pouco mais de 5 mil contos, fato que se devia ao crescimento do interesse público pela instrução, que apresentava número de 76 mil crianças na escola. De acordo com a notícia, o diretor do INEP destacou o investimento das prefeituras na política de construção escolar, obrigadas a investirem uma taxa de subvenção às escolas particulares.

Por último, alertou que, embora a pesquisa mostre elevação da taxa de instrução no Estado, “[...] a situação estatística do ensino ainda não é satisfatória. Se é certo que em 1930 a matrícula não chegava a compreender 2% da população total, em 1937 não atingia a taxa média encontrada para todo o país e que era então de 7%. [...]” (A UNIÃO, 1940, p.3).

Como se pode observar, desde 1930, na ausência de ações efetivas do governo federal na oferta de instrução primária, essa ficou a cargo dos estados que cuidavam do custeio e da legislação. Afonso Pereira, na presidência da Fundação Padre Ibiapina, logicamente pela circularidade social e conhecimento, sabia como estava sendo implementado o ensino e buscou recursos para a construção das escolas e, pela percepção da importância do ensino primário, o incluía nas escolas que instalava, como podemos observar na fonte abaixo.

Imagem 28 – Prédio onde funcionou o Ginásio 4 de Julho- Inauguração (s/d)



Fonte: Acervo fotográfico da Sala Fundação Padre Ibiapina.

Na imagem, vemos o Ginásio 4 de julho, na cidade de Araruna. Notam-se os letreiros anunciando os cursos ginásial, admissão e primário. Eles respondem nossa pergunta no início do capítulo 5 sobre os níveis de ensino que as escolas instaladas pela Fundação ofertavam, ao mesmo tempo, confirmam a organização escolar descrita no parágrafo anterior.

À medida que fomos adentrando na documentação de cada escola instalada, em cada relatório da Fundação, sempre procurávamos indícios da oferta do ensino primário. No relatório de 1962, Afonso Pereira nos diz que a manutenção do ensino primário se dava anexo às escolas comerciais, profissionais e ginásios ou por meio das aulas isoladas, nas escolas rurais. Nesse relatório, Afonso Pereira sinalizou que havia evasão escolar nessa etapa de ensino e ele mesmo apontou as causas, dentre elas, a má remuneração dos professores, a pobreza extrema da população, as condições climáticas, a ausência de prédios escolares e a falta de merenda escolar:

Esse tipo de ensino vale por uma experiência, como por exemplo, aquela que indaga até onde vai a evasão escolar, quais as suas causas, e o que se pode apontar como medida saneadora. Poder-se-ia escrever, pelos fatos colhidos, um verdadeiro ensaio. Ora é a professorinha mal paga, que 'se ausenta', inventa um pretexto; ora é a necessidade manifesta na miséria que afasta a criança; ora é a inverno que o provoca; por vezes, a falta de instalações escolares; quase sempre a distribuição da merenda escolar que tem sido quimera... (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1962).

Nesse ano de 1962, Afonso Pereira relatou que solicitou ao estado a disposição de professoras primárias para as escolas profissionais e os ginásios comerciais, que foi atendido pelo governador Pedro Gondim²⁴, de modo que foi possível, com os recursos da Fundação, ofertar o ensino primário nas escolas instaladas na zona rural (as chamadas escolas rurais), sendo elas: Escola Rural Nossa Senhora de Fátima, do Sítio Mumbaba, município de Santa Rita; Escola Rural Santa Inês, no Sítio Mônica, em São João do Cariri; Escola Rural Querubina Pereira, no Sítio Bola, em Tacima (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1962). Constam no relatório um total de 186 crianças matriculadas no ensino primário nas escolas da Fundação, no ano de 1962.

Das escolas acima elencadas, havia, nas palavras de Afonso Pereira, a preocupação com o rendimento escolar de algumas escolas específicas: As escolas do Sítio Mônica, Sítio Mumbaba e Sítio Bola. De acordo com ele, sobreviviam às dificuldades extremas, em razão da pobreza dos foreiros, as crianças não bebiam sequer leite. Afonso avaliava o comportamento das crianças em relação à vida escolar, dizendo que elas não tinham o hábito de brincar na escola, pela influência da vida do sítio (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1962). Aqui percebemos traços da escola nova, na concepção de Afonso Pereira, sobre a função da escola que deveria ir além do domínio da leitura e da escrita, e lembramos sua preocupação em contemplar um espaço recreativo nas escolas.

²⁴ Pedro Moreno Gondim nasceu na aldeia de Capim-Açu, em Alagoa Nova (PB), no dia 1º de maio de 1914, filho de pequenos proprietários rurais, cursou o primário em Alagoa Nova e o curso secundário no Lyceu Paraibano, na capital, bacharelou-se em Direito, em 1938, na Faculdade do Recife. Exerceu a advocacia, atuando na Paraíba e nos estados vizinhos. Em janeiro de 1947, elegeu-se deputado à Assembléia Constituinte da Paraíba, pelo PSD. Participou dos trabalhos constituintes e, com a promulgação da nova Carta estadual, passou a exercer o mandato ordinário. Em outubro de 1950, reelegeu-se deputado à Assembléia Legislativa da Paraíba, na legenda da Coligação Democrática Paraibana, formada pelo PSD e o Partido Libertador (PL). Exerceu o cargo de secretário de Agricultura do governo de José Américo de Almeida (1951-1955). Foi também eleito vice-governador, e, no período de 1958-1960, assumiu o governo do estado, pois o governador Flávio Ribeiro Coutinho afastou-se por motivos de saúde. Em 1960, afasta-se do governo para candidatar-se ao cargo de governador, sendo eleito, derrotando Janduhy Carneiro. Durante sua nova administração, iniciada em janeiro de 1961, foram criados diversos órgãos na área do planejamento econômico, dentre os quais o Conselho Estadual de Desenvolvimento, a Companhia de Industrialização do Estado da Paraíba, a Carteira Agroindustrial do Banco do Estado da Paraíba e os distritos industriais de João Pessoa e Campina Grande. Com o golpe de 1964, ainda continua no cargo até 1966, quando se candidata a Deputado Federal pela ARENA e repassa o cargo ao então governador eleito João Agripino, porém, são cassados seus direitos políticos por dez anos e perde seu mandato de deputado e somente em 1979 é anistiado pelo presidente João Figueiredo. Foi ainda consultor-geral e secretário de Viação e Obras Públicas da Paraíba. Dedicou-se ao magistério superior e à poesia, tendo, como poeta, utilizado o pseudônimo de Homero Morgan, e foi também membro da Academia Paraibana de Letras. Faleceu em João Pessoa, no dia 26 de julho de 2005. Publicou “Honra e verdade” (1963) e “A verdade na Justiça” (1966). Fonte: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pedro-moreno-gondim>. Acesso em: 19 jul. 2021.

Outro aspecto a ser destacado é nossa percepção nas narrativas de Afonso Pereira do cuidado com a presença de professoras qualificadas no ensino primário, a exemplo da carta enviada por ele a Anísio Teixeira em 1960, na qual ele justificava que, embora pudesse fazer de forma oficial e burocrática, preferia fazer de forma mais íntima, por carta, e solicitava três bolsas de estudos para professoras primárias que haviam sido anotadas pelo gabinete em 1958, quando ele esteve no INEP. Na carta, aproveitou para falar do trabalho que estava realizando na Paraíba e de como funcionava o ensino primário:

O iminente educador, cujo nome foi dado a uma de nossas escolas, de muito funcionando regularmente, talvez sim, talvez não, tenha lido o Relatório da fundação (1958) Padre Ibiapina, elogiado pelo Ministério da Justiça e pelo IBGE. É campanha séria, nascida e orientada pela experiência. Os cursos primários ocorrem paralelos, simultaneamente (muitos antes que o Estado houvesse tentado fazê-lo!) há cursos artesanais (SILVA, 1960).

Afonso Pereira esclareceu a Anísio Teixeira que as professoras eram diplomadas, mas que necessitavam “[...] de especialização, de treinamentos, ao menos de observação.” Antes de encerrar a comunicação, pediu: “[...] Sentir-me-ia satisfeito se conseguisse, para breve, um estágio em Jardim, para uma candidata, professora Eluze Almeida” (SILVA, 1960). Dados, presente no relatório de 1958, atestam que essa professora fazia parte do quadro de professores da Escola Pedro Viana, em 1958, e, nesse ano, passou a substituir a professora Ivone Montenegro no jardim de infância.

Na imagem abaixo, vemos alunos da Escola Rural Querubina Pereira, no Sítio Bola adentrando à escola na qual funcionava o curso primário.

Imagem 29 – Alunos da escola Querubina Pereira no Sítio Bola adentrando à escola (1956)



Fonte: Acervo fotográfico da Sala Fundação Padre Ibiapina.

Quanto à permanência contínua do curso de admissão, com duração de um ano, em todas as escolas da Fundação, observamos um significado particular para Afonso Pereira em suas afirmativas, para ele, a iniciativa de oferecer permanentemente dava-se em razão do curso de admissão servir de ligação entre o primário e o curso médio e preparar os alunos para a primeira série. Em sua argumentação explicava que:

É comum, entre, nós, os pais retirarem os filhos já na quarta série primária e submetê-los à prova difícil do exame de admissão. O desastre é manifesto: os que passam (porque decoraram o programa) não assimilaram, convenientemente, o currículo primário e suas mentalidades não resistem ao impacto de um curso, difícil, vários e complexo. Tem-se constatado enorme número de reprovados, de primeira série, por falta de base primária (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1958).

Para refletirmos sobre a concepção de Afonso Pereira acerca do exame de admissão, convém recuperarmos o que era esse exame. Entre as décadas de 1930 a 1970, a legislação educacional exigia para o ingresso no ensino secundário e demais ramos do Ensino Médio a aprovação no exame de admissão. Sendo assim, o aluno que pretendesse ingressar no ensino subsequente ao primário deveria se submeter ao referido exame. Este foi instituído na Reforma do Ensino Secundário, por Francisco Campos, através do Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931 e perdurou até 1971 quando foi extinto, por ocasião da Lei 5.692/71, que implantou a estrutura de escola de 1º Grau, com duração de 8 anos, em que incluía primário e secundário, a denominada Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus.

Para ilustrar, citamos o Decreto nº 19.890, o qual estabelecia que o ingresso no curso secundário no 1º ano se daria mediante aprovação no exame de admissão, em que o candidato a prestar o exame deveria ter idade mínima de 11 anos, apresentar requerimento constando a informação da idade, a filiação, a naturalidade, a residência do candidato e o atestado de vacina antivariólica (Arts. 18 a 23, do Decreto nº 19.890, de 18/04/31). A Lei Orgânica do Ensino Secundário – Decreto-lei, nº 4.244, de 9 de abril de 1942, estabelecia que:

CAPÍTULO VI DOS EXAMES DE ADMISSÃO

Art. 34. Os exames de admissão poderão ser realizados em duas épocas, uma em dezembro e outra em fevereiro.

§ 1º O candidato a exames de admissão deverá fazer, na inscrição, prova das condições estabelecidas pelo art. 31, e pelas duas primeiras alíneas do art. 32, desta lei.

§ 2º Poderão inscrever-se aos exames de admissão de segunda época os candidatos que, em primeira época, os não tiverem prestado ou neles não tenham sido aprovados.

§ 3º O candidato não aprovado em exames de admissão num estabelecimento de ensino secundário não poderá repeti-lo em outro, na mesma época (BRASIL, 1942).

As condições estabelecidas pelo art. 31 e pelas alíneas a e b do art. 32, referem-se à comprovação de estar vacinado e não ter doença contagiosa, ter pelo menos onze anos completos e ter recebido educação primária e a Lei Orgânica acompanhava o que havia sido estabelecido pela Reforma Francisco Campos nesse quesito. O exame era composto de conteúdos das disciplinas de Português, Matemática, História e Geografia.

Retomando a opinião de Afonso Pereira sobre o exame, vemos que, para ele, havia uma distância enorme entre o ensino/aprendizagem na escola primária e o conteúdo exigido no exame de admissão. Além disso, a escola primária não preparava os alunos para o ingresso no ensino de grau médio, razão pela qual se observava o elevado índice de reprovados no primeiro ano do secundário. Por isso, dava-se a importância da oferta do curso de admissão, porque, a partir dele, no decorrer de um ano, o aluno estudaria os conteúdos exigidos no exame e, ao mesmo tempo, iria adquirir melhor prontidão para cursar o nível subsequente de ensino.

Outra análise que podemos fazer do exame de admissão, qual seja, ele representava uma prática excludente considerando que apenas parte da população em idade escolar tinha acesso à escola primária, o que já era uma barreira. Isso, somado à submissão do exame para ingresso no ensino subsequente, completava o quadro de exclusão, pois só aqueles que tinham o privilégio de ter acesso aos saberes necessários à aprovação, fosse por frequentar a escola formal, fosse pela aprendizagem no espaço doméstico, poderiam ter chances na escolarização.

Na documentação da Escola Profissional Pedro Viana – Cuité –, encontramos a organização dada por Afonso Pereira ao funcionamento do curso de admissão da seguinte forma:

Imagem 30 - Estrutura do curso de admissão, Escola Profissional Pedro Viana (1958)

FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA
CAIXA Nº 26 (A)
JOÃO PESSOA PARÁIBA

Escola Profissional Pedro Viana
Cuité - PB

Horário da Admissão REGRAS

Horário	Terça Feira	Quarta Feira	Quinta Feira	Sexta Feira	Livro adotado	Obs
18,45	Português	Português	Português	Português	"Programa de Admissão" - Arnaldo de Azevedo e outros autores - Companhia Editora Nacional.	Deve haver um intervalo de 10 minutos entre uma aula e outra. A duração da aula deve ser de 45 minutos.
19,40	Matemática	Geografia	Matemática	Matemática		
20,35	História		História	Geografia		

Ano de 1958. GRUPO DOCENTE

Professor de PORTUGUÊS	Sr. Manuel Guimarães
Professora de MATEMÁTICA	Consília Pessoa
Professora de Geografia	Elza Almeida
Professora de História	Elza Almeida

João Pessoa, 17 de março de 1958.

[Assinatura]
Presidente

Fonte: Acervo da Fundação Padre Ibiapina, caixa arquivo nº 26 (A).

Ao nos determos nesse documento buscando compreender como funcionava o referido curso, alguns aspectos chamaram nossa atenção: o local de origem do documento – João Pessoa – e a presença da assinatura de Afonso Pereira ao final, atestando ser ele o responsável pela emissão. Logo, concluímos que, de João Pessoa, Afonso Pereira cuidava de toda parte organizativa das escolas e encaminhava as orientações para serem executadas nos respectivos estabelecimentos. Como diretor da Fundação, ele criava uma rede de colaboradores para efetivação das ações educativas, como se pode observar na carta enviada por Afonso Pereira a João Isidro, diretor da Escola Técnica de Comércio de Cajazeiras, na qual faz o seguinte pedido:

Prezado amigo, João Isidro.

Abraço cordial. Não sei como agradecer-lhe tantas gentilezas. Vou mais uma vez, sobrecarregá-lo.

Estou remetendo dois pacotes de livros (Programas de Admissão), para serem recambiados para o Juiz de São José de Piranhas, dr. Francisco de Assis Martins.

Telegrafei ao mesmo informando-o de que tais volumes se encontram aí, em Cajazeiras, sob sua guarda.

Gostaria mesmo que os remetesse no primeiro transporte para aquela cidade. [...]. (SILVA, 1959).

De acordo com a estrutura apresentada na Imagem 30, o curso de admissão da escola Pedro Viana funcionava no horário noturno, indicando, provavelmente, que os alunos eram jovens e adultos. As disciplinas eram distribuídas com carga horária maior para Português, com 4 aulas semanais, e Matemática, com 3 aulas semanais, História e Geografia, com 2 aulas semanais cada uma. Entre docentes daquela cidade que lecionavam na referida instituição educacional profissionalizante, estava Maria Camélia Pessoa da Costa que, através da Portaria nº 13, assinada por Afonso Pereira, recebia “[...] a missão de lecionar matemática, em regime ‘pro labore’ (MACHADO; NUNES; LACET, 2021, p. 63).

Quanto à titulação do corpo docente, analisemos o da Escola Comercial Monsenhor Moraes:

Imagem 31 – Corpo docente do curso de admissão da Escola Comercial Monsenhor Moraes em Bonito de Santa Fé (1960)

P R O F E S S O R E S		
C U R S O D E A D M I S S ã O		
Matéria	Nome do Professor	Título
Português	Maria Alderi Dias	Curso Normal Reg.
Matemática	Antônio Ferreira	Ginásio
Geografia	Josemy Grangeiro Palitô	Curso de Humanid.
História	Maria Almeida	Curso Normal Reg.

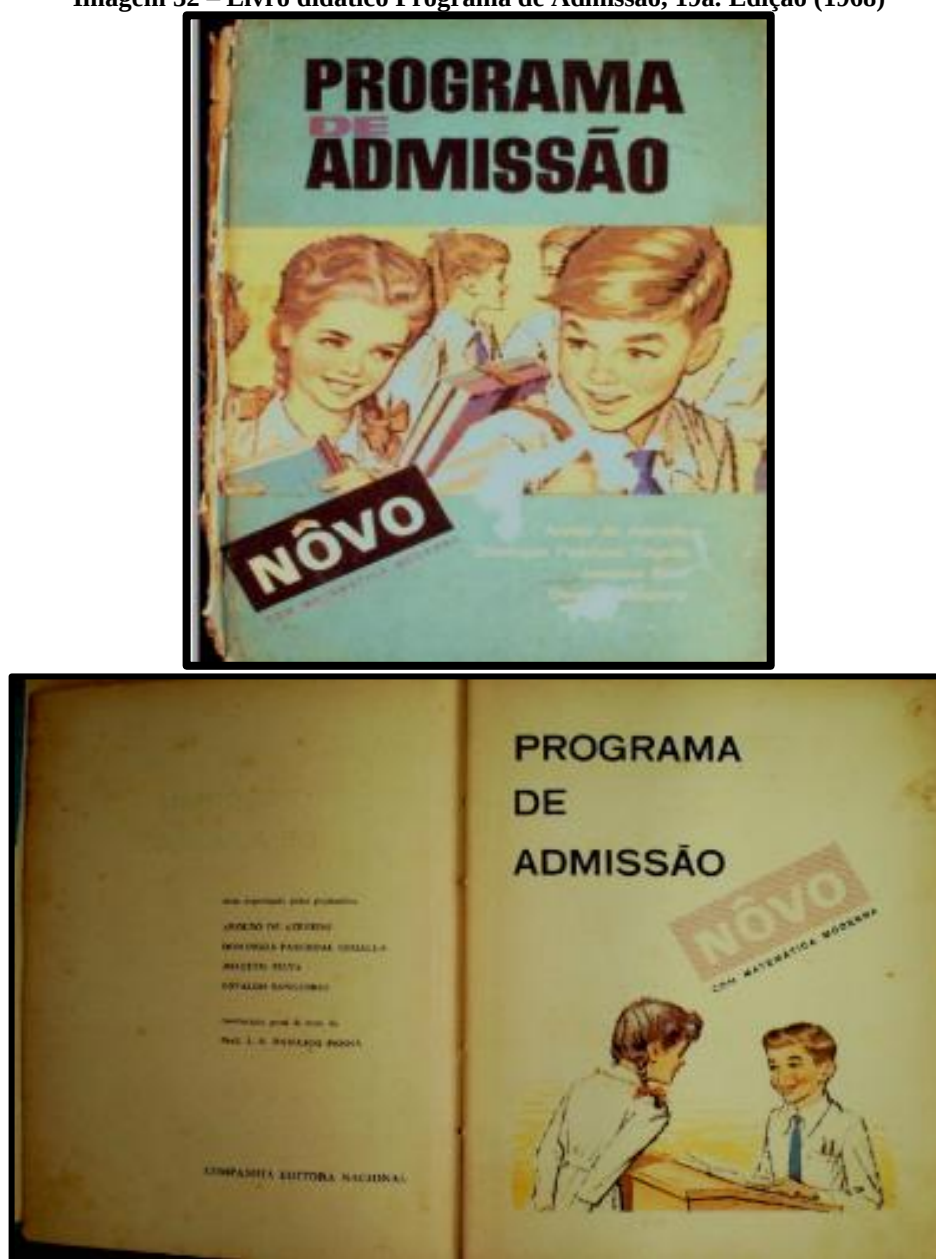
Fonte: Acervo da Fundação Padre Ibiapina, caixa arquivo nº 14 (B).

Observamos, na imagem acima, que a formação dos professores compreendia o curso normal regente (duas professoras), ginásio (um professor), curso de humanidades (um professor). Esses dados refletem a política de formação docente naquele período, decorrente da Lei Orgânica do Ensino Normal, que, através do Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946, oficializou os cursos normais para formarem regente para o ensino primário e o professor primário. Como podemos ver, na Escola Monsenhor Moraes, na oferta do curso de admissão, as duas únicas professoras com o curso normal eram regentes, ou seja, tinha cursado o curso normal de 1º ciclo que era ofertado nas Escolas Normais Regionais.

Inicialmente, pensávamos que a responsabilidade pela seleção de conteúdo do curso seria de Afonso Pereira ou do corpo docente, mas vimos na imagem 30 que constava a indicação do livro Programa de Admissão adotado para o curso. Buscando o alargamento das fontes, pela

curiosidade particular como professores e pesquisadores numa geração pós-exame de admissão, investimos em ampliar o conhecimento sobre esse material didático. Como podemos observar, a imagem e a edição a que tivemos acesso eletronicamente pertence a 19ª edição, do ano de 1968, sendo, portanto, bem próxima da extinção do exame. Foi organizado por Aroldo de Azevedo, Domingos Phascoal Cegalla, Joaquim Silva e Osvaldo Sangiorgi, sob a coordenação de texto do Prof. J. B. Damasco Penna.

Imagem 32 – Livro didático Programa de Admissão, 19a. Edição (1968)



Fonte: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/135030>.

Imagem 33 - Índice de Português do livro didático Programa de Admissão, 19a. Edição, 1968

Um certificado para instituições de Educação e Cultura Registrado no Conselho Nacional de Livro Didático sob nº 179. 19.^a edição (1520.⁰⁰⁰ milheiros) 1968 Imprensa da Bahia		ÍNDICE Programa oficial..... 11 PORTUGUÊS 1. O meu capangue — Humberto de Campos..... 19 2. O João e o ratinho — Monteiro Lobato..... 22 3. O tempo — Raquel de Queiroz..... 26 4. A partida dos netos — Sr.^a Leandra Dupré..... 29 5. A casa — Frei José Audrin..... 33 6. A serpente e o calandário — Malba Tahan..... 35 7. O cão e o gato — Tribuna..... 38 8. Aventuras de criança — Humberto de Campos..... 43 9. A chegada à fazenda — Sr.^a Leandra Dupré..... 47 10. O casalinho — Gustavo Barroso..... 51 11. O rio — Oscar Lopes..... 55 12. O ganitinho — Raquel de Queiroz..... 58 13. A minha fazenda de Santarém — Sr.^a Leandra Dupré..... 61 14. Manhã de domingo — Érico Veríssimo..... 65 15. A aliança de ouro — Dom Aquino Correia..... 69 16. A lagoa transbordante — Malba Tahan..... 73 17. O jacaré — Frei José Audrin..... 78 18. A princesa Isabel assiste a Lei Áurea — Viriato Correia..... 81 19. O uso da China — Marques Rebelo..... 87 20. O piano — Aníbal Machado..... 92 21. Gabriela — Ribeiro Couto..... 98 22. A engada — João Ribeiro..... 102 23. Mariazinha vai à praia — Lello Machado..... 106 24. Os gansos — Ivan Krílov..... 110 25. Uma tarde no campo — Érico Veríssimo..... 116 26. A árvore caída — Malba Tahan..... 120 27. A instrução e a moral — Gaspar de Freitas..... 121 28. A nossa língua — Júlia Lopes de Almeida..... 126 29. Nossa Pátria — Rocha Pombo..... 129 - Letras suplementares..... 137	
---	--	--	--

Fonte: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/135030>.

Imagem 34 - Índice de Matemática, História do Brasil e Geografia do livro didático Programa de Admissão, 19a. Edição (1968)

MATEMÁTICA 1. Noções sobre conjuntos..... 149 2. Operações directas e inversas..... 172 3. Divisibilidade..... 215 4. Mínimos fraccionários. Operações fundamentais..... 238 5. Sistema métrico decimal..... 286 6. Um pouco de Geometria..... Medida das figuras geométricas..... 308 Apêndice: Modelos actualizados de Textos de Admissão..... 319 Respostas dos exercícios..... 336		HISTÓRIA DO BRASIL Valores Antigos..... 358 1) O descobrimento da América..... 359 2) O descobrimento do Brasil..... 368 3) Os indígenas..... 375 4) As capitâncias hereditárias..... 378 5) Os três primeiros governadores-gerais..... 381 6) Invadido do Rio de Janeiro pelos franceses. Fundação da cidade..... 385 7) Invasões holandesas..... 389 8) Entradas e bandeiras..... 394 9) Conjuração mineira..... 401 10) Transmigração da família real para o Brasil..... 405 11) Independência do Brasil..... 409 12) 7 de abril. Regência..... 414 13) O segundo reinado..... 418 14) Guerra do Paraguai..... 424 15) A Abolição..... 429 16) A proclamação da República..... 431 17) Governos republicanos..... 438 Vocabulário..... 446	
GEOGRAFIA 1 — O Universo 1. O céu e os astros..... 453 2. Estrelas e constelações. O Cruzeiro do Sul..... 455 3. O Sol e as plantas..... 456 4. A Lua..... 458		2 — O Nosso Mundo 5. A Terra no espaço..... 458 6. Linhas e círculos da Terra..... 459 7. Orientação..... 459 8. Os continentes, o relevo e os oceanos..... 460 9. Oceanos, cursos d'água e lagoas..... 462 10. O clima e a vegetação..... 463 11. A população da Terra..... 465 12. A vida económica..... 464 3 — As Partes do Mundo e seus Países 13. As partes do Mundo..... 467 14. A América e seus países..... 470 15. A Europa e seus países..... 471 16. A Ásia e seus países..... 478 17. A África, a Oceânia e seus países..... 480 4 — O Brasil 18. Grandeza territorial e situação..... 489 19. O relevo e o clima..... 489 20. Os rios e as lagoas..... 491 21. O clima e a vegetação..... 493 22. A população e a forma de governo..... 493 23. A vida económica..... 493 5 — As Regiões Brasileiras 24. As divisões regionais..... 496 25. A Região Norte..... 500 26. A Região Centro-Oeste..... 501 27. A Região Nordeste..... 501 28. A Região Leste..... 508 29. A Região Sul..... 509 30. O novo Distrito Federal e a cidade de Brasília..... 512	

Fonte: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/135030>.

Observamos o extenso programa a ser estudado no transcurso de um ano. Além disso, possivelmente, nem todos os alunos possuíam o livro. Também não conseguimos pistas se as escolas que realizavam o exame disponibilizavam a listagem dos conteúdos a serem aplicados nas provas. Entrecruzando novamente com a narrativa de Afonso Pereira, podemos dizer que outros obstáculos eram constituídos dentro do próprio processo preparatório para o exame, a exemplo da quase impossibilidade de assimilar, em apenas um ano, todos esses conteúdos, sobretudo mediante a realidade vivenciada pelos alunos, a fragilidade da escola primária para quem frequentava e o não acesso a ela por muitos. Sendo assim, consideramos que o curso de admissão oferecido nas escolas da Fundação atenuava o processo excludente de acesso à escola de grau médio, dentre elas, a secundária, mas não o eliminava por completo. Era preciso uma reestruturação no âmbito educacional brasileiro para acabar com a restrição à continuidade dos estudos.

Abaixo, construímos um Quadro que contribui para a ilustração do resultado do processo avaliativo do exame de admissão.

Quadro 10 - Relação dos alunos aprovados no exame de admissão na Escola Comercial Monsenhor Moraes no ano de 1959

Escola Comercial Monsenhor Moraes- Bonito de Santa Fé- Paraíba													
Relação dos candidatos aprovados no Exame de Admissão realizado em 11 de dezembro de 1959													
Candidatos	Português			Matemática			Geografia			Hist. do Brasil			
	Escr.	Oral	Média	Escr.	Oral	Média	Escr.	Oral	Média	Escr.	Oral	Média	Média Geral
1. Ana de Sousa Rolim	6,5	8,0	7,25	5,0	8,0	6,5	6,0	6,0	6,0	8,0	8,0	8,0	6,93
2. Antônio Everaldo Pereira	8,0	9,0	8,5	7,0	10,0	8,5	7,0	7,0	7,0	7,5	10,0	8,75	8,2
3. Antônio Almeida	2,0	10,0	6,0	6,0	7,0	6,5	5,0	6,0	5,5	6,0	7,0	6,5	6,1
4. Antônio Gladstone	6,0	8,0	7,0	8,0	9,0	8,5	6,0	7,0	6,5	8,0	6,0	7,0	7,3
5. Cleóda Dins Dantas	6,0	8,0	7,0	6,0	9,0	7,8	6,0	6,0	6,0	9,5	9,0	9,25	7,5
6. Damião Tomaz de Lacerda	7,0	9,0	8,0	8,0	8,0	8,0	9,0	10,0	9,5	7,5	9,0	8,25	8,4
7. Francisco Timóteo de Sousa	6,5	8,0	7,25	7,0	8,0	7,5	6,0	6,0	6,0	8,0	6,0	7,0	6,93
8. Isaura Thomaz da Silva	8,0	10,0	9,0	10,0	10,0	10,0	8,0	9,0	8,5	8,0	9,0	8,5	9,0
9. José Dantas Belarmino	7,5	10,0	8,75	9,0	10,0	9,5	9,0	7,0	8,0	10,0	10,0	10,0	9,0
10. Lourival Leopoldino de Oliveira	7,0	9,0	8,0	7,0	7,0	7,0	6,0	8,0	7,0	9,0	8,0	8,5	7,6
11. Maria da Purificação de Lacerda	8,0	10,0	9,0	7,0	8,0	7,5	7,0	6,0	6,5	4,0	9,0	6,5	7,4
12. Maria Soares dos Santos	8,0	9,0	8,5	8,0	8,0	8,0	6,0	8,0	7,0	10,0	6,0	8,0	7,9
13. Maria Pires de Meneses	7,5	9,0	8,25	8,0	9,0	8,5	6,0	7,0	6,5	10,0	6,0	8,0	7,8
14. Maria de Fátima de Almeida	6,0	9,0	7,5	5,0	8,0	6,5	3,0	6,0	4,5	8,0	9,0	8,5	6,8
15. Maria Araruna de Almeida	3,0	8,0	5,5	3,0	7,0	5,0	3,0	6,0	4,5	6,0	7,0	6,5	5,4
16. Maria Elyvir de Almeida Freitas	6,5	9,0	7,75	6,0	7,0	6,5	5,0	7,0	6,0	10,0	7,0	8,5	7,2
17. Maria Vileide Palitot	7,0	9,0	8,0	6,0	9,0	7,5	6,0	8,0	7,0	10,0	10,0	10,0	8,1
18. Macedônio Mariano de Oliveira	6,0	9,0	7,5	9,0	7,0	8,0	7,0	7,0	7,0	10,0	10,0	10,0	8,1
19. Milton Ferreira de Moraes	5,5	8,0	6,75	6,0	8,0	7,0	5,0	6,0	5,5	8,0	10,0	9,0	7,1
20. Neuri Pires da Silva	7,5	9,0	8,25	8,0	8,0	8,0	5,0	6,0	5,5	8,0	7,0	7,5	7,3
21. Risaba de Carvalho das Neves	8,5	9,0	8,50	8,0	7,0	7,5	8,0	7,0	7,5	9,5	10,0	9,75	8,3

Fonte: Quadro adaptado a partir do acervo documental da Fundação Padre Ibiapina, caixa arquivo nº 14 (B).

Na Escola Monsenhor Morais, as aulas do curso de admissão também aconteciam à noite, seguindo a mesma prescrição do horário apresentado da Escola Profissional Pedro Viana. Após o decurso de um ano, os alunos se submetiam ao exame de admissão realizado na própria escola. O exame era composto de provas orais e provas escritas em todas as disciplinas, nas quais o aluno que obtivesse média geral superior a 5,0 seria aprovado. No cotejo dos dados, observamos que, nessa turma, a incidência de notas inferiores a 5,0 ocorreu nas provas escritas, nas quais apenas 7% dos alunos teve rendimento insuficiente e 93% apresentou rendimento suficiente. Já nas provas orais, todos obtiveram notas satisfatória à aprovação e, ao serem calculadas as médias das provas escritas e orais, possibilitaram a aprovação. Sobre os critérios quantitativos para aprovação, encontramos na correspondência enviada por Afonso Pereira aos diretores, em 17 de dezembro de 1959, informações que esclarecem essa questão. Ele, que havia sido credenciado pela coordenação de Recife para presidir os exames de admissão das escolas pelo interior da Paraíba, expediu comunicação aos diretores escolares com as orientações gerais para realização dos exames, dentre elas explicou que não existia disciplina eliminatória, desde que o aluno obtivesse média 5 (cinco) (SILVA, 1959).

Outro dado a ser observado é que a maior incidência do baixo rendimento no exame escrito foi na disciplina de Português, na qual a leitura e a escrita são as principais habilidades exigidas. Já nos exames orais, obtiveram êxito, sugerindo que, no decorrer do curso, conseguiram, através da exposição dos professores da matéria, desenvolver a capacidade para prosseguimento dos estudos. Outro indicador a se considerar, mas a que não tivemos acesso, é o número de vezes que os alunos aprovados haviam se submetido aos exames e se houve reprovação de alunos nessa turma.

Pelo quantitativo de alunos matriculados no curso de admissão da Escola Monsenhor Morais, temos um indicativo da elevada procura pelos exames, evidenciando que a população estava em busca de escolarização. Números expressos também no total de alunos matriculados no ano de 1970. Nesse ano, havia 521 alunos matriculados, distribuídos nas escolas instaladas pela Fundação. Desses alunos, 224 eram do sexo masculino e 279 eram do sexo feminino. Para acrescer e ilustrar o fechamento dessa narrativa sobre o exame de admissão, trazemos o certificado de aprovação de um dos alunos da turma do Quadro 10.

Imagem 35 - Certificado de aprovação do exame de admissão do aluno Francisco Timóteo, realizado na Escola Comercial Monsenhor Moraes, no ano de 1959



REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Ministério de Educação e Cultura
Diretoria do Ensino Comercial

GINASIO COMERCIAL MONSENHOR MORAIS
Escola

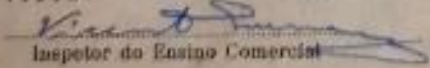
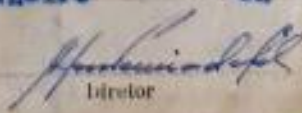
Benito de Santa Fé Localidade **Paraíba** Estado

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EM EXAMES DE ADMISSÃO

Certificamos que **FRANCISCO TIMÓTEO DE SOUSA**
filho de **Herácio Timóteo de Sousa**
e de **Letícia Alves de Brito**
natural de **Benito de Santa Fé**
foi considerado aprovado em exames de admissão a primeira série do
curso comercial básico, prestados neste estabelecimento em **onze de**
dezembro de 19 **59** nos termos da Legislação
do Ensino Comercial tendo obtido os seguintes resultados:

Português	(esc) 6,5	(oral) 8,0	(final) 7,25
Matemática	(esc) 7,0	(oral) 8,0	(final) 7,50
Geografia	(esc) 6,0	(oral) 6,0	(final) 6,00
Hist. Brasil	(esc) 8,0	(oral) 6,0	(final) 7,00
Média Geral 6,93			

Benito de Santa Fé 5 de **Janeiro** de 19 **64**

Visto:
Inspetor do Ensino Comercial 
Diretor 

Isento de sêio, ex-vi do Decreto-Lei 8029, de 2/10/45.
Mod. DEC - 5

Fonte: Acervo documental da Fundação Padre Ibiapina, caixa arquivo nº 14 (B).

5.2 Dos ginásios às escolas comerciais e escolas profissionais

No capítulo 4 desse estudo tratamos sobre a instalação das primeiras escolas e, na construção da narrativa desse estudo um questionamento se fez presente. Por que o foco nas escolas comerciais e escolas profissionais? Como demonstramos no organograma da organização escolar da Fundação, essa era a espinha dorsal da organização. Decerto, quando adentramos nos relatórios elaborados por Afonso Pereira, os quais fizeram parte do conjunto de fontes de nossa pesquisa, encontramos por reiteradas vezes pistas sobre o porquê dessa escolha.

Sobre a natureza das peças documentais aqui evidenciadas como fontes - os relatórios - , é importante lembrar que foram redigidos e assinados por Afonso Pereira, no período em que esteve como diretor da Fundação Padre Ibiapina, de 1954 a 1974, tratando nos relatórios anuais sobre o funcionamento das escolas instaladas pela Fundação, com o propósito de informar ao Ministério da Educação a situação de funcionamento das escolas geridas pela instituição.

Retornando à pergunta inicial, o porquê do foco nas escolas profissionais e escolas comerciais, verificamos, nos anos iniciais da instalação das escolas, a justificativa de Afonso Pereira de que, embora tenha iniciado a instalação das escolas por meio de um ginásio, no caso o Ginásio Andreino Timóteo, o interesse maior da Fundação era, na verdade, o ensino profissional, ensino comercial e primário, pois, para ele, a liberdade viria pelo estudo e pelo trabalho. Afonso Pereira não concordava com a mentalidade ginasiana; segundo ele, presente nas pessoas financeiramente influentes de cada região, as quais preferiam os ginásios às escolas profissionais e comerciais.

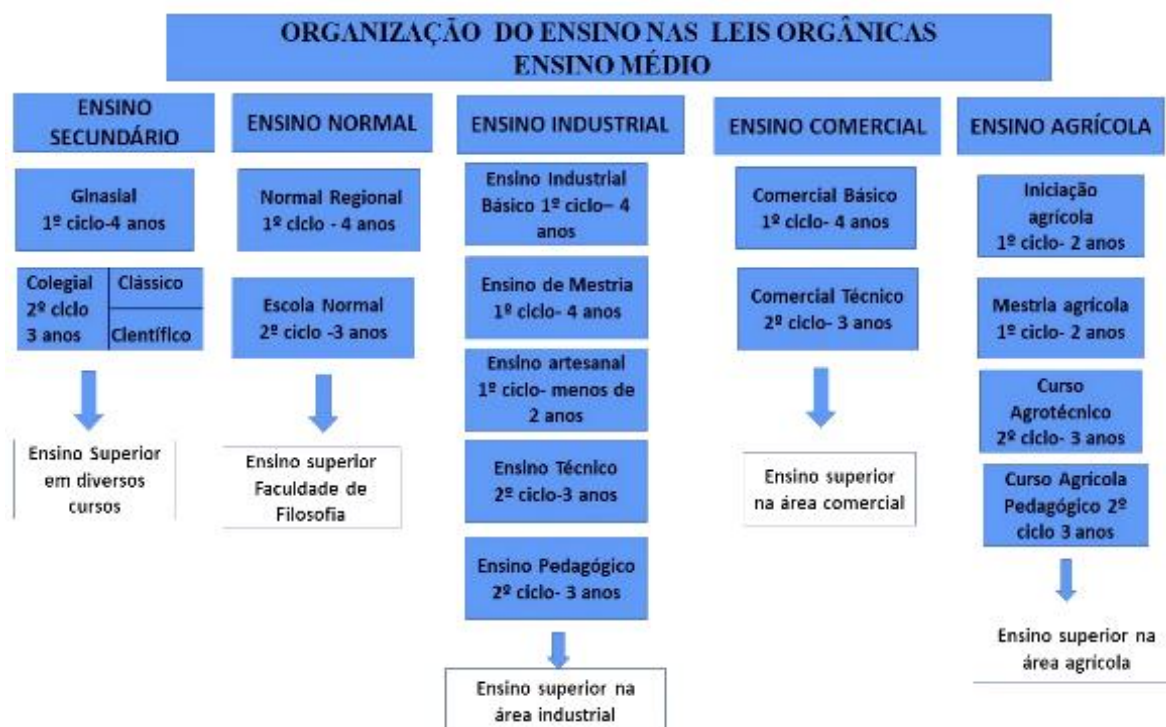
Naquele período, Afonso Pereira vislumbrava que as escolas ginasiais ofereciam um ramo de ensino – o ensino secundário ginasial –, destinado ao prosseguimento da carreira científica, especificamente das elites, e que as cidades do interior necessitavam de um processo educativo capaz de trazer modificação no modo de vida de cada região, não apenas no campo intelectual, mas, sobretudo, no aspecto profissional. De fato, o historiador Jayme Abreu, ao tecer considerações acerca das principais características da educação secundária no Brasil, pontuou que “[...] em tempos não muito remotos o seu conceito não era o de escola também destinada às classes populares e sim de escola de classe dominante, preparatória para os estudos superiores de uma elite” (ABREU, 2005, p. 42).

Corroborar esse pensamento Norberto Dallabrida, o qual considerava o ensino secundário dos anos de 1950 como “[...] um longo ciclo de escolarização entre a escola primária e o ensino superior, que, grosso modo, era dirigido às elites e partes das classes médias”

(DALLABRIDA, 2009, p. 186). Na opinião de Paulo Ghiraldelli Jr., “[...] para as elites o caminho era simples: do primário ao ginásio, do ginásio ao colégio e, posteriormente a opção por qualquer curso superior [...]” (GHIRALDELI, 2009, p. 84). É importante relembrar que foi através das Leis Orgânicas do Ensino, de 1942 a 1946, denominada Reforma Capanema, que se deu a organização da estrutura do ensino nos ramos primário e médio, este último abrangendo o ensino secundário, o ensino industrial, o ensino comercial, o ensino agrícola e o ensino normal.

Nesse caso, a fala de Afonso Pereira sobre os cursos para a elite corresponde ao ensino secundário, o qual Otaíza Romanelli explica que foi estruturado pelo Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942, da seguinte forma: “[...] um primeiro ciclo que se chamava ginásial e um segundo ciclo, subdividido em clássico e científico” (ROMANELLI, 1986, p.157). Os ramos ensino normal, ensino industrial, comercial e agrícola foram estruturados gradativamente: o Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, organizou o ensino industrial; o Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943, dispôs a estrutura do ensino comercial; o Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946, fixou as normas para implantação do ensino normal em todo território nacional antes a cargo dos estados; e o Decreto-lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, organizou o ensino agrícola. Do ponto de vista da organização dos cursos, a supracitada autora considerou que foi positiva, mas apontou falhas na legislação, dentre elas, o fato de que o ensino secundário dava acesso a muitos cursos superiores enquanto o ensino técnico profissional – comercial, industrial, agrícola e de formação de professores – “[...]só permitiam acesso ao ensino superior no ramo profissional correspondente” (ROMANELLI, 1986, p.156), como podemos observar na imagem abaixo.

Imagem 36 – Organização do ensino nas Leis Orgânicas



Fonte: Elaboração própria a partir das informações obtidas em Romanelli (1986).

Apesar da opinião de Afonso Pereira sobre o ensino secundário ginásial, esse ramo de ensino, embora com menos ênfase, foi contemplado em suas ações através da Fundação, de modo que, ao final do ano de 1974, haviam sido instalados, na Paraíba, 6 (seis) ginásios nas cidades do interior, sendo eles: Ginásio Andreilino Timóteo (Bonito de Santa Fé, em 22 de julho de 1954); Ginásio 4 de Julho (Araruna, em 19 de setembro de 1954); Ginásio de Caiçara (Caiçara, em 1 de março de 1957); Ginásio de Natuba (Natuba, em 6 de junho de 1969); Ginásio Sant'Ana (Piancó, em 9 de julho de 1968) e Ginásio Professor Afonso Pereira (Uiraúna, em 30 de agosto de 1958).

Quanto ao ensino profissional através do ensino comercial, para Afonso Pereira, era aquele destinado aos pobres e, por isso, foi desprezado pelos que poderiam ter impulsionado a Educação no estado. De acordo com o educador, nenhuma família abastada queria esse tipo de escolarização para seus filhos, por isso não havia investimento nesse tipo de ensino. Nesse caso, sua intenção através da Fundação era modificar essa realidade, como podemos observar nesse fragmento: “A campanha da Fundação tem sido sistemática, insistente e persuasiva. O ensino comercial dá uma profissão. O ensino comercial oferece o que o secundário também oferece: o senso do universal, o sentido do geral, a concepção do humano” (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1958).

A partir da afirmativa de Afonso Pereira, podemos inferir que, através da expansão desse ramo de ensino, ele intencionava modificar a visão da sociedade acerca da utilidade do ensino comercial, sobretudo para aqueles que mais precisavam de acesso à educação, as pessoas desprovidas de condições materiais para frequentar o ensino secundário oferecido nos ginásios das grandes cidades e frequentado pela elite.

Como dito anteriormente, através do Decreto-lei nº 6.141, foi instituída a Lei Orgânica do Ensino Comercial que decretou como essa modalidade de ensino seria organizada. No capítulo primeiro, o ensino comercial é definido como um ramo do ensino de segundo grau, destinando-se a “[...] formar profissionais aptos ao exercício de atividades específicas no comércio e bem assim de funções auxiliares de caráter administrativo nos negócios públicos e privados.”, cujo ensino seria ministrado em dois ciclos, divididos em cursos nas categorias: cursos de formação; cursos de continuação; cursos de aperfeiçoamento (BRASIL, Decreto nº 6.141, 1943, Art. 1º- 3º).

O primeiro ciclo do ensino comercial correspondia ao curso comercial básico, com duração de quatro anos, e destinava-se “[...] a ministrar os elementos gerais e fundamentais do ensino comercial” (BRASIL, decreto nº 6.141, 1943, Art. 4º). O segundo ciclo compreendia os cursos comerciais técnicos, distribuídos em cinco cursos, cuja duração era de cinco anos, sendo eles: curso de Comércio e Propaganda; curso de Administração; curso de Contabilidade; curso de Estatística e curso de Secretariado. Estes eram destinados “[...] ao ensino de técnicas próprias ao exercício de funções de caráter especial no comércio ou na administração dos negócios públicos e privados” (BRASIL, Decreto nº 6.141, 1943, Art. 5º).

Quanto ao tipo de estabelecimento no qual seria oferecido o ensino comercial, a lei estabelecia que esse ensino seria ministrado nas escolas comerciais, nas quais seria ofertado o curso comercial básico, e nas escolas técnicas de comércio com os cursos comerciais técnicos. As escolas instaladas pela Fundação enquadravam-se na categoria de escolas comerciais, nas quais eram ministrados o curso comercial básico (equivalente atualmente aos anos finais do Ensino Fundamental, também denominado Ensino Fundamental II) e o curso comercial técnico, com a seguinte estrutura organizativa:

Quadro 11 - Estrutura das escolas comerciais da Fundação Padre Ibiapina

Estrutura das Escolas Comerciais	
	Curso Comercial
Jardim de Infância	Comercial Básico Duração de 4 anos
Curso Primário	Comercial Técnico Duração de 3 anos
Curso de Admissão	

Fonte: Elaboração própria a partir do Relatório de 1959 (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1959).

Outro aspecto importante, que merece destaque na tentativa de entendermos a oferta e procura desse curso, é a articulação do ensino comercial de ensino com outras áreas. Sobre isso, o Decreto, no artigo 10, trazia que os alunos do curso comercial básico poderiam progredir aos cursos comerciais técnicos e estabelecia também que o ingresso no ensino superior seria apenas em curso relacionado com o curso comercial técnico concluído. Ou seja, representava a possibilidade de acesso apenas ao ensino secundário técnico e limitava o acesso à formação superior apenas ao curso da área comercial; diferentemente do ensino secundário, que dava acesso a diversos cursos superiores. A faixa etária para ingresso no curso comercial básico era de 11 anos completos ou a completar até o primeiro semestre do ano e o pré-requisito ter sido aprovado no exame de admissão. Assim, segundo Maria Lúcia Hilsdorf, esse tipo de formação, voltada a preparar mão-de-obra para a abertura de novas funções no mercado interno explicava o crescimento das matrículas de alunos oriundos das camadas populares em níveis básicos de escolarização durante o Estado Novo (HILSDORF, 2003).

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 4.024/61, foi instituída a equivalência dos primeiros ciclos de todos os ramos de Ensino Médio, o que incluía, nesse caso, os ensinos: normal, industrial, comercial e agrícola, estabelecido nos seguintes artigos:

Art. 12: Os sistemas de ensino atenderão à variedade dos cursos, à flexibilidade dos currículos e à articulação dos diversos graus e ramos.

Art. 35, § 3º O currículo das duas primeiras séries do 1º ciclo será comum a todos os cursos de ensino médio no que se refere às matérias obrigatórias.

Art. 37: Para matrícula na 1ª série do ciclo colegial, será exigida conclusão do ciclo ginasial ou equivalente (BRASIL, 1961).

Na prática, isso significava que, a partir de então, o aluno dos demais ramos do ensino médio, após o 1º ciclo, poderia ingressar na primeira série do colegial (2º ciclo do ensino secundário) e, assim, ter a possibilidade de ter acesso ao ensino superior em outros cursos que

não fossem da área técnico-profissional, na qual havia cursado o 1º ciclo do Ensino Médio. Isso se constituía no desafio de:

[...] inverter a curva da prioridade da educação pública no país em todos os níveis, posto que, até então, ela era considerada como espaço quase que exclusivo das elites oligárquicas e de tradições rurais, o que justificava nosso atraso histórico frente às nações desenvolvidas (MACHADO; NUNES; LACET, 2021, p. 67).

No ano de 1962, percebemos a presença das mudanças na estrutura da organização escolar quanto ao ensino comercial, estabelecidas na legislação educacional, quando Afonso Pereira mencionou que a expansão das escolas profissionais foi favorecida em razão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que passaram do caráter profissional e técnico para o de formação. “[...] Isto de certo modo favoreceu a sua expansão, dada a equivalência com o ensino secundário, particularmente no que tange as matérias de cunho obrigatório” (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1962).

Nesse mesmo ano, Afonso Pereira, provavelmente na intenção de fortalecer o ensino que era oferecido nas escolas assistidas pela Fundação, fez viagens ao interior para falar sobre as modificações no ensino secundário em razão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, conforme atesta a matéria publicada no Jornal A União, em 15 de junho de 1962. Com o título “Diretrizes e Bases no ensino secundário”, o texto informava que Afonso Pereira havia visitado a cidade de Alagoinha na semana anterior, com o objetivo de “[...] pronunciar palestra sobre a adaptação do curso secundário da nova lei de diretrizes e bases da educação nacional” (A UNIÃO, 1962, n.p.).

De acordo com a matéria, participaram da palestra alunos do Ginásio Lauro Montenegro e pessoas da comunidade, ocasião na qual “[...] aquele educador discorreu longamente sobre o momentoso assunto, abordando inclusive algumas omissões da moderna norma e definição do ensino secundário” (A UNIÃO, 1962, n.p.). O texto prosseguiu enfatizando que os alunos aproveitaram o momento para fundação do Diretório Estudantil e eleição da primeira diretoria. Infelizmente, a matéria não trouxe quais seriam essas omissões apontadas por Afonso Pereira.

Outro aspecto interessante que decidimos mencionar é que Afonso Pereira afirmava que o ensino nas escolas comerciais, era “[...] o tipo de ensino de preferência das comunidades quando consultadas nas reuniões públicas, criadas, por primeiro há tempo, pela Fundação Padre Ibiapina” (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1963).

Em suma, quanto a essas escolas, Afonso Pereira via nelas um caminho para “implantar, na Paraíba, a mentalidade profissional, instrumento não só de sobrevivência de um povo, como argumento de sua liberdade” (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1958). Se por um lado havia a preferência aos ginásios pela classe “abastada”, Afonso Pereira disse perceber “[...] entre as camadas populares, entusiasmo pelo ensino profissional,” sendo o tipo de ensino mais procurado (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1958).

A seguir, para fins de registro histórico, tal qual pede a natureza deste trabalho, listaremos as escolas comerciais instaladas pela Fundação Padre Ibiapina, sob a direção de Afonso Pereira:

Quadro 12 – Escolas comerciais instaladas por Afonso Pereira na Paraíba entre os anos de 1954 e 1974

Nome da instituição	Localidade	Data de fundação
1. Escola Comercial Pereira da Silva	Araruna	27 de abril de 1955
2. Escola Comercial Pedro Augusto de Almeida	Solânea	22 de abril de 1956
3. Escola Comercial 5 de Agosto	Picuí	19 de novembro 1956
4. Escola Comercial de Pirpirituba	Pirpirituba	21 de abril de 1958
5. Escola Comercial Abgar Renault	Sumé	3 de março de 1958
6. Escola Comercial Antônio Bento	Serraria	15 de março 1958
7. Escola Comercial Professor Clóvis Lima	Cuité	19 de novembro de 1957
8. Escola Comercial Monsenhor Moraes	Bonito de Santa Fé	30 de outubro de 1958
9. Escola Comercial Manuel Guimarães	São José de Piranhas	28 de outubro 1958
10. Escola Comercial Dom Mata	Coremas	16 de agosto de 1958
11. Escola Comercial Lauro Montenegro	Alagoinha	9 de março de 1958
12. Escola Comercial Olimpia Souto	Esperança	18 de outubro de 1958
13. Escola Comercial Dom Zacarias Rolim	Malta	21 de abril de 1959
14. Escola Comercial 15 de Novembro	Pilões	12 de agosto de 1960
15. Escola Comercial Tabajara	Alagoa Nova	13 de agosto de 1960
16. Escola Comercial Clodomiro Leal	Bayeux	30 de agosto de 1960
17. Escola Comercial de Caiçara	Caiçara	1 de março de 1960
18. Ginásio Comercial Wamberto Torreão	Serra Branca	17 de março de 1963
19. Ginásio Comercial Guimarães Duque	São Gonçalo	20 de agosto de 1963
20. Ginásio Comercial Carlos Deodônio Moreno	Arara	26 de outubro de 1965
21. Ginásio Comercial Bernardino Bento	Aguiar	22 de novembro de 1966
22. Ginásio Comercial de Mari	Mari	19 de março de 1966
23. Ginásio Comercial Teotônio Neto	Santana dos Garrote	22 de novembro de 1966
24. Ginásio Comercial Plínio Lemos	Puxinanã	22 de novembro de 1966
25. Ginásio Comercial de Natuba	Natuba	22 de novembro de 1966
26. Ginásio Comercial Ministro Oswaldo Trigueiro	Jacaraú	05 de março de 1966
27. Ginásio Comercial Monsenhor Gomes	Boaventura	22 de novembro de 1966
28. Ginásio Comercial Luiz Galdino Sales	Mulungu	15 de fevereiro de 1967
29. Ginásio Comercial Newton Soares	Olho D'água	3 de março de 1967
30. Ginásio Comercial de Caaporã	Caaporã	20 de junho de 1967
31. Ginásio Comercial Luiz Gomes	Luiz Gomes	4 de outubro de 1967
32. Ginásio Comercial São Sebastião	Catingueira	1 de novembro de 1967
33. Ginásio Comercial Clóvis Bezerra	Borborema	29 de novembro de 1967
34. Colégio Comercial Pimentel Gomes	São Gonçalo	13 de dezembro de 1967
35. Ginásio Comercial Frederico João Lundgren	Alhandra	22 de novembro de 1967
36. Ginásio Comercial de Tacima	Tacima	14 de dezembro de 1967
37. Ginásio Comercial de Cacimba de Dentro	Cacimba de Dentro	14 de dezembro de 1967
38. Ginásio Comercial Antonieta Correia Menezes	Pilões	19 de novembro de 1967
39. Ginásio Comercial Pedra Branca	Pedra Branca	22 de fevereiro de 1967

40. Ginásio Comercial Santa Terezinha	Santa Terezinha	24 de novembro de 1968
41. Ginásio Comercial Barra de Santa Rosa	Barra de Santa Rosa	9 de novembro de 1968
42. Ginásio Comercial Salgado de São Felix	Salgado de São Felix	16 de julho de 1968
43. Ginásio Comercial Frei Bruno	Lagoa	27 de dezembro de 1969
44. Ginásio Comercial Dr. José Nominando	Água Branca	22 de abril de 1970
45. Ginásio Comercial Dr. Pastor Paulino	Diamante	12 de outubro de 1970
46. Ginásio Comercial Augusto dos Anjos	Santa Rita	28 de outubro de 1970
47. Ginásio Comercial Nova Olinda	Nova Olinda	21 de abril de 1970
48. Ginásio Comercial de Imaculada	Imaculada	23 de abril de 1970
49. Ginásio Comercial de Monte Horebe	Monte Horebe	4 de fevereiro de 1971
50. Ginásio São Luiz Gonzaga	Serra da Raiz	1 de agosto de 1971
51. Ginásio Comercial Cachoeira dos Índios	Cachoeira dos Índios	15 de agosto de 1971
52. Ginásio Comercial Frei Martinho	Frei Martinho	26 de julho de 1971
53. Ginásio Comercial Santa Helena	Santa Helena	14 de agosto de 1971
54. Ginásio Comercial de Manaíra	Manaíra	03 de setembro de 1971
55. Ginásio Comercial de Lucena	Lucena	10 de março de 1972
56. Ginásio Comercial de Araçagi	Araçagi	11 de abril de 1972
57. Ginásio Comercial de Triunfo	Triunfo	4 de abril de 1972
58. Ginásio Comercial Pe. Izidro	S. José da Lagoa Tapada	11 de março de 1972
59. Ginásio Comercial Manoel Nunes Tavares	Emas	15 de março de 1972
60. Ginásio Comercial de Massaranduba	Massaranduba	28 de fevereiro de 1973
61. Colégio do Conde	Conde	30 de outubro de 1973
62. Ginásio C. Padre Aristide Pereira da Cruz	Bom Sucesso	19 de março de 1974

Fonte: Elaboração própria a partir das informações contidas nos relatórios de 1957 a 1974 do acervo do Arquivo Afonso Pereira.

Observamos que a nomenclatura das escolas acompanhou as mudanças na legislação educacional. Notem que as escolas instaladas até 1960 eram denominadas escolas comerciais, já as instaladas a partir de 1961 foram denominadas ginásio comercial, que eram as escolas nas quais funcionava o primeiro ciclo do ensino comercial, com duração de 4 anos (hoje denominado Ensino Fundamental II).

Quanto às escolas denominadas por Afonso Pereira de profissionais, essas eram organizadas da seguinte forma: nelas funcionavam o jardim de infância, o primário, o curso de admissão e o ensino artesanal, denominado por ele de cursos profissionais, como poderemos observar no Quadro abaixo, no qual demonstramos a estrutura das referidas escolas:

Quadro 13 - Estrutura das escolas profissionais da Fundação Padre Ibiapina

Estrutura das Escolas Profissionais		
	Curso Profissional	
	Secções	Duração
Jardim de Infância	Corte e costura	1 ano
Curso Primário	Sapataria	1 ano
	Datilografia	1 ano
Curso de Admissão	Marcenaria e serralha	2 anos
	Bordado a mão e máquina	1 ano
	Artes aplicadas	1 ano
	Alfaiataria	1 ano
	Arte culinária	1 ano

Fonte: Quadro adaptado pela autora do estudo a partir do relatório de 1959.

Convém esclarecer que a denominação dada por Afonso Pereira de escolas profissionais, as quais ofereciam o curso profissional como disposto no Quadro 13, construído a partir das informações contidas nos relatórios, não estava relacionada aos cursos profissionais referenciados na legislação educacional, a exemplo dos cursos oferecidos no ensino comercial.

Destacamos que o educador, ao organizar a oferta de educação, seguia a legislação, mas também buscava inspiração nela para ampliar sua forma de atuação. Nesse caso, a legislação previa, na Lei Orgânica do Ensino Industrial, a oferta pelos empregadores (as indústrias) do ensino artesanal, destinado a dar treinamento rápido, e dos cursos de aprendizagem para promover qualificação de aprendizes industriais. Nesse caso, Afonso, inspirado na legislação, instalou as escolas nomeadas por ele de escolas profissionais, nas quais oferecia cursos artesanais.

Os cursos artesanais eram cursos livres, sem a exigência de escolarização anterior e estavam voltados às necessidades locais da população, conforme exposto neste fragmento: “[...] não obedece a quaisquer outras conveniências, que não sejam às de rendimento local.” A intenção era oferecer os cursos de acordo com as atividades produtivas locais: “O material é aproveitado da região e do que ela produz. A geografia econômica e a índole social facilitam a sua escolha” (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1958). Afonso Pereira fazia um diagnóstico da região e oferecia os cursos que atendessem os interesses da população, aproveitando a matéria prima local. Um dos instrumentos utilizados para mapeamento e oferta dos cursos, de acordo com o interesse da população, era a aplicação de questionários no ato da matrícula dos alunos. Neles estavam contidas questões que possibilitavam traçar o perfil das famílias em relação a vários aspectos, dentre eles o socioeconômico, as práticas culturais e os hábitos de vida. Tal prática fornecia elementos para a organização da oferta de educação, quanto ao ensino artesanal.

A ficha do aluno trazia um questionário com os dados pessoais acrescido de um espaço para se marcar suas preferências, assinalando com um “sim” ou “não” quanto a gostar de: cantar, passear, jogar bola, ler, estudar, plantar, costurar, bordar, outra atividade. Possivelmente, essas perguntas eram norteadoras para a organização da proposta de ensino das escolas, embora elas estivessem atreladas à prescrição curricular contida na legislação vigente e seguidas à risca por Afonso Pereira na organização escolar.

A ficha da família trazia um questionário direcionado ao conhecimento/diagnóstico do perfil da comunidade escolar, na qual deveria ser informado o nome do responsável pelo aluno, o seu endereço e pedia a composição familiar na qual, sobre cada membro, era perguntado sexo, parentesco, estado civil, religião e profissão. Em seguida, questionava o tipo de habitação; se

tinha piso, fossa e quintal; e se o responsável possuía patrimônio (casa, sítio, carroça ou outros). Listava três atividades: ler, costurar, bordar e indagava para que os membros familiares indicassem se desejavam aprender alguma delas. Pelo tipo das atividades elencadas, vemos que o questionário era direcionado às mulheres. Por fim, perguntava se os membros familiares gostavam de canto, dança, jogos, passeios, entre outros. A partir desse questionário, eram organizados os cursos artesanais, de modo a atender a preferência dos pais/responsáveis pelos alunos.

Por serem cursos livres, os cursos artesanais não requeriam autorização por parte do Ministério para serem ofertados. Portanto, a carga horária ficava a critério da instituição, nesse caso, nas escolas instaladas por Afonso Pereira, possuíam duração de 1 a 2 anos. A julgar pela carga horária que os cursos livres possuem hoje – variam entre horas e meses – consideramos que, naquela época, a duração era extensa. Como o próprio Afonso Pereira explicitou, ele “[...] criou o conceito de “períodos” na formação profissional, assim como não há exigência de graus de conhecimento e de estudo para aceitação no curso. Daí poder frequentá-los os próprios analfabetos. É um tipo de escola acessível a todos, por sua gratuidade e semi-gratuidade...” (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1963, grifo do autor).

Embora não fossem reconhecidos pelo MEC, inclusive para inserção dos alunos em níveis de escolarização formal, é importante considerar as contribuições para a vida dos grupos sociais das regiões que tiveram acesso à oferta desses cursos. Logicamente que a pesquisa não deu conta de mensurar de modo profundo o significado dessa oferta formativa na vida da população, mas a julgar pelo número de cursistas, na maioria mulheres, durante os anos considerados nessa pesquisa, sobretudo até 1965, podemos dizer que representaram um espaço de realização para as mulheres, as quais puderam participar de um processo formativo – ainda que de um ensino artesanal –, e através dele puderam se capacitar, interagir, ausentar-se do espaço doméstico e do trabalho do campo; melhorar a autoestima e despertar para possibilidade de novas formas de atuação na sociedade. Nas palavras de Afonso Pereira, “Moças semi-analfabetas, antes impossibilitadas de um emprego, ou de uma autonomia profissional produtiva, têm, hoje, o ganha-pão, a máquina de costura é paga com a costura...” (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1961).

Ao todo, foram instaladas por Afonso Pereira 11 (onze) escolas profissionais, sendo a primeira delas a Escola Profissional Assis Pereira, na cidade de Bonito de Santa Fé, em 1954, e a última, a Escola Profissional Querubina Pereira, em João Pessoa, no ano de 1958.

Quadro 14 – Escolas profissionais instaladas por Afonso Pereira na Paraíba entre os anos de 1954 a 1974

Nome da instituição	Localidade	Data de fundação
1. Escola Profissional Assis Pereira	Bonito de Santa Fé	22 de julho de 1954
2. Escola Profissional Dois de Dezembro	Uiraúna	29 de julho de 1955
3. Escola profissional Quatro de Abril	Coremas	29 de julho de 1955
4. Escola Profissional Professora Odília Leal	Antenor Navarro	5 de setembro de 1955
5. Escola Profissional Pedro Viana	Cuité	15 de março de 1956
6. Escola Profissional Emília Duarte	Serraria	1º de maio de 1956
7. Escola Profissional Padre José Coutinho	Esperança	17 de julho de 1956
8. Escola Profissional Padre Herculano	Araruna	1º de maio de 1956
9. Escola Profissional Sinhá Carneiro	Malta	19 de novembro de 1956
10. Escola Profissional Abdon Milanês	Picuí	19 de novembro de 1956
11. Escola Profissional Querubina Pereira	João Pessoa	3 de março de 1958

Fonte: Elaboração própria a partir das consultas realizadas nos relatórios de 1957 a 1974 do acervo do APP.

Comparando-se com o número de escolas comerciais que foram instaladas no decurso dos anos em estudo, consideramos que foram instaladas poucas escolas profissionais e merece atenção e indagação o fato de terem sido instaladas só até 1958. De acordo com Afonso Pereira, havia pouco interesse dos gestores municipais em incentivar o ensino profissional livre. Em suas palavras,

O ensino profissional, de nível primário, alcançando alfabetizados e analfabetos, como faz a Fundação, aparece como o mais útil e interessante, mas não tendo ainda atraído suficientemente a atenção das autoridades sobretudo municipais para a sua importância como fator de progresso econômico no preparo para mão de obra ao trabalho que começa a surgir na Região com sua incipiente industrialização (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1964).

Quanto às pistas imagéticas em relação a esses cursos, localizamos algumas imagens das quais selecionamos duas para trazer ao trabalho:

Imagem 37 – Placa de formatura dos concluintes da Escola Professora Odília Leal, ano de 1961



Fonte: Acervo fotográfico da Sala Fundação Padre Ibiapina.

A partir da imagem, vemos que, nesse ano de 1961, concluíram-se três turmas – datilografia, corte e costura e arte culinária –. É interessante observar que, no curso de datilografia, encontra-se o maior número de concluintes – 10 alunos –, sendo de ambos os sexos e cuja faixa etária aparenta ser de jovens. No curso de corte e costura, vemos concluintes senhoras, em menor número, 5 alunas; no curso de arte culinária, observamos a presença de jovens e senhoras em maior número, 7 alunas concluintes.

Imagem 38 – Exposição de trabalhos da Escola Profissional Padre José Coutinho (1960)



Fonte: Acervo fotográfico da Sala Fundação Padre Ibiapina.

A imagem da exposição de trabalhos da Escola Profissional Padre José Coutinho, no ano de 1960, na cidade de Esperança-PB, retrata significativa quantidade de pessoas presentes, sugerindo que a exposição era um evento, o que pode indicar a importância da escola na vida cultural dos moradores.

Ademais, essas escolas podem ter sido propulsoras do crescimento econômico e social das cidades, visto que provocaram mudanças no aspecto formativo da população quanto à qualificação profissional. Em nossa trajetória investigativa, pudemos comprovar também que essas escolas, embora funcionando muitas vezes apenas com os cursos livres, foram, de fato, os pilares para a expansão da educação nos lugares longínquos, nos quais o ensino chegava a passos lentos, a exemplo de Cuité, que à época em que foi instalada a Escola Profissional Pedro Viana apenas dispunha das salas de oferta do ensino primário no renomado Grupo Escolar André Vidal de Negreiros.

Apesar de nosso recorte temporal ter se limitado até o ano de 1974, naturalmente, por nosso envolvimento na pesquisa, a pergunta sobre o destino das escolas instaladas por Afonso Pereira, a permanência de seu funcionamento (ou não) nos anos posteriores ao período delimitado por este estudo foi uma curiosidade que surgiu espontaneamente no caminhar da pesquisa, questão ensejada pelo intuito de compreender a atuação de Afonso Pereira na educação paraibana no período que delimitamos. Dentro das possibilidades de pesquisa e das ferramentas de buscas, tentamos então descobrir pistas sobre as escolas nos tempos posteriores ao recorte da pesquisa. Localizamos que algumas escolas permaneceram ativas por determinado período, com as especificidades já descritas neste trabalho, encerrando suas atividades anos depois, a exemplo do Colégio Ministro Oswaldo Trigueiro, na cidade de Jacaraú, o qual teve suas atividades encerradas no ano de 1975 em razão de dificuldades financeiras. Outras foram assumidas pelas prefeituras e pelo estado. No rastreamento, foi difícil a localização do paradeiro delas porque muitas escolas, ao serem municipalizadas ou estadualizadas, mudaram de nome e a história dessas instituições nem sempre foi preservada ou divulgada.

Trouxemos para o trabalho, a título de exemplificação, o registro da estadualização de três escolas, dentre elas, uma permaneceu com o nome de fundação e duas foram renomeadas quando se deu a estadualização. A primeira delas trata-se do Ginásio Comercial Bernardino Bento, na cidade de Aguiar-PB, da qual conseguimos levantar as informações quanto à transição para o regime estadual através do estudo de Maria Cleôfe Vieira, a qual, ao analisar as causas e consequências do fracasso escolar na escola Bernardino Bento, trouxe aspectos do processo de sua estadualização. O cotejamento das informações trazidas pela autora com as informações localizadas por nós no Arquivo apresenta semelhanças quanto à história da

instalação da escola. De acordo com Maria Cleôfe Vieira, a Escola Estadual de Ensino Fundamental Bernardino Bento localiza-se na rua projetada, S/N, no bairro Engenheiro Evandro Cabral de Souza, na cidade de Aguiar. Foi fundada no dia 22 de dezembro de 1967, pela Fundação Padre Ibiapina, com a denominação de Ginásio Comercial Bernardino Bento (VIEIRA, 2014). Continuando com o histórico da instituição de ensino, acrescentou:

[...] No dia 08 de agosto foi estadualizada sob o Decreto 16.654 pelo Governador do Estado passando a denominar-se Escola Estadual de 1º Grau Bernardino Bento padrão A-2. **Em 21 de Setembro de 2005 sob o Decreto nº 26.274** ficando alterado de A-2 para B-1 padrão da Escola Bernardino Bento, passando a denominar Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Bernardino Bento (VIEIRA, 2014, grifo nosso).

A narrativa de Vieira não trouxe o ano da estadualização, mas contém a importantíssima informação acerca do decreto que alterou o padrão e o nome da escola. Através dessa informação, localizamos a publicação da legislação e concluímos a informação sobre a estadualização, que ocorreu dia 08 de agosto de 1994, como se pode ver:

DECRETO Nº 26. 274, DE 21 DE SETEMBRO DE 2005.
Altera o Padrão da Escola Estadual do ensino Fundamental Bernardino Bento, na cidade de Aguiar, e dá outras providências.
O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAIBA, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 86, inciso IV, da Constituição do estado,
DECRETA:
Art. 1º Fica alterado de A-2 para B-1 o Padrão da Escola Estadual do Ensino Fundamental Bernardino Bento, na cidade de Aguiar, criada pelo Decreto nº 16. 654, de 08 de agosto de 1994.
Parágrafo único. A escola passa a denominar-se Escola Estadual do Ensino Fundamental e Médio Bernardino Bento.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João pessoa, 21 de setembro de 2005; 117º da Proclamação da República.
MARIA LAUREMÍLIA ASSIS LUCENA
Governadora em Exercício (PARAÍBA, 2005, grifos do original)

A imagem abaixo expressa as marcas das supracitadas mudanças e suas temporalidades, pois o letreiro acima do portão de entrada abrevia a denominação Escola Estadual de Ensino Fundamental – E. E. E. F, indicando a estadualização, ocorrida em 08 de agosto de 1994. Já na gravura à direita, possivelmente do brasão da escola com o letreiro Escola De Ensino Fundamental Médio, indica que atende também o Ensino Médio, mudança ocorrida no ano de 2005, conforme atesta o Decreto nº 26.274. Logicamente que, se a instituição de ensino tivesse

modificado o letreiro acima do portão, não poderíamos ter feito a correlação entre a imagem e as mudanças ocorridas no que concerne à inclusão da oferta do Ensino Médio.

Imagem 39 – Fotografia da fachada da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Bernardino Bento



Fonte: Vieira (2014).

A segunda escola trata-se do Ginásio Comercial Wamberto Torreão, instalado na cidade de Serra Branca-PB, em 1963, sendo um dos exemplos no qual ocorreu a mudança de nome da instituição quando se deu a estadualização. Localizamos as pistas desse processo no artigo de Paula Wêndia da Silva Paulino, no qual ela faz uma exposição acerca dos desafios do Ensino Médio na Escola Senador José Gaudêncio. Ao fazer a contextualização histórica, a autora menciona detalhes da instalação da escola, os quais revelam que o nome de fundação foi Ginásio Comercial Wamberto Torreão.

A narrativa da autora nos diz que o educandário, na fase de implantação, contou com o incentivo do pároco do município, cônego João Marques Pereira, num cenário de dificuldade do ensino na localidade. Situação na qual não havia prédio disponível, e, portanto, as atividades educacionais foram iniciadas ainda na sacristia da Igreja Nossa Senhora da Conceição, sendo oferecidos cursos de corte e costura, artes culinárias e datilografia nas dependências da escola Pio XII. A partir disso, as autoridades locais mobilizaram-se e conseguiram convênio com o MEC, o que permitiu o início das atividades do Ginásio Comercial no salão cedido pela Escola Pio XII (PAULINO, 2014).

O primeiro ano letivo da escola foi iniciado em 08 de março de 1963, constituindo um marco para educação em Serra Branca, sendo realizada a inauguração oficial três anos depois,

no dia 10 de julho de 1966. Para o ingresso na escola, o aluno deveria se submeter ao exame de admissão. O Ginásio Comercial Wamberto Torreão contava com recursos da Fundação Padre Ibiapina, de apoio financeiro da prefeitura e mensalidade dos alunos (PAULINO, 2014).

Em 06 de março de 1975, através do Decreto nº 6.450, o Colégio foi estadualizado passando a denominar-se Colégio Estadual de Serra Branca. A estadualização sanou dificuldades financeiras, mas trouxe desorganização administrativa, inclusive a obrigatoriedade de nomeação da escola homenageando políticos, razão pela qual o Colégio passou a chamar-se Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Senador José Gaudêncio (PAULINO, 2014).

Atualmente, a escola permanece com o mesmo nome e continua em atividade, conforme podemos ver na imagem abaixo.

Imagem 40 – Fotografia da parte externa da Escola Estadual Senador José Gaudêncio ano de 2017- Serra Branca, antigo Ginásio Comercial Wamberto Torreão



Fonte: <https://www.opiniaopb.com/> (2017).

A narrativa que localizamos no referido trabalho foi de significativo valor para nosso estudo, porque confirmou os relatos de Afonso Pereira sobre a instalação das escolas, expressando a ausência de prédios e a ação das autoridades locais em torno do esforço de levar educação à cidade. Destacamos, ainda, na história do Ginásio Comercial Wamberto Torreão, o movimento inicial do nascedouro da escola através dos cursos artesanais e, posteriormente, a ampliação para uma escola comercial.

Outro exemplo que trazemos para este trabalho, dentre os casos em que houve a mudança de nome da escola quando foi estadualizada e que ela permanece em funcionamento até os dias atuais, trata-se do Ginásio Carlos Deodônio Moreno, instalado na cidade de Arara,

no ano de 1965. Nos relatórios da Fundação, obtivemos apenas a informação que a escola havia sido estadualizada através do Decreto nº 9625, de 21 de setembro de 1982. Outros indícios vieram através do trabalho monográfico de Eduardo Soares da Silva, cujo tema foi o currículo, as metodologias de ensino e os recursos didáticos para o ensino de Geografia na segunda metade da década de 1980, na Escola Monsenhor José Paulino. Nele, encontramos que a referida escola, quando fundada, tinha o nome de Carlos Deodônio Moreno, sendo mantida pela Fundação Padre Ibiapina e funcionava com cursos profissionalizantes. “[...] em 1983 foi estadualizada passando a ser pública, com o nome Escola Estadual de Ensino Fundamental Carlos Deodônio Moreno. Só mais tarde a escola tem seu nome mudado para o atual, Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Monsenhor José Paulino.” Atualmente, é a única instituição escolar do município de Arara que atende a etapa do Ensino Médio (SILVA, 2019, p. 38). A imagem abaixo expõe a imagem da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Monsenhor José Paulino, no ano de 2020.

Imagem 41 – Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Monsenhor José Paulino no ano de 2020, antigo Ginásio Carlos Deodônio Moreno



Fonte: <https://www.portalarara.com.br> (2020).

Embora este trabalho não seja de caráter estatístico, quanto à evolução do ensino na Paraíba no período aqui considerado, por seu perfil historiográfico e por entendermos que são dados que merecem ser registrados num trabalho acadêmico, sobretudo por ser nosso objetivo contribuir com a escrita da História da Educação da Paraíba, trouxemos, nos Quadros a seguir, dados quanto às matrículas nos cursos oferecidos no período compreendido entre os anos de

1962 a 1974, conforme mapeamos nas fontes acessadas. Essa exposição também contribuiu para vislumbrarmos marcas da expansão da educação não apenas quanto à instalação de prédios escolares conforme exposto nos Quadros anteriores.

Quadro 15 - Número de matrículas por ano e por cursos

Matrículas Cursos	Ano 1962	Ano 1963	Ano 1965	Ano 1967	Ano 1968	Ano 1969	Ano 1970	Ano 1971	Ano 1972	Ano 1973	Ano 1974
Colegial de Comércio	*	*	40	87	129	121	133	98	120	159	***
Ginasial de Comércio	615	804	1.349	1.795	2.194	2.986	3.176	3.466	2.659	4.448	4.994
Ginasial	65	70	83	154	175	224	77	144	144	*	*
Cursos Profissionais	171	230	187	62	44	42	110	36	63	*	63
Curso de Admissão	*	*	625	704	539	800	1.157	883	**	**	**
Curso Primário	186	625	296	179	412	483	299	193	360	*	*
Jardim de Infância	*	*	34	76	45	13	15	*	*	*	*
Total	1.037	1.729	2.614	3.057	3.538	4.669	4.967	4.820	3.346	4.984	5.057

Fonte: Elaboração própria (2021). Legendas: (*) Dados referentes ao número de matriculados não localizados.

(**) Curso extinto no ano de 1971. (***) No ano de 1974, o curso técnico em contabilidade não funcionou.

Nos dados acima apresentados, conduzimos nossa observação quanto ao número de alunos matriculados nos níveis de ensino/cursos oferecidos nas escolas da Fundação em relação ao crescimento ou diminuição de matrículas. É importante destacar que os dados quanto ao número de alunos matriculados só começam a aparecer nos relatórios de 1962 em diante, sendo que nos relatórios de 1964 e 1966 essas informações não aparecem. Antes desse período, localizamos números isolados e esporádicos nos relatórios individuais de algumas escolas, o que não possibilitou um levantamento completo sobre esses dados.

Como se pode ver, o maior número de alunos matriculados nas instituições de ensino vinculadas à Fundação encontrava-se no ginasial de comércio (antes de 1961, denominado de curso comercial), isso por dois fatores: primeiro porque a maioria das escolas instaladas eram escolas comerciais e ofereciam prioritariamente esse tipo de ensino; segundo porque era o nível subsequente ao ensino primário e, em razão da inexistência de escolas públicas nas cidades do interior que oferecem esse nível de ensino, nele concentrava-se o maior número de alunos matriculados. Outro fator que impulsionou a procura do ginasial de comércio foi a equivalência do primeiro ciclo desse ao ginasial secundário, a partir da LDB de 1961, passando a permitir

que o aluno concluinte pudesse ingressar no 2º ciclo do ensino secundário ou no 2º ciclo do ensino técnico comercial.

Observamos, ainda, que a partir de 1971, deu-se outro crescimento avultoso nas matrículas no ginásio de comércio, o qual, no ano de 1973, aparece nos relatórios com a nova denominação estabelecida pela LDB, ou seja, 1º e 2º Graus. Nesse período, do ponto de vista da normatização, aconteceram modificações através da segunda LDB, Lei nº 5.692/71, na qual as modificações deram-se, sobretudo nos graus primário e médio, passando a ser estruturado em 1º grau, com duração de 8 anos, e 2º grau, com duração de 3 anos.

Xavier, Ribeiro e Noronha (1994) consideram que essa integração representou avanços no projeto de democratização de oportunidades, quanto à universalização do ensino. “No entanto, esses avanços vão encontrar seus limites no próprio processo de organização da sociedade em bases desiguais.” A extensão da escolaridade continuou desigual país afora, sobretudo, “nas regiões mais pobres, no meio rural e periferias urbanas que a rede escolar disponível não tem condições de atender ou atende de modo precário” (XAVIER; RIBEIRO; NORONHA, 1994, p. 221).

Quanto ao curso técnico comercial, que correspondia ao 2º ciclo do ensino comercial, no qual acontecia a formação em técnicas de contabilidade, os dados só começaram a aparecer a partir de 1965, nos quais nota-se número diminuto de alunos matriculados. Apesar de Afonso Pereira ter instalado apenas 6 escolas nas quais funcionavam o ensino ginásio secundário pelas razões já explicadas, observamos que o número de matrículas era proporcional ao número de escolas, e isso nos leva a considerar que, caso houvesse mais escolas nas cidades do interior, essa etapa concentraria mais alunos. Os cursos artesanais, até 1965, tiveram número crescente de matrículas, vindo a decrescer nos anos seguintes, com exceção de 1970, quando teve um leve crescimento voltando a diminuir posteriormente. O curso primário manteve-se com número de matrículas crescente durante os anos listados, com maior elevação nos anos de 1963, 1968 e 1969. No exame de admissão, tem-se matrícula crescente até 1971, quando foi extinto em razão da integração do ginásio ao ensino de primeiro grau, contemplada na LDB de 1971. Os dados sobre as matrículas no jardim de infância apareceram muito esporádicos e decrescentes ao longo dos anos nos quais localizamos esses dados.

Para uma análise ampliada da evolução educacional no âmbito das escolas, além dos aspectos quantitativos, ou seja do número de alunos matriculados nas etapas atendidas nos cursos oferecidos, seria necessário direcionar o olhar para outros indicadores, dentre eles: mapeamento das turmas em atividade em cada unidade de ensino, índice de permanência, abandono (quais os fatores do abandono), aprovação, reprovação. Como dissemos inicialmente,

nossa intenção ao trazer esses dados foi registrá-los enquanto escrita da história, o que certamente não impede que, em estudos futuros, eles sejam retomados a partir desse levantamento que ora apresentamos e analisados a partir dos aspectos supracitados.

5.3 Afonso Pereira e os comícios de educação

Uma das riquezas da pesquisa em História da Educação está no fato de que um objeto de pesquisa não é algo pronto e acabado. Ele se constrói à medida que o pesquisador vai trilhando o caminho de levantamento e interpretação das fontes. Investigar a expansão da educação na Paraíba através das ações de Afonso Pereira jamais foi um pacote fechado, pronto e acabado no qual nós nos debruçaríamos, a fim de expô-las, explicando-as com base nas narrativas teóricas da História da Educação e da história cultural.

Em nossos itinerários de pesquisa, alguns achados nos fizeram redimensionar/ampliar o curso de nossa escrita por entendermos que não poderíamos deixar de historicizar sobre eles. Um desses achados foi o relato de Afonso Pereira sobre a realização dos “comícios de educação”, que nos levou, inclusive, a dialogar com os colegas pesquisadores de História da Educação orientados do professor Charliton Machado, sobre se alguém, em suas pesquisas, já havia tomado conhecimento de tais comícios na Paraíba; os quais disseram que não tinham conhecimento.

Nos primeiros relatórios sobre as atividades da Fundação, Afonso Pereira mencionava sobre a participação/relação da comunidade e a escola, demarcando que havia em suas práticas motivação ao diálogo, como se pode ver no trecho do relatório do Ginásio 4 de Julho, ano de 1957: “A comunidade e o Ginásio: um dos segredos da campanha que enceta a Fundação, reside no despertar da consciência da comunidade para os problemas da educação. A boa vontade quase o “desespero” pelo estudo, são as marcas da população do campo e das cidades interioranas” (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1957).

Percebemos que o educador sempre mencionava a comunidade como parte integrante do projeto educativo, fosse na realização dos eventos para arrecadação de fundos para as escolas, fosse pelo trabalho voluntário: “O povo colabora materialmente e moralmente, e o entusiasmo é contagiante. Aceitam-se os menores donativos e serviços gratuitos [...]”. Noutro trecho, ao referir-se sobre a Escola Comercial Pedro Augusto de Almeida na cidade de Solânea, se refere ao povo como compreensivo, animado de bons propósitos, cuja participação tem sido eficiente e atuante (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1957).

No ano de 1961, Afonso Pereira lançou mão da estratégia interativa com a comunidade escolar, chamada comícios de educação. De acordo com ele, a prática consistia em “[...] um estilo novo de auscultar, frontalmente os problemas de uma comunidade” (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1961).

O primeiro comício aconteceu na cidade de Bayeux, intitulado “Semana de Educação em Bayeux”²⁵, cuja organização consistiu na realização de comícios volantes em diversos pontos da cidade durante sete dias, nos quais foram “[...] montados palanques improvisados, cada dia era evidenciado, com aparência de aula pública, com perguntas e respostas, com apartes ao orador e apartes cruzadas entre ouvintes, uma faceta dos problemas da educação.” Participaram das aulas públicas, professores, industriais, operários e estudantes. “Condenando-se quaisquer divagações filosóficas... e linguajar literário” (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1961).

De acordo com Afonso Pereira, numa linguagem clara e acessível foram tratados os seguintes temas:

A Constituição e a Obrigatoriedade do Ensino; Tipo de Ensino; Como estudar em casa; Como se alfabetizar; O Poder Público e a Obrigatoriedade do Ensino; A Educação e o Lar; A Educação de Adultos; A escola para o Menor; A Higiene do Lar; Guerra ao Supérfluo; A educação Técnica e o Século XX; A escola da Comunidade; A Educação Socialista; A Educação Democrática (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1961).

Nas palavras de Afonso Pereira, havia na ação, alguns objetivos imediatos com os comícios, quais sejam: despertar o interesse da população pela Escola Comercial Clodomiro Leal, a única escola de Ensino Médio na cidade; provocar a responsabilidade das autoridades para com a educação da população; esclarecer ao povo sobre o seu direito à educação para que

²⁵ A cidade de Bayeux era anteriormente ocupada por índios potiguaras e tabajaras que viviam às margens do rio Paraíba e seus afluentes, o rio Sanhauá e o rio Paroeira. A colonização do município de Bayeux está muito ligada à história de João Pessoa e Santa Rita. Em 1585, foi fundada a cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves. Anos mais tarde, foi iniciado o povoado de Santa Rita. A povoação, distante 4 km de Filipéia, começou com o nome de Rua do Baralho. Depois, Boa Vista e, em 1634, Barreiros (nome em decorrência do engenho de Barreiros). O Decreto-Lei estadual nº 546, de 21 junho de 1944, sugestão do então jornalista Assis Chateaubriand ao interventor do Estado na época, Rui Carneiro, modificou finalmente o nome para Bayeux, em homenagem à primeira cidade francesa (de mesmo nome) a ser libertada do poder nazista pelos aliados durante a Segunda Guerra Mundial. A elevação à categoria de distrito ocorreu através da Lei Municipal 48, de 10 de dezembro de 1948. Bayeux pertenceu à Santa Rita até então, quando, finalmente, adquiriu o *status* de município pela Lei 2.148, de 28 de junho de 1959. A instalação oficial do município se deu no dia 15 de dezembro de 1959. Sua principal artéria urbana é a Avenida Liberdade, cujo nome também remete à libertação da referida cidade francesa do poder nazista. Segundo o IBGE, Bayeux é formada por um único distrito, o distrito-sede, e formada por 15 bairros em suas subdivisões, são eles: Alto da Boa Vista, Baralho, Brasília, Centro, Comercial Norte, Imaculada, Manguinhos, Jardim Aeroporto, Jardim São Severino, Jardim São Vicente, Mário Andreazza, Rio do Meio, São Bento, Sesi e Tambay. Fonte: <https://www.maispb.com.br/27358/conheca-a-historia-da-cidade-de-bayeux-que-completa-54-anos-de-emancipacao.html>. Acesso em: 20 jun. 2021.

pudessem exigí-lo ao poder público; mostrar ao poder privado a força das reivindicações do proletariado. A longo prazo, seus objetivos eram:

1. Lançar, começando por Bayeux, a “Campanha da Escola Aberta” – grupos escolares, escolas reunidas, escolas isoladas, públicas, privadas, funcionando, continuamente, de janeiro a dezembro, com a instituição de cursos permanentes, alfabetizando-se o adulto, quando às crianças se trancam os edifícios escolares, no decorrer das férias letivas.
2. Conseguir terreno para a construção de prédio da Escola Comercial Clodomiro Leal.
3. Conseguir subvenção municipal, estadual e federal para o funcionamento normal da mesma.
4. Conseguir dos industriais a concessão de bolsas escolares para operários e seus filhos.
5. Conseguir a instalação de um artesanato de Fibras.
6. Criar, a partir de 1962, os Conselhos da Comunidade, compreendendo todo o grupo social local.
7. Invocar o prestígio da SUDENE para os problemas educacional técnica primária e média (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1961).

Os comícios de educação realizados em Bayeux, além da discussão dos temas, incluíram uma programação cultural com a apresentação de concerto ao ar livre da orquestra sinfônica do Conservatório Paraibano de Música no comício de encerramento.

Notícias sobre a realização dos comícios circularam através de diversos jornais, nos quais elas apareceram com as seguintes chamadas: A União, “Semana de Cultura (Bayeux) Começou com Festa”; Correio da Paraíba, “Começa Hoje a semana de Educação de Bayeux”; O Norte, “Semana da Educação de Bayeux terminará com uma sessão solene”; O Norte, “Vitoriosa a Semana de Educação que se realiza na cidade de Bayeux”. Seleccionamos essa última para expor alguns de seus trechos por considerarmos a notícia que trouxe mais informações sobre o evento.

Como podemos observar, o texto jornalístico selecionado trazia no título a indicação que a semana de educação havia sido vitoriosa e o subtítulo indicava: “O povo se manifesta em comício – Sentido diferente às concentrações – Dia de hoje dedicado à imprensa” (O NORTE, 09 de novembro de 1961, p. 02). Este sugeria que o sentido era diferente dos comícios realizados pelos políticos, perguntamo-nos o porquê da informação “Dia de hoje dedicado à imprensa”, concluímos que, como estratégia organizativa, Afonso Pereira havia convidado como oradores distintos representantes de grupos sociais, dentre eles jornalistas, trabalhadores, professores, juristas, gestores públicos e industriais. No caso da imprensa, a matéria informou que a exposição tratou sobre o papel da imprensa na educação das massas.

Na sequência, o texto informou que o evento teve início no dia 07, tratando-se da primeira concentração pública destinada a discutir sobre educação, cuja culminância ocorreria nos dias 10 e 14 com o comício de encerramento. Quanto à exposição de Afonso Pereira, a matéria assinalou que foi uma fala prolongada sobre o sentido da Educação, na qual o professor procedeu “[...] analisando o problema da educação nacional, descendo às apreciações mais vulgares da compreensão de uma solução imediata e de uma solução a longo prazo” (O NORTE, 09 de novembro de 1961, p. 02).

A matéria trouxe ainda informações sobre a participação da comunidade assim relatada:

Interessante foi observar como, aos poucos, a população vai perdendo o receio e o respeito humano logo participando do “meeting”, com apartes, sobretudo mães de família. Queixaram-se, particularmente da falta de vagas nas escolas públicas, havendo uma senhora afirmado que três filhos seus não puderam matricular-se neste ano, pelo motivo acima apresentado. Outro pai de estudante pediu para que a Fundação Padre Ibiapina apelasse para a Secretaria de Educação e Cultura, no sentido de facilitar a iluminação do grupo escolar único do Estado, pois à noite se torna praticamente impossível a aprendizagem [...] (O NORTE, 09 nov., p.02).

Como resultado dos primeiros comícios de educação, alguns objetivos foram alcançados conforme localizamos nos documentos consultados, quais sejam: foi realizada doação de terreno pela prefeitura de Bayeux para construção da escola Clodomiro Leal, que até então vinha funcionando no prédio do Grupo Escolar Álvaro de Carvalho; no ano de 1962, a escola passou a receber subvenção municipal, recurso garantido através de comunicado enviado à Fundação ainda no ano de 1961; foi iniciada pelos industriais que participaram dos comícios uma campanha permanente de fundos destinados a bolsas; triplicaram-se as matrículas na Escola Comercial Clodomiro Leal.

É importante registrar que a Escola Clodomiro Leal, a qual Afonso Pereira se referiu, iniciou suas atividades no grupo escolar da cidade de Bayeux e, com a doação do terreno, teve o prédio próprio construído, sendo estadualizada, possivelmente na década de 1980 e, atualmente, denomina-se Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio D’Ávila Lins. Ainda como resultado, no comício de encerramento no qual esteve presente o governador Pedro Gondim, a convite de Afonso Pereira, foi anunciado que o estado asseguraria o funcionamento normal do Grupo Escolar, providenciando professoras diplomadas para lecionar no estabelecimento de ensino. Como fonte imagética do comício, localizamos a imagem do comício de encerramento, abaixo apresentada:

Imagem 42 – Imagem do comício de encerramento da Semana de Educação em Bayeux (1961)



Fonte: Jornal O Norte (1961).

Na imagem, vemos, na parte superior, o comício de encerramento da Semana de Educação realizada em Bayeux, ocasião na qual Afonso Pereira era abraçado pelo governador Pedro Gondim e, na parte inferior da imagem, vemos o numeroso público presente. Para o ano subsequente, ficou instituído, no calendário da escola mantida pela Fundação, a realização dos comícios de educação de 7 a 14 de novembro, os quais seriam: “Comícios exclusivamente sobre educação, comícios esclarecedores, comícios onde se apontem ao povo os culpados de seu atraso e de sua miséria. Todo mundo será convidado às discussões públicas dos problemas da educação em Bayeux” (SILVA, 1961). A iniciativa aqui descrita foi expandida para outras cidades, dentre elas: Solânea, Esperança, Uiraúna e Malta, com duração de três dias.

A partir das fontes consultadas, percebemos que Afonso Pereira, com essa iniciativa, buscou atrair o interesse da população pela educação, provocando a participação e denúncia pública dos problemas vivenciados quanto à oferta de educação, ao mesmo tempo, buscou envolver/chamar a atenção das autoridades responsáveis pela resolução do problema da ausência de escola pública. A estratégia a qual ele utilizava era inicialmente a reunião (os comícios) dos quais participavam debatedores e população como um momento preparatório de identificação dos problemas, discussão/esclarecimentos, formação de opinião, levantamento de

sugestão para resolução dos problemas; ao final, no dia do encerramento, Afonso Pereira, utilizando suas redes de sociabilidade, convidava as autoridades, prefeito, governador, empregadores, para que a população usando sua voz e fizesse a denúncia pública e obtivesse respostas.

Os comícios de educação realizados por Afonso Pereira mostraram como a educação se instrumentalizou das mesmas estratégias narrativas da política (comícios), tomando o debate educacional como referência do diálogo no espaço público no contexto investigado. Por outro lado, a comprovação da existência desses comícios demonstra as ações práticas e diretas de Afonso Pereira, que se utilizou de diversas estratégias para promover a expansão da oferta de educação na Paraíba.

5.4 A instalação de bibliotecas escolares

Neste tópico, apresentaremos as ações de Afonso Pereira a partir de suas práticas culturais como intelectual mediador e criador, engajado na preservação e difusão de objetos culturais – os livros – e, conseqüentemente, no fomento à leitura, através da instalação de bibliotecas escolares. Consideramos importante novamente relembrar, nesta narrativa historiográfica, que nosso olhar se dirige a Afonso Pereira como intelectual mediador e criador. Para tanto, concordamos com Ângela de Castro Gomes, ao afirmar que esses intelectuais se diferenciam, “[...] por se dedicarem às práticas culturais voltadas, consciente e explicitamente, para projetos de mediação cultural e que, de forma ampla, envolvem a divulgação de conhecimentos e de valores” (GOMES, 2020, n.p.).

Para a autora, produzir conhecimentos e saberes é tão importante quanto divulgá-los para o maior público possível. Os processos de produção e divulgação jamais serão isolados, ambos estão interligados e dependem um do outro para existirem; se retroalimentam. Produzimos conhecimentos, criamos, “[...] com o objetivo de que tudo isso possa alcançar e circular entre públicos com tamanhos e perfis os mais diversos, e das formas mais variadas” (GOMES, 2020, n.p.). De fato, correlacionando as ideias defendidas por Ângela de Castro, com as práticas culturais de Afonso Pereira, especificamente quanto à criação/mediação/divulgação dos bens culturais – bibliotecas e livros –, vemos que elas foram realizadas pelo professor e intelectual com uma intencionalidade bem definida, conforme veremos nas linhas a seguir.

A instalação de bibliotecas no Brasil está atrelada à vinda dos jesuítas, os quais trouxeram livros para auxiliá-los na função de encarregados da instrução dos índios e colonos. Através dos jesuítas, foram montadas as primeiras bibliotecas no interior dos conventos, sendo

de uso exclusivo dos religiosos (MORAES, 2006). Nesse período, não se pode falar de práticas de leituras, considerando que o projeto educativo dos jesuítas para os índios era catequização e evangelização, além disso, o impedimento da vinda de recursos para a instalação de tipografias inviabilizava a impressão de livros, cenário no qual a oralidade imperava.

A vinda da família real para o Brasil, em 1808, trouxe consigo transformações nas vidas econômica, social e política, juntamente com a instalação da Biblioteca Real no Brasil, inaugurada em 1811, cujo acesso, inicialmente, era permitido apenas aos estudiosos, passando a ser liberado ao público a partir de 1814 (MORAES, 2006). A historiografia nos mostra que o acesso à circulação de livros só veio acontecer a partir da criação da Imprensa Régia, quando os periódicos impressos no Brasil passaram a circular. Ferreira (2018) explica que, em meados do século XIX, a imprensa foi um importante veículo de divulgação de livros, pois, através dela o público encontrava nas páginas dos jornais os anúncios sobre os títulos que livreiros e gráficas tinham disponíveis. As páginas dos periódicos, além dos anúncios de vendas, informavam os horários de funcionamento das livrarias, o endereço, a quantidade de seus frequentadores, os preços dos livros e os mais consultados, movimento que contribuía para a circularidade dos livros e práticas de leitura.

A partir dessa realidade, a facilidade do acúmulo de livros pelas camadas abastadas deu surgimento a um maior número de bibliotecas particulares. Do mesmo modo, acompanhando essas transformações, os centros urbanos passaram a ter bibliotecas públicas implantadas, tal como enfatiza Almeida Junior (1997, p. 22), “[...] a biblioteca pública surge, não isoladamente, deslocada dos acontecimentos e da situação da sociedade da época. Ao contrário, ela está imersa nas transformações, nas mudanças e alterações daquela época. [...]”

Quanto às bibliotecas escolares, elas têm seu nascedouro no seio dos colégios jesuítas e das outras ordens religiosas – franciscanos, beneditinos e carmelitas –, que se ocuparam de estruturar bibliotecas no interior de seus colégios com o objetivo de oferecer acervo aos alunos e mestres para instrução. Contudo, em razão da censura de Pombal, esses colégios entraram em decadência e grande parte do acervo das bibliotecas foi destruído.

Foi nas dependências das escolas normais, quando essas começaram a ser efetivamente consolidadas, a partir do final do século XIX, início do XX, que se deu a implantação de bibliotecas escolares como um espaço destinado a livros e impressos com dupla função, qual seja: de formação de professoras e de leitores. Primeiro, por ser um lugar no qual se guardava livros que auxiliavam o ensino das disciplinas cursadas nas escolas normais; segundo, por ser um local destinado às práticas de leitura das normalistas e um laboratório de práticas

pedagógicas, no qual as normalistas observavam as práticas de leituras dos alunos das escolas primárias anexas (NERY, 2016).

Outro fator que contribuiu para a expansão de bibliotecas escolares no Brasil foi a criação do Instituto Nacional do Livro – INL, em 1937, do qual Afonso Pereira foi o representante na Paraíba no ano de 1969. Nosso estudo constatou que Afonso Pereira, nos anos em que esteve como diretor da Fundação, bem antes de estar à frente do INL aqui na Paraíba, concentrou esforços em instalar bibliotecas escolares, registrando-as no INL, conforme expomos a seguir.

Desde a instalação das primeiras escolas, os relatórios elaborados por Afonso Pereira mencionam a intencionalidade de instalação de bibliotecas nas escolas, definidas pelo intelectual como “[...] um elemento de primeira ordem na educação e instrução da infância e da adolescência e aprimoramento do professor” (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1958). Igualmente no FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA do ano de 1971, Afonso Pereira afirmou que a biblioteca é a melhor fonte de informação e pesquisa. Portanto, o segredo residia em saber aproveitá-la “[...] levando-a ao estudante, ao professor, ou ao interessado de conhecimento das coisas, deixando-se o livro exposto à consulta sem quaisquer obstáculos” (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1971).

Nessa narrativa de Afonso Pereira, é possível perceber sua percepção da biblioteca a partir de suas múltiplas experiências/vivências com esse espaço, pois as relações que o educador e intelectual teve com escola/biblioteca/livros, assim como sua inserção social, sua relação com o outro, lhe ensinaram a pensar modo peculiar acerca desse espaço. Fazemos essa afirmação considerando que Afonso Pereira, em seus itinerários formativos, havia tido acesso às bibliotecas, ainda criança, nos colégios franciscanos, assim como nos itinerários profissionais como diretor do Instituto de Educação, uma escola de formação docente e como professor do ensino superior.

Ou seja, para ele, a biblioteca representava um lugar de formação, como dito anteriormente, um lugar de educação, de modo que, na execução de criação/instalação de escolas, entre os anos de 1954 e 1970, Afonso Pereira instalou 52 (cinquenta e duas) bibliotecas escolares, conforme podemos ver no Quadro abaixo.

Quadro 16 – Bibliotecas escolares instaladas por localidade e ano

Nome da Biblioteca Escolar	Localidade	Ano de instalação
1. Biblioteca Roquete Pinto	João Pessoa	1954
2. Biblioteca Álvaro de Carvalho	Caiçara	1957
3. Biblioteca Professor José Coelho	Araruna	1958
4. Biblioteca Monteiro Lobato	Cuité	1958
5. Biblioteca Padre Nazário Rolim	Bonito de Santa Fé	1958
6. Biblioteca Professora Daura Santiago	Uirauna	1958
7. Biblioteca Padre Lopes	Coremas	1958
8. Biblioteca Doutor Otávio Novais	João Pessoa	1958
9. Biblioteca Professor Durmeval Trigueiro	Malta	1958
10. Biblioteca Padre Nicolau Leite	São José de Piranhas	1958
11. Biblioteca Dom Expedito Lopes	Esperança	1958
12. Biblioteca Padre Sá	Antenor Navarro	1958
13. Biblioteca Professor José Melo	Cuité	1958
14. Biblioteca Prof. Lafayette Belfort	Pirpirituba	1958
15. Biblioteca Dom Mata	Bonito de Santa Fé	1958
16. Biblioteca Alceu Amoroso Lima	Solânea	1958
17. Biblioteca Professor Afonso Pereira	Serraria	1958
18. Biblioteca Professor Vinagre	Uiraúna	1958
19. Biblioteca General Umberto Peregrino	Coremas	1959
20. Biblioteca Ciência e Cultura	Alagoinha	1959
21. Biblioteca Professor Rubens Filgueiras	Malta	1959
22. Biblioteca Padre Euzébio Oliveira	Bayeux	1960
23. Biblioteca Dom Helder Câmara	Esperança	1960
24. Biblioteca Dr. Luiz Bronzeado	Alagoa Nova	1960
25. Biblioteca Castro Alves	São Gonçalo	1963
26. Biblioteca Santo Tomás	Arara	1965
27. Biblioteca Frei Martinho	Luís Gomes	1965
28. Biblioteca General Rodrigues Lisboa	Jacaraú	1966
29. Biblioteca Jornalista José Leal	Puxinanã	1966
30. Biblioteca Conego João Marques Pereira	Bayeux	1966
31. Biblioteca Doutor José Medeiros	Mulungu	1966
32. Biblioteca Hercílio Lundgren	Alhandra	1966
33. Biblioteca Lindolfo Ramalho	Boaventura	1966
34. Biblioteca Francisco de A. Montenegro	Natuba	1966
35. Biblioteca Professor Flávio Ferrari	Mari	1966
36. Biblioteca Guimarães Rosa	Tacima	1967
37. Biblioteca Pedro Américo	Caaporã	1967
38. Biblioteca Assis Chateaubriand	Pilões	1967
39. Biblioteca 7 de Setembro	Cacimba de Dentro	1967
40. Biblioteca Dr. Teófilo Braga	Souza	1967
41. Biblioteca Padre Manoel Otaviano	Olho D'Água	1967
42. Biblioteca Professor Gilson Amado	Borborema	1967
43. Biblioteca Escritor Câmara Cascudo	Uiraúna	1967
44. Biblioteca Inácio de Catingueira	Catingueira	1968
45. Biblioteca Mario Silveira	Salgado de São Félix	1968
46. Biblioteca Paschoal Troccoli	Sumé	1969
47. Biblioteca Gil Galdino	Piancó	1969
48. Biblioteca Presidente Médici	Caaporã	1969
49. Biblioteca Dr. Oscar de Castro	Santana dos Garrotes	1970
50. Biblioteca Maria Dozinha Bento	Aguiar	1970
51. Biblioteca Duque de Caxias	Pedra Branca	1970
52. Biblioteca Prof. Luiz Soares	Santa Rita	1970

Fonte: Elaboração própria a partir das informações contidas dos relatórios de 1957 a 1974.

Como podemos observar, no ano de 1958 foram instaladas o maior número de bibliotecas, totalizando dezesseis. A localidade correspondia às cidades nas quais as escolas eram instaladas. Podemos observar ainda que as bibliotecas eram nomeadas com nomes de educadores, professores, religiosos, escritores, médicos, juízes, jornalistas e personalidades políticas, indicando ser uma forma de homenagear esses sujeitos.

A primeira biblioteca instalada na vigência da direção de Afonso na Fundação foi a Biblioteca Roquete Pinto, no ano de 1954, na sede da instituição em João Pessoa. As informações e os detalhes que localizamos nos relatórios sobre o funcionamento dessa biblioteca indicam que ela assumia o papel de matriz inspiradora e geradora, conforme podemos observar no relatório de 1962, quando Afonso Pereira descreveu os objetivos da biblioteca:

1. De empréstimo a domicílio de obras existentes, didáticas, científicas e de ficção, para qualquer nível mental;
2. De orientação às bibliotecas escolares dos educandários da Fundação. Tem sido indispensável utilidade que tange à adoção de livros didáticos, pelos professores de ensino médio (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1962).

O professor e intelectual esclareceu a proveniência do acervo daquela biblioteca, segundo o qual era constituído, naquele ano, de “[...] 691 volumes, entre matéria de ficção, de recreação, e de estudo, revistas e boletins”, doados por particulares e por entidades públicas, com destaque à contribuição do Instituto Nacional do Livro, do INEP, em Recife, e do Instituto Joaquim Nabuco. Afonso Pereira registrou ainda que havia se dirigido à Unesco, em Paris, solicitando livros, aguardando resposta satisfatória (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1962).

No relatório de 1971, localizamos outras narrativas que ampliaram a informações acerca da funcionalidade da Biblioteca Roquete Pinto:

A Biblioteca Roquette Pinto serve de centro irradiador de informações e comunicações, e centro redistribuidor de livros, periódicos, catálogos e boletins, mantendo intercâmbio com a Biblioteca da Câmara Federal, com o Departamento de Recursos Humanos da Sudene, com o Consulado Geral da Alemanha em Recife, e com a Colted. [...] este ano a biblioteca distribuiu, sob forma de doação, com os estabelecimentos de ensino, novecentos e dez volumes (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1971).

Nesse ano de 1971, a movimentação da biblioteca, nos meses de janeiro a dezembro, teve uma entrada de 1.355 livros, foram emprestados 219 títulos e ocorreram 233 consultas ao acervo. Consideramos que houve entrada significativa de livros, os quais foram provenientes de doações da Colted e de particulares.

Quanto à estrutura das bibliotecas escolares, nesse mesmo relatório, encontramos na narrativa de Afonso Pereira aspectos da estrutura das bibliotecas das escolas que integravam a Fundação. O intelectual pontuou que as escolas não dispunham de salas especiais, nem de mobiliário adequado (estantes), nem funcionários. Faltavam recursos suficientes para organizar a estrutura necessária para atender ao público, imperava a ausência da atitude de doação e falta de mentalidade (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1962).

No mapeamento das fontes, localizamos os documentos de solicitação do registro de uma das bibliotecas escolares ao INL, e, através do intercruzamento com os relatórios de Afonso Pereira, comprovamos as dificuldades mencionadas por ele. Para o registro no INL, era necessário enviar ao órgão ofício com solicitação, declaração do prefeito atestando a existência da biblioteca e relação do acervo. A declaração do gestor municipal demonstrou vestígios da estrutura daquele incipiente equipamento cultural:

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins que o GINÁSIO COMERCIAL AUGUSTO DOS ANJOS-Fundação Padre Ibiapina, fundado em 28 de outubro de 1970, instalado no Prédio da Escola Maria Honorina Santiago, à rua Prof. Severo Rodrigues s/n nesta Cidade de Santa Rita- Paraíba, dispõe de uma Biblioteca fundada à 5/11/1970, denominada Prof. Luiz Soares, que funciona anexo a Secretária do referido Estabelecimento de Ensino.

Santa Rita, 18 de janeiro de 1971

Antonio Aurélio T. de Carvalho

PREFEITO MUNICIPAL (CARVALHO, 1971, n.p.).

Como podemos observar, esse documento nos deu indícios tanto da estrutura da biblioteca – a qual foi instalada anexa à secretaria da escola, possivelmente na mesma sala, indicando que, de fato, não havia espaço para consulta de livros – quanto da situação de instalação da unidade de ensino. Vê-se, na declaração, que o Ginásio Augusto dos Anjos estava, naquele ano, a funcionar nas dependências da Escola Maria Honorina Santiago, situação vivenciada por outras escolas mantidas pela Fundação, na seara educativa pela Paraíba. Outro aspecto que destacamos é a rapidez com a qual foi instalada a biblioteca, pois a escola foi fundada em 28 de outubro de 1970 e a biblioteca no mês seguinte, em 5 de novembro de 1970, porque essa era a orientação/exigência de Afonso Pereira a todas as escolas vinculadas à Fundação.

O documento, com a relação do acervo da biblioteca, também evidenciou a precariedade inicial na constituição daquele equipamento cultural. A relação dos livros existentes fornecida pela diretora Maria Helena, indicava as seguintes obras:

GINÁSIO COMERCIAL AUGUSTO DOS ANJOS

Fundação Padre Ibiapina – Santa Rita-PB

[...] RELAÇÃO DOS LIVROS EXISTENTES

<u>NOME</u>	<u>AUTOR</u>
1. O problema da Universidade.....	Adolpho Cripa
2. Temas Universitários.....	Irmão José Otão
3. Fôgo.....	José Bezerra Filho
4. Direito de Propriedade na U. Soviética.....	T. Davletahin
5. Cultura e Liberdade.....	Gilberto de Mello
6. Uma mensagem de Esperança.....	Guilardo Martins
7. Introdução aos Estudos de Literatura Brasileira.....	I. Nac. do Livro
8. Anais Científicos.....	U.F.P.B.
9. Iniciação à Ciência.....	José Coimbra Duarte
10. História do Brasil.....	Joaquim Silva

Santa Rita, 18 de janeiro de 1971.

Maria Helena do S. Carmélio
DIRETORA (CARMÉLIO, 1971).

Quanto à constituição desse acervo, o estudo dos títulos mostra a diferenciação cultural do doador ou doadores indicando que, possivelmente, foram de biblioteca particular, com circulação na universidade e formação superior. Do ponto de vista pedagógico, se considerarmos o nível de escolarização oferecida no Ginásio, o acervo não estava adequado, assim como a quantidade era diminuta para o atendimento dos alunos. Há de se ponderar que foram livros reunidos no prazo de 3 meses a partir da fundação da escola a qual ainda não contava com as doações do INL. Contudo, mesmo com as fragilidades aqui evidenciadas, a nosso ver, esse movimento inicial era importante como ação de estímulo à leitura, inclusive na constituição da representação da biblioteca como constituinte do espaço escolar.

A narrativa acima buscou exemplificar os passos iniciais da constituição das bibliotecas, tomando como exemplo a Biblioteca Prof. Luiz Soares. Já na fonte documental subsequente, é possível verificamos o movimento de alimentação do acervo das bibliotecas, conforme atesta a correspondência abaixo. Através do documento, Afonso Pereira, em 24 de fevereiro de 1959, encaminhou para a Escola Comercial Monsenhor Moraes a listagem dos livros fornecidos pelo INEP e remetidos pela Fundação Padre Ibiapina à Biblioteca Dom Mata, vinculada à escola. A referida biblioteca havia sido instalada no ano de 1958, e estava, portanto, tendo seu acervo acrescido com a remessa de livros cujos títulos incluíam História, Matemática, Ciências, Jogos infantis, Linguagem, Língua Inglesa, Francês, Religião e Biografia.

Imagem 43 - Lista dos livros encaminhados por Afonso Pereira à Escola Comercial Monsenhor Morais no ano de 1959

Para a.....ESCOLA COMERCIAL "MONSENHOR MORAIS"
Bonito de Santa Fé

Relação de livros, fornecidos pelo INEP, e remetidos pela Fundação Padre Ibiapina, de João Pessoa, para a Biblioteca Escolar "Dom Matta" anexa à Escola Comercial "Monsenhor Morais", da cidade de Bonito de Santa Fé, Paraíba.

Título da obra	Autor	Quant.	Obs.
O Brasil e suas Riquezas	M.Potsch	2	-
Curso de Matemática	A.Nader	1	1a.série
Música p/a esc.elementar	INEP	2	-
Matemática na esc. elementar	INEP	1	-
Práticas de Ciências	Norton Dias	2	-
Jogos Infantis	INEP	1	-
Língua na esc.elementar	INEP	1	-
Seleção-Port.prático	H.Cruz	2	3a.e 4a.série
"English"	H.Alen	2	3a.Ginásial
Conservation Française	J.Fauvel	2	2a.série
Palavra de Fé	C.Leão	2	-
Paulo Setúbal	J.Oliv.Rosa	1	-
Ciências Soc.na Esc.Elementar	INEP	1	-
T o t a l		20	

João Pessoa, 24 de fevereiro de 1959.


Dr. Afonso Pereira
Presidente da Fundação Padre Ibiapina.

Fonte: Arquivo da Fundação Padre Ibiapina, caixa arquivo 14 (B).

Algumas ações foram realizadas por Afonso Pereira na tentativa de promover a estruturação das bibliotecas e circulação de livros, dentre elas, trazemos a campanha em favor da biblioteca escolar, descrita no relatório de 1965 e localizada a notícia sobre sua realização no Jornal Correio da Paraíba. Colocada inicialmente em prática para a revitalização da Biblioteca Professor Vinagre (instalada em 1958), na cidade de Uiraúna. Estendida para outras bibliotecas, posteriormente, a campanha foi realizada em 1965, e consistiu em elaborar e enviar cartas-circulares aos ex-alunos do professor, aos familiares e aos alunos do Ginásio Professor Afonso Pereira, do qual a biblioteca fazia parte, solicitando doação de livros novos e usados. A campanha também foi divulgada na Capital paraibana, através da imprensa, no Jornal Correio da Paraíba, em 20 de julho de 1965. Nesse caso, a nota solicitava que os livros doados fossem

entregues na sede da Fundação. Na nota circulada no jornal, um dos trechos que merece destaque trata-se do anúncio do início da campanha de doação de livros em favor da biblioteca Professor Vinagre, destinada a ex-alunos, parentes e admiradores “[...] do que foi, em vida, uma figura admirável como exemplo de virtude morais e cívicas” (JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, 1965, s.p). Cumpre salientar que observamos duplo sentido nessa ação: primeiro, a estratégia de sensibilizar e envolver familiares, alunos e população que o conheceu para arrecadação de livros e conseguir revitalizar a biblioteca; segundo, a exaltação das virtudes do educador que nomeava a biblioteca contribuiriam para a construção da representação da biblioteca, como sendo um monumento à memória do professor homenageado.

Quanto à forma de atendimento das bibliotecas, em razão da falta de instalações ideais para acomodação dos leitores, o empréstimo era domiciliar, como explicou Afonso Pereira: “O sistema de leitura adotado é por empréstimos a domicílio, por falta de instalações adequadas” (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1960). Aqui, relembremos as já mencionadas condições dos prédios nos quais as escolas funcionavam: algumas em casas, em prédios cedidos por autoridades, dividindo espaço com os grupos escolares, em galpões, igrejas, até que iam, aos poucos, sendo construídos os prédios projetados para serem escolas, mas, ainda assim, condicionados aos recursos advindos das subvenções, das doações e das receitas das mensalidades cobradas aos alunos que podiam pagar.

Apo analisar o trecho em que Afonso Pereira afirma que tinha acesso aos empréstimos, “a domicílio, sob garantia, livros a professores, estudantes e estranhos” (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1961), compreendemos este último termo utilizado pelo educador para indicar a população extraescolar.

A narrativa de Afonso Pereira também evidenciou que o Instituto Nacional do Livro era o maior doador do acervo das bibliotecas de modo que os estabelecimentos de ensino integrantes da Fundação tinham suas iniciantes bibliotecas graças à ação do Instituto.

A partir de nossa breve incursão sobre como se deu a instalação das bibliotecas nas escolas vinculadas à Fundação, vimos que esse movimento de instalação de bibliotecas escolares proposto por Afonso Pereira vivenciou fragilidades aqui evidenciadas quanto à precariedade da estrutura, muitas vezes materializando-se em estantes de livros anexas à secretaria, que foram, aos poucos, sendo acrescidas com doações de particulares e do INL, sendo posteriormente melhor organizadas no espaço escolar, disponíveis aos alunos, aos professores e à população. Essas ações, representaram, a nosso ver, o fomento às práticas sociais de leitura, a promoção da cultura leitora, a democratização do acesso ao livro e a expansão das bibliotecas como um espaço educativo.

De certo, a representação de biblioteca escolar a qual temos hoje é um espaço físico amplo dentro da instituição escolar, com mobiliário e equipamentos adequados (estantes, cabine de estudos, mesas, cadeiras, computadores), acervo variado e organizado, acessibilidade, comunicação visual com sinalização e um profissional disponível para orientar alunos e professores. Se compararmos essa representação com a imagem das bibliotecas que a análise das fontes nos ajudou a construir, possivelmente iremos reduzir nossa concepção de que se resumiam a um apanhado de livros dispostos numa acanhada estante.

Contudo, é preciso relativizarmos as condições nas quais aqueles equipamentos culturais estavam sendo constituídos, assim como o fato de que, com essa iniciativa, Afonso Pereira colocou ao alcance dos alunos e da população objetos culturais os quais até então circulavam no meio de um público restrito, nas bibliotecas particulares, como símbolo de um saber acumulável pertencente a poucos. Nisso, residiu a importância da ação deste professor e intelectual.

5.5 A participação de Afonso Pereira no Instituto Nacional do Livro

Novamente, os lugares sociais pelos quais Afonso Pereira circulava profissionalmente influenciaram o curso de suas ações voltadas à educação. O educador e intelectual que havia sido chefe de gabinete da Reitoria da UFPB por dois anos (1966 - 1968), no reitorado de Guilardo Martins, foi nomeado professor da UFPB em 1967 e designado diretor da Biblioteca Central (1967-1975) daquela instituição o qual firmou convênio da Biblioteca com o INL em dezembro de 1968. Lembremos que, desde 1954, quando da instalação da Biblioteca Roquete Pinto, ele já estava a tecer correspondências com o INL para fins de registro das bibliotecas das escolas vinculadas à Fundação, de modo que, ao ocupar o espaço como diretor da Biblioteca Central da UFPB, foi designado representante do INL na Paraíba no ano de 1969. Nessa função, observamos que atuou tanto na continuidade da instalação das bibliotecas escolares, como na execução das ações do INL na Paraíba, sobre essas últimas traçaremos algumas linhas.

O INL foi criado por Gustavo Capanema em 1937²⁶, pelo decreto-lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937, tinha como objetivos: organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional; editar obras de interesse para a cultura nacional; criar bibliotecas públicas e estimular o mercado editorial mediante promoção de medidas para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país (OLIVEIRA, 1994, p. 43). O INL era

²⁶ Em 1987, o INL passou a integrar a Fundação Nacional Pró-Leitura por meio da Lei nº 7.624, de 5 de novembro de 1987. A Fundação foi extinta em 12 de abril de 1990, pela Lei nº 8.029 e suas atribuições foram transferidas para a Fundação Biblioteca Nacional.

constituído de um Conselho de Orientação, cujos membros eram indicados pelo governo, composto por três seções técnicas, sendo elas: a) A Seção da Enciclopédia e do Dicionário, destinada à realizar o trabalho de publicar a Enciclopédia brasileira; b) A seção de Publicações encarregada de cuidar da edição de obras; c) A seção de Bibliotecas, responsável por organizar a distribuição de livros, assim como conduzir as bibliotecas do país (BRASIL, 1937).

Importante atentarmos que a criação do INL está situada no contexto do governo Vargas o qual buscando efetivar seu projeto político, utilizava a cultura como instrumento. Para tanto, investia na construção/elaboração/produção de produtos culturais, criando órgãos para fomentar o desenvolvimento cultural do país, a exemplo do Ministério da Educação e Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Como bem pondera Pesavento (1991), o governo Vargas intencionava ajustar a nação ao ideário nacionalista de manutenção de ordem, construção do progresso e valorização dos elementos culturais regionais. Os órgãos a ele vinculados atuavam em prol da implementação desse projeto político de criação de uma cultura nacional, inclusive estabelecendo relação pedagógica com a população a fim de promover uma postura favorável ao regime. Sendo assim, compreendemos que o INL foi criado para promover a difusão cultural segundo o ideário político ideológico do governo e, nesse projeto, o livro assumia o papel de transmissor de cultura. Igualmente, no período da ditadura militar, servindo aos propósitos políticos e ideológicos do governo, o INL passou a ser utilizado como instrumento para fins de controle do processo cultural e informativo.

Esse papel do livro como transmissor de cultura pode ser percebido no projeto do Decreto-lei, enviado por Gustavo Capanema ao presidente para criação do INL, acompanhado de um texto que expunha os motivos para a criação. Nele, o ministro se refere ao livro como:

O livro é, sem dúvida, a mais poderosa creacao do engenho humano. A influência que ele exerce, sob todos os pontos de vista, não tem contraste. O livro não é só o companheiro amigo, que instrue, que diverte, que consola. É ainda e sobretudo o grande sementeiro, que, pelos séculos afora, vem transformando a face da terra. Encontramos sempre um livro no fundo de todas as revoluções.

É, portanto, dever do Estado proteger o livro, não só promovendo e facilitando a sua produção e divulgação, mas ainda vigiando no sentido de que ele seja, não o instrumento do mal, mas sempre o inspirador de grandes sentimentos e das nobres causas humanas.

Para tais objetivos, seria conveniente a criação do Instituto Nacional do Livro[...] (CAPANEMA, 15 de dezembro de 1937).

O INL planejou ações, sobretudo, para implantação de bibliotecas e difusão de livros como nos mostra o estudo de Zita Catarina Prates de Oliveira (1994), realizado a partir dos relatórios do INL, o qual expõe que, na implantação, sob a gestão de Augusto Meyer (1938-1939), dois grandes projetos pioneiros e inovadores com vistas à implantação de bibliotecas públicas foram elaborados pelo então diretor, sendo eles: criação de bibliotecas populares e implantação de bibliotecas centrais. Contudo, os projetos não foram executados por falta de recursos financeiros e humanos, além do elevado analfabetismo da população que comprometeria a utilidade do equipamento público.

Face ao fracasso dos planos, Meyer traçou um plano alternativo destinado à assistência através de doação de livros às bibliotecas que fizessem o cadastro junto ao Instituto; fossem elas públicas ou privadas. Para as bibliotecas públicas, estendia-se a assistência técnica por meio do fornecimento de orientações e doação de obras. Em 1968, sob a direção do general Umberto Peregrino (1967-1970), o INL lançou um plano de trabalho que consistia em: “1) democratizar o livro, significando isso levá-lo a toda parte, por todos os meios possíveis, ao maior número; 2) incentivar o criador da cultura, através do livro, isto é, o escritor” (BRASIL, 1968). As ações do plano contemplavam a criação de unidades culturais ou centros cívicos, compostas de biblioteca pública, biblioteca infanto-juvenil, discoteca pública e auditório para cinema e teatro. As unidades culturais seriam implantadas nas seguintes cidades: Manaus (AM); Teresina ou Santarém (PI); Natal ou Mossoró (RN); Vitória da Conquista (BA); Caruru (PE); Cajazeiras (PB); Curvelo (MG); São Carlos (SP); Londrina (PR); Blumenau (SC); Caxias do Sul (RS); Santa Maria (RS); Santa Maria (RS); Cuiabá (MT); Pôrto Velho (RO) e Brasília (DF). O plano propunha ainda a criação de Prêmios Nacionais para escritores e estudantes e minibibliotecas itinerantes.

Sob a vigência desse plano, Afonso Pereira foi designado em 1969 representante do INL na Paraíba. O estudo de sua participação no órgão nos permitiu perceber como se deu essa participação, qual o resultado da ação de Afonso Pereira no INL e como se deu a efetivação ou não dos planos de ação do INL no estado.

Uma sucessão de eventos ocorridos em 1968 na Paraíba, nos quais Afonso Pereira estava diretamente envolvido na organização, corroboraram para uma maior presença do INL no estado, dentre os quais destacamos: a implantação da Biblioteca Central da UFPB e o convênio estabelecido com o INL, o que influenciou na designação do educador como representante do órgão; o curso de treinamento de pessoal auxiliar de serviço de bibliotecas promovido pelo INL, em dezembro de 1968; a realização da Semana da Biblioteca; as palestras realizadas por ocasião do Cinquentenário do Lançamento do livro “Eu”, do poeta e escritor Augusto dos Anjos e a

circulação da publicidade desses eventos pela capital e cidades do interior. De acordo com o relatório encaminhado por Afonso Pereira ao INL, sobre o exercício de sua representação na Paraíba, no ano de 1969, tais eventos/acontecimentos despertaram interesse dos prefeitos das diversas cidades paraibanas pela implantação de salas de leitura e bibliotecas públicas nos municípios, levando-o a organizar esse processo de implantação (SILVA, 1969).

No relatório encaminhado ao INL sobre o exercício de sua representação na Paraíba no ano de 1969, Afonso Pereira relatou como foi organizada a estrutura para a instalação da sede do INL. De acordo com ele, contou com o apoio material da Fundação Padre Ibiapina, do Instituto de Desenvolvimento da Paraíba e do Ginásio Solon de Lucena, local onde foi instalada a sede do Instituto. Contou com recursos humanos de voluntários, uma vez que os dois funcionários contratados pelo INL permaneceram trabalhando apenas até o mês de dezembro daquele ano, por não terem recebidos pagamento desde junho. Registrou, inclusive, que ele mesmo estava a fazer todo o trabalho de redigir e expedir as correspondências, o que afetava suas obrigações como professor em duas faculdades e presidente da Fundação. Contava, neste caso, com a ajuda de amigos para o cuidadoso trabalho de elaboração dos boletins a serem encaminhados a sede do INL.

Sobre o plano das minibibliotecas ou o carro-biblioteca adaptado para transporte, exposição e empréstimos de livros, encontramos pistas mais robustas de como se deu essa ação na Paraíba. O carro-biblioteca número 3 esteve na Paraíba por quatro meses, entre os dias 24 de abril a 18 de agosto de 1969. De acordo com Afonso Pereira, o carro chegou em estado de conservação ruim, necessitando de reparos mecânicos. Na ocasião, Afonso Pereira conseguiu com a UFPB recursos para manutenção, combustível e contratação das acadêmicas Neusa Lemos Sarmiento e Alba Souza da Silva para realizarem os empréstimos dos livros.

Ao chegarem nas cidades, a assistência quanto à combustível, hospedagem, alimentação, era por conta dos prefeitos, com os quais Afonso Pereira se comunicava anteriormente para solicitar o apoio e planejar a organização da presença do carro-biblioteca e equipe na cidade. Afonso Pereira descreveu que, para o sucesso do carro-biblioteca, era essencial a divulgação através do serviço de publicidade das cidades. Assim, ao mesmo tempo em que buscava divulgação da atividade da biblioteca nas rádios das localidades, promovia a divulgação através de serviço de som do próprio veículo para que a população se dirigisse ao local no horário anunciado, no qual a biblioteca estaria estacionada para fazer os empréstimos (SILVA, 1969).

Afonso Pereira ressaltou que a Paraíba ainda não havia recebido o carro-biblioteca e, com entusiasmo, assim descreveu a experiência: “[...] Um carro-biblioteca a demorar-se em

bairros da Capital, em meio às maiores concentrações humanas e aos longínquos aglomerados interioranos, a emprestar livros a pobres e ricos e até miseráveis[...], levando consigo o livrinho que lhes abrirá outros caminhos à imaginação e à vida” (SILVA, 1969). Vejamos o registro imagético da presença do carro-biblioteca na Paraíba.

Imagem 44 - Carro-biblioteca nº 3 do Instituto Nacional do Livro na Paraíba (1969)



Fonte: Acervo fotográfico do Arquivo Afonso Pereira.

Na imagem acima, datada do ano de 1969, vemos o carro-biblioteca estacionado com a fila de pessoas aguardando para realizar os empréstimos. Não há indicação do local, entretanto pelo roteiro das cidades visitadas, apresentado mais adiante, e pelas características da praça e arborização ao redor, possivelmente este local seja a cidade de João Pessoa, ou Campina Grande. Observamos a prevalência de mulheres e a presença de poucas crianças acompanhando os adultos. A maneira como as pessoas estão vestidas, todas bem-vestidas, inclusive o funcionário de terno posicionado à porta do carro, indica que a presença da biblioteca móvel era um evento na cidade.

O plano do INL estabelecia que os empréstimos eram feitos pelo prazo de três horas, período de permanência do carro nas praças, mas Afonso Pereira realizou prática diferente. Ele organizou o roteiro do carro-biblioteca durante os quatro meses nos quais o veículo esteve na Paraíba, de modo que o veículo passava em determinada cidade, disponibilizava os empréstimos e se dirigia a outras cidades, retornando num período de 10 dias para devolutiva dos livros. O professor e intelectual ainda não considerou satisfatória essa permanência de 10 dias nas cidades de grande porte como Campina Grande, segundo o qual, “[...] em se tratando de cidade grande e universitária necessitaria de permanência de no mínimo um mês, a fim de

alcançar rendimento satisfatório e atender às cidades vizinhas”. No entanto, organizou dessa forma porque o carro seguiria para outro estado decorrido o tempo de permanência na Paraíba (SILVA, 1969).

Nos Quadros abaixo, temos o roteiro percorrido pelo carro-biblioteca durante o período no qual esteve na Paraíba, segundo organização por Afonso Pereira, acrescido da informação do número de visitas por cidade, quantidade de empréstimos total e por perfil de leitores.

Quadro 17 - Relação das cidades visitadas pelo carro-biblioteca na Paraíba nos meses de abril a agosto de 1969, quantitativo de visitas, empréstimos e leitores

Cidades	Visitas	Empréstimos	Empréstimo por perfil de leitor	
			Adultos	Infantis
Campina Grande	1	62	57	5
Soledade	1	111	61	50
Juazeirinho	1	100	69	31
Patos	1	158	89	69
São Mamede	1	67	51	16
Sta. Luzia	1	66	40	26
Bayeux	1	85	26	59
Santa Rita	1	106	50	56
Marí	1	69	45	24
Guarabira	1	49	34	15
Pirpirituba	1	71	44	27
Sapé	1	69	41	28
Cabedelo	1	87	68	19
TOTAL	13	1.100	675	425

Fonte: Elaboração própria a partir das informações contidas no relatório enviado por Afonso Pereira para o INL, exercício 1969.

Quadro 18 - Relação dos bairros de João Pessoa visitados pelo carro-biblioteca nos meses de abril a agosto de 1969, quantitativo de visitas, empréstimos e leitores

Bairros da capital	Visitas	Empréstimos	Empréstimo por perfil de leitor	
			Adultos	Infantis
Tambaú	1	77	34	43
Varjão	1	52	47	5
Roger	1	96	54	42
Torre	1	112	89	23
Cidade Universitária	1	10	10	-----
Mandacarú	1	100	46	54
Expedicionário	1	71	71	-----
Miramar	1	51	40	11
Centro de João Pessoa	1	17	17	-----
Cruz das Armas	1	75	35	40
Oitizeiro	1	78	51	27
Jaguaribe	1	56	37	19
Jardim 13 de Maio	1	82	38	44
Jardim Verde Mar	1	12	12	5
Total	14	894	581	313

Fonte: Elaboração própria a partir das informações contidas no relatório enviado por Afonso Pereira para o INL, exercício 1969.

Como podemos observar o roteiro do carro-biblioteca foi organizado por Afonso Pereira de modo a percorrer três categorias de localidades: cidades do interior da Paraíba, sendo elas: Campina Grande, Soledade, Juazeirinho, Patos, São Mateus, São Mamede, Santa Luzia, Mari, Sapé, Guarabira, Alhandra, Pirpirituba. Cidades da região metropolitana: Bayeux, Cabedelo e Santa Rita e bairros da capital, João Pessoa: Jardim 13 de Maio, Jardim Verde Mar, Tambaú, Varjão, Roger, Torre, Cidade Universitária, Mandacaru, Expedicionários, Miramar, Centro, Cruz das Armas, Oitizeiro e Jaguaribe.

Quanto ao número de empréstimos, foi significativo considerando que o carro esteve apenas uma vez em cada uma das 13 cidades e nos 14 bairros. Nas cidades do interior e região metropolitana, o número de empréstimos para o público adulto e infantil foi quase proporcional, já na capital observamos que os empréstimos para o público adulto foi quase o dobro do infantil. Comparando os empréstimos entre as cidades e bairros, vimos que, nas cidades, foi superior. Isso pode estar relacionado ao índice populacional e estratégias de divulgação da presença da biblioteca itinerante. Afonso Pereira mencionando o quantitativo de empréstimos no bairro Jardim Verde Mar, ponderou “[...] tratar-se de setores da capital, somente agora erigidos em bairros, constituídos de grupos residenciais recentemente inaugurados, comportando pessoas de classe média” (SILVA,1969).

Quanto ao perfil dos usuários, as fichas de registro dos usuários do carro-biblioteca mostram que se utilizavam dos empréstimos agricultores, donas de casa, estudantes, trabalhadores do setor serviço, dentre outros. Abaixo, uma amostragem das fontes que nos trouxeram esses vestígios.

Imagem 45 - Fichas de registro dos usuários do carro- biblioteca do INL, 1969

N.º <u>81</u> Vale até <u>28.4.1970</u> _____ não escreva acima desta linha Pelo presente registro no Carro-Biblioteca do INL, comprometo-me a observar todos os seus regulamentos, bem como comunicar prontamente qualquer mudança de endereço. NOME <u>Joselita Alves Soares</u> ENDEREÇO <u>Rua: Santa da Luz, 992</u> BAIRRO <u>Antônio</u> TEL: <u>-</u> RESPONSÁVEL <u>Joselita Alves Soares</u> LOCAL DE TRABALHO <u>Trabalho Doméstico</u>	N.º <u>773</u> Vale até <u>9.6.1970</u> _____ não escreva acima desta linha Pelo presente registro no Carro-Biblioteca do INL, comprometo-me a observar todos os seus regulamentos, bem como comunicar prontamente qualquer mudança de endereço. NOME <u>Sebastião Cândido de Oliveira</u> ENDEREÇO <u>Domingos Augusto, 189</u> BAIRRO <u>Supe</u> TEL: <u>-</u> LOCAL DE TRABALHO <u>Agricultor</u>
N.º <u>633</u> Vale até <u>4.5.1970</u> _____ não escreva acima desta linha Pelo presente registro no Carro-Biblioteca do INL, comprometo-me a observar todos os seus regulamentos, bem como comunicar prontamente qualquer mudança de endereço. NOME <u>Marlene Mendes dos Santos</u> ENDEREÇO <u>Avenida Cabo Branco, 204/b</u> BAIRRO <u>Pambau</u> TEL: <u>-</u> LOCAL DE TRABALHO <u>Servente do Grupo Escolar Pres João Pessoa.</u>	N.º <u>1.158</u> Vale até <u>3.7.1970</u> _____ não escreva acima desta linha Pelo presente registro no Carro-Biblioteca do INL, comprometo-me a observar todos os seus regulamentos, bem como comunicar prontamente qualquer mudança de endereço. NOME <u>Eraldo Móbaga</u> ENDEREÇO <u>Juvenal Búcio, 171</u> BAIRRO <u>Selo Plazante: Pato</u> TEL: <u>-</u> LOCAL DE TRABALHO <u>Estudante: Grupo Estadual</u>

Fonte: Arquivo Afonso Pereira. Caixa arquivo do Instituto Nacional do Livro.

Outras observações podem ser registradas a partir das imagens acima, quais sejam: provavelmente os agricultores e domésticas que se utilizavam dos empréstimos os faziam para os filhos, visto que a ficha nº 81 indica que a agricultora Joselita Alves Soares a qual fez o registro como responsável, neste caso provavelmente por um menor de idade. As fichas tinham validade por cerca de um ano, considerando que essas foram da circulação da biblioteca nos meses de junho a setembro de 1969 e indicam validade até 1970. Notamos ainda o espaço para indicação do número de telefone em branco, sugerindo que eram pessoas de baixa condição financeira, considerando que, nesse período, as linhas telefônicas eram fixas e possuir um telefone era sinal de *status* e posses. O número no canto superior das fichas com a data de validade indica a evolução da quantidade de usuários, note-se que, nas imagens expostas, temos as fichas nº 81, nº 633, nº 773 e, por último, a ficha nº 1.158.

Não foi possível mapear os títulos dos livros disponíveis no carro-biblioteca, uma indagação que nos acompanhou durante todo o percurso de levantamento e análise de fontes. Contudo, localizamos a relação dos livros que seriam doados às bibliotecas cadastradas, contendo o quantitativo de livros que seriam designados à Paraíba e o quantitativo geral do almoxarifado do INL, o que nos permitiu trazer para esse trabalho uma exposição qualitativa

dos títulos. Ao final do documento, havia a solicitação da devolutiva do documento preenchido ao INL, sem a qual as doações seriam suspensas. A listagem é composta de 15 páginas, somando 328 títulos, dos quais 1.004 seriam designados para a biblioteca que faria a devolutiva do documento.

O documento não contém a indicação da biblioteca, mas indica que eram destinados à Paraíba, o que nos faz supor que seriam destinados à biblioteca Roquete Pinto (pertencente a Fundação Padre Ibiapina da qual Afonso Pereira era presidente) ou à Biblioteca Central da qual Afonso Pereira estava como diretor à época. Dessa fonte documental, interessou-nos sobretudo os títulos dos livros. Expusemos aqui apenas a página inicial a título de exemplificação, mas a listagem nas páginas seguintes prosseguia ampliando a diversidade de títulos e contemplando a seguinte classificação: Literatura, Línguas, Arte e Recreação, História, Geografia, Informação, Generalidades, Ciências Puras, Tecnologia, Filosofia, Ciências Sociais, Religião e Ciências Aplicadas.

Imagem 46 - Relação dos livros para doação às bibliotecas (1972)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO
SEÇÃO DE BIBLIOTECAS

Interessado: _____ Pedido nº 355/72
Endereço: _____ Em / / 1972

Chefe da S.B. _____ AUTORIZO: _____
Diretora do INL

SB/Nº 37/31.10.72

Nº	NOME DA OBRA	AUTOR	Para Bb.	Quantidade Almozar.
01	Atlas prático dos falares Baianos - Vol. 1	N. Rossi	4	340
02	Atlas prático dos falares Baianos - Vol. 2	N. Rossi	4	340
03	A Muralha	D. S. Queiroz	4	340
04	A vida turbulenta de José do Patrocínio	Magalhães Jr.	4	340
05	As áreas Geo-econômicas	J. Cesar M.	4	340
06	A viuvinha	José de Alencar	4	340
07	A mão e a luva	Machado de Assis	4	340
08	A Biblioteca na Esc. Primária	M. P. Douglas	4	340
09	Afinal a verdade	Eugen Iobl	4	340
10	Arte e comunicação	C. Kelly	4	340
11	A grande aventura de Rondon	Mário G. de Paiva	4	340
12	A Bagaceira	José A. de Almeida	4	340
13	A cidade colonial	Nelson Omega	4	340
14	A Demanda do S. Graal	A. Magne	4	340
15	Almanaque de Seleções 1971		4	340
16	A Biblioteca	Wanda Ferrez	4	340
17	A Normalista	A. Caminha	4	340
18	Auto dos dois ladrões	A. Lisboa	4	340
19	A Constituinte	H. Silva	4	340
20	A missão artística francesa	G. M. Bittencourt	4	340
21	Anchieta o catequista das selvas		4	340
22	Anhangüera	M. Melo	4	340
Sub total			88	7.480

Rogamos devolver, após conferir a presente
relação, sem o que as doações de livros pa-
ra essa Biblioteca serão suspensas.

Data: _____
Assinatura do Bibliotecário ou Responsável _____
Almozarife

SB/Vlo - 31.10.72

Fonte: Arquivo Afonso Pereira, caixa INL.

A narrativa aqui apresentada tentou demonstrar como e qual o resultado da ação de Afonso Pereira no INL, assim como se houve efetivação ou não dos planos de ação do INL no estado da Paraíba. Quanto à efetivação ou não dos planos de ação do INL na Paraíba, consideramos que as ações do INL quanto à viabilização de acesso aos livros e consequente leitura, conhecimento, cultura no âmbito das escolas cadastradas, deu-se em termos de ajuda na constituição do acervo das bibliotecas e com capacitação para os técnicos. Há de se considerar que estamos falando de um período (ano de 1970) no qual, como pondera Romanelli (1986), 31% da população em idade escolar (de 7 a 14 anos) ainda estava fora da escola. Nesse caso, viabilizar o acesso ao livro como suporte não era o suficiente para promover a leitura e o crescimento cultural da população. Eram necessárias ações amplas, políticas públicas educacionais capazes de garantir o acesso à escolarização e, assim, a formação de leitores.

No período aqui analisado, embora o INL tenha sido pouco eficiente na efetivação dos planos anunciados, a exemplo da instalação da unidade cultural na Paraíba. Mesmo servindo a indústria editorial e selecionando as obras a serem disponibilizadas à população, as quais eram, de acordo com o controle e a ação cultural proposta pelo Estado, consideramos que o órgão abriu espaço para circulação de livros através do qual a população teve contato com esse suporte. Ao mesmo tempo, com o programa de doação de livros às bibliotecas registradas, tarefa que efetivamente desempenhou, o INL contribuiu para criação de bibliotecas públicas e disseminação das obras dos autores brasileiros.

Certamente que, nas ações do INL, estavam subjacentes as intencionalidades de cada governo vigente, fosse para transmitir a cultura selecionada por um grupo de intelectuais responsáveis pelo setor de seleção, como Sérgio Buarque de Holanda e historiadores como José Honório Rodrigues (setor de publicações de 1939 a 1946); fosse por exercer controle cultural e informativo como no período do governo militar. Contudo, para além desses objetivos, a circulação de livros promoveu o acesso aos textos que os constituíam, e, sobre isso, devemos considerar, como entende Chartier, que, sempre houve e haverá a busca de instauração de uma ordem, de sua decifração, “[...] a ordem no interior da qual ele deve ser compreendido ou, ainda, a ordem desejada pela autoridade que o encomendou ou permitiu sua publicação” (CHARTIER, 1998, p. 8). Todavia, essa ordem não anula a liberdade dos leitores, ainda que limitada pelas competências e convenções, essa liberdade se desvia e reformula significações.

Não podemos dizer que houve a efetivação de uma política nacional do livro como quis o INL desde sua criação, mas, mesmo caminhando de acordo com os interesses de cada governo, o instituto e sua atuação tiveram um papel nos alicerces para a instalação das bibliotecas. Fossem apenas estantes de livros, de alguma forma contribuiu para a aproximação

do público com os livros, que pelo menos, teve acesso a essas “estantes com livros” nas cidades nas quais elas foram organizadas ou aos livros por um curto período (dias) nas cidades e bairros pelos quais o carro-biblioteca circulou.

Em Afonso Pereira, vimos a preocupação e o empenho com a mudança da função de biblioteca como lugar guardião de cultura erudita, acessível a poucos, para um lugar com função educativa facilitadora da aprendizagem. Para tanto, ele aproveitou as oportunidades que foram surgindo, inclusive aceitando estar como representante do INL. Logicamente que, nossa narrativa se situa no presente sob o olhar do historiador que percebe o acontecido no passado (o funcionamento/objetivo do INL) e analisa/transmite ao leitor pela escrita (a narrativa deste trabalho) e não nos compete mensurar a percepção do intelectual acerca de sua participação naquele órgão. A análise das fontes nos mostrou as suas ações à frente do cargo que ocupou.

Talvez Afonso Pereira até tenha tido a percepção sobre o Instituto quanto ao seu atrelamento aos objetivos políticos e ideológicos dos governos, sobretudo no período ditatorial, narrativa que não encontramos nos relatórios que ele elaborou e enviou ao INL. Logicamente porque, mediante o cargo que ocupava, não lhe era conveniente narrativa crítica num documento oficial, os relatórios, em relação ao Instituto cuja representação lhe foi confiada. A nosso ver, o professor e intelectual aproveitou a oportunidade que teve, atuou em prol da efetivação dos planos do INL, ampliando, inclusive, o modo de atuação do carro-biblioteca como pudemos observar.

Ao mesmo tempo, mais do que representar bem o INL na Paraíba pondo-o em atividade mais efetiva no estado, Afonso Pereira foi um mediador cultural, pois viabilizou a recepção dos livros, objetos culturais, à população Paraibana. Sobre sua permanência como representante do INL, em nosso mapeamento de fontes, localizamos apenas o relatório de 1969, e ofícios enviados até junho de 1970. Daí por diante, localizamos correspondências dele com o INL a partir da Biblioteca Roquete Pinto e Biblioteca Central da UFPB.

5.6 Orientações/recomendações educativas de Afonso Pereira aos diretores, docentes e discentes

Nesta sessão, nossa intenção foi perscrutar as orientações e recomendações que Afonso Pereira dava aos sujeitos constituintes das escolas vinculadas à Fundação, com as quais Afonso Pereira mantinha estreita relação, não apenas por tê-las instalado, mas por sua ação enquanto intelectual criador e mediador. Observamos que Afonso Pereira, em sua multiplicidade de ações, cuidou da operacionalização no sentido prático para a instalação das escolas, mas

também cuidou das questões pedagógicas, orientando, indicando condutas, promovendo palestras, formação. Percebemos que ele, sobretudo nos anos iniciais de funcionamento das escolas, acompanhava minuciosamente, demonstrando preocupação e pensando ações para cada empecilho que se apresentava.

Temos a clareza de que, neste estudo, não foi nossa intenção examinar as instituições escolares, investigando e descrevendo a vida escolar no interior das escolas instaladas por Afonso Pereira. Para um estudo dessa natureza seria necessário redimensionarmos os objetivos, contemplando o estudo dos saberes escolares, práticas educativas, currículos, métodos de ensino, normas disciplinares, eventos realizados etc. (NOSELLA; BUFFA, 2013).

Para a tarefa historiográfica desta sessão, consideramos as correspondências trocadas entre Afonso e os diretores escolares, ofícios expedidos, relatórios elaborados pelas escolas e os elaborados pelo próprio Afonso Pereira, os quais foram essenciais para que construíssemos as teias que nos possibilitaram vislumbrar quais foram as suas orientações e recomendações educativas e como foram divulgadas.

Em carta enviada ao Conego Joaquim Simões, diretor do Ginásio 4 de Julho, em março de 1958, Afonso Pereira disse:

João Pessoa, 5 de março de 1958

Cônego Joaquim Simões.

Pax et salus!

Estive até ontem com o José Creuzo, o qual por estas horas, deve estar preparando procedendo às provas de exame de admissão da Escola Comercial Adelino Pinto, de Antenor Navarro, por mim fundada e organizada.

Vi as provas corrigidas, com as notas atribuídas pelos examinadores. Lamentei que o número de inabilitados fosse relativamente grande, se considerando que mantivemos um curso permanente de admissão. Por outro lado, vem isto comprovar que o curso primário está arrasado.

Diante disto estou no firme e inabalável propósito de manter em Araruna, como em todas as nossas Escolas, os cursos primário e de admissão, além do pré-primário (jardim de infância). Do contrário, como alimentar as classes do curso médio (ginásio, comércio) sem alunos capazes, de mentalidade para as dificuldades de cálculo e das línguas?

De qualquer forma, dou graças a Deus/ pela admirável vitória do povo de Araruna, não obstante sentir que se é a mim e ao ilustre apóstolo imenso o peso dos compromissos.

Com exclusão de Geografia e História Geral e do Brasil, cujos programas ainda não foram distribuídos/ pelo Ministério, já estão pela Fundação Padre Ibiapina adotados para as suas escolas livros de Matemática, Desenho e Português, a fim de que haja uma só orientação e sistematização e melhor rendimento escolar. Quanto às aulas de Geografia e História, deve o professor guiar-se pelos compêndios do Ginásio (primeira e segunda série), até que

venham novas instrução acerca de programas. Não é bom que os alunos aprovados comprem agora os livros de Geografia e História, assim como os de Caligrafia.

Sugiro que o prezado Diretor a obrigatoriedade da compra, de parte dos alunos, dos livros adotados, sem/ que não podem concluir bem os estudos. Aliás, é esta falta de adoção de livros uma das falhas do ensino médio no país. Outra recomendação é aquela que se prende à ordem e disciplina em classe, o respeito do aluno para com o mestre e a dignidade dêste para com o aluno. Não tolerar o plágio, não tolerar o mal exemplo, não facilitar nos exercícios, deixar os alunos trabalharem, produzirem, renderem. Confidencialmente me afirmou o inspetor que índice médio de mentalidade do aluno aí é abaixo do normal. Expliquei isso resultar do ambiente de abandono que tem vivido a terra de Pereira da Silva. Isto resulta de um estado de coisas, terrível, abssalador.

Em questão de moral e de respeito, melhor do que eu sabe como proceder, com a prudência característica. Não devemos nunca aceitar uma afirmação como esta: “Afinal, é um estudante da escola de Araruna!” Isto seria ignominioso para nós que alimentamos um ideal mais alto de pureza das instituições, em particular da instituição de ensino e da educação.

O inspetor José creuze está remetendo, por meu intermédio, as provas escritas e o mapa de aprovados e inabilitados. Autorizou dar início imediato às matrículas, a fim de que não sofra solução de continuidade.

Voltando ao assunto dos livros, dentro de poucos dias seguirão os restantes para revenda dos alunos, pelo preço de capa. Não deixe pois que comprem fora. Com efeito daqui para o início das aulas, ainda nos separam alguns dias. É bom não esquecer a instalação de uma caixa escolar, assim como da confecção da bandeira, a qual deve conter o símbolo da Fundação Padre Ibiapina. O curso primário deve ter inicio imediatamente, principalmente o curso de admissão. Para os professores seguirão outros compêndios a fim de melhor se instruem.

O material de Secretaria está sendo confeccionado em Recife, inclusive as cadernetas. Tudo de acordo com os dispositivos da lei do ensino.

De resto, já está avançada a ora, pelo que devo fazer ponto final, com minhas recomendações.

Afonso Pereira. Avenida General Osório 77- João Pessoa-PB (SILVA, 1958, n.p.).

Afonso Pereira iniciou a correspondência partilhando ao Cônego a notícia da realização do exame de admissão na escola Adelino Pinto²⁷. Pelo exposto, ele afirmou ter analisado outros exames já realizados pelo inspetor José Creuze e manifestou sua preocupação com o elevado índice de inabilitados no exame, mesmo com o curso anual de admissão que, em tese, prepararia os alunos para a referida avaliação. Para ele, aquele resultado comprovava o nível deficitário do ensino primário. Razão pela qual se fazia necessário manter, não só em Araruna, mas em

²⁷ A Escola Comercial Adelino Pinto não foi incluída na listagem deste estudo por ter sido fundada e organizada por Afonso Pereira, mas não estava vinculada à Fundação Padre Ibiapina. Trata-se do trabalho que Afonso fazia em parceria com autoridades municipais na organização do processo de instalação e assessoramento às escolas a pedido de amigos e políticos de suas redes de sociabilidade.

todas as escolas da Fundação, “[...] os cursos primário e de admissão, além do pré-primário (jardim de infância). Do contrário, como alimentar as classes do curso médio (ginásio, comércio) sem alunos capazes de mentalidade para as dificuldades de cálculo e das línguas?” (SILVA, 1958).

Mais adiante, Afonso Pereira explicou ao diretor que já haviam sido adotados os livros de Matemática, Desenho e Língua Portuguesa, para que todas as escolas seguissem “[...] uma só orientação e sistematização e melhor rendimento escolar” (SILVA, 1958). Quanto às aulas de Geografia e História, orientou que, enquanto o Ministério da Educação não enviasse as orientações dos programas das disciplinas, os professores seguissem os livros da primeira e segunda série do ginásio. Essa fala de Afonso Pereira indica que ele orientava as escolas de modo a seguirem à risca as orientações curriculares estabelecidas pelo MEC. Na sequência, sugeriu ao diretor que os alunos adquirissem os livros, para que a aprendizagem fosse mais efetiva, postulando, inclusive, que um dos problemas do Ensino Médio brasileiro era a não adoção de livros.

Feitas as orientações curriculares e quanto ao livro didático, o professor passou a recomendar sobre questões disciplinares, nas quais a relação professor-aluno deveria ser permeada pelo “[...] respeito do aluno para com o mestre e a dignidade deste para com o aluno. Não tolerar o plágio, não tolerar o mal exemplo, não facilitar nos exercícios, deixar os alunos trabalharem, produzirem, renderem” (SILVA, 1958).

Na fonte aqui em evidência, percebemos o quanto Afonso Pereira prezava pela imagem dos alunos e das escolas, pois ele compartilhou que o inspetor afirmou o baixo índice cognitivo dos alunos da região, considerando abaixo do normal. Isso a julgar pelos resultados dos exames de admissão. O professor não concordava que os alunos fossem classificados daquela forma, primeiro porque o baixo rendimento era resultado do abandono no qual o interior vivia quanto à educação, depois, porque seria uma desonra para eles que alimentavam, “um ideal mais alto de pureza das instituições, em particular da instituição de ensino e da educação” (SILVA, 1958).

Consideramos essa recomendação de Afonso Pereira bem oportuna, sobretudo porque os estudos que tratam sobre ensino-aprendizagem comprovam que os níveis de aprendizagem de um aluno não estão exclusivamente condicionados ao nível cognitivo, ele é influenciado por uma série de condições extraescolares, dentre elas questões sociais, econômicas, emocionais e familiares. Somado a isso, as questões intraescolares, como metodologias, materiais didáticos, estrutura escolar, relação professor-aluno também influenciam diretamente no desempenho dos aprendizes. Dessa forma, classificá-los naquela época como sujeitos com baixo índice

cognitivo, face à situação de carência de oferta de educação era por demais incoerente e discriminatório.

Por fim, Afonso Pereira voltou novamente à questão dos livros didáticos, recomendando que fossem repassados aos alunos pelo preço de capa, o que significava que seriam vendidos pelo preço das editoras. Pensamos que essa orientação talvez tenha sido em razão da condição financeira dos alunos e uma tentativa de que o maior número possível pudesse ter acesso aquele instrumento didático. Destacamos que, no Brasil, só passamos a ter um programa de livros didáticos a partir de 1966 através do acordo entre o MEC e a Agência Norte-americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), quando foi criada a Comissão do Livro Técnico e Livro Didático – COLTED, e assegurados recursos para distribuição gratuita de 51 milhões de livros didáticos, apenas para o Ensino Fundamental (BRASIL, 2021). Na correspondência aqui em análise, outras orientações finais foram dadas por Afonso Pereira quanto à confecção de uma bandeira para escola contendo o símbolo da Fundação, o início imediato do curso primário e de admissão e o aviso de envio de livros para consulta dos professores.

Às vezes, as recomendações seguiam um padrão mais técnico por meio de ofícios enviado aos diretores, tal como o enviado por Afonso Pereira aos diretores em janeiro de 1972, explicando sobre a reforma de ensino de 1º e 2º Graus. Para exemplificar, transcrevemos o ofício nº 20/72 enviado a Isabel Fernandes Dantas, diretora do Ginásio Professor Afonso Pereira.

Senhora Diretora.

Solicitamos de V. Excia. Colocar-se a par da reforma do ensino, a qual compreende:

1. A união do antigo curso primário (de quatro séries) com o ginásio, assim:

4 séries do curso primário e as 4 séries do curso ginasial= fundamental de 1º grau (8 séries);

3 séries do antigo 2º ciclo = fundamental do 2º grau (ensino médio);

b) o exame de admissão foi substituído pelo teste de classificação, sendo aproveitados os alunos de conformidade em o número de vagas, a classificação sendo feita pelo nº de pontos. Quer isto quer dizer que um aluno pode tirar a nota 1 (um) ou mesmo 0,1 (um décimo) em uma disciplina e ser classificado, se n' outra disciplina (ramos de conhecimento) êle houver tirado nota elevada;

c) é preciso observar que o curso de admissão denomina-se, hoje, de quinta série e que o teste não é exigido para o aluno que apresentar o HISTÓRICO ESCOLAR DAS QUATRO SÉRIES PRIMÁRIAS, de educandário oficial (Grupo Escolar Estadual ou Municipal), ou de secundário particular idôneo, autorizado pelo Conselho Estadual de Educação (Colégios de freiras, etc.).

d) o aluno que possuir o antigo certificado de admissão matricular-se-á na 5ª série fundamental (antiga 1ª série ginasial).

e) o teste de classificação (alguns querem denominá-lo de teste de avaliação...) compreenderá, ainda este ano, conhecimentos de português e matemática, o que, a partir de 1973 será modificado, até um dia extinguir-se. [...]

Atenciosamente.

Prof. Afonso Pereira da Silva Presidente (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1972, grifo do autor)

Sobre a Reforma do Ensino, Lei, nº 5.692/71 e sua operacionalização, Afonso Pereira planejou ainda no ano de 1972 realizar um encontro com todos os diretores e secretários escolares para estudo e orientação ao cumprimento da Lei, no entanto alegou não ter sido realizado por falta de meios, vindo a acontecer no dia 18 de abril de 1973. No encontro, a ênfase recaiu na estrutura curricular, “com o estudo e análise das Resoluções dos Conselhos Estadual e Federal, concernente à matéria, bem como à seleção das disciplinas e cursos e da qualificação dos professores e administradores” (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1973).

Para o educador, o cumprimento efetivo da Reforma na Paraíba iria exigir muito empenho e sacrifício, sobretudo pelas modificações nas disciplinas profissionalizantes, para as quais faltavam, em grande escala, professores especializados, ao passo que aqueles que estavam aptos não encontravam nas escolas remuneração condigna (FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA, 1973).

Já nos ocupamos, anteriormente, em parte, de comentar sobre reforma do ensino de 1º e 2º Graus, mas é importante situar que ela foi fruto das ações de redefinição da política educacional brasileira implementadas pelo governo do regime militar, a partir de 1964. Sob a justificativa de promover o desenvolvimento econômico com segurança, fazer com que o sistema educacional superasse a baixa produtividade e fosse capaz de atender as demandas econômicas, gerando os recursos humanos necessários, o governo firmou acordos com empresas internacionais, tratou de implantar um modelo educacional voltado para produtividade, consagrando tendências tecnicistas e burocráticas na educação (ROMANELLI, 1986; SAVIANI, 2013).

Algumas medidas foram tomadas, dentre elas, a promulgação da Lei nº 5.692, de 1971, que fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º Graus. Sinteticamente a Lei propunha:

1. A extensão da obrigatoriedade escolar;
2. A eliminação de parte do esquema seletivo das escolas;
3. A eliminação do dualismo educacional (ensino secundário x ensino profissional) proveniente de um dualismo social mais profundo;
4. A previsão mais objetiva de meios de execução das reformas;
5. A profissionalização, em nível médio;
6. A cooperação das empresas na educação;

7. A integração geral do sistema educacional desde o 1º grau ao superior (ROMANELLI, 1986, p. 253).

Não há dúvidas que a referida Lei representou mudanças profundas no nível médio do sistema educacional brasileiro. Contudo, algumas incoerências são visíveis dentre elas “a antecipação para iniciação ao trabalho”, sem a clareza de como isso seria conseguido; assim como a “aplicação da reforma na zona rural”, considerando que para a implantação da reforma se fazia necessário “a integração de recursos humanos e materiais”, algo difícil de ser efetivado quase que na totalidade da zona rural brasileira (ROMANELLI, 1986, p. 251). A partir das considerações de Otaíza Romanelli, conseguimos situar a preocupação de Afonso Pereira em relação à implantação da reforma, isso porque, embora as escolas estivessem localizadas nas cidades do interior da Paraíba, as condições de existência eram semelhantes às da zona rural.

Prosseguindo na busca pelas orientações educativas de Afonso Pereira às escolas, localizamos um estilo comunicativo mais intimista, carregado de subjetividade nas correspondências trocadas com o círculo de diretores com os quais ele tecia vínculos mais próximos, ou seja, uma relação de amizade, como podemos perceber nas comunicações com Hugo Rodrigues, diretor da Escola Comercial Monsenhor Morais, terra natal de Afonso Pereira.

Hugo era um jovem estudante do curso Direito e Filosofia que Afonso Pereira designara diretor da escola no ano de 1959, recomendando-o ao Juiz Severino Guedes: “Estou apresentando-lhe o nosso Diretor da escola Comercial Monsenhor Morais. [...] Vai ele instruído para cuidar da escola, e por isso, procurará ser amigo de todos, indiferente das facções político-partidária” (SILVA, 1959). Contudo, o jovem diretor estava a enfrentar dificuldades quanto às questões disciplinares na escola e a convivência com o secretário escolar, comunicadas ao amigo e presidente da Fundação. Em resposta, Afonso Pereira assim se dirigiu ao diretor:

Prezado professor Hugo,

Abraço cordial.

Resposta à sua carta de 14-7-59.

Quero o seu bem. Você faz parte da mesma família integrante da Fundação. Não ligue a desaforos. Qualquer coisa mais grave me comunique. Terá toda a garantia.

Dedique-se à Escola Comercial que, anteontem, requeri ao Ministério. Peço que providencie os documentos dos professores, o mais cedo possível. Atendendo a convite do Ministério, viajarei, domingo a Pôrto Alegre. N’outra oportunidade você é que ira. Quero que todos participem da vida ativa da Fundação. Não recebi, ainda, do Liceu seu histórico-escolar. [...].

Você é senhor no que se refere à administração e disciplina da Escola.

[...]

Procure reter a amizade de professores e alunos e dos pais de família. Faça vez por outra, reunião e conclame todos ao estudo. O exame de admissão será em dezembro. Isto eu conseguirei no Rio, desta feita. [...]

Afonso Pereira (SILVA, 1959, n.p.).

O texto da missiva prosseguiu com Afonso Pereira comunicando o envio de máquinas de costura e de datilografia para os cursos artesanais. Como podemos observar, nessa comunicação, há a expressa orientação de estratégias para a interação do diretor com a comunidade escolar, a fim de superar os problemas existentes quanto à indisciplina e relações interpessoais. Embora Afonso Pereira delegasse autonomia administrativa e pedagógica ao diretor, fez recomendações que representam características de uma gestão democrática pautada no diálogo.

Em nova correspondência enviada no dia 27 de julho deste mesmo ano, Afonso Pereira tornou a orientar o diretor quanto ao estabelecimento dos vínculos com a comunidade escolar, pedindo que visitasse os sítios e encorajando-o a entrosar-se com a população:

[...] Não deve retrair-se. Faça de acordo com as sugestões, que dará certo. A Fundação Padre Ibiapina é um nome que lhe deve estar presente. Trata-se de uma família, família de idealistas, de pessoas que desejam realmente melhorar o ensino, a educação e a cultura na Paraíba. E você será elemento indispensável nessa cruzada (SILVA, 1959).

Encerrando nossa exposição dos vestígios desse vínculo comunicativo com o referido diretor, numa correspondência enviada em 25 de março de 1961, ao tratar da construção do prédio escolar Afonso Pereira, propôs que ele “[...] não se preocupe tanto a não ser com o bom rendimento escolar, com o normal andamento dos trabalhos, com a disciplina, com a condição do mestre e do educando. Seja um forte prudente, um esperto agradável, sem atrair repulsas” (SILVA, 1961). Por fim, sobre as questões disciplinares, disse que o apoiava, mas advertiu para que fossem respeitadas, “todavia a liberdade e a dignidade da pessoa humana, infundindo no estudante a certeza do caminho correto, cheio de esperança e confiança em seu próprio destino” (SILVA, 1961).

Aos alunos e professores, percebemos que as orientações e recomendações de Afonso Pereira davam-se principalmente através dos discursos nas solenidades das quais ele participava, nos cursos de formação, nos encontros que ele promovia com alunos e professores, cujos vestígios encontramos também em páginas dos jornais. Vejamos duas das mensagens de Afonso Pereira direcionadas aos estudantes.

Por ocasião de ser paraninfo dos concluintes do Colégio Sólon de Lucena, em 19 de dezembro de 1959, o professor e intelectual após fazer uma análise do sacrifício que foram os quatro anos do curso para os alunos, afirmou que a agora eles podiam ver o mundo claramente. Enfatizou para lembrarem que o Nordeste precisava deles. “No comércio, na advocacia, na engenharia, na arte, ele espera ansioso pela vossa presença, tanto tempo ele já clama por vós, pedindo a libertação das forças potenciais, dos seus recursos que dormem e que somente tendes o condão de fazer despertar” (SILVA, 1959).

Nas palavras seguintes, observamos a recorrência do pensamento de Afonso Pereira em defesa do acesso dos alunos ao prosseguimento dos estudos até a universidade e, portanto, assim ele os estimulava a buscarem aquele espaço: “Prossegui nos vossos estudos; não fiquéis na satisfação desta parada de meio caminho. Procurei os cursos seguintes, os vestibulares e as faculdades. Engenharia, medicina, direito, economia. [...]” (SILVA, 1959).

Na mensagem proferida por ele em nome da Fundação Padre Ibiapina aos concluintes do Ginásio Comercial de Caiçara no ano de 1966, por ocasião da solenidade de conclusão do curso, Afonso Pereira assim se expressou:

Aos concluintes do Ginásio Comercial de Caiçara, a Fundação Padre Ibiapina quer augurar futuro tranquilo que somente a profissão, através do diploma pode garantir.

Em meu nome pessoal, que no início mal pude sustentar os estudos, quero lembrar aos jovens diplomados que parar não é próprio do homem e que o destino de cada um é o que puder oferecer, pela ciência e pela personalidade. A universidade é a meta final do estudo, ela mesma se liberta.

O ginásio é de todos, e não tem dono. Caiçara deve zelar-lhe e defender como ‘menina dos seus olhos’ e todo sacrifício é diminuto, diante da grandeza que constrói no homem que está acima do Universo.

Ao Diretor, ao pessoal administrativo, aos mestres e aos pais presto, neste instante de união sagrada, a homenagem de quem lhes sentiu o sacrifício de instruir e educar.

Dr. Afonso Pereira da Silva (SILVA, 1966, n.p.).

Como podemos ver, na mensagem Afonso Pereira incentivou os jovens a estudarem, propagando a ideia que apenas uma profissão, alcançada pelo estudo, seria capaz de garantir-lhes um futuro. Continuando, trouxe seu exemplo de vida, um estudante pobre que mal podia manter-se nos estudos para dizer aos concluintes que não deviam parar naquela etapa formativa. A universidade deveria ser a meta de todos. Nessa frase, percebemos que a orientação do educador aos estudantes em nada se aproximava do projeto educativo em cursos na ditadura militar, que visavam a profissionalização como um projeto utilitarista e discriminador. Utilitarista porque buscava exclusivamente a preparação e inserção imediata no mercado de

trabalho através de uma educação tecnicista; discriminador porque a escola em que estavam sendo abertas as oportunidades à população não tinha como pretensão o exercício da cidadania e ascensão social (XAVIER; RIBEIRO; NORONHA, 1994).

Nas páginas dos jornais foi onde mais encontramos vestígios de como Afonso Pereira protagonizava junto aos discentes. Na matéria veiculada no Jornal A União, de 15 de junho de 1962, com o título Diretrizes e Bases no Ensino Secundário, na qual foi noticiada a presença de Afonso Pereira na cidade de Alagoinha para discorrer sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, momento em que estava presente grande número de alunos e pessoas interessadas. Nesta palestra, Afonso Pereira incentivou aos alunos para “lutarem pela aquisição de donativos e ou outros meios financeiros para edificação do prédio” (JORNAL A UNIÃO, de 15 de junho de 1962).

Nesse mesmo ano, na matéria intitulada “Concentração Estudantil no Cariri para a divulgação de nossos temas”, veiculada no Jornal O Norte, em 27 de novembro de 1962, foi noticiada a realização de duas reuniões nos dias 24 e 25 de novembro, nas quais o professor Afonso Pereira falou “ao povo, especialmente para estudantes e professores e pais de família.” (O Norte, em 27 de novembro de 1962, n.p.), do Ginásio Comercial Abgar Renault.

Afonso Pereira foi convidado para este evento pelo diretor da escola, o Juiz Amauri de Barros, ocasião na qual “o mestre paraibano orientou os trabalhos e debates, ouvindo a todos e a tudo anotando, motivando a futura concentração educacional popular, em praça pública, que se realizará no começo do próximo ano.” (O Norte, em 27 de novembro de 1962, n.p.). Na conclusão, a matéria informou que Afonso Pereira juntamente com os estudantes, deixou em modo de organização a Associação dos Estudantes de Sumé. A concentração educacional popular mencionada certamente se trava dos comícios de educação.

Em mensagem à turma pioneira do Ginásio de Umbuzeiro, em 1963, Afonso Pereira manteve continuidade da mesma linha de argumentação nos discursos anteriores, instando os alunos a prosseguirem nos estudos: “Sigam outros itinerários; tomem outros rumos, não pretendam parar: parar é perecer, parar é desordenar, para é desumanizar!” (SILVA, 1963). Por último, o professor pediu aos alunos que não esquecessem todos aqueles que estiveram fazendo parte de suas vidas naquele percurso, nomeando-os a cada um: “os vossos mestres, o vosso diretor e vosso admirável e humilde secretário; os vossos pais e vossas mães e todos aqueles que tiveram para conosco uma palavra amiga, um conselho prudente, uma censura corretiva. Ide adiante, sede felizes. O mundo voz aguarda” (SILVA, 1963).

Mediante as narrativas/orientações/recomendações de Afonso Pereira trazidas à baila, percebemos uma prática particular na qual buscava envolver alunos, diretores, professores,

comunidade escolar nas ações em prol da escolarização da população das localidades em que as escolas estavam inseridas. Suas orientações/recomendações podem ser classificadas como de caráter pedagógico abrangendo currículo, questões disciplinares, organização escolar, mas também eram de caráter humanista, haja vista que era visível o respeito ao outro, à dignidade humana, à autonomia dos educandos. Somando a essas características, percebemos em Afonso Pereira a busca por despertar o sentimento de construção coletiva e participativa de todos, assim como a construção de um imaginário social acerca da importância da educação; individualmente, para a vida de cada estudante, e coletivamente, para a sociedade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao buscarmos compreender a atuação do professor Afonso Pereira na educação paraibana, a partir do questionamento de como ele contribuiu para a expansão da educação na Paraíba, por assim dizer, inicialmente, direcionamos nosso olhar para sua origem familiar e os caminhos que ele percorreu profissionalmente. Nisso, vimos a atuação de um homem de vida multifacetada: de origem familiar pobre, com a formação educacional trilhada nas escolas da ordem franciscana, foi professor, jornalista, escritor, parlamentar, administrador, dentre outras funções que exerceu na vida pública. Suas atividades profissionais muitas vezes foram exercidas concomitantemente, estavam interligadas, de modo que o individual e o social convergiam sempre para a educação, representando uma prática histórica particular ancorada na educação, e não é à toa que nela encontra-se o seu principal legado.

Nos espaços pelos quais Afonso Pereira circulou exercendo funções, vimos um intelectual envolvido na criação e divulgação de produtos culturais empenhado para que sujeitos de diferentes faixas etárias tivessem acesso à educação, para isso, buscou construir redes de sociabilidade, o que lhe favoreceu ao desenvolvimento desse trabalho. Através de suas narrativas, utilizando os diversos suportes para ecoá-las, Afonso Pereira mostrou-se, a sua época, um crítico da forma como a educação estava sendo encaminhada, apontando as mudanças necessárias, num cenário de evidente exclusão social. Através da circulação de ideias nos jornais, livros e correspondências, instigou a valorização e o investimento na Cultura e na educação, refletindo sua percepção da necessidade de mudanças para uma sociedade arcaica em lenta transição, no que diz respeito à aquisição de conhecimentos escolarizados.

Afonso Pereira teve a preocupação de criar condições para que o aluno das diferentes camadas sociais, sobretudo os mais pobres, tivessem acesso à escolarização, se profissionalizasse. Nos anos de 1950, o Brasil, um país de tradição rural, vivenciava os indícios de modernização, no qual a industrialização, com a implantação de fábricas, passava a exigir mão de obra qualificada, provocando a reelaboração do discurso sobre a formação educacional, antes destinada à elite. Nessa mudança da concepção vigente, os mais pobres precisavam também ter acesso ao trabalho de forma mais qualificada, para isso, precisavam de escolarização, visando, com a mão de obra minimamente instruída, promover o “progresso” dessa mesma sociedade marcada pela exclusão social.

Face a essa demanda, Afonso Pereira ocupou um espaço que a política de Estado não estava cumprindo, o de promover educação que subsidiasse uma profissão, ação efetivada através de sua atuação na Fundação Padre Ibiapina. Afonso Pereira enxergou uma política

educacional que os grandes centros urbanos já estavam oferecendo de forma pública em alguns estados da federação, voltada para profissionalização do filho do pobre, algo insipiente na Paraíba, naquele momento. Pensou um projeto capaz de cumprir, naquele contexto histórico, com a tarefa fundamental de oportunizar a educação profissional para a população pobre da Paraíba, iniciativa, segundo sua própria concepção, imprescindível para alcançar o progresso social. Entendendo que se fosse apenas esperar o Estado agir nesse sentido, talvez nada fosse realizado ele lançou mão do projeto de criação de uma Fundação de fins educativos e filantrópicos, através da qual, em parceria com o setor público, passou a instalar escolas na Paraíba, nos espaços nos quais havia pouca ou nenhuma oferta de escolarização.

A escolarização no nível do ensino profissionalizante nos anos aos quais nos referimos neste estudo, abriria possibilidades de inserção dos sujeitos no mercado de trabalho, em expansão naquela época. Simbolicamente, num contexto de extremo analfabetismo, dizer que tinha uma formação de nível médio especializado ao trabalho representava possibilidade de projeção nos espaços sociais de exercício da cidadania.

Diante desse contexto, o presente estudo revelou que, ao buscar expandir a educação através das escolas comerciais na Paraíba, que oferecia o curso comercial básico e o comercial técnico, a intenção de Afonso Pereira não era apenas oportunizar uma profissão, mas também propiciar o acesso à educação no sentido amplo, que trouxesse igualdade de oportunidades, que diminuísse a exclusão escolar da população do interior, denotando sua percepção da educação como um caminho para melhoria de vida, em face da lenta realidade produtiva em ascensão.

Embora o projeto principal de Afonso Pereira fosse voltado para a instalação de escolas comerciais e profissionais, ele, pela visão ampliada que tinha da educação, reconhecia a ausência de ações efetivas do governo federal na oferta de instrução primária, que estava sob o encargo dos estados no que se refere ao custeio e à legislação. Na presidência da Fundação Padre Ibiapina, pela circularidade social e conhecimento, ele sabia como estava sendo implementado o ensino, buscou recursos para a construção das escolas e, pela percepção da importância do ensino primário, o incluía nas escolas que instalava como via fundamental nesse intento preconizado.

Destacamos ainda o significado das escolas profissionais que, ao ofertar os cursos artesanais, cursos livres, como evidenciado na análise das fontes, desempenharam o papel de pilares para o nascedouro das instituições escolares nas cidades do interior da Paraíba, nas quais o ensino chegava vagarosamente e insuficientemente pelas “mãos” do poder público. Além disso, essas escolas ainda tiveram um significado social ao contribuir para que mulheres e

homens vivenciassem experiências de aprendizagens que podem ter transformado suas vidas e o meio social no qual estavam inseridos.

Quanto ao processo de instalação das escolas, o estudo mostrou que Afonso Pereira para conseguir instalar e fazer funcionar as escolas, criou projetos a fim de conseguir subvenções dos governos e, como tal, utilizou-se, em vários campos de atuação, do debate educacional como referência do diálogo no espaço público; instrumentalizando-se das mesmas estratégias das narrativas políticas (comícios de educação), lançou mão de seu bom relacionamento com autoridades na Paraíba e em outros estados para conseguir recursos; por meio do diálogo, conseguiu doação de terrenos; envolvendo a comunidade de cada região, levantou campanha para arrecadação de fundos, buscou trabalho voluntário de professores, juizes, médicos, religiosos e da comunidade, (também gerou empregos para professores e funcionários). Prosseguindo o trabalho à frente da Fundação, contribuiu para a expansão da educação como elemento indispensável ao exercício da cidadania. Como pudemos comprovar, as atividades das escolas instaladas alcançaram as diversas regiões da Paraíba, situadas do sertão ao litoral paraibano.

Sobre nossa caminhada na pesquisa, tentamos dar conta dos objetivos propostos, encontrar respostas as nossas indagações, contudo, o objeto é inacabado, nisso reside a riqueza de uma pesquisa em História da Educação. Sendo assim, ao longo da pesquisa, foram aparecendo indícios e possibilidades para novas pesquisas que ficarão para outras investigações sobre o mesmo objeto, para nossos estudos posteriores e de outros pesquisadores que desejarem se debruçar sobre eles. Nesse sentido, Afonso Pereira, a Fundação Padre Ibiapina, as escolas instaladas ensejam novos estudos, tais como: a vida escolar, as normas disciplinares, a materialidade escolar, os métodos de ensino utilizados nas escolas da Fundação, o material didático utilizado, a cultura escolar, as práticas escolares através das memórias dos sujeitos que estudaram nas escolas, o resultado da escolarização na trajetória de vida dos sujeitos que dela participaram, a utilidade da exigência prática da certificação, dentre outros que se constituem como temas que emergiram do estudo e abrem novas indagações.

Quanto à contribuição de nosso estudo para a História da Educação, pensamos que ele cumpre um papel de dar visibilidade sobre como um intelectual planejou e implementou a oferta de Educação na Paraíba num determinado período, constituindo-se enquanto importante investigação de base para a interpretação da História da Educação da Paraíba, além de registrar, no debate acadêmico sobre a educação, a experiência de um intelectual paraibano, Afonso Pereira.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Jayme. A Educação Secundária no Brasil: Ensaio de identificação de suas características principais. *In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 86, n. 212, p. 39-84, jan./abr. 2005. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/2936>. Acesso em: 03 mai. 2021.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Bibliotecas Públicas e Bibliotecas alternativas**. Londrina: Eduel, 1997.
- ALMEIDA, Rodrigo Davi. Ensaio sobre as contribuições teórico-metodológicas de Jean-François Sirinelli, Jean Paul Sartre e Norberto Bobbio para a história, a definição e a função social dos intelectuais. **Revista Territórios & Fronteiras**, v. 5, n. 2, p. 21-41, 2012.
- ALVES, Cláudia. Jean-François Sirinelli e o político como terreno da história cultural. *In: LOPES, M. T. L.; FARIA FILHO, L. M. de (Orgs.). Pensadores sociais e história da educação II*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 111-133.
- ALVES, Cláudia. **Contribuições de Jean-François Sirinelli à história dos intelectuais da educação**. 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/part/Downloads/47879-Texto%20do%20artigo-197830-2-10-20191218.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2020.
- ANCAR Paraíba. **Revista Tecnologia & Ciência Agropecuária**. 2021. Disponível em: <https://revistatca.pb.gov.br/emater-pb/historico>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia**. 3a. ed.. São Paulo: Moderna, 2006.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA. **Sessão homenageará Afonso Pereira**. 2007. Disponível em: <http://www.al.pb.leg.br/1499/sexo-homenagear-afonso-pereira.html>. Acesso em: 01 abr. 2020.
- ASSIS, Ailton. **Um lampião dentro da mala: O Arquivo Pessoal de Octávio Pacheco – memória e autobiografia**. 2009. 264 p. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de São João Del Rei, São João Del Rei, 2009.
- AVELAR, Alexandre de Sá. Escrita da história, escrita biográfica das possibilidades de sentido. *In: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (Orgs.). Grafia da vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica*. São Paulo: Editora Letra e Voz: 2019.
- AZEVEDO, Fernando *et al.* Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. **A Educação entre dois mundos: problemas, perspectivas e orientações**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1958.
- BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. *In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 23-79.
- BISPO, Antônio Alexandre. (Ed.). **O Colégio São Luís de Tolosa como centro de formação religiosa e da prática musical** - a banda a serviço do projeto anti-secularizador em interações

de alemanidades. Rio Negro (PR), 2014. Disponível em: <http://revista.brasil-europa.eu/151/Colegio-Rio-Negro.html>. Acesso em: 30 jun. 2020.

BOMENY, Helena. **Os intelectuais da educação**. 2º ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BOMENY, Helena. **Educação e desenvolvimento**: o debate nos anos 1950. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Educacao/Anos1950>. Acesso em: 19 mar. 2021.

BONITO DE SANTA FÉ. **História de Bonito de Santa Fé**. Bonito de Santa Fé: Câmara Municipal de Bonito de Santa Fé. 2020. Disponível em: <https://www.bonitodesantafe.pb.leg.br/institucional/historia/historia-cidade>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BORGES, Maria Eliza Linhares. Tradição e modernidade na mira dos fotógrafos. In: BORGES, Maria Eliza Linhares. **História e fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BORGES, Vavy Pacheco. **Em busca de Gabrielle**. São Paulo: Editora Alameda, 2009.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 3. Ed. São Paulo: Contexto, 2011.

BRASIL. **Decreto n. 21.241**, de 4 de abril de 1932. Consolida as disposições sobre a organização do Ensino Secundário e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21241-4-abril-1932-503517-publicacaooriginal-81464-pe.html>. Acesso em: 12 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.006**, de 30 de dezembro de 1938. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 17 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 1.493**, de 13 de dezembro de 1951. Dispõe sobre o pagamento de auxílios e subvenções. Diário Oficial do União, Brasília, DF, 14 de dezembro de 1951. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/11493.htm. Acesso em: 15 mar. 2021.

BRASIL. **Lei n.º 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1961.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Brasília, DF: Presidência da República, 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. Programa Nacional do Livro Didático. **Histórico**. Brasília: MEC/FNDE, 2021. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/component/k2/item/518-hist%C3%B3rico>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRITO, Rosildo. Jornal O Norte e o pioneirismo do humor gráfico na imprensa paraibana. **Faces da História**, v. 7, n. 2, p. 93-112, 18 dez. 2020. Disponível

em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/1762/1497>. Acesso em: 14 jun. 2021.

BRUNÓRIO, Roger. Franciscanos no Brasil: arte, educação e ciência. **Revista Territórios & Fronteiras**, v. 9, n. 1, p. 147-156, 2016.

BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CARVALHO, Ivan. Turma do Jardim da Infância da Escola Pedro Viana. Cuité, 3 maio, 2021. **Facebook**: Memórias de Cuité. Disponível em: https://m.facebook.com/profile.php?id=589522008642951&ref=content_filter Acesso em: 4 maio 2021.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 65-119.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, n. 11, p.115-127. jan./abr. 1991.

CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios e propostas. **Estudos Históricos**, v. 7, n. 3, p. 97-113, 1994.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Tradução Mary Del Priore- Brasília: UnB, 2º ed., 1998.

CHARTIER, Roger. **A história Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 2002.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 2004.

CORREA, Rubens Arantes. Os intelectuais e a escrita da história – as contribuições metodológicas de Jean-François Sirinelli. **ESCRITAS**, v. 8, n. 2, p. 265-278, 2016.

COSTA, Suzana Queiroga da. **Jornal A Imprensa como fonte de informação e memória da produção editorial paraibana no século XX (1912 a 1942)**. 2011. 191 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João pessoa, 2011.

DALLABRIDA, Norberto. **A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário**. Educação, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/5520> Acesso em: 3 maio 2021.

D'ARAUJO, Maria Celina. **O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

DEL PRIORE, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. **Topoi**, v. 10, n. 19, p. 7-16, 2009.

DOSSE, François. **O Desafio Biográfico**: escrever uma vida. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses**: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas de industrialização no Brasil, 1930-1960. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

ESCOLANO, Augustin. Arquitetura como programa. Espaço-escola e currículo. In: ESCOLANO, Augustin; FRAGO, Antonio Viñao. **Currículo, Espaço e Subjetividade**: a arquitetura como programa. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, cap. 1, pg. 19-58.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **Educação, modernidade e civilização**: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 89-125.

FERNANDES, Liliane Alves. **As Santas Casas da Misericórdia na República Brasileira (1922-1945)**. 2009. 141f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Évora, Portugal, 2009.

FERNANDES, Silvana Torquato. **Uma outra representação da modernização em Campina Grande**: a cidade nas páginas do Diário da Borborema (1960/1980). 2011. 146f. (Dissertação de Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande - Paraíba - Brasil, 2011. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/1630>. Acesso em: 20 jul. 2021.

FERREIRA, Tania Maria. Livros, bibliotecas e censores: os impedimentos para os leitores no Brasil do século XIX. In: ARQUIVO NACIONAL. **Mundo Luso-brasileiro**. 2018. Disponível em: http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5144&Itemid=337 acesso em: 27 maio 2021.

FONSECA, Ana Flávia; OLIVEIRA, Bernardina; FRAGOSO, Ilza. **Fundação Padre Ibiapina**: semente fértil no solo da educação paraibana. João Pessoa: Idéia, 2008.

FONSECA, Pedro C. Dutra da. **Vargas**: o capitalismo em construção (1906-1954). São Paulo: Brasiliense, 1987.

FONTANA, Fabiana Siqueira. **Teatro, Cultura e Estado**: Paschoal Carlos Magno e a fundação do Teatro do Estudante do Brasil. 2009. 251f. Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **O que são arquivos pessoais**. 2020. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais>. Acesso em: 27 out. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **História das idéias pedagógicas**. 8º ed. São Paulo: Editora Ática, 2003.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **Filosofia e história da educação brasileira: da colônia ao governo Lula**. 2 ed. São Paulo: Manole, 2009.

GOMES, Ângela de Castro. Nas Malhas do Feitiço: o Historiador e os Encantos dos Arquivos Privados. **Estudos históricos**, v. 11, n. 21, p. 121-127, 1998.

GOMES, Ângela de Castro. O lugar dos “Intelectuais mediadores”: entrevista com a Ângela de Castro Gomes. Entrevistadores: Bruno Leal Pastor de Carvalho e Ana Paula Tavares Teixeira. 2020. **Café História**. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/intelectuais-mediadores-entrevista-angela-de-castro-gomes/>. Acesso em: 25 maio 2021.

GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. Apresentação. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (Orgs.). **Intelectuais Mediadores: Práticas culturais e Ação Política**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GONÇALVES, Eveline Filgueiras. **A fotoautobiografia como espaço de recordação: fragmentos em álbuns de memória sobre a Universidade Federal da Paraíba no Arquivo Afonso Pereira**. 2016. 220 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da Educação Brasileira: leituras**. São Paulo: Thomsom, 2003.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**: Bonito de Santa Fé - PB. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/bonito-de-santa-fe/panoram>. Acesso em: 13 mar. 2021.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **A Pré-Escola em São Paulo (das origens a 1940)**. 1986. 348f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

KUHLMANN JR, Moysés. Pedagogia e rotinas no “jardim da infância”. In: **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto alegre: ed. Mediação, 1998.

KULESZA, Wojciech Andrzej. Igreja e educação na Primeira República. In: LE GOFF, J. **A História Nova**. In: NOVAIS, F.; SILVA, R. F. da (Org.). Nova História em Perspectiva. São Paulo: Cosac & Naify, 2011 [1978].

KULESZA, Wojciech Andrzej. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão *et al.* 7ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.

KULESZA, Wojciech Andrzej. Comment écrire une biographie historique aujourd’hui? **Le Débat**, n. 54, p. 48-53, 1989.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951-54). In: LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 161-203.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaina (Orgs.) **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

LIMA, Rosângela Chrystina. Percursos e Percalços na Implantação dos Jardins de Infância na Cidade da Parahyba: uma contribuição ao estudo sobre a educação infantil (1917-1939). In: PINHEIRO, Antônio Carlos *et al.* (Orgs). **República: escritos de história**. Série monográfica. João Pessoa: Editora da UFPB, 2016.

LORIGA, Sabina. **O pequeno X**. da biografia à história. Tradução de Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LOURENÇO FILHO, M. B. Redução da taxa de analfabetismo no Brasil de 1900 a 1960, descrição e análise. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, n. 100, p. 265, out./dez. 1965.

LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2011. p.111-153.

MAIA, Sabiniano. **Itabaiana, sua história, suas memórias - 1500-1975**. João Pessoa, 1976. Disponível em: <https://www.goodreads.com/book/show/48745712-itabaiana>. Acesso em: 16 abr. 2021.

MACHADO, Charliton José dos Santos. **Zilá Mamede: trajetórias literárias e educativas**. Campina Grande, PB: EDUEPB, 2010.

MACHADO, Charliton J. S.; NUNES, M^a Lúcia da S.; LACET, Juliana Aparecida Lemos. **Maria Camélia Pessoa da Costa: educação como missão de vida**. Fortaleza: EDUECE, 2021.

MACHADO, C. J. S., NUNES, M. L. S., & VASCONCELOS, L. M. Lições de um amigo: cartas de Drummond a Zila Mamede. **Revista Histedbr**, v.18, n.1, p.107-122, 2018.

MADELÉNAT, Daniel. **La biographie**. Paris: PUF, 1984.

MCKEMMISH, Sue. Provas de mim... Novas considerações. In: TRAVANCAS, I.; ROUCHOU, J.; HEYMANN, L. (Orgs.). **Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiência de pesquisa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

MALATIAN, Teresa. Cartas: narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tania Regina. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2013. p. 195-221.

MELLO, José Baptista de. **Evolução do Ensino na Paraíba**. João Pessoa: Secretaria da Educação e cultura, 1996.

MELLO, José Octávio Arruda. **História da Paraíba - Lutas e Resistência**. João Pessoa: A União, 2007.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MELO, Josimeire Medeiros Silveira de. **História da Educação no Brasil**. Fortaleza: UAB/IFCE, 2012.

MODESTO, Carvalho Cely Alana. **Afonso Pereira e suas múltiplas faces: seu arquivo pessoal na perspectiva do acesso e uso da informação**. 2019. 31f. Trabalho de Conclusão de Curso(Arquivologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial**. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

MUSTAPHA, Samir Ahmad dos Santos. A recomposição das estruturas e funções do campo intelectual. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS**, v. 9, n. 17, p. 237-241, 2017 .

NAGEL, Rolf. **Dicionário de Termos Arquivísticos** (Subsídios para uma terminologia arquivística brasileira). Salvador: UFBA, 1989.

NASCIMENTO, Alberto Freire. **Política Cultural no Brasil: Do Estado ao Mercado**. 2007. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/AlbertoFreire.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

NERY, Ana Clara Bortoleto. Bibliotecas Escolares nas Escolas Normais no Brasil: Constituição do Lugar e dos Sujeitos. **Educação em Foco**, ano 19, n. 29, p. 235-25, set/dez. 2016. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/1886>. Acesso em: 27 maio 2021.

NEVES, Vanusa *et al.* Utilização de lives como ferramenta de educação em saúde durante a pandemia pela Covid-19. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 42, e240176, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/> . Acesso em 04 ago. 2021.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: porque e como pesquisar**. Campinas: Editora Alinea, 2013.

NUNES, Clarice. **História da Educação: espaço do desejo**. Em Aberto, n. 47, p. 37-45, jul.-set. 1990.

NUZZI, Vítor. Greve geral no Brasil: dos anarquistas ao 'derruba o general'. **Revista do Brasil**. 2017. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/127/grevegeral-ha-100-anos-quando-o-povo-foi-as-ruas> . Acesso em: 16 jun. 2020.

OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de; ROSA, Maria Nilza Barbosa; ABREU, Tatiana Losano. **Afonso Pereira e o Teatro do Estudante da Paraíba**. João Pessoa: Ideia, 2010.

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates. **A biblioteca “fora do tempo”: políticas governamentais de biblioteca públicas no Brasil, 1937–1989**. 1994. 221 f. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

PAULINO, Paula Wêndia. Os desafios do ensino médio inovador na escola Senador José Gaudêncio. *In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO*, 1, 2014, Campina Grande. **Anais[...]**. Campina Grande: Editora Realize, 2014. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/7720>. Acesso em: 05 maio 2021.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. A era das escolas rurais primárias na Paraíba (1935 a 1960). *In: SCOCUGLIA, Antonio Celso; MACHADO, Charlton José. (Orgs.). Pesquisa e historiografia da educação brasileira*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006, p.133-159.

PINHEIRO, Antônio Carlos. De Escola Normal Rural para Escola Normal Regional de Souza - PB: a formação de professoras(es) para o meio rural (1943-1961). **Cadernos de Pesquisa em Educação**, Vitória, ano 17, v. 22, n. 52, p. 96 - 114, 2020. Disponível em : <https://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/33821>. Acesso em: 13 abr. 2021.

PINHEIRO, Antônio Carlos. **Da Era das Cadeiras Isoladas á Era dos Grupos Escolares na Paraíba**. 2001. 263f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

PORPINO, P. G. C. de A; MACHADO, C. J. dos S. Gênero e educação na imprensa paraibana. (1964-1966). **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i9.7208>. Acesso em: 20 maio 2021.

RIBEIRO, M. L. **A Imprensa e a esfera pública: o processo de institucionalização do jornalismo no Brasil (1808-1964)**. 2003. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/CSO/article/view/4032/3491>. Acesso em: 15 jul. 2020.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos, **História da educação brasileira: a organização escolar**. São Paulo, Cortez & Moraes, 1992.

RIO NEGRO. Prefeitura Municipal de Rio Negro. **Parque Ecoturístico Municipal Seminário Seráfico São Luís de Tolosa**. 2020. Disponível em: https://rionegro.pr.gov.br/cidade_parque.php#gsc.tab=0. Acesso em: 22 jun. 2020.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986.

SABINO, Raquel do Nascimento. **Reminiscência da professora Clemilde Torres Pereira da Silva: sua contribuição às instituições-memória da Paraíba (1942-2013)**. 112f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

SANTANA, Maria. Colégio Comercial. **Diário do Sertão**. 2016. Disponível em: <https://www.diariodosertao.com.br/coluna/colégio-comercial-dinamica-da-sua-historia>. Acesso em: 10 abr. 2021.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2013.

SCOCUGLIA, J.; TAVARES, D. História e Memória da Igreja da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba. **Patrimônio: Lazer & Turismo**, v. 6, n. 8, p.12-33, 2009.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. **Santa Casa da Misericórdia da Paraíba 385 anos**. João Pessoa: Gráfica Santa Marta, 1987.

SILVA, Alexander M. **Waldemar Valle Martins (1926-2004): a figura do sacerdote como intelectual e mediador educacional**. 2018. 349f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Santos, Centro de Ciências da Educação e da Comunicação, Santos, 2018.

SILVA, Clemilde Torres Pereira da. **Noventa anos de Afonso Pereira**. João Pessoa: Editora Unipê, 2007.

SILVA, Clemilde Torres Pereira da. **Cronologia da vida de Afonso Pereira da Silva**. João Pessoa: A União, 2008.

SILVA, Clemilde Torres Pereira da. **Afonso Pereira da Silva: centenário fotobiográfico**. João Pessoa: Mídia, 2017.

SILVA, Eduardo. **O currículo, as metodologias e os recursos para o ensino de Geografia na segunda metade da década de 1980**. 68f. Monografia (Licenciatura em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2019. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/>. Acesso em: 13 maio 2021.

SILVA, Gilson Lopes. **O legado do Padre Ibiapina nos sertões do nordeste: da casa de caridade do Assú ao Instituto Padre Ibiapina**. 2016. Disponível em: <https://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/o-legado-do-padre-ibiapina-nos-sertoes-do-nordeste-da-casa-de-caridade-do-assu-ao-instituto-padre-ibiapin>. Acesso em: 13 maio 2021.

SILVA Vivia de Melo. Um marco no ensino secundário do estado da Paraíba: o Colégio Estadual de Campina Grande (1948-1953). **Rev. HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 18, n. 1 [75], p. 90-106, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/>. Acesso em: 18 ago. 2021.

SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p.259-279.

SIRINELLI, Jean-François. **Génération intellectuelle. Khâgneux et Normaliens dans l'entre-deux-guerres**. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2ª Ed., Rio de Janeiro: UFRG/FGV, 2003. p. 231-269.

SOUZA, L. B. R. H; FREIRE, B. M. J. **Afonso Pereira**: por entre as raízes da memória biblioteconômica paraibana. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/560/404>. Acesso em: 20 jul. 2020.

TEIXEIRA, Anísio Espínola. Discurso de posse do professor Anísio Teixeira no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, INEP, v. 17, n. 46, p. 69-79, abr./jun. 1952. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/issue/view/435>. Acesso em: 13 maio 2021.

TEIXEIRA, Mariana Marques. **O Instituto de Educação da Paraíba**: uma história de formação docente (1935- 1956). 2018. 326f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade federal da Paraíba, João Pessoa/PB, 2018.

TOGNOLI, Natália.; BARROS, Thiago. As implicações dos Arquivos Pessoais: Elementos conceituais. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 5, n. 1, p. 66-84, 2011.

VENCESLAU, Marli Gomes de Sousa. **O processo de modernização a partir da chegada da energia elétrica em Bonito de Santa Fé**. 2014. 60f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 2014.

VIEIRA, Carlos Eduardo. **Intelligentsia e intelectuais** – sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. 2008. Disponível em: www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/download/109/120 . Acesso em: 10 set. 2019.

VIEIRA, Maria Crêofe. **Fracasso escolar**: um estudo de caso na Escola E.E.F.M. Bernardino Bento na cidade de Aguiar-PB. 2014. 59f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Itaporanga, 2014.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado; RIBEIRO, Maria Luisa Santos, NORONHA, Olinda Maria. **História da Educação**: a escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994.

Fontes documentais

APOSTOLADO DA ORAÇÃO. **Diploma de Zeladora**, 1938.

ARAÚJO, Maria do Socorro. **Certidão**, 1961.

BRASIL. **Decreto nº 19.890**, de 18 de abril d 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Disponível em : <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245>. Acesso em: 24 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto-lei nº 93**, de 21 de dezembro de 1937. Cria o Instituto Nacional do Livro. Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del093. Acesso em: 24 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto-lei n.º 8.529**, de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Primário. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 de janeiro de 1951. Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/11493.htm. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto Lei, nº 4.244 de 9 de abril de 1942.** Lei orgânica do ensino secundário. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 de janeiro de 1951. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l1493.htm. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 1493, de 13 de dezembro de 1951.** Dispõe sobre o pagamento de auxílios e subvenções. Diário Oficial do União, Brasília, DF, 14 de dezembro de 1951. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l1493.htm. Acesso em: 15 mar. 2021.

BRASIL. **Diário do Congresso Nacional (1957).** Publicação da subvenção recebida pelo Ginásio Andreino Timóteo Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/dc>. Acesso em: 12 ago. 2020.

BRASIL. **Boletim Informativo do Instituto Nacional do Livro,** Brasília, ano I, n. 1, jun. 1968.

BRASIL. **Relação dos livros para doação às bibliotecas.** Brasília: Ministério da Educação, 1972.

BRITO, José Geraldo. **[Carta].** 22 out, 1955. Araruna. Destinatário: PEREIRA, A. 1f. Relata problemática enfrentada pelo Cônego Joaquim.

CAPANEMA, Gustavo. **Ofício.** Encaminhado ao Presidente Getúlio Vargas com a exposição de motivos referente a criação do Instituto Nacional do Livro em 1937.

CARMÉLIO, Maria Helena. **Relação dos livros existentes.** Santa Rita, PB. 18 jan., 1971.

CARVALHO, Antonio Aurélio. **Declaração.** Santa Rita, 18 de janeiro de 1971.

COMISSÃO. **Carta Aberta.** 1954?. Araruna. Destinatário: COMUNIDADE, 1f. Convoca a população de Bonito de Santa Fé a contribuir com a construção do Ginásio Andreino Timóteo.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 06 fev.1958.

DIÁRIO OFICIAL DA PARAÍBA, João Pessoa, 13 dez.1956.

DIÁRIO OFICIAL DA PARAÍBA, João Pessoa, 14 març.1957.

FERNANDES, Flávio Sátiro. **História Constitucional da Paraíba.** João Pessoa: s. e., 1985.

FILHO, Hermilo Borba. **Correspondência.** Destinatário: Afonso Pereira da Silva. 1f. São Paulo, 12 de dezembro, 1956.

FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA. **Atas:** livros. 1957-1973.

FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA. **Estatuto da Fundação Padre Ibiapina.** João Pessoa: Diário Oficial do Estado da Paraíba, 1976. p 6-11.

FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA. **Organograma do curso de admissão da Escola profissional Pedro Viana em Cuité**: João Pessoa: Fundação Padre Ibiapina, 17 mar. 1959.

FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA. **Quadro de professores do curso de admissão da Escola Comercial Monsenhor Moraes em Bonito de Santa Fé**. João Pessoa: Fundação Padre Ibiapina, 1960.

FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA. **Ofício** n. 20/72. Reforma de Ensino. João Pessoa, 15 jan. 1972.

FUNDAÇÃO PADRE IBIAPINA. **Relatórios**. 1957-1974.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 1950**. Série Regional, Volume XVI, Tomo 1. Estado da Paraíba. Rio de Janeiro: IBGE, 1955.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 1960**. Série Regional, Volume I, Tomo V, Rio grande do Norte - Paraíba. Rio de Janeiro, 1960. Disponível em: http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000363&m=2560&n=censo-dem1960rvol1t5. Acesso em: 24 mar. 2021.

IMPrensa OFICIAL - A UNIÃO. **Atos dos Poderes Legislativo e executivo**, 1917 (Coleção de Leis e decretos de 1916).

JORNAL A FOLHA, Itabaiana, 08 de janeiro de 1991.

JORNAL A ORDEM, 29 de julho de 1949.

JORNAL A UNIÃO, João Pessoa, 24 de setembro de 1940.

JORNAL A UNIÃO, João Pessoa, 08 de novembro, 1943.

JORNAL A UNIÃO, João Pessoa, 1962.

JORNAL CORREIO DA PARAÍBA, João Pessoa, 1965.

JORNAL CORREIO DA PARAÍBA. João Pessoa, 03 de julho 1985.

JORNAL DIÁRIO DA BORBOREMA, Campina Grande, 1960.

JORNAL O NORTE, João Pessoa, 1962.

JORNAL PEDAGÓGICO. 1951, p 4-5.

PARAHIBA. **Decreto nº 16**, de 13 de dezembro de 1935. Reformou a Instrução Pública, criou o departamento de educação e o Instituto de Educação. João Pessoa: Imprensa Oficial - A União, 1935.

PARAÍBA. **Decreto nº 1.484**, de 30 de junho de 1927. Atos dos Poderes Legislativo e executivo. João Pessoa: Imprensa Oficial - A União, 1927.

PARAÍBA. **Decreto nº 873**, de 21 de dezembro de 1917. Atos dos Poderes Legislativo e executivo. João Pessoa: Imprensa Oficial - A União, 1917. (Coleção de Leis e decretos de 1916).

PARAÍBA. **Decreto nº 26. 274**, de 21 de setembro de 2005. Altera o Padrão da Escola Estadual do ensino Fundamental Bernardino Bento, na cidade de Aguiar. João Pessoa: Diário Oficial, 2005.

SILVA, Afonso Pereira da. **Tempo agitado de 30**. João Pessoa, [50?] [Manuscrito].

SILVA, Afonso Pereira da. **Dos deveres da educação**. 1ª ed. João Pessoa: Editora Teone LTDA, 1953.

SILVA, Afonso Pereira da. Grandes concertos. **A Imprensa**, João Pessoa: [s/e], 22 de setembro de 1946.

SILVA, Afonso Pereira da. **Portaria nº 019/84**, assinada pelo Diretor da Santa Casa de misericórdia. 1984.

SILVA, Afonso Pereira da. **Relatório referente às atividades da Santa Casa de Misericórdia**. 1983.

SILVA, Afonso Pereira da. **Relatório referente às atividades da Santa Casa de Misericórdia**. 1987.

SILVA, Afonso Pereira da. **Resolução nº 05/83** assinada pelo Diretor da Santa Casa de misericórdia, em 07 de fevereiro de 1983. 1983.

SILVA, Afonso Pereira da. Um colégio e escolas rurais. Coluna Panorama. **A Imprensa**. João Pessoa: [s/e], 20 de novembro de 1946.

SILVA, Afonso Pereira da. **Discurso de apresentação da orquestra sinfônica da Paraíba pelo Presidente da sociedade de Cultura Musical, Prof. Afonso Pereira da Silva no Cine Plaza em João Pessoa**. 1946.

SILVA, Afonso Pereira. **[Carta]** 30 de janeiro de 1952, João Pessoa [para] FERREIRA, Cajazeiras. 1f. Solicita documentação para registro da Escola Comercial. 1952.

SILVA, Afonso Pereira. **[Carta]** 25 de fevereiro de 1952, João Pessoa [para] FERREIRA, Cajazeiras. 1f. Comunica envio ao Rio de Janeiro de documentação para registro da Escola Comercial. 1952.

SILVA, Afonso Pereira. **[Carta]** 15 de maio de 1956, João Pessoa [para] ISIDRO, J., Cajazeiras. 1f. Dialoga sobre o jornalzinho produzido pela escola e as providências do andamento da reforma da Escola. 1956.

SILVA, Afonso Pereira. **[Carta]** 16 de fevereiro de 1956, João Pessoa [para] ISIDRO, J., Cajazeiras. 1f. Dialoga sobre as providências para a reforma da Escola. 1956.

SILVA, Afonso Pereira. **[Carta]** 20 de janeiro de 1956, João Pessoa [para] CLEANTO, T., [Local?] 1f. Solicita planta baixa para a Escola Técnica do Comércio e Escolas Rurais. 1956.

SILVA, Afonso Pereira. **[Carta]** 25 de junho de 1958, João Pessoa [para] GUEDES, S., Bonito de Santa Fé. 1f. Recomendação do diretor Hugo Rodrigues dos Santos. 1958.

SILVA, Afonso Pereira. **[Carta]** 5 de março de 1958, João Pessoa [para] SIMÕES, C., Araruna. 2f. Orientações. 1958.

SILVA, Afonso Pereira. **[Carta]** 22 de abril de 1959, João Pessoa [para] ISIDRO, J., Cajazeiras. 1f. Solicita entrega de livros ao Juiz de São José de Piranhas. 1959.

SILVA, Afonso Pereira. **[Carta]** 24 de julho de 1958, João Pessoa [para] HUGO, R., Bonito de Santa Fé. 1f. Resposta à carta de 14-7-1959. 1959.

SILVA, Afonso Pereira. **[Carta]** 19 de janeiro de 1960, João Pessoa [para] TEIXEIRA, Brasília. 1f. Solicita bolsas de estudos para professoras primárias. 1960.

SILVA, Afonso Pereira. **[Carta]** 25 de março de 1961, João Pessoa [para] HUGO, R., Bonito de Santa Fé. 1f. Resposta as questões da construção do edifício. 1961.

SILVA, Afonso Pereira. **[Carta]** 27 de maio de 1963, João Pessoa [para] KUBITSCHKE, Brasília. 1f. Solicita recomendação para contato com Aliança para o Progresso. 1963.

SILVA, Afonso Pereira. **[Instruções]** 17 de dezembro de 1959, João Pessoa [para] DIRETORES. 2f. Expede as instruções para a aplicação do exame de admissão. 1959.

SILVA, Afonso Pereira. **[Mensagem]** dezembro de 1959. João Pessoa. Destinatário: Colégio Solon de Lucena. 1959.

SILVA, Afonso Pereira. **[Mensagem]** dezembro de 1963. João Pessoa. Destinatário: Ginásio Umbuzeiro. 1963.

SILVA, Afonso Pereira. **[Mensagem]** dezembro de 1966. João Pessoa. Destinatário: Ginásio Comercial de Caiçara. 1966.

SILVA, Afonso Pereira. **[Ofício]** 4 de julho de 1961, João Pessoa [para] QUADROS, Brasília. 1f. Solicita doação de máquinas de datilografias usadas. 1961.

SILVA, Afonso Pereira. **[Panfleto]** Primeira Semana de Educação, 1961.

SILVA, Afonso Pereira. Ginásio “4 de Julho” não suspenderá suas aulas. **Jornal O Norte**, Paraíba, p. 04, 21 set. 1957.

SILVA, Afonso Pereira. **Relatório ao Instituto Nacional do Livro**, 1969.